



## **Desenvolvimento Humano e condições de vida na cidade do Rio de Janeiro**

**N° 20040101**  
**Janeiro - 2004**

Adalberto Cardoso (coord) - convênio IUPERJ/IPEA/IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria Municipal de Urbanismo**  
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

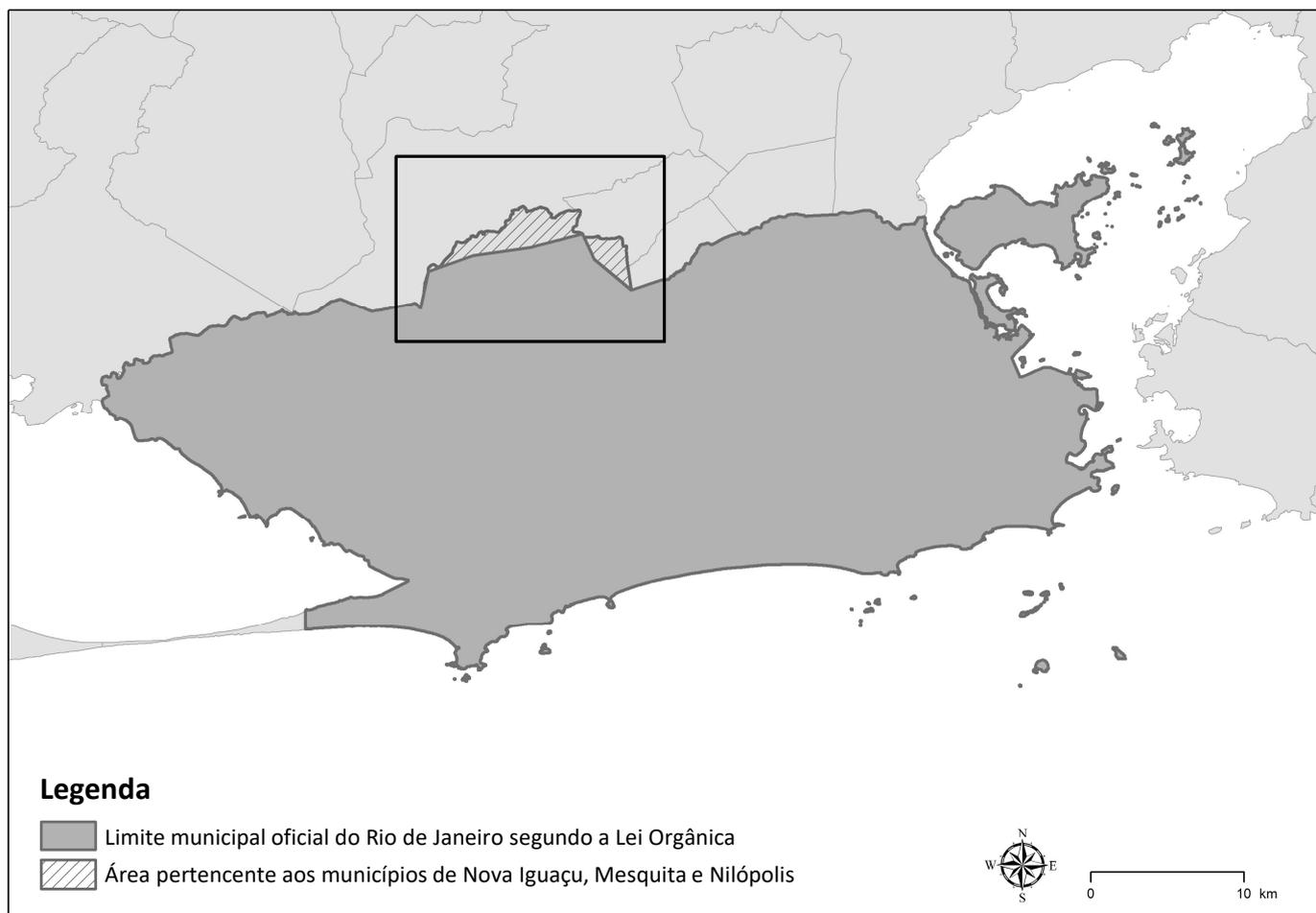
## ERRATA

A partir de reuniões técnicas realizadas entre o Instituto Pereira Passos e a Câmara Metropolitana (Governo do Estado do Rio de Janeiro), no âmbito do projeto para a confecção de um Mapa da Região Metropolitana, foi discutida a divergência existente na representação dos limites municipais de Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Mesquita e Nilópolis.

Tal divergência, localizada na área do maciço do Mendanha, se dava pelo fato do Município do Rio de Janeiro produzir há décadas mapas que possuíam o traçado do limite municipal nesta área seguindo o divisor de águas, pela cumeada dos morros da região, limite este que assim como o restante da fronteira municipal segue acidentes geográficos como rios, canais etc.

Por sua vez, tanto o limite adotado pelo IBGE quanto aquele utilizado pela Fundação CEPERJ (Estado do Rio de Janeiro) seguem por linhas retas a partir dos picos dos morros, não condizendo com o que vinha sendo traçado pelo Município do Rio de Janeiro, porém de acordo com a descrição existente na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro.

Desta forma, o Instituto Pereira Passos, **segundo o determinado na Lei Orgânica Municipal**, efetuou a revisão da representação cartográfica da fronteira municipal em questão, adequando-se assim ao já utilizado pelos órgãos federais e estaduais e solucionando quaisquer problemas ou questões advindas desta divergência entre os municípios supracitados.



## **EXPEDIENTE**

---

A **Coleção Estudos Cariocas** é uma publicação virtual de estudos e pesquisas sobre o Município do Rio de Janeiro, abrigada no portal de informações do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Secretaria Municipal de urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro (IPP) : [www.armazemdedados.rio.rj.gov.br](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br).

Seu objetivo é divulgar a produção de técnicos da Prefeitura sobre temas relacionados à cidade do Rio de Janeiro e à sua população. Está também aberta a colaboradores externos, desde que seus textos sejam aprovados pelo Conselho Editorial.

**Periodicidade:**

A publicação não tem uma periodicidade determinada, pois depende da produção de textos por parte dos técnicos do IPP, de outros órgãos e de colaboradores.

**Submissão dos artigos:**

Os artigos são submetidos ao Conselho Editorial, formado por profissionais do Município do Rio de Janeiro, que analisará a pertinência de sua publicação.

**Conselho Editorial:**

Ana Paula Mendes de Miranda, Fabrício Leal de Oliveira, Fernando Cavallieri e Paula Serrano.

**Coordenação Técnica:**

Cristina Siqueira e Renato Fialho Jr.

**Apoio:**

Iamar Coutinho

CARIOCA – Da, ou pertencente ou relativo à cidade do Rio de Janeiro; do tupi, “casa do branco”. (Novo Dicionário Eletrônico Aurélio, versão 5.0)

# DESENVOLVIMENTO HUMANO E CONDIÇÕES DE VIDA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

---

*Adalberto Cardoso\* (coord) - convênio IUPERJ/IPEA/IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*

## Introdução

Este livro resulta de uma parceria que uniu o Instituto Pereira Passos - IPP, órgão da Prefeitura do Rio de Janeiro, o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ e o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA, órgão do Governo Federal, em associação com a Fundação João Pinheiro, objetivando produzir o Índice de Desenvolvimento Humano por bairros da cidade do Rio de Janeiro. O interesse original foi o de gerar uma ampla radiografia das mudanças nas condições de vida da população da cidade durante a década de 1990, com base nos Censos Demográficos de 1991 e 2000. É essa radiografia que ora damos a público.

A noção de ‘desenvolvimento humano’<sup>1</sup> ganhou diversos sentidos ao longo das últimas décadas, mas encontrou tratamento sistemático na obra de Amartya Sen (Sen, 2000). O mérito de Sen foi o de ter chamado a atenção para os aspectos sócio-culturais e políticos do desenvolvimento das nações, deslocando a atenção da teoria e da pesquisa econômicas do velho conceito de ‘crescimento econômico’ como panacéia para a solução das desigualdades sociais, da pobreza e da fome. Fazendo uma crítica teórica e empiricamente embasada da renda como indicador de bem estar, o economista indiano mostrou que aspectos decisivos que limitam, favorecem ou condicionam as liberdades individuais não estão diretamente relacionados com a renda das famílias, sendo dependentes de políticas públicas, padrões culturais ou arranjos sociais mais gerais. A partir das elaborações de Sen, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD propôs o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), hoje reconhecido como importante instrumento de avaliação comparativa das condições de vida dos países, por sua versatilidade e simplicidade operacional, ainda que assentada em extenso arrazoado teórico.

Uma pergunta decorre destas marcas introdutórias: por que utilizar o IDH – índice pensado para a comparação entre nações e que, por suas tecnicidades, presta-se defeituosamente a mensurações internas aos países – para avaliar o

---

<sup>1</sup> Como discutem Érica Amorim e Maurício Blanco no capítulo que abre esta coletânea.

desempenho relativo dos bairros do Rio de Janeiro? Há uma resposta direta e pelo menos outra indireta para esta indagação. Primeiro, porque o IDH é uma metodologia testada e aprovada internacionalmente que, por ser largamente difundida, transformou-se em uma espécie de patamar comparativo padrão a partir do qual outros indicadores são construídos e avaliados. Suas eventuais limitações não foram suficientes para recusar-se-lhe ampla aceitabilidade. Além disso, o Índice vem sendo aperfeiçoado para utilização em contextos outros que não a comparação entre países. É o caso do indicador de renda, medido em termos de renda per capita quando, internamente aos países, o indicador utilizado é a renda *familiar* per capita, medida mais poderosa da capacidade real de aquisição de bens e serviços por parte das famílias e que serve, ademais, como principal elemento para a definição das políticas sociais no Brasil, por exemplo.

Em segundo lugar, o IDH foi o ponto de partida dos estudos aqui apresentados, mas eles extrapolam-no não apenas em termos de cada uma de suas dimensões, como ainda tendo em vista a quantidade de dimensões cobertas. Aqui, avaliam-se desigualdade de renda e condições habitacionais e de saneamento, aspectos não contemplados pelo IDH. E nas dimensões do IDH, ou seja, renda, saúde e educação, os dados analisados vão muito além dos que compõem o Índice. Como já se disse, ele foi o patamar de onde se partiu para melhor compreender as condições de vida na cidade do Rio de Janeiro.

As análises aqui apresentadas nortearam-se por alguns critérios muito gerais, definidos em comum acordo com os especialistas responsáveis por cada um dos temas. Em primeiro lugar, em cada uma das dimensões analisadas, o Rio de Janeiro foi comparado com as outras onze cidades brasileiras que, pelo Censo de 2000, tinham população igual ou superior a um milhão de habitantes. O objetivo deste recorte foi selecionar conglomerados urbanos com tamanho minimamente comparável à urbe carioca, sendo o tamanho tomado como indicador aproximado de condições semelhantes de vida. A aproximação é grosseira, obviamente. Cada cidade tem sua trajetória, sua história, que se marca nos padrões de ocupação do solo, em sua habitabilidade e também nos equipamentos urbanos disponíveis, nas culturas diversas de fruição desses equipamentos e na dinâmica populacional mais geral. Isso quer dizer que o número de habitantes não se correlaciona com a idade das 12 cidades objeto de comparação aqui. São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belém e Recife, por exemplo, têm origens nos primeiros tempos da colonização, enquanto Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e são fruto de projetos urbanísticos recentes. De qualquer modo, pareceu mais adequado comparar o Rio de Janeiro com cidades de porte semelhante do que com cidades com mesmo percurso histórico, mas que não apresentassem os mesmos problemas e dilemas de uma megalópole.

Em segundo lugar, as análises deveriam, sempre que possível, descer ao nível dos bairros da cidade, comparando-os entre si e nas duas pontas temporais de interesse, 1991 e 2000. Aqui cabe um esclarecimento metodológico. Para a elaboração de boa parte dos estudos, utilizou-se a amostra do Censo Demográfico de 2000, correspondente a 10% da população do Rio de Janeiro e das outras 11 maiores cidades do país. O IBGE definiu, com base nos resultados para o universo, o que o Instituto denominou 'áreas de ponderação', ou seja, um conjunto mínimo de setores censitários a partir dos quais os dados da amostra foram ponderados para refletir, quando expandidos, alguns parâmetros previamente definidos encontrados no universo<sup>2</sup>. Isso teve efeitos sobre a constituição dos bairros do Rio de Janeiro. De fato, em 2000 o Censo trabalhou oficialmente com 158 bairros agregados em 32 Regiões Administrativas, que por sua vez compunham 5 Áreas de Planejamento. O IBGE delimitou 170 áreas de ponderação para a amostra do Censo de 2000, áreas que não correspondem exatamente aos bairros existentes. Algumas áreas de ponderação agregam bairros (como a de Botafogo, que agrega Botafogo e Urca) enquanto outras são menores do que os bairros (Copacabana, por exemplo, foi dividida em 5 áreas de ponderação). Este último caso não representa problema, pois foi possível agregar as áreas para compor o bairro de Copacabana. Nos outros casos, porém, não foi possível desagregar as áreas de ponderação. Isso fez com que a representação da cidade em bairros tivesse seu número reduzido de 158 para 126 (sendo que alguns bairros são, na verdade, grupos de bairros). Há, inclusive, casos de áreas de ponderação que agregam bairros de mais de uma Região Administrativa. Seja como for, o detalhamento obtido, de 126 bairros ou grupos de bairros, permite um retrato bastante acurado das condições de vida na cidade do Rio de Janeiro. E cabe marcar, por fim, que o recorte geográfico conseguido para o Censo de 2000 foi aplicado ao Censo de 1991, de molde a permitir a comparação ponto a ponto dos 126 bairros e grupos de bairros obtidos e das 32 Regiões Administrativas. No apêndice a esta Introdução o leitor encontrará os bairros ou grupos de bairros, Regiões Administrativas e Áreas de Planejamento utilizados nos estudos temáticos.

Um último recorte metodológico solicitado aos especialistas foi o de que, sempre que possível, analisassem as condições de vida comparando, nos bairros, famílias morando em favelas com aquelas vivendo 'no asfalto'. Os dados nem sempre se prestaram a esse recorte, mas quando isso se deu, foi possível traçar um perfil bastante realista das desigualdades sociais relacionadas à segregação espacial, de que as favelas são a expressão maior no Rio de Janeiro.

---

<sup>2</sup> A metodologia do Censo de 2000 está disponível na página do IBGE, [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

O livro está dividido em seis capítulos, além desta introdução. No primeiro, Érica Amorim e Maurício Blanco mostram que, apesar de algumas limitações importantes, o IDH consolidou-se como indicador mais abrangente de qualidade de vida do que a renda per capita, tradicionalmente utilizada nas comparações internacionais, porque procura associar aspectos das liberdades instrumentais (que incluem as oportunidades de trabalho, a renda, as liberdades políticas, as condições de segurança, o acesso à educação e outros, dos quais renda e educação irão compor o IDH) com pelo menos um aspecto essencial das liberdades como um fim, o acesso a condições adequadas de saúde para uma vida livre.

Os mesmos autores retornam no capítulo final, desta vez apresentando as distribuições do IDH segundo várias hierarquias. Comparam, primeiro, o Rio de Janeiro com as outras 11 maiores cidades do país, mostrando a evolução no tempo da posição do Rio na escala de desenvolvimento humano. Mostram que o Rio subiu uma posição em 10 anos, de quinto para quarto lugar entre as maiores cidades, mesmo tendo perdido uma posição nos indicadores parciais de renda e educação. Em seguida analisam as Regiões Administrativas, mostrando os movimentos ascendentes e descendentes em dez anos, fazendo o mesmo para os bairros ou grupos de bairros. A constatação geral é de que todos os bairros melhoraram seu IDH ao longo da década, principalmente nos aspectos em que a melhoria refletiu investimentos mais ou menos intensos em políticas sociais, como os indicadores de saúde e educação. Assim, se quinze bairros tinham IDH inferior a 0,7 (ou baixo) em 1991, em 2000 todos tinham rompido essa barreira. No outro extremo, o número de bairros com IDH igual ou superior a 0,9 (IDH alto para os padrões do PNUD) subiu de 14 para 29, ou pouco mais do dobro em dez anos. No caso do indicador de esperança de vida, o crescimento do número de bairros com IDH de pelo menos 0,9 foi de 750% (6 para 51 bairros).

Ainda que o IDH tenha servido para hierarquizar os bairros e grupos de bairros do Rio de Janeiro, e também as Regiões Administrativas e as Áreas de Planejamento, os demais estudos aqui apresentados extrapolam as dimensões do Índice do PNUD. Por um lado, três de cinco estudos temáticos abrem, por assim dizer, as dimensões do IDH para avaliá-las mais detalhadamente. João Saboia nos oferece uma análise compreensiva das mudanças no mercado de trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro ao longo da década de 1990, chamando a atenção para seus aspectos positivos e negativos tendo em vista as chances de emprego e renda dos cariocas. O estudo não se restringe à fonte de dados utilizada para a construção do IDH, ou seja, os Censos Demográficos de 1991 e 2000, lançando mão também da PME para estudar mais a fundo a dinâmica do emprego, do desemprego e da renda na metrópole fluminense. Carlos Hasenbalg analisa os indicadores de educação, tecendo um quadro bastante amplo das oportunidades educacionais dos vários estratos de população,

apontando melhorias, permanências e deficiências no desempenho do sistema educacional do Rio de Janeiro, tal como reveladas pelos indicadores de acesso e percurso educacional de crianças e jovens. De especial interesse são os resultados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico – SAEB, que mostram o bom desempenho dos alunos cariocas relativamente às onze maiores cidades do país. O terceiro trabalho voltado para as dimensões do IDH é assinado por Miguel Murat Vasconcellos, Christina Zackiewicz e Maria Tereza Leal Cavalcante, e radiografa as condições de saúde na cidade, sobretudo os condicionantes da longevidade, uma vez mais lançando mão de diversas fontes de dados para construir um quadro bastante amplo e aprofundado. Apontam o aumento acentuado das mortes por causas externas (sobretudo a violência urbana) e a queda também acentuada nas taxas de mortalidade infantil, que ocorreu em praticamente todas as Regiões Administrativas, dentre outras mudanças relevantes.

Além destes trabalhos voltados para os elementos que compõem o IDH, o estudo de Carlos Antônio Costa Ribeiro apresenta uma interessante e inovadora análise das desigualdades sociais na cidade, primeiro, chamando a atenção para o aumento do hiato entre ricos e pobres na década de 1990, tendência que acompanha o movimento nacional e, em segundo lugar, mostrando que a estrutura de classes tem papel decisivo na explicação das diferenças de acesso à renda. A análise das desigualdades centrada na estrutura de classes raramente é empreendida no Brasil, e o estudo mostra que boa parte da explicação da pobreza nas favelas do Rio, por exemplo, reside em que, nelas, há uma concentração proporcionalmente muito maior de pessoas das classes baixas, o que tem efeitos decisivos sobre suas chances de renda e ocupação. Essa explicação parece circular, mas não é. Ela sustenta que as classes sociais são componentes causais de oportunidades de vida, e que intervenções do poder público (em qualquer nível) que não tenham como meta melhorar a estrutura ocupacional da cidade, produzirão resultados restritos em termos de redução das desigualdades.

Por fim, o trabalho de Elisa Caillaux mapeia as mudanças no acesso às condições de habitação e saneamento, que têm efeitos diretos e indiretos, por exemplo, sobre os indicadores de saúde e repercutem no bem estar da população. O trabalho mostra a evolução em quase todos os indicadores de acesso aos serviços urbanos básicos, e o Rio de Janeiro aparece como a cidade com menor média de moradores por domicílio, depois de Porto Alegre. O acesso a água encanada é quase universal, a cidade ocupa o quarto lugar no quesito esgotamento sanitário e o quinto lugar em termos de domicílios considerados adequados para a moradia (é verdade que ocupava o terceiro lugar em 1991, e sua taxa de melhora foi uma das menores no

período, daí a queda relativa). Internamente aos bairros a melhora também foi geral na década de 90.

Os resultados das análises sumariadas foram apresentados pela primeira vez em um seminário realizado no IUPERJ no dia 4 de junho de 2004, com a presença dos analistas temáticos, gestores do projeto e convidados, entre eles José Carlos Libânio, do PNUD, e José Ribeiro Soares Guimarães, da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, que gentilmente compuseram a mesa. O seminário serviu para ajustar as versões finais ora públicas.

É bom marcar que este livro continua esforço anterior da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro que, em 1999, realizou extenso trabalho em conjunto com o PNUD, o IPEA e o IBGE sobre condições de vida e desenvolvimento humano na cidade, com base no Censo de 1991 e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Contudo, como a metodologia do IDH mudou entre um estudo e outro os dados não são comparáveis, razão pela qual não foram usados nos trabalhos apresentados aqui.

Por fim, registre-se que este estudo não seria possível sem o apoio da Fundação João Pinheiro nas diversas etapas de elaboração dos índices parciais que compõem o IDH e também do índice final, que utiliza metodologia que permite comparar os resultados do Rio com o restante do país e do mundo. E na produção dos indicadores e dos dados para cada estudo temático tivemos a sorte de contar com a dedicação e a seriedade de Daniele Costa e Valéria Ferreira. Sem elas, este trabalho não teria sido possível. Agradeço também às equipes de apoio das três instituições gestoras do projeto. Por quase dois anos convivemos em clima de cordialidade e profissionalismo, essencial à elaboração de um trabalho deste porte.

### **Referência Bibliográfica**

SEN, Amartya. (2000), *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras.

## Apêndice

---

### Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros ou Grupos de Bairros Utilizados nos Estudos Temáticos

---

#### Área de Planejamento – 1

RA - Portuária

Caju

Saúde, Gamboa, Santo Cristo

RA - Centro

Centro

RA - Rio Comprido

Catumbi

Estácio

Rio Comprido

RA - São Cristóvão

Benfica

São Cristóvão, incluindo Vasco da Gama

RA - Ilha de Paquetá

Paquetá

RA - Santa Teresa

---

#### Área de Planejamento – 2

RA – Botafogo

Botafogo, Urca

Catete

Flamengo

Glória

Humaitá

Laranjeiras

RA – Copacabana

Copacabana

Leme

RA – Lagoa

Gávea

Ipanema

Jardim Botânico

Lagoa

Leblon

Vidigal, São Conrado

RA – Tijuca

Tijuca, Alto da Boa Vista

RA - Vila Isabel

Andaraí

Grajaú

Maracanã

Vila Isabel

RA – Rocinha

Rocinha

---

---

**Áreas de Planeamento, Regiões Administrativas e  
Bairros ou Grupos de Bairros  
Utilizados nos Estudos Temáticos**

---

**Área de Planeamento – 3**

RA – Ramos

Bonsucesso

Manguinhos

Olaria

Ramos

RA – Penha

Brás de Pina

Cordovil

Jardim América

Parada de Lucas

Penha

Penha Circular

Vigário Geral

RA – Inhaúma

Engenho da Rainha

Higienópolis

Inhaúma

Maria da Graça, Del Castilho

Tomás Coelho

RA – Méier

Abolição

Água Santa, Encantado

Cachambi

Engenho Novo

Engenho de Dentro

Jacaré, Rocha, Sampaio

Lins de Vasconcelos

Méier

Piedade

Pilares

Riachuelo

Todos os Santos

RA – Irajá

Colégio

Vista Alegre, Irajá

Vicente de Carvalho

Vila Cosmos

Vila da Penha

RA - Madureira

Bento Ribeiro

Cascadura

Cavalcanti, Engenheiro Leal, Vaz Lobo

Honório Gurgel

Madureira

---

**Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e  
Bairros ou Grupos de Bairros  
Utilizados nos Estudos Temáticos**

---

Marechal Hermes  
Oswaldo Cruz  
Quintino Bocaiúva  
Rocha Miranda  
Turiaçu

RA - Ilha do Governador  
Cocotá, Bancários  
Freguesia  
Galeão, Cidade Universitária  
Jardim Carioca  
Jardim Guanabara  
Moneró, Portuguesa  
Ribeira, Cacua  
Tauá  
Zumbi, Pitangueiras, Praia da Bandeira

RA - Anchieta  
Anchieta  
Guadalupe  
Parque Anchieta  
Ricardo de Albuquerque

RA - Pavuna  
Acari, Parque Colúmbia  
Barros Filho  
Coelho Neto  
Costa Barros  
Pavuna

RA – Jacarezinho  
Jacarezinho

RA - Complexo do Alemão  
Complexo do Alemão

RA – Maré  
Maré

---

**Área de Planejamento - 4**

RA - Jacarepaguá  
Anil  
Curicica  
Freguesia (Jacarepaguá)  
Gardênia Azul  
Jacarepaguá  
Pechincha  
Praça Seca  
Tanque  
Taquara

RA – Barra da Tijuca  
Joá, Barra da Tijuca

---

**Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e  
Bairros ou Grupos de Bairros  
Utilizados nos Estudos Temáticos**

---

Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande  
Itanhangá  
Recreio dos Bandeirantes, Grumari  
RA - Cidade de Deus  
Cidade de Deus

---

**Área de Planejamento - 5**

RA - Bangu  
Bangu  
Padre Miguel  
Senador Camará  
RA - Campo Grande  
Cosmos  
Campo Grande  
Inhoaíba  
Santíssimo  
Senador Vasconcelos  
RA – Santa Cruz  
Paciência  
Sepetiba  
Santa Cruz  
RA - Guaratiba  
Guaratiba, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba  
RA - Realengo  
Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonsos, Jardim Sulacap  
Magalhães Bastos  
Realengo

---

**Bairros ou grupos de bairros cujas áreas de ponderação  
pertencem a mais de uma RA**

Campinho, Vila Valqueire  
Cidade Nova, Praça da Bandeira  
Mangueira, São Francisco Xavier  
Santa Teresa, Cosme Velho

---

# DESENVOLVIMENTO HUMANO COMO EXPANSÃO DA LIBERDADE E A SUA RELAÇÃO COM O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH

*Érica Amorim\* / Mauricio Blanco\*\**

## 1. Desenvolvimento Humano: A construção permanente de um conceito e a sua operacionalização

Ao longo dos últimos três séculos diversos significados sobre o que se entende por desenvolvimento humano influenciaram a evolução das ciências, as sociedades e as políticas públicas. Naturalmente, esses significados foram também influenciados por contextos socioeconômicos, políticos, institucionais e culturais, demonstrando assim que conceitos-chave são cunhados em processos interativos.

Os esforços por definir o(s) fim(ns) último(s) do desenvolvimento humano são de longa data. As ciências sociais e as diferentes correntes do pensamento filosófico lidam com essa temática explicitamente – ainda que de forma tangencial – pelo menos desde o século XIX. Por exemplo, com a sua forte ênfase humanista, a época do Iluminismo trouxe consigo a relevância do crescimento do ser humano como sujeito principal do progresso das ciências, das artes, da economia e das sociedades em geral.

Em um mundo cada vez mais complexo, independente de como se perceba essa “complexidade”, hoje em dia refletir sobre o que entendemos por desenvolvimento humano está aberto à polêmica e ao debate, o que implica, finalmente, um processo permanente de (des)construção do significado, das suas conseqüências e potencialidades.

O presente capítulo coloca-se com a finalidade central de abordar a discussão do “desenvolvimento humano como expansão ou alargamento da liberdade” apresentada por Amartya Sen (2000). A análise dos argumentos de Sen será dividida em duas partes, seguindo a lógica do autor no sentido de que a liberdade possui dois papéis: a liberdade como um fim (liberdade constitutiva) e a liberdade como um meio (liberdade instrumental). É de fundamental importância a investigação dos argumentos teóricos sobre o desenvolvimento humano, tema central que permeia os debates e as políticas públicas hoje em dia.

Significados (ou definições), efeitos e potencialidades de um conceito de desenvolvimento humano precisam ser discutidos dentro de objetivos e contextos específicos. O contexto específico da discussão sobre o conceito de desenvolvimento humano de Sen é a adaptação desta definição no momento de propor um sistema de

---

\* Economista  
\*\* Cientista Político

indicadores que mensurem o estágio de desenvolvimento da população no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD é um referencial imediato do conceito proposto por Sen.

Um segundo referencial em relação ao contexto em que se situa nossa reflexão é o conjunto de particularidades próprias da cidade do Rio de Janeiro. O espaço geográfico e as características socioeconômicas associadas a esse espaço devem ser levados em conta quando se pretende avaliar a cidade em termos do desempenho da evolução da qualidade de vida da população carioca.

As próximas subseções discutem três questões principais. Na primeira analisa-se o conceito de desenvolvimento humano de Amartya Sen em relação aos fins que devem ser almejados pelo desenvolvimento humano, tanto em termos das suas implicações teóricas quanto das formas de operacionalização do mesmo. Na segunda discute-se os meios para atingir esses fins. Finalmente, na terceira apresenta-se a relação entre esse conceito e o sistema de indicadores que mensuram o desenvolvimento humano na cidade do Rio de Janeiro.

### **1.1. Os fins do Desenvolvimento Humano**

O desenvolvimento humano sempre esteve presente em diversas teorias políticas, sociológicas e econômicas, representando o objetivo máximo das correntes políticas fundadas na tradição greco-romana. Por exemplo, poderíamos falar sobre o desenvolvimento humano tanto no liberalismo quanto no marxismo, assim como em outras correntes filosóficas igualmente importantes.

Encontramos uma primeira referência da proposta de Sen nos argumentos apresentados na filosofia política de John Stuart Mill. Para este autor, a felicidade (tomada como um fim do desenvolvimento humano) estaria em cada indivíduo e cada indivíduo deveria escolher como viver a sua própria vida. Em Considerações sobre o Governo Representativo, ele defende, em última instância, a “democracia de cada um”, título este dado por Alexandre Gomes à sua resenha crítica sobre esse texto de Mill. Vejamos o trecho abaixo de Gomes:

“[...] ele [Stuart Mill] afirma que é inerente ao ser humano que o patrocínio e proteção dos interesses dos outros seja menos salutar que a construção desta defesa pelas próprias mãos dos interessados. Só pelas próprias mãos dos interessados, crê ele, se é capaz de produzir resultados positivos e duráveis”.

A partir dessa noção temos maiores possibilidades de compreender o conceito de Sen sobre o indivíduo como agente, responsável por suas escolhas e protagonista de sua história, uma vez que, assim como em Stuart Mill, o indivíduo age primeiramente pensando em suas próprias necessidades e, além disso, atua melhor quando é ele próprio o interessado. Dessa forma, o indivíduo apresenta-se como agente ativo e não um mero “beneficiário”, passivo de políticas e ações de terceiros.

A noção de indivíduo como agente é central em toda a argumentação de Sen. O exercício prático da liberdade faz com que Sen afirme que “o processo de desenvolvimento centrado na liberdade é em grande medida uma visão orientada para o agente” (2000:26). Nesta mesma linha, ele coloca a idéia de agente como contrária à idéia de “paciente”, ou seja, neste último caso, um ser que se comporta muito mais como um receptáculo da ação do Estado do que

“[...] indivíduos que podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos, sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo de agente livre e sustentável – e até mesmo o papel positivo da paciência construtiva” (Sen, 2000:26).

Conforme mencionado anteriormente, Sen define a liberdade a partir do desenvolvimento humano e a divide em duas: a liberdade instrumental e a liberdade constitutiva. No momento, esta última é a que nos interessa e deriva exatamente desse indivíduo como agente ativo e protagonista. Essa liberdade é inerente ao ser humano, é sua condição constitutiva, isto é, todos os seres humanos são agentes, porém, cada um possui uma história e deve buscar sua liberdade como um fim primordial.

A questão relevante que Sen nos propõe é definir os fins últimos do desenvolvimento como a expansão dessas liberdades. Questão ainda mais remarcada quando os diversos modelos de desenvolvimento apresentados no século XX dão ênfase a uma única variável ou dimensão, como, por exemplo, definir desenvolvimento como riqueza maior. Nas próprias palavras de Sen, “Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida” (2000:17).

Uma importante observação diz respeito à ênfase de Sen na esfera individual. Aparentemente, o autor relega a um segundo plano a esfera coletiva no seu papel de delimitadora do desenvolvimento humano. Não podemos deixar de lado o fato de que os indivíduos estão dentro de um sistema social e político, assim como pertencem a um grupo ou a uma classe social. Os interesses dessa classe se fazem presentes nas

escolhas individuais e norteiam as suas ações. No entanto, uma leitura atenta de Sen revela a aceitação dessa relação entre indivíduos e as condições sociais:

“As disposições sociais podem ter importância decisiva para assegurar e expandir a liberdade do indivíduo. As liberdades individuais são influenciadas, de um lado, pela garantia social de liberdades, tolerância e possibilidade de troca e transações. Também sofrem influência, por outro lado, do apoio público substancial no fornecimento das facilidades (como serviços básicos de saúde ou educação fundamental) que são cruciais para a formação e o aproveitamento das capacidades humanas. É necessário atentar a ambos os tipos de determinantes das liberdades individuais” (2000:59).

Em outro trabalho clássico de Sen (1984) – e refletindo sobre as liberdades substantivas –, o autor faz referência a essa relação em termos das categorias marxistas de “modo de produção” e da posição que ocupam os indivíduos no processo de produção. O sistema econômico – e o lugar que um indivíduo ocupa nesse modo de produção – influencia nas possibilidades de expandir um componente das liberdades substantivas, os “intitamentos de troca”:

“Os intitamentos de troca com que uma pessoa se defronta dependem, naturalmente, de sua posição na estrutura econômica de classe e também dos modos de produção na economia. O que a pessoa possui variará com sua classe, e mesmo que exatamente o mesmo E-mapping<sup>3</sup> valesse para todos, os intitamentos de troca efetivos difeririam com a posição da pessoa na propriedade” (Sen, 1984: cap. 1).

A conseqüência principal das duas passagens acima citadas evidencia a importância da relação indivíduo-sociedade e do papel do Estado na garantia de um ambiente adequado – em termos de dar estabilidade às instituições – para a expansão das liberdades individuais e para a oferta de serviços públicos. As duas funções do Estado – estabilidade das instituições e a oferta de serviços públicos – traduzem-se em uma maior liberdade, a qual pode ser considerada como um bem público.

Em síntese, a ênfase na liberdade como elemento central do desenvolvimento humano supera visões restritivas que até este momento continuam em voga, tais como crescimento do Produto Interno Bruto, o grau de industrialização ou o avanço tecnológico. Falar da liberdade como fim do desenvolvimento possibilita a inclusão de outras dimensões dentro de um conceito mais amplo de desenvolvimento.

A análise feita até aqui nos levou a expor a riqueza e as vantagens do conceito de desenvolvimento humano proposto por Sen. No entanto, até agora, não conseguimos responder quais são as limitações de outras visões mais restritas de desenvolvimento

---

<sup>3</sup> E-mapping, ou mapeamento do intitamento de troca, é o conjunto de grupos de mercadorias que um domicílio pode mobilizar.

humano. A visão restrita mais largamente difundida nos dias de hoje é aquela de que o fim primordial do desenvolvimento humano é o aumento da renda das pessoas, independente da noção operativa de “renda”, ou seja, Produto Interno Bruto, renda familiar per capita, entre outros.

### **1.1.1. A renda como indicador sintético de Desenvolvimento Humano**

O efeito da maciça aceitação do mercado (como instituição) como elemento regulador de toda a atividade humana e do maior grau de monetização das economias colocou a mensuração da renda no eixo central de qualquer análise sobre o desenvolvimento.

Dessa forma, um indivíduo poderá encontrar tudo o que precisar para satisfazer suas necessidades nos diversos mercados. Com a renda – adquirida no mercado de trabalho, a partir da “venda” da força de trabalho – um indivíduo poderá possuir produtos – no mercado de bens –, poderá ter acesso a serviços de saúde – médicos, hospitais e medicamentos –, acesso à educação – escolas, professores e materiais didáticos – e acesso às condições habitacionais adequadas – moradia, abastecimento de água e esgoto, coleta de lixo, entre outras.

Nesse sentido, é possível constatar que, através da renda, os indivíduos podem satisfazer tanto as suas necessidades básicas quanto as não básicas interagindo nos diversos mercados. Seguindo esta lógica, nada mais natural, segundo esta visão restritiva, que toda análise sobre desenvolvimento humano seja centrada na renda, seja esta, por exemplo, a renda das pessoas ou a renda nacional.

Um segundo elemento que deve ser ressaltado na visão hegemônica da renda diz respeito às suas possibilidades operacionais na mensuração do desenvolvimento econômico. Com efeito, medir a renda das pessoas implica a utilização de métodos mais simples em função de três fatores. O primeiro deles é a disponibilidade de dados em todos os países do mundo sobre a renda das pessoas ou a renda nacional. O segundo é que atualmente a quantificação da renda já está relativamente padronizada, temos como exemplo a renda nacional ou o Produto Interno Bruto. Finalmente, a renda apresenta um enorme poder de sintetizar as outras variáveis, dado que a moeda possui a virtude de padronizar o valor das diversas mercadorias ou serviços.

No entanto, há vários questionamentos possíveis de serem feitos a esta ótica restrita. Podemos sintetizá-los a partir do diálogo de um casal indiano descrito por Sen. Quando Maitreyee responde ao marido sobre a utilidade da riqueza, comentando que a mesma não proporcionará a ela a imortalidade, duas questões são colocadas nesta discussão. Em primeiro lugar, a relação entre a evolução da renda e a evolução de

outras variáveis importantes para o desenvolvimento humano. Ao longo de todo o seu argumento, Sen demonstra, mediante inúmeros exemplos, que a renda não expressa direta ou indiretamente o desenvolvimento humano de um indivíduo ou de uma sociedade. Mais especificamente, não existem correlações robustas entre a renda e, por exemplo, indicadores de saúde, educação, segurança pública, entre outras. Em alguns países, a renda é extremamente alta, porém isto não gera impacto em outros indicadores.

“A presença de níveis elevados de desemprego na Europa (cerca de 10% a 12%) em muitos dos principais países europeus implica privações que não são bem refletidas pelas estatísticas de distribuição de renda. [...] Mas o desemprego não é meramente uma deficiência de renda que pode ser compensada por transferências do Estado [...]; é também uma fonte de efeitos debilitadores muito abrangentes sobre a liberdade, a iniciativa e as habilidades dos indivíduos” (Sen, 2000:35).

Em outro exemplo, Sen compara os habitantes de Kerala na Índia com a população afro-americana nos Estados Unidos, mostrando que apesar de ter uma renda muito inferior, os habitantes de Kerala possuem taxas de sobrevivência maiores do que os afro-americanos nos Estados Unidos (Sen, 2000:37).

O fato que merece ser sublinhado é que uma visão unilateral de desenvolvimento humano, a partir exclusivamente da evolução da renda, faz com que não consigamos apreender as inter-relações entre as diferentes dimensões da atividade humana e, assim, limitar a nossa análise ao funcionamento do mercado. Uma das inter-relações importantes que não são expressas nessa visão restritiva diz respeito ao papel fundamental do Estado, por exemplo, na função de planejar ações de promoção de saúde e de prevenção de doenças.

Em síntese, analisar o desenvolvimento somente da perspectiva da renda não nos mostra a realidade propriamente dita, isto é, faz um recorte radical da realidade de uma localidade, cuja conseqüência, por exemplo, é não discutir a fundo o papel do Estado na provisão de serviços públicos.

Uma segunda questão que merece destaque é a relação entre os diversos mercados em funcionamento e a renda. Da perspectiva do desenvolvimento humano como o aumento de renda, os mercados possuem o papel de geração de renda desde que os preços expressem sem distorções os valores das mercadorias. Deste ângulo, deixa-se de lado o fato de que o acesso aos diversos mercados possui por si mesmo um grande valor na expansão das liberdades, independentemente se houve ou não aumento da renda. Deve ser levado em consideração que esse acesso também pode gerar a privação de determinadas liberdades constitutivas, ainda que se verifique de fato um aumento da renda das pessoas.

Com efeito, pode-se dizer que ao utilizar a visão mais ampla de Sen seríamos capazes de captar e avaliar a expansão ou a privação da liberdade como um todo, pois estaríamos atentos às outras dimensões que influenciam a liberdade.

Quando levamos a discussão desta visão restrita para as políticas públicas e o papel do Estado, temos que a função do Estado é específica e temporal, isto é, atuará somente em face das falhas de mercado e distorções de preços. No entanto, o Estado possui outras atribuições, como, por exemplo, garantir o funcionamento institucional e a estabilidade dos mercados através do respeito aos contratos. Outra importante função do Estado, mesmo estando o mercado em equilíbrio, é zelar pelo respeito a outras liberdades e direitos que podem estar sendo violados justamente pelo aparente bom funcionamento do mercado. Um exemplo clássico desta função é o trabalho infantil, em que as crianças estão sendo remuneradas, porém, seus direitos estão sendo violados.

### **1.1.2. Algumas considerações metodológicas na mensuração do desenvolvimento como liberdade**

Nas subseções anteriores, descrevemos a lógica e a “racionalidade” do conceito de desenvolvimento humano proposto por Sen. Por outro lado, mostramos – ainda que de forma muito esquemática – as vantagens deste conceito em relação a outras propostas em voga, principalmente a que assume o nível de renda como objetivo central do desenvolvimento humano. Nesta subseção, pretende-se qualificar a expansão da liberdade como fim último do desenvolvimento humano.

Em primeiro lugar, a definição de Sen obriga-nos a uma contínua divisão e readequação do conceito de liberdade em função da constante inclusão de outras esferas de ação da atividade humana, que podem vir a afetar a liberdade individual. Com efeito, o dinamismo da realidade das sociedades, a evolução tecnológica e do conhecimento, a transformação permanente das relações internacionais, sejam estas políticas ou econômicas, exigem uma tarefa rotineira de repensar o conjunto de liberdades que podem de uma forma ou de outra alterar o conceito de desenvolvimento humano.

Um exemplo é o desenvolvimento da medicina, especificamente no campo da genética. Os avanços nesta área trarão certamente consigo, em um futuro muito próximo, a discussão ética e social da relação entre gerações. Constituirá um direito e, portanto, um aumento da liberdade, a escolha do sexo dos filhos a partir da possibilidade de manipulação genética? Com o avanço da medicina, que tem como consequência imediata o aumento na esperança de vida, coloca-se como um sério problema a discussão da previdência social.

Além destas questões, e inúmeras outras, pode-se demonstrar que a proposta de Sen nos impõe o dever de pensar e repensar, de forma permanente, o conceito de desenvolvimento humano como liberdade.

Devemos considerar, ainda no plano conceitual, uma segunda questão que consiste na dificuldade de relacionar as diversas liberdades constitutivas de um indivíduo de forma harmônica. As relações entre estas liberdades constitutivas podem expressar conflitos entre elas, o que é perigoso, pois teríamos que admitir que existe um conflito inerente e, portanto, estrutural entre essas liberdades.

Sen contorna este problema afirmando que as relações entre essas liberdades estão sujeitas a verificações empíricas e, portanto, dizem respeito à liberdade como um conjunto de instrumentos ou meios. Não encontramos nenhuma razão robusta e convincente para a afirmação de Sen de que essas liberdades, possivelmente conflitantes, não se apresentam no conceito de liberdade como um fim. Este fato impede o autor de desenvolver os seus argumentos de uma forma mais específica em relação à definição da liberdade como um fim.

Na próxima subseção, nos dedicaremos a discutir o papel instrumental da liberdade no desenvolvimento humano.

## **1.2. Os instrumentos do Desenvolvimento Humano**

A outra dimensão da liberdade, para Amartya Sen, decorre da segunda razão importante para a adoção da liberdade como desenvolvimento humano. Esta razão consiste em que a liberdade é o determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social, denominada por Sen como razão avaliatória (Sen, 2000:33).

Portanto, este segundo papel da liberdade se diferencia da liberdade como objetivo primordial do desenvolvimento na sua função instrumental, para promover o desenvolvimento humano. Simplificando, pode-se dizer que a liberdade nesta segunda dimensão é traduzida como um meio, um instrumento para alcançar o fim primordial do desenvolvimento humano.

A verdadeira contribuição do conjunto de liberdades instrumentais só pode ser avaliada empiricamente. Os diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relações entre si, um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover outros tipos de liberdade. Essas liberdades instrumentais tendem a contribuir para a capacidade geral do indivíduo viver mais livremente, mas também apresentam uma forte complementaridade entre elas.

Segundo Sen, existe uma grande diversidade de instrumentos envolvidos que contribuem, direta ou indiretamente, para as liberdades que os indivíduos têm para

viver como desejariam. Há cinco tipos de liberdades instrumentais que merecem ser enfatizadas. De modo algum, segundo o próprio autor, esta lista é completa. São elas:

- liberdades políticas;
- facilidades econômicas;
- oportunidades sociais;
- garantias de transparência;
- segurança protetora.

A grande questão agora passa a ser a determinação específica das relações entre estas cinco dimensões, assim como mensurar o impacto de uma dimensão sobre as outras. Como veremos na próxima subseção, o Índice de Desenvolvimento Humano desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento representa um esforço para que essa mensuração possa ser alcançada.

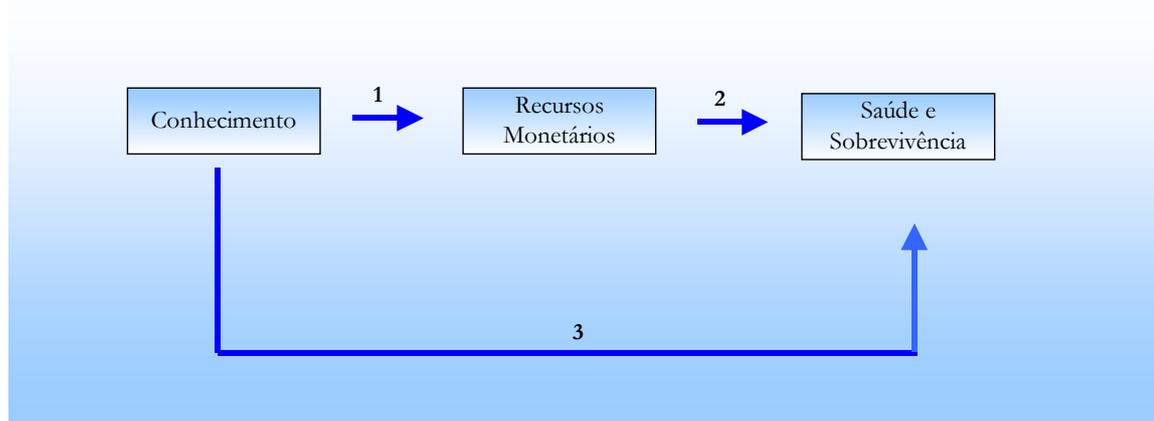
### **1.3. Como medir o Desenvolvimento Humano?**

As subseções anteriores tiveram por objetivo levantar as principais questões teórico-metodológicas do conceito de desenvolvimento humano, como a “expansão das liberdades” sugerida por Amartya Sen. Nesta subseção discutiremos a relação entre as dimensões propostas pelo IDH e descreveremos os indicadores e as dimensões que compõem o IDH.

#### **1.3.1 Selecionando dimensões para entender as relações entre meios e fins**

O IDH inclui três dimensões para o seu cálculo, são elas: educação, renda e saúde. Nesta proposta se considera a educação e a renda como instrumentos, enquanto a saúde se constitui em um fim. Empiricamente está demonstrado que o nível de educação dos indivíduos influencia na renda dos mesmos.

### Fluxograma 1: Inter- relação entre as dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH



De acordo com o Fluxograma 1, a relação entre as três dimensões consideradas pelo IDH é expressa pelas setas de cor azul.

Esta simplificação deve-se a um fato de extrema relevância. O IDH foi concebido para que fosse possível uma comparação entre todos os países do mundo. Devido a este fato, ou seja, à necessidade de compatibilização de diversos dados, de diversas fontes e em diversas localidades, esse índice se tornaria inviável se fossem introduzidas outras dimensões, pois a compatibilização metodológica seria praticamente impossível.

A grande vantagem do IDH consiste na possibilidade de realizar comparações entre todos os países do planeta. Nesta virtude reside a grande popularidade do Relatório de Desenvolvimento Humano editado anualmente pelo PNUD.

A principal desvantagem está na extrema simplificação e no recorte drástico do conceito de desenvolvimento humano como liberdade proposto por Amartya Sen.

Uma segunda desvantagem, raramente citada, consiste em que muitos índices que pretendem mensurar o desenvolvimento humano nos países com maior grau de desenvolvimento, hoje se concentram no âmbito familiar. Pesquisas tais como a qualidade de vida das mulheres no âmbito do trabalho doméstico e a qualidade de vida relacionada com a segurança das crianças no lar trabalham com um universo completamente diferente: a família.

No Brasil, praticamente, todos os indicadores e índices de desenvolvimento humano – ou de qualidade de vida – tomam como unidade de análise critérios geográficos e não a família. A descrição metodológica dessas diferenças encontra-se amplamente discutida em Barros et alii (2003). Os autores mostram, por exemplo, a

diferença entre o IDH convencional e o IDH-família proposto por eles, mostrando claramente que o IDH mensura o desenvolvimento humano de forma geográfica, mas não o desenvolvimento da família. A única exceção – dentro do IDH – seria o indicador que mede a renda familiar per capita, mas nada diz em relação a serviços, bens produzidos e consumidos no âmbito familiar e que estaria dando uma noção fidedigna e acurada do desenvolvimento humano no interior da família.

Por que algumas dimensões são consideradas meios e outras são consideradas fins em relação ao IDH? As dimensões meio são aquelas que os indivíduos utilizam para alcançar determinados fins em suas vidas. O conhecimento (1) é considerado o meio mais básico de todos os meios, é o nível de educação de um indivíduo que irá determinar a disponibilidade de seus recursos monetários (2).

Os meios são os instrumentos para alcançar determinados fins. Através dos meios, o indivíduo poderá melhorar as suas condições de saúde (3).

O Índice de Desenvolvimento Humano, conforme foi mencionado anteriormente, tem como objetivo mensurar as condições de vida de uma população, a partir de três dimensões, também denominadas IDH temáticos: educação (IDH-educação), renda (IDH-renda) e saúde (IDH-longevidade). No caso do IDH-educação, incorporam-se dois indicadores: a taxa de alfabetização e a taxa bruta de freqüência à escola. O IDH-renda inclui apenas um indicador: a renda per capita. Finalmente, o IDH-longevidade inclui a esperança de vida ao nascer. A agregação destes índices temáticos responde a critérios arbitrários no que diz respeito à definição do peso de cada uma dessas dimensões.

## Referências Bibliográficas

- BARROS, Ricardo, CARVALHO, Mirela e FRANCO, Samuel. (2003), “O Índice de Desenvolvimento da Família”. *Texto para Discussão*, nº 986, IPEA, outubro.
- GOMES, Alexandre. (s.d.), *A Democracia de Cada Um: Análise do Texto Considerações sobre o Governo Representativo de Stuart Mill*. Consultado em <http://resenhas.sites.uol.com.br/mill.html>
- SEN, Amartya. (2000), *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SEN, Amartya. (1984), *Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation*. Oxford, Oxford University Press.

# O MERCADO DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO DESIGUALDADES INTERNAS E COMPARAÇÃO COM OUTRAS CIDADES DO PAÍS

---

João Saboia\*

## 1. Introdução

A década de 90 foi marcada por grandes flutuações na economia brasileira<sup>4</sup>. Iniciada sob forte recessão no governo Collor de Mello, recuperou-se a partir de 1993. Em 1994, com o Plano Real, houve aumento do fôlego da economia – naquele ano, o crescimento atingiu quase 6%. A partir de 1996, entretanto, começou um processo de desaceleração, dando origem a um novo período recessivo em 1998/99, quando a economia voltou à estagnação. Em 2000, houve nova *performance* favorável, com crescimento de 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Nos últimos anos, os desequilíbrios voltaram a se acentuar e a economia enfrentou nova fase de estagnação. O crescimento ficou em torno de 1,5% ao ano no biênio 2001/02. Para o período 1991/2002 como um todo, a taxa de crescimento do PIB não passou de 2,5% ao ano, bem abaixo da taxa histórica de 7% anuais ocorrida no país até o final dos anos 70.

O mercado de trabalho seguiu a reboque os passos da economia, melhorando nas fases de crescimento e piorando durante a desaceleração e a recessão. A questão do desemprego passou a ser uma das principais preocupações da população, como comprovam várias pesquisas de opinião pública realizadas nos últimos anos, sendo reconhecida por todos, inclusive pelas autoridades nos diversos níveis de governo.

A cidade do Rio de Janeiro não fugiu à regra. Embora possuindo características peculiares, em parte pela herança de ter sido a sede da capital do país, seu mercado de trabalho tem passado por dificuldades similares às encontradas nas demais regiões metropolitanas. As conseqüências são visíveis no dia-a-dia da população: filas descomunais de pessoas em busca de emprego – como na recente abertura de vagas para garis –, aumento da violência e outras mazelas decorrem diretamente das dificuldades econômicas do país refletidas na cidade do Rio de Janeiro.

Embora uma série de estudos acadêmicos sobre o mercado de trabalho brasileiro tenha sido desenvolvida nos últimos anos, pesquisas específicas sobre o tema voltadas para o Rio de Janeiro e, mais propriamente, para a cidade do Rio de

---

\* Professor titular e diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ).

<sup>4</sup> O autor agradece à Valéria Ferreira pelo processamento dos dados do Censo Demográfico, à Juliana Bastos pelo processamento dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego, à Izabel Zborowsky e Carla Amrein pela edição das tabelas e gráficos e a Luiz Eduardo Parreiras do IPEA pela disponibilização do arquivo da PME.



Janeiro têm sido relativamente raras. Nesse sentido, o trabalho aqui desenvolvido apresenta informações sobre o mercado de trabalho carioca ainda pouco conhecidas<sup>5</sup>.

## 2. Metodologia e organização do trabalho

A análise desenvolvida aqui utiliza dois tipos de dados. Em primeiro lugar, informações da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, com os dados referentes a seis regiões metropolitanas, destacando-se a situação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) em face das demais<sup>6</sup>. Conquanto o principal interesse do trabalho seja o município do Rio de Janeiro, seu peso no interior da RMRJ é muito grande, de modo que as informações da PME servem de pano de fundo para a análise desenvolvida no restante do texto a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

O mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro funciona de forma articulada com o da RMRJ. A cidade é um pólo de atração para os moradores da RMRJ; por outro lado, muitos moradores da cidade do Rio de Janeiro trabalham fora do município, porém no interior da RMRJ. Portanto, as informações da PME são muito importantes para a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho local, que poderia ser distorcida pela análise exclusiva dos dados do Censo Demográfico na cidade do Rio de Janeiro.

Na medida em que a PME fornece um amplo conjunto de informações sobre o mercado de trabalho, bem mais completo que o obtido a partir do Censo Demográfico, foram selecionadas para apresentação algumas estatísticas que cobrem os mais variados aspectos do mercado de trabalho metropolitano. Inicialmente, discute-se cada uma das estatísticas escolhidas; em seguida, os dados são transformados em indicadores, permitindo medir o grau de desenvolvimento do mercado de trabalho em cada uma das seis regiões metropolitanas ao longo do período 1991/2002, confirmando a deterioração sofrida pelo mercado de trabalho e a posição da RMRJ diante das demais regiões metropolitanas<sup>7</sup>. Logo depois, são analisados os dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 em 12 importantes capitais do país, de modo a apresentar um quadro comparativo detalhado da situação do mercado de trabalho no

---

<sup>5</sup> A melhor fonte de informações sobre o mercado de trabalho do Rio de Janeiro é o boletim *O Mercado de Trabalho do Rio de Janeiro – Conjuntura e Análise* publicado pela Prefeitura do Rio de Janeiro de 1997 a 2000. A partir de 2001, este boletim foi suspenso e passou a ser publicado pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) sob o título de *Rio de Janeiro – Trabalho e Sociedade*. Os dados e artigos dos dois boletins tratam principalmente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e só eventualmente apresentam informações do Município do Rio de Janeiro. Para uma discussão sobre o mercado de trabalho da RMRJ na década de 80, ver Saboia (1991).

<sup>6</sup> As seis regiões metropolitanas cobertas pela PME são: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

<sup>7</sup> A metodologia utilizada para a montagem do sistema de indicadores do mercado de trabalho foi desenvolvida originalmente em Saboia (2000).

Rio de Janeiro. Finalmente, são destacadas as informações do mercado de trabalho em 31 regiões administrativas (RAs) do município do Rio de Janeiro em 1991 e 2000, mostrando os enormes desníveis existentes no interior da cidade do Rio de Janeiro<sup>8</sup>. O trabalho é encerrado com as principais conclusões.

O trabalho traz, ainda, dois anexos. No primeiro, é apresentada a metodologia para a construção do índice utilizado para a análise do mercado de trabalho na RMRJ que, por sua vez, está baseado na metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU. No segundo anexo, que pode ser encontrado no CD-ROM, é apresentado um conjunto de tabelas montado a partir dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 com dados das 12 cidades analisadas (inclusive o Rio de Janeiro) e das RAs da cidade do Rio de Janeiro.

### **3. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

Nesta seção, é feita uma caracterização do mercado de trabalho nas seis regiões metropolitanas cobertas pela PME/IBGE no período 1991/2002. A análise utiliza um conjunto de variáveis que são posteriormente transformadas em indicadores, de modo a permitir a comparação entre a RMRJ e as demais RMs cobertas pela PME. Tais resultados servem de referência para a análise baseada no Censo Demográfico de 2000 desenvolvida nas seções seguintes, quando o mercado de trabalho do município do Rio de Janeiro será comparado com o de outras capitais e desagregado para verificar os desníveis em seu interior.

#### **3.1. Desemprego**

Todas as seis RMs apresentaram forte crescimento do desemprego durante a última década. O Rio de Janeiro, entretanto, iniciou e terminou os anos 90 com a menor taxa de desemprego entre as RMs pesquisadas. Sua taxa média passou de 3,6% para 5,4% no período. Em 2002, o desemprego chegava a atingir 8,4% em São Paulo, mostrando a situação relativamente favorável da RMRJ nesse aspecto<sup>9</sup>.

O desemprego torna-se mais grave na medida em que atinge os chefes de família, responsáveis pela maior parcela da renda familiar. A participação dos chefes entre os desempregados na RMRJ sofreu pequenas modificações ao longo da década, terminando praticamente no mesmo nível inicial. Enquanto 29,9% de sua população desempregada era constituída por chefes de família em 1991, no final do período

<sup>8</sup> A RA da Ilha de Paquetá não é analisada por problemas nos dados levantados pelo Censo.

<sup>9</sup> A taxa de desemprego utilizada corresponde ao conceito de desemprego aberto de sete dias, considerando-se como desempregada a pessoa que procurou emprego durante a semana de referência da pesquisa.

analisado sua participação atingia 30,1%. Nas outras RMs, houve casos de crescimento e de queda da importância dos chefes entre os desempregados. Em 2002, a RMRJ encontrava-se em situação privilegiada em relação às demais. Nesse ano, os percentuais de chefes entre os desempregados superavam 34% em Salvador e Recife.

Outro aspecto importante do desemprego é sua duração. Quanto mais tempo o trabalhador permanecer desempregado, mais difícil será seu retorno ao mercado de trabalho. Nesse sentido, houve grande crescimento do desemprego de longa duração durante a década. Na RMRJ, o percentual de desempregados com 12 meses ou mais sem trabalho aumentou bastante, passando de 13,0% em 1991 para 23,0% em 2002. Apesar disso, o quadro apresentado pela RMRJ era o mais favorável entre as RMs em 2002, quando o percentual de desempregados há 12 meses ou mais chegou a atingir 35,3% em Salvador.

Em resumo, os dados de desemprego apontam claramente no sentido de uma piora das condições do mercado de trabalho ao longo da última década. A RMRJ, entretanto, coloca-se em uma situação mais favorável quando comparada com as demais RMs pesquisadas pela PME.

### **3.2. Rendimento e desigualdade**

Um segundo aspecto fundamental na análise do mercado de trabalho é o nível de rendimento dos trabalhadores e as desigualdades em sua distribuição. Em geral, os rendimentos aumentaram até 1996/97 como consequência do Plano Real, caindo em seguida. Para o período como um todo, houve aumento do nível de renda em três RMs e queda nas outras três. Na RMRJ, o nível médio passou de R\$ 609, em 1991, para R\$ 628, em 2002, com crescimento de apenas 3%. Em 2002, o rendimento médio da RMRJ era inferior apenas ao de São Paulo (R\$ 800), sendo ligeiramente superior ao de Porto Alegre (R\$ 615). O menor era encontrado em Salvador (R\$ 399)<sup>10</sup>.

Foram utilizados dois indicadores de desigualdade na distribuição dos rendimentos do trabalho. Em geral, os diferenciais de rendimento, segundo o nível de escolaridade dos trabalhadores, diminuíram nas várias RMs, subindo apenas em São Paulo. No caso da RMRJ, a relação entre o nível de rendimentos dos trabalhadores com 12 anos ou mais e com 4 anos ou menos de estudo caiu de 4,8 para 4,3, representando uma pequena redução das desigualdades salariais. Em 2002, a RMRJ tinha a terceira menor desigualdade – apenas Porto Alegre (4,0) e São Paulo (4,1) apresentavam resultados mais favoráveis. Tal relação chegava a atingir o valor 5,5 em

---

<sup>10</sup> O nível médio de rendimento é medido em reais de janeiro de 2000.

Salvador e Recife, significando que os trabalhadores com maior escolaridade ganhavam, em média, cinco vezes e meia mais que os menos escolarizados.

Uma outra forma de se medir as desigualdades salariais é a partir da relação entre os salários médios dos trabalhadores com carteira assinada e sem carteira assinada. A tendência foi de redução das desigualdades salariais segundo a posse ou não da carteira de trabalho assinada. Na RMRJ, passou de 1,16 para 0,98, significando que, em 2002, os trabalhadores com carteira assinada ganhavam praticamente o mesmo que aqueles que não possuíam o registro na carteira de trabalho. Em São Paulo, o diferencial chegava a 29% em favor daqueles que tinham carteira assinada<sup>11</sup>.

Verifica-se, portanto, que a RMRJ apresenta indicadores intermediários entre aqueles encontrados nas demais RMs, quando considerados os dados de nível e desigualdade dos rendimentos do trabalho. Em geral, a evolução durante a década aponta na direção de melhoria dos indicadores de rendimento nas várias RMs, especialmente no aspecto distributivo.

### **3.3. Inserção no mercado de trabalho**

Nesta seção, são discutidos os dados representativos de três aspectos importantes das formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho – o grau de formalização da força de trabalho; o nível de escolaridade dos trabalhadores; e a importância relativa da indústria, esfera em que se localiza boa parte dos melhores empregos do país.

A variável mais adequada da PME para se medir a importância do mercado formal de trabalho é o percentual de empregados com carteira assinada. Nesse aspecto, o mercado de trabalho metropolitano andou para trás. Nas seis RMs, houve forte redução do percentual de empregados com carteira assinada. Na RMRJ, caiu de 50,1% para 41,7%. Em 2002, o percentual encontrado na RMRJ superava apenas aquele de Recife (39,7%). Um dado que confirma a redução do grau de formalidade no país é o fato de São Paulo ter, em 2002, um percentual de trabalhadores com carteira assinada (46,9%) próximo ao encontrado em Recife (46,1%), em 1991.

No caso do nível de escolaridade dos trabalhadores, os dados são relativamente favoráveis. Embora a escolaridade média dos trabalhadores ainda permaneça baixa, quando comparada com o padrão internacional, houve nítida tendência de crescimento. Ao se considerar o percentual de trabalhadores com 12 anos ou mais de estudo, por

---

<sup>11</sup> O fato de se encontrar rendimentos maiores para os empregados sem carteira assinada do que para os empregados com carteira em alguns casos como Porto Alegre deve-se à inclusão dos funcionários públicos entre os empregados sem carteira pela PME.

exemplo, verifica-se que houve aumento em todas as RMs. Na RMRJ, passou de 15,6% para 21,6% da força de trabalho. Em 2002, apenas São Paulo superava o percentual encontrado na RMRJ, atingindo 22,8%.

Entre suas diversas características, a indústria é conhecida pela capacidade de gerar bons empregos. Geralmente, com carteira assinada e, muitas vezes, bem remunerados quando comparados com a maioria dos empregos do comércio, serviços e agricultura. No interior da indústria, apenas a construção civil é famosa pela precariedade e alta rotatividade de seus empregos. O emprego industrial passou por grandes dificuldades na última década. Ao mesmo tempo que a indústria apresentava baixo crescimento, seu nível de produtividade aumentava muito. Ao se considerar o percentual de empregos gerados pela indústria (exclusive construção civil), nota-se forte redução em todas as RMs. No caso da RMRJ, sua participação passou de 17,3% para 11,0%. Em 2002, apenas Salvador (9,1%) possuía um percentual inferior ao encontrado na RMRJ. Este dado confirma a pequena importância da indústria na RMRJ.

Portanto, dos três aspectos relativos às formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho consideradas nesta seção, apenas o nível de escolaridade apresentou melhora na década, tanto na RMRJ quanto nas demais RMs. Quanto aos dois outros – grau de formalidade e importância do emprego industrial –, a RMRJ encontra-se em situação relativamente desfavorável em face das demais regiões metropolitanas.

### **3.4. Síntese da evolução do mercado de trabalho na RMRJ**

Os dados apresentados acima foram transformados em indicadores, utilizando-se a mesma metodologia desenvolvida pelo Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. Trata-se, simplesmente, de transformar os dados originais da PME em indicadores que variam entre 0 (zero) e 1 (um), de tal forma que quanto mais próximo do valor 0, pior será a situação representada, e quanto mais próximo de 1, melhor<sup>12</sup>.

Inicialmente, são construídos três indicadores-síntese – de desemprego, de rendimentos e de inserção no mercado de trabalho. Cada um deles utiliza as três estatísticas correspondentes já discutidas. Em seguida, é construído um indicador-síntese *global* para o mercado de trabalho, obtido a partir da média dos três indicadores-síntese anteriores.

---

<sup>12</sup> Em anexo há um detalhamento da metodologia utilizada para o cálculo dos indicadores do mercado de trabalho.

Os Gráficos 1 a 3 apresentam os indicadores-síntese nas três dimensões utilizadas nas seis RMs no período 1991/2002. O Gráfico 4 ilustra o indicador-síntese global.

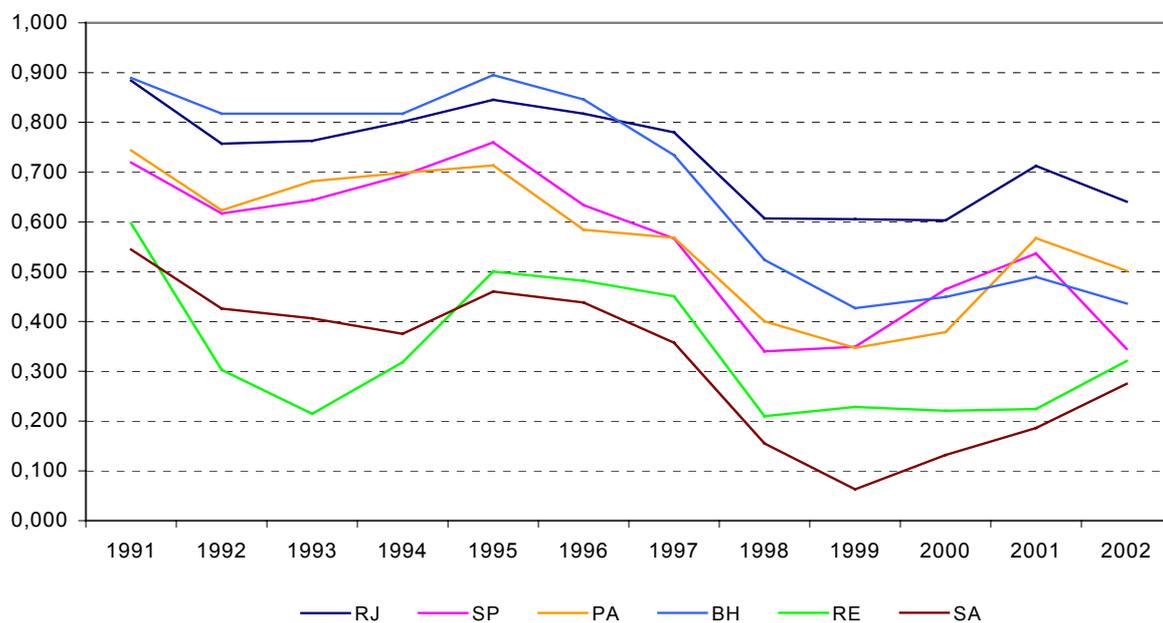
O indicador-síntese de *desemprego* seguiu de perto o ciclo econômico da última década, piorando na recessão do início dos anos 90, melhorando durante a recuperação, voltando a piorar na segunda metade da década, tendendo a pequenas flutuações no final do período. Todas as seis RMs tiveram seu índice-síntese de desemprego reduzido ao longo da década. No caso da RMRJ, caiu de 0,884, em 1991, para 0,641, em 2002. Neste último ano, o índice-síntese de desemprego da RMRJ era, com destaque, o melhor entre as seis RMs cobertas pela PME.

Diferentemente do anterior, o indicador-síntese de *rendimento* melhorou em todas as RMs, exceto em São Paulo, onde houve pequena redução no período. A década foi marcada pela redução do indicador até 1992, forte recuperação a partir de 1993, atingindo o valor máximo próximo a 1997, e tendência a uma certa estabilização no final do período. Na RMRJ, subiu de 0,608, em 1991, para 0,693, em 2002. Neste último ano, o Rio de Janeiro perdia apenas para São Paulo (0,770) e Porto Alegre (0,725).

O indicador-síntese de *inserção* no mercado de trabalho piorou na primeira metade da década, apresentando pequenas flutuações desde então. Da mesma forma que no caso do indicador de desemprego, houve piora em todas as seis RMs. Na RMRJ, passou de 0,536 para 0,360, situando-se, em 2002, bem abaixo de Porto Alegre (0,645) e São Paulo (0,626) e um pouco abaixo de Belo Horizonte (0,430).

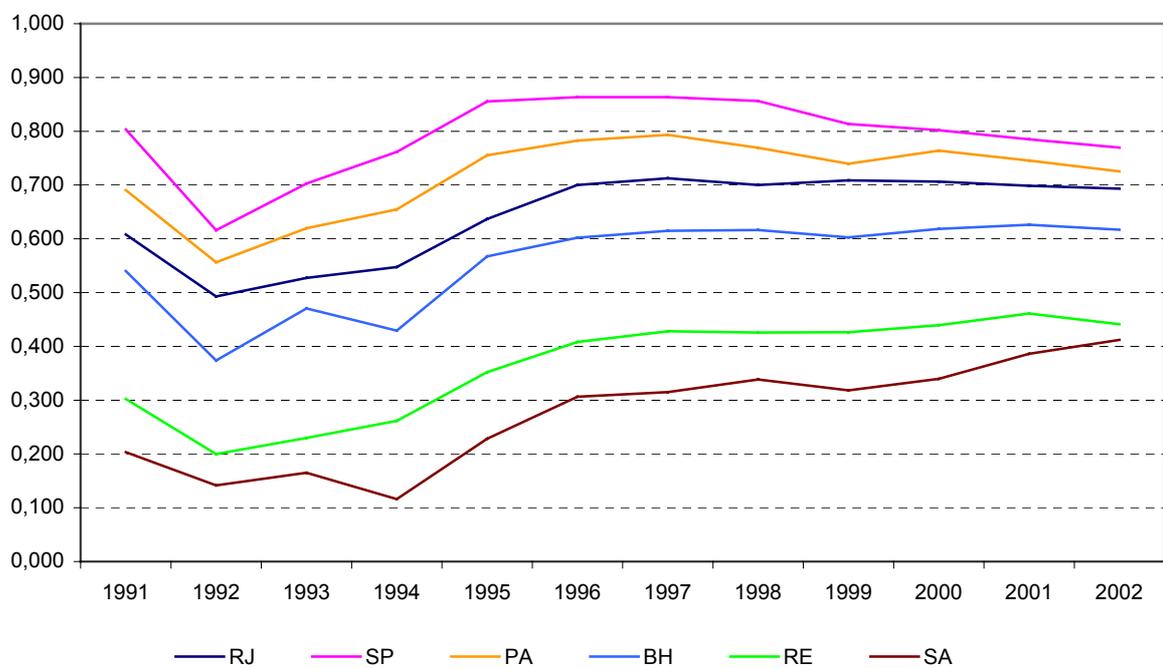
Finalmente, o indicador-síntese *global* do mercado de trabalho, que corresponde à média dos anteriores, mostra uma inequívoca tendência à piora ao longo da última década. Em geral, caiu até 1992/94, recuperou-se em seguida, voltando a cair a partir de 1996/97 e mostrando sinais de recuperação nos últimos anos. Na RMRJ, passou de 0,676, em 1991, para 0,565, em 2002. No final do período, o Rio de Janeiro situava-se em terceiro lugar, abaixo de São Paulo (0,580) e Porto Alegre (0,624), mas acima de Belo Horizonte (0,494). Recife e Salvador possuem indicadores bem inferiores às capitais do Sul/Sudeste. Cabe mencionar que a posição relativa da RMRJ só permaneceu a mesma ao longo da década (terceiro lugar entre as seis regiões metropolitanas), em grande parte, graças aos resultados mais favoráveis no conjunto de indicadores de desemprego.

**Gráfico 1**  
**Indicador- síntese de desemprego por região metropolitana 1991/2002**



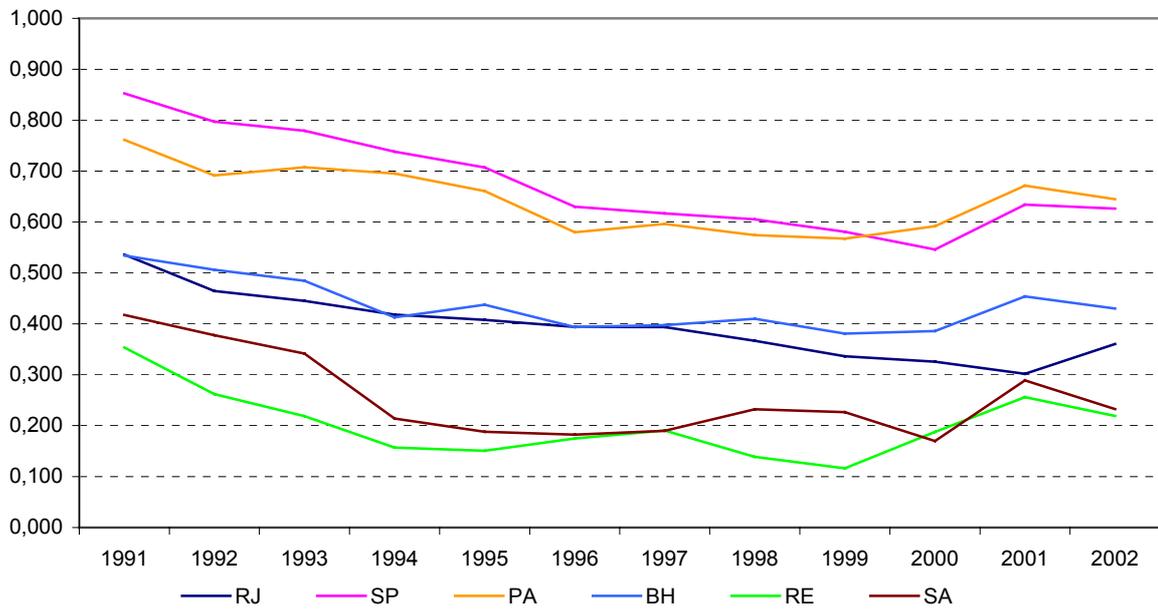
Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego

**Gráfico 2**  
**Indicador-síntese de rendimento por região metropolitana 1991/2002**



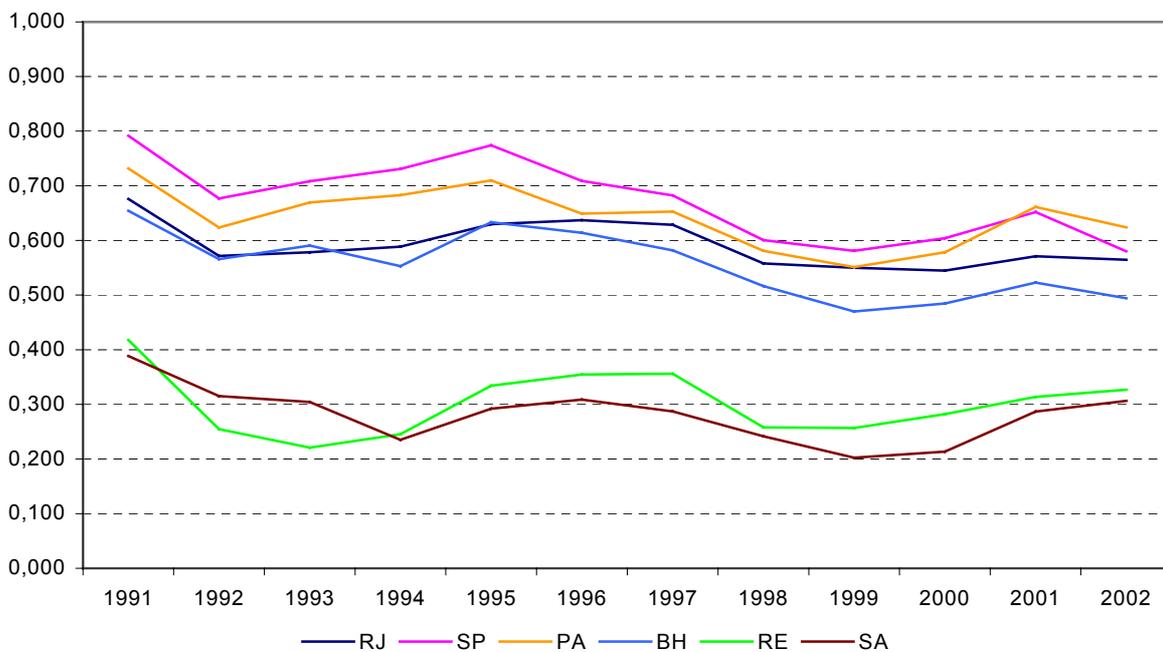
Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego

**Gráfico 3**  
**Indicador-síntese de inserção no mercado de trabalho por região metropolitana - 1991/2002**



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego

**Gráfico 4**  
**Indicador-síntese global do mercado de trabalho por região metropolitana - 1991/2002**



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego

#### 4. O município do Rio de Janeiro e os demais municípios comparados

Nesta seção, o mercado de trabalho da cidade do Rio de Janeiro será examinado a partir das informações levantadas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Inicialmente, será desenvolvida uma análise comparativa com outras capitais do país, seguindo-se a abertura dos dados segundo as 32 RAs da cidade, o que permitirá visualizar os diferenciais existentes em seu interior<sup>13</sup>.

Segundo o Censo, com 5.857.904 pessoas, o Rio de Janeiro era a segunda cidade mais populosa do Brasil em 2000, perdendo apenas para São Paulo. Sua população em idade ativa (PIA), i.e., com 10 anos ou mais, atingia 4.976.601, correspondendo a 85,0% da população. A população economicamente ativa (PEA)<sup>14</sup> chegava a 2.791.262, indicando uma taxa de atividade de 56,1%, uma das menores dentre as 12 cidades pesquisadas, superando apenas a de Fortaleza (55,3%), Recife (54,8%) e Belém (54,7%).

A taxa de desemprego no Rio de Janeiro (15,9%) era inferior à encontrada na maioria das demais cidades, colocando-o em uma situação relativamente favorável nessa dimensão do mercado de trabalho<sup>15</sup>. Em Salvador, por exemplo, atingia 24,8%; em Manaus, 23,8%; em Recife, 21,4%. Apenas três cidades possuíam taxas de desemprego menores que as do Rio de Janeiro – Goiânia (11,9%), Curitiba (14,1%) e Porto Alegre (14,7%)<sup>16</sup>.

Em 1991, a taxa de atividade do Rio de Janeiro era mais baixa (52,5%) que em 2000 (56,1%), situando-se, no período, no grupo de menores taxas entre as 12 cidades. A taxa de desemprego naquele ano não passava de 7,2%, mas em função de mudanças metodológicas não deve ser comparada com a encontrada em 2000.

---

<sup>13</sup> A apresentação ao longo do trabalho baseia-se nos dados de 2000, seguindo-se ao final de cada seção uma comparação com 1991.

<sup>14</sup> A PEA inclui as pessoas ocupadas e as desocupadas/desempregadas em busca de emprego.

<sup>15</sup> Este dado confirma os resultados relativamente favoráveis para a taxa de desemprego na RMRJ discutidos na última seção.

<sup>16</sup> A taxa de desemprego levantada pelo Censo Demográfico tende a apresentar valores mais elevados que os obtidos em outras fontes de dados como a PME e a Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD) por razões de diferenças metodológicas.

**Tabela 1**  
**Informações Básicas sobre o Mercado de Trabalho no Rio de Janeiro e Outras Cidades: 1991**

Rio de Janeiro e grandes cidades	População Total	População em idade ativa (PIA)		População ocupada (PO)		População desempregada		População aposentada		Taxa de atividade	Taxa de desemprego
		Total	(%)	Total	(% da PIA)	Total	(% da PIA)	Total	(% da PIA)	(%)	(%)
Belém	1.244.689	970.134	77,9	421.815	43,5	38.727	4,0	47.160	4,9	47,5	8,4
Belo Horizonte	2.020.161	1.626.967	80,5	885.348	54,4	45.948	2,8	126.871	7,8	57,2	4,9
Brasília	1.601.094	1.242.738	77,6	665.351	53,5	34.744	2,8	54.122	4,4	56,3	5,0
Curitiba	1.315.035	1.058.120	80,5	570.769	53,9	31.776	3,0	71.689	6,8	56,9	5,3
Fortaleza	1.768.637	1.360.960	77,0	658.865	48,4	44.277	3,3	91.306	6,7	51,7	6,3
Goiânia	922.222	732.913	79,5	402.055	54,9	19.920	2,7	45.432	6,2	57,6	4,7
Manaus	1.011.501	759.408	75,1	337.882	44,5	46.127	6,1	29.995	4,0	50,6	12,0
Porto Alegre	1.263.403	1.038.360	82,2	557.546	53,7	25.513	2,5	106.183	10,3	56,2	4,4
Recife	1.298.229	1.034.343	79,7	457.701	44,3	51.545	5,0	75.657	7,3	49,2	10,1
Salvador	2.075.273	1.627.975	78,4	771.057	47,4	97.092	6,0	87.948	5,4	53,3	11,2
São Paulo	9.646.185	7.804.921	80,9	4.160.647	53,3	292.677	3,7	539.210	6,9	57,1	6,6
Rio de Janeiro	5.480.768	4.578.798	83,5	2.229.279	48,7	173.005	3,8	430.040	9,4	52,5	7,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991

**Tabela 2**  
**Informações Básicas sobre o Mercado de Trabalho no Rio de Janeiro e Outras Cidades: 2000**

Rio de Janeiro e grandes cidades	População Total	População em idade ativa (PIA)		População ocupada (PO)		População desempregada		População aposentada		Taxa de atividade	Taxa de desemprego
		Total	(%)	Total	(% da PIA)	Total	(% da PIA)	Total	(% da PIA)	(%)	(%)
Belém	1.280.614	1.039.895	81,2	460.540	44,3	107.981	10,4	77.693	7,5	54,7	19,0
Belo Horizonte	2.238.526	1.885.053	84,2	968.438	51,4	198.753	10,5	223.178	11,8	61,9	17,0
Brasília	2.051.146	1.658.731	80,9	852.842	51,4	174.908	10,5	114.086	6,9	62,0	17,0
Curitiba	1.587.315	1.328.398	83,7	712.040	53,6	116.677	8,8	131.327	9,9	62,4	14,1
Fortaleza	2.141.402	1.730.839	80,8	794.780	45,9	161.918	9,4	141.315	8,2	55,3	16,9
Goiânia	1.093.007	911.064	83,4	505.789	55,5	68.491	7,5	75.918	8,3	63,0	11,9
Manaus	1.405.835	1.082.901	77,0	468.084	43,2	146.337	13,5	58.856	5,4	56,7	23,8
Porto Alegre	1.360.590	1.154.262	84,8	601.085	52,1	103.426	9,0	172.012	14,9	61,0	14,7
Recife	1.422.905	1.183.444	83,2	510.090	43,1	138.874	11,7	127.423	10,8	54,8	21,4
Salvador	2.443.107	2.028.377	83,0	934.488	46,1	307.703	15,2	164.183	8,1	61,2	24,8
São Paulo	10.435.546	8.727.317	83,6	4.376.542	50,1	971.406	11,1	870.710	10,0	61,3	18,2
Rio de Janeiro	5.857.904	4.976.601	85,0	2.348.173	47,2	443.089	8,9	651.883	13,1	56,1	15,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

#### 4.1. População ocupada

Em 2000, a população ocupada no Rio de Janeiro atingia 2.348.173 pessoas, ou seja, 84,1% da PEA. Assim como nas demais cidades, a população ocupada no Rio de Janeiro é majoritariamente masculina (57,3%). A distribuição da população ocupada do Rio de Janeiro por faixa etária não foge ao padrão geral, entretanto, junto com Porto Alegre, o Rio de Janeiro tende a apresentar uma população ocupada mais velha que nas demais cidades. Isto pode ser notado, por exemplo, pelos percentuais mais elevados de pessoas ocupadas nas faixas etárias a partir de 40 anos e mais baixos nas faixas até 39 anos. O Rio de Janeiro destaca-se ainda pela incidência relativamente elevada de pessoas ocupadas universitárias com 12 anos ou mais de estudo (25,6%), perdendo somente para Porto Alegre (31,7%). Na outra extremidade do nível de escolaridade, o Rio de Janeiro apresenta um dos menores percentuais de pessoas ocupadas com até 4 anos de estudo (19,9%), superior apenas aos encontrados em Curitiba (18,2%) e Porto Alegre (16,0%).

**Tabela 3**  
**População ocupada por anos de estudo - 2000**

	0 a 4 anos		5 a 8 anos		9 a 11 anos		12 anos e mais	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Belém	106.380	23,3	123.293	27,0	162.453	35,5	65.240	14,3
Belo Horizonte	199.145	20,7	243.343	25,3	308.034	32,0	211.392	22,0
Brasília	168.431	20,0	215.293	25,6	275.793	32,8	182.330	21,7
Curitiba	128.751	18,2	156.832	22,2	242.870	34,3	179.322	25,3
Fortaleza	215.082	27,5	217.251	27,8	240.225	30,8	108.775	13,9
Goiânia	104.563	20,8	142.299	28,3	168.055	33,4	88.806	17,6
Manaus	102.766	22,2	137.996	29,8	174.217	37,6	48.307	10,4
Porto Alegre	95.441	16,0	134.573	22,6	177.127	29,7	188.530	31,7
Recife	117.525	23,3	118.975	23,5	155.160	30,7	113.764	22,5
Salvador	213.454	23,0	223.106	24,1	351.656	37,9	139.116	15,0
São Paulo	942.446	21,6	1.081.680	24,8	1.326.499	30,5	1.005.244	23,1
Rio de Janeiro	464.817	19,9	539.653	23,1	734.583	31,4	598.128	25,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Nas várias cidades pesquisadas é pouco comum os trabalhadores possuírem mais de um trabalho. Esta situação ocorre para apenas uma em cada vinte pessoas ocupadas. No Rio de Janeiro, somente 5,3% dos trabalhadores têm duas ou mais ocupações.

Em todas as cidades, há forte predomínio de pessoas ocupadas no setor terciário. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, mais 80% das pessoas estão ocupadas em ramos de atividades típicos do terciário, como comércio e reparação (18,9%), atividades imobiliárias e serviços às empresas (12,3%), alojamento e alimentação (6,3%), transporte e comunicação (7,7%), serviços domésticos (6,9%),

educação (6,7%), saúde e serviços sociais (6,3%), intermediação financeira (2,9%), administração pública (7,0%) e outros serviços (6,4%).

Conforme já havia sido mencionado na última seção, a participação da indústria no emprego no Rio de Janeiro é bem reduzida. A indústria de transformação absorve apenas 9,0% dos trabalhadores, enquanto a construção não passa de 5,7%. Em várias cidades, com diferentes níveis de desenvolvimento, a ocupação na indústria de transformação é bem mais elevada – São Paulo (16,6%), Manaus (16,4%), Curitiba (15,5%), Goiânia (15,1%) e Fortaleza (14,9%). Somente Brasília apresenta uma participação do emprego na indústria de transformação nitidamente inferior à encontrada no Rio de Janeiro. Por outro lado, o Rio de Janeiro, juntamente com Recife, possui o menor percentual de pessoas ocupadas na construção civil.

Apenas Curitiba (48,8%) e São Paulo (47,2%) possuem maiores percentuais de trabalhadores com carteira assinada que o Rio de Janeiro (45,7%). O maior nível de informalidade é encontrado em Belém, onde apenas 30,7% dos trabalhadores possuem carteira assinada.

Entre as demais posições na ocupação no Rio de Janeiro, podem ser mencionados os trabalhadores por conta própria (21,3%), os empregados sem carteira assinada (14,0%), os funcionários públicos (7,2%) e os trabalhadores domésticos (6,9%), dos quais 2,6% com carteira e 4,3% sem carteira assinada. Os empregadores representam apenas 3,8% da população ocupada na cidade.

Tendo em vista as características de posição na ocupação dos trabalhadores, há um grande contingente que não contribui para a Previdência Social. Mesmo entre os empregadores cariocas, apenas 77,4% são contribuintes. Embora possa ser considerada uma taxa de contribuição relativamente baixa, por se tratar de empregadores, esse percentual é superado apenas pelo encontrado em Porto Alegre (85,3%), Curitiba (81,0%) e São Paulo (80,6%). Em Belém, por exemplo, apenas 61,3% dos empregadores são contribuintes.

O nível de contribuição previdenciária é muito mais baixo entre os trabalhadores por conta própria. No Rio de Janeiro, 35,1% desses trabalhadores são contribuintes, percentual este que perde apenas para o encontrado em Porto Alegre (39,6%). Entre os empregados sem carteira assinada, a taxa de contribuição atinge 20,4% na cidade do Rio de Janeiro, sendo a mais elevada das 12 cidades. Entre os trabalhadores domésticos sem carteira assinada, são encontrados 15,8% de contribuintes, sendo mais uma vez o maior percentual entre as cidades pesquisadas.

É possível estimar a taxa de pessoas ocupadas contribuintes para a Previdência Social no Rio de Janeiro em 69,4%<sup>17</sup>. Embora este valor seja um dos maiores do país, aponta para a vulnerabilidade da situação previdenciária no Brasil, na medida em que um dos centros mais desenvolvidos do país possui cerca de 30% de seus trabalhadores sem cobertura previdenciária alguma.

A jornada média de trabalho na cidade do Rio de Janeiro é exatamente igual àquela estabelecida na Constituição (44 horas semanais). O primeiro quartil e a mediana situam-se em 40 horas semanais, enquanto o terceiro quartil atinge 50 horas semanais<sup>18</sup>. As jornadas médias situam-se entre 43 e 46 horas semanais nas várias cidades.

O nível médio de rendimentos do trabalho no Rio de Janeiro (R\$ 1.017) está entre os maiores do país, perdendo apenas para São Paulo (R\$ 1.186), Brasília (R\$ 1.126) e Curitiba (R\$ 1.084). Os menores valores médios são encontrados em Fortaleza (R\$ 621), Manaus (R\$ 655), Belém (R\$ 678) e Salvador (R\$ 679).

O primeiro quartil de rendimentos no Rio de Janeiro atinge R\$ 280, a mediana, R\$ 500 e o terceiro quartil, R\$ 1.000. Conforme pode ser notado, o rendimento médio é ligeiramente superior ao terceiro quartil, indicando uma distribuição de rendimentos bastante assimétrica à direita, típica de uma má distribuição de renda. A propósito, todas as 12 cidades pesquisadas possuem o mesmo perfil de assimetria, em que o rendimento médio é próximo ao valor do terceiro quartil dos rendimentos<sup>19</sup>.

**Tabela 4**  
**Rendimentos do Trabalho: 2000 (em R\$)**

	<b>Média</b>	<b>1º Quartil</b>	<b>Mediana</b>	<b>3º Quartil</b>
Belém	678	151	300	600
Belo Horizonte	954	227	400	1.000
Brasília	1.126	250	500	1.200
Curitiba	1.084	300	500	1.000
Fortaleza	621	151	260	500
Goiânia	887	200	363	800
Manaus	655	200	300	600
Porto Alegre	1.150	300	500	1.200
Recife	790	151	300	700
Salvador	679	151	300	600
São Paulo	1.186	350	560	1.200
Rio de Janeiro	1.017	280	500	1.000

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

<sup>17</sup> Para este cálculo está se supondo que todos os empregados com carteira assinada são contribuintes, além dos funcionários públicos e demais trabalhadores que informaram ser contribuintes.

<sup>18</sup> O primeiro quartil corresponde ao valor tal que 25% das observações ficam abaixo e 75% acima dele. A mediana divide as observações em duas parcelas iguais de 50% cada. O terceiro quartil deixa 75% abaixo e 25% acima dele.

<sup>19</sup> Se houvesse simetria na distribuição de rendimentos, a média e a mediana teriam o mesmo valor.

Em todas as cidades, o rendimento médio dos homens é sistematicamente superior ao das mulheres. No Rio de Janeiro, enquanto o rendimento médio dos homens atinge R\$ 1.196, o das mulheres não passa de R\$ 778. As desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres no Rio de Janeiro situam-se em nível intermediário quando comparadas às outras 11 cidades. O maior diferencial (81,9%) é encontrado em Goiânia, enquanto o menor cabe a Brasília (41,5%). No caso do Rio de Janeiro, os homens ganham em média 53,6% mais que as mulheres.

Há nítido crescimento do rendimento médio do trabalho à medida que os trabalhadores se tornam mais velhos e experientes. Em geral, o máximo ocorre na faixa 40/59 anos ou 60 anos e mais. No caso do Rio de Janeiro, o rendimento médio não passa de R\$ 135 para as crianças de 10/14 anos, valor inferior ao salário mínimo da época (R\$ 151). Sobe para R\$ 202 para os adolescentes de 15/17 anos, R\$ 426 para os jovens trabalhadores de 18/24 anos, R\$ 931 na faixa 25/39 anos, R\$ 1.364 no grupo 40/59 anos e R\$ 1.413 para os trabalhadores com 60 anos ou mais.

A curva de rendimentos médios, segundo o nível de escolaridade dos trabalhadores, comporta-se como uma exponencial, apresentando grande aumento na passagem do primeiro para o segundo grau e crescimento ainda maior na passagem do segundo grau para o nível superior. No Rio de Janeiro, o valor médio dos rendimentos para os trabalhadores com até 4 anos de estudo não passa de R\$ 413, aumentando para R\$ 495 na faixa 5/8 anos, R\$ 789 para 9/11 anos e R\$ 2.267 para 12 anos ou mais de estudo. Embora os níveis de renda possam variar, o comportamento é similar nas 12 cidades pesquisadas<sup>20</sup>.

Há uma grande variação de rendimentos do trabalho segundo o ramo de atividade. No Rio de Janeiro, os maiores rendimentos são pagos na indústria extrativa mineral, cuja média chega a R\$ 2.402. A pequena dimensão do emprego, juntamente com a importância da Petrobras nesse segmento, explicam o valor elevado obtido na indústria extrativa mineral. Em segundo lugar, surge um outro ramo da indústria – produção e distribuição de eletricidade, gás e água – e um segmento do setor terciário – intermediação financeira. O primeiro é um ramo da indústria que passou recentemente por um intenso processo de privatização com fortes reflexos sobre a mão-de-obra. O segundo é um setor bastante beneficiado pelo padrão de desenvolvimento brasileiro dos últimos anos. No primeiro caso, a média atinge R\$ 1.654, enquanto, no segundo, chega a R\$ 1.657. A administração pública e outros segmentos do setor terciário, tais como as atividades imobiliárias e os serviços às empresas, saúde e serviços sociais, vêm a seguir.

---

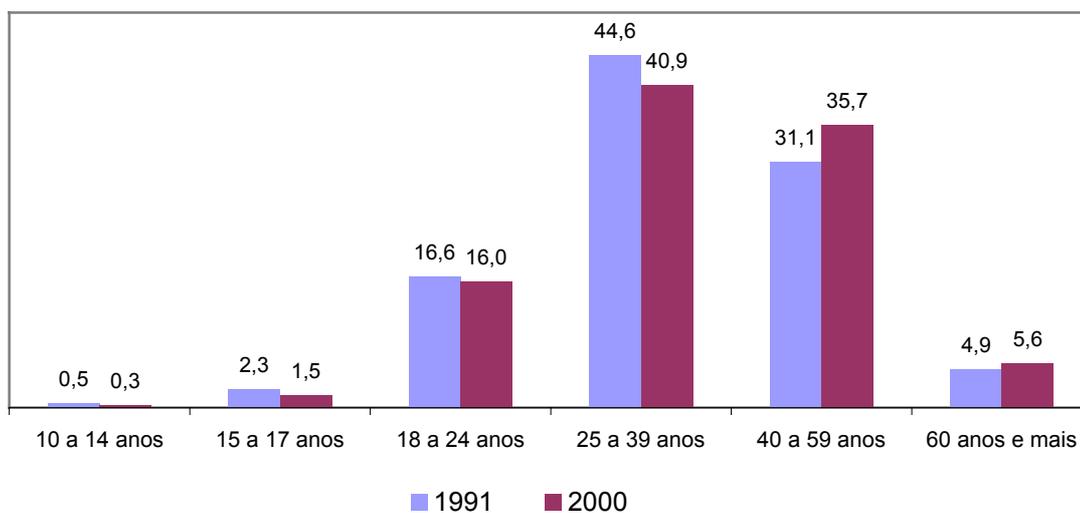
<sup>20</sup> Inúmeros estudos desenvolvidos no país mostram que as desigualdades no nível de escolaridade das pessoas explicam a maior parte das desigualdades de renda no Brasil.

O mais baixo nível de remuneração do trabalho é encontrado no serviço doméstico, cuja média não passa de R\$ 270. O pequeno setor agrícola da cidade do Rio de Janeiro remunera seus trabalhadores relativamente mal (R\$ 654), o mesmo ocorrendo em outro segmento do terciário – alojamento e alimentação (R\$ 621) e na indústria da construção (R\$ 735). Os grandes diferenciais nos rendimentos dos distintos ramos de atividade não são uma característica do Rio de Janeiro, repetindo-se pelas outras 11 cidades pesquisadas.

Os desníveis nos rendimentos dos trabalhadores segundo a posição na ocupação também são elevados. Conforme esperado, na extremidade superior dos rendimentos no mercado de trabalho carioca são encontrados os empregadores (R\$ 3.982), enquanto na cauda inferior estão os trabalhadores domésticos com carteira (R\$ 309) e sem carteira (R\$ 246). Os funcionários públicos acham-se em situação relativamente privilegiada. Seus rendimentos médios atingem R\$ 1.540. Curiosamente, os rendimentos dos trabalhadores por conta própria (R\$ 1.015) são superiores aos dos empregados com carteira assinada (R\$ 960), que, por sua vez, são bem superiores aos dos empregados sem carteira assinada (R\$ 622). As diferenças entre os níveis de rendimentos por posição na ocupação mantêm-se nas distintas cidades. Na comparação entre trabalhadores por conta própria e empregados com carteira assinada, entretanto, a ordenação das remunerações varia, dependendo da cidade considerada.

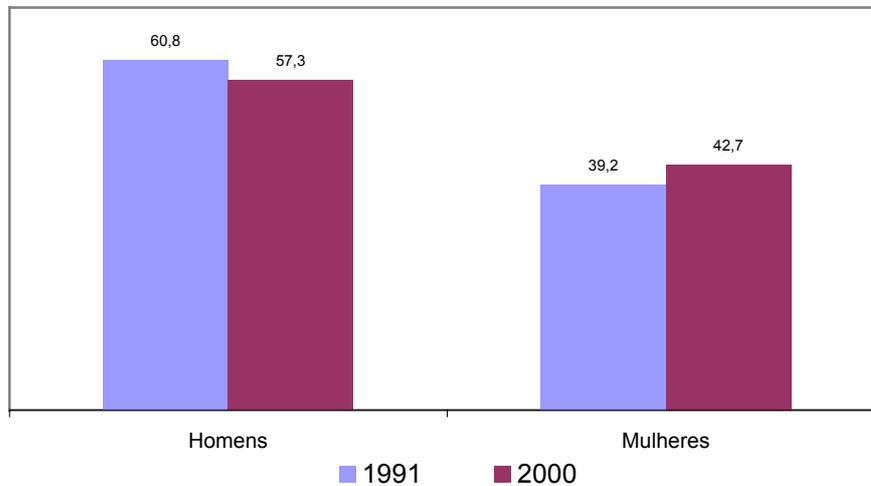
As principais modificações ocorridas com a população ocupada do Rio de Janeiro em 2000 em relação a 1991 foram o crescimento da participação feminina, de trabalhadores mais velhos, mais escolarizados e mais voltados para o setor terciário. Quanto à jornada de trabalho, a situação permaneceu relativamente estável. As mesmas mudanças se repetem, em maior ou menor grau, nas diferentes cidades pesquisadas.

**Gráfico 5**  
**População Ocupada por Idade, Rio de Janeiro (%): 1991 e 2000**



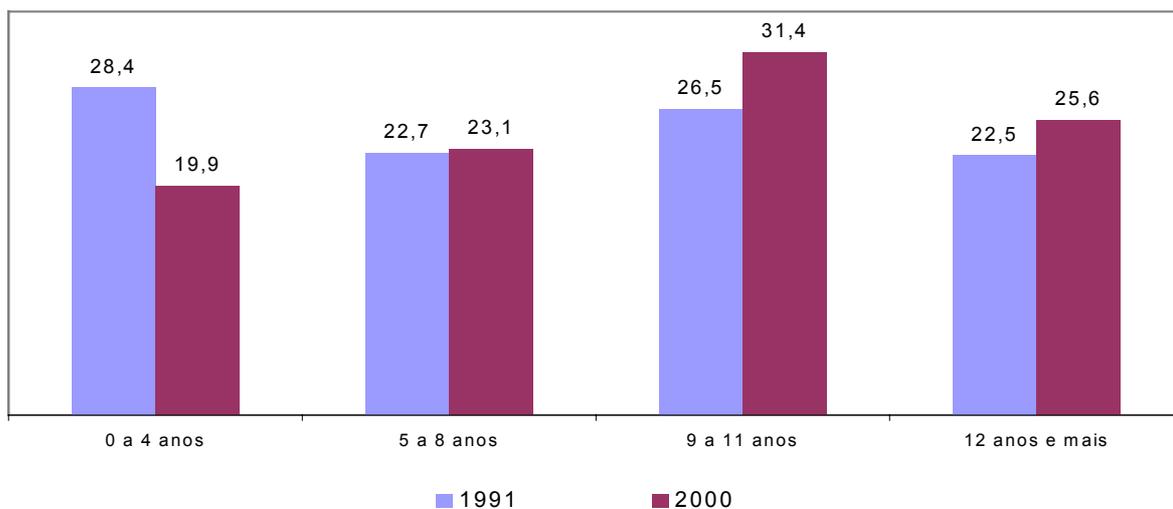
Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

**Gráfico 6**  
**População Ocupada por Sexo, Rio de Janeiro (%): 1991 e 2000**



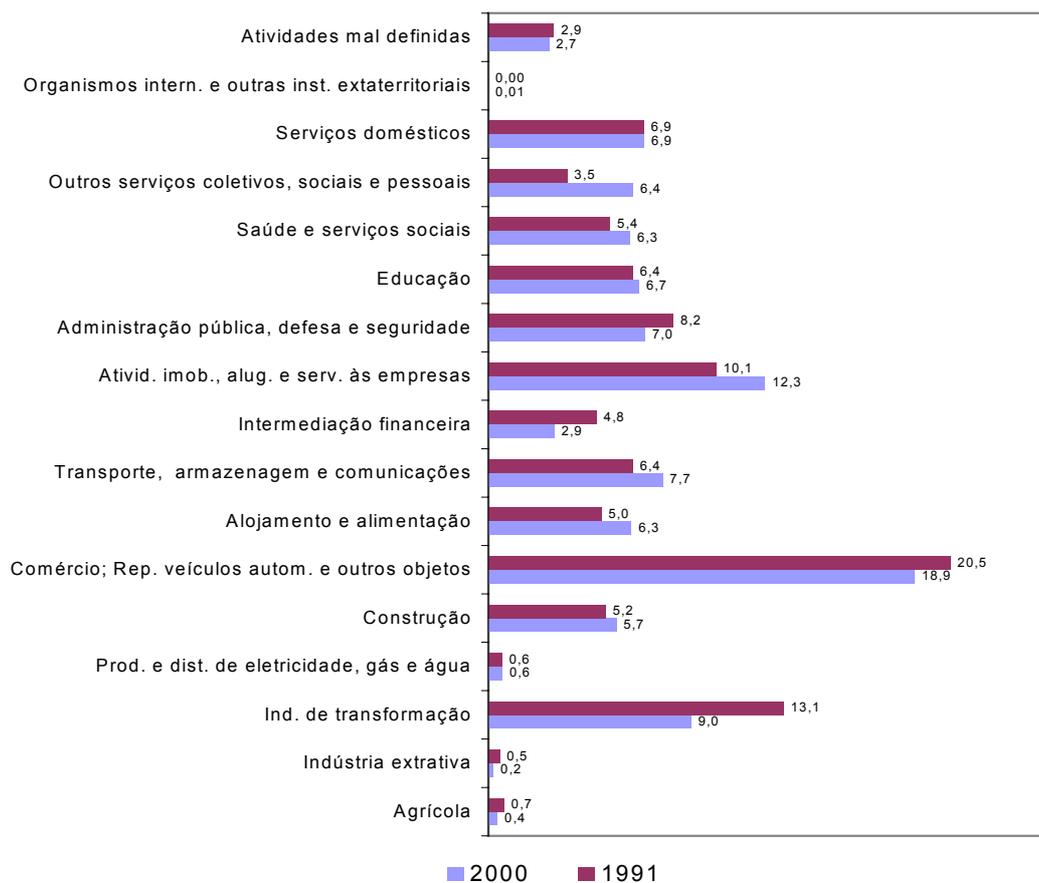
Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

**Gráfico 7**  
**População Ocupada por Anos de Estudo, Rio de Janeiro (%): 1991 e 2000**



Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

**Gráfico 8**  
**População Ocupada por Ramos de Atividade, Rio de Janeiro (%): 1991 e 2000**

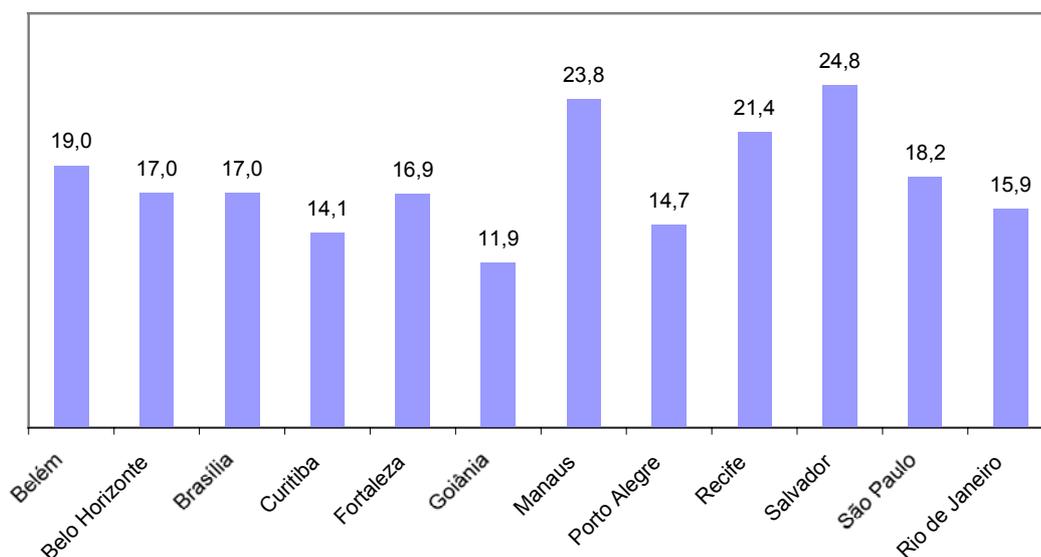


Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

## 4.2. Desempregados

Conforme apontado anteriormente, a taxa de desemprego no Rio de Janeiro (15,9%), estimada pelo Censo Demográfico de 2000, é uma das mais baixas entre as 12 cidades pesquisadas<sup>21</sup>. Há, entretanto, grandes diferenças nos valores encontrados no Rio de Janeiro, dependendo das características dos indivíduos. Discutiremos a seguir as variações nas taxas de desemprego, segundo o sexo, a idade e a escolaridade dos trabalhadores.

**Gráfico 9**  
**Taxa de Desemprego por Cidade: 2000 (%)**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

As taxas de desemprego femininas são sistematicamente mais elevadas que as masculinas. No Rio de Janeiro, os valores encontrados foram, respectivamente, 19,5% e 12,9%. Goiânia é a cidade com menores taxas de desemprego, tanto para os homens (9,8%) quanto para as mulheres (14,5%). A pior situação é encontrada em Salvador, com taxas de desemprego masculinas de 20,8% e femininas de 29,2%. A interpretação usual para estes diferenciais é o fato de as mulheres estarem pressionando o mercado de trabalho com taxas de atividade crescentes, enquanto as dos homens se estabilizaram ou vêm apresentando queda.

As taxas de desemprego são extremamente elevadas para crianças e adolescentes, caindo à medida que as pessoas envelhecem. Tais dados não causam surpresa, uma vez que é nas menores faixas etárias que se dá a entrada no mercado

<sup>21</sup> As taxas de desemprego levantadas pelo Censo Demográfico são bem mais elevadas que aquelas obtidas pela PME em consequência de importantes mudanças metodológicas, não devendo ser comparadas.

de trabalho. No caso do Rio de Janeiro, a taxa de desemprego de crianças de 10/14 anos atinge 44,0%, subindo ainda mais para os adolescentes de 15/17 anos (47,6%). A partir daí, a taxa de desemprego inicia trajetória descendente para 26,8% na faixa 18/24 anos, 13,9% entre 25/39 anos, 10,6% entre 40/59 anos e 9,0% entre os idosos de 60 anos ou mais. Além de ser preocupante o fato de crianças e adolescentes estarem se dirigindo ao mercado de trabalho em vez de se dedicarem apenas ao estudo, torna-se ainda mais grave a informação de que, ao fazê-lo, não encontram ocupação. Se adicionarmos que quando acham trabalho recebem uma remuneração muito baixa, completamos o quadro de dúvidas quanto ao futuro dos jovens pobres no Brasil<sup>22</sup>.

A taxa de desemprego segundo o nível de escolaridade dos trabalhadores apresenta o formato de um U invertido. Na cidade do Rio de Janeiro, passa de 16,6% para quem possui até 4 anos de estudo a 20,4% com 5/8 anos, caindo para 17,5% na faixa 9/11 anos e apenas 8,3% para os universitários (12 anos ou mais de estudo). Esse comportamento se repete em todas as 12 cidades. Em todos os casos, os trabalhadores com 12 anos ou mais de estudo possuem as menores taxas de desemprego, confirmando as vantagens de se ter uma alta escolaridade no mercado de trabalho brasileiro.

Apesar de as mulheres serem bem menos numerosas que os homens no mercado de trabalho, quando consideradas as pessoas desempregadas elas se tornam mais numerosas. Em todas as 12 cidades, há mais mulheres que homens entre os desempregados. No caso do Rio de Janeiro, elas atingem 54,8% da população desempregada.

Embora suas taxas de desemprego sejam elevadíssimas, as crianças e adolescentes representam geralmente uma pequena parcela dos desempregados. No Rio de Janeiro, apenas 8,6% dos desempregados têm entre 10 e 17 anos. Dois terços possuem 18/39 anos, fase da vida em que se dirigem majoritariamente para o mercado de trabalho. Pouco mais de 20% são pessoas na faixa etária de 40/59 anos. À medida que as pessoas mais velhas vão se retirando do mercado de trabalho, desempregados mais idosos vão se tornando muito pouco freqüentes.

O crescimento do nível de escolaridade da população brasileira tem produzido um fato curioso. Uma vez que tem aumentado muito o número de pessoas que buscam o segundo grau, o mercado de trabalho não tem conseguido absorvê-las. Com isso, cresce a taxa de desemprego das pessoas com nível médio de escolaridade e sua participação entre os desempregados. No Rio de Janeiro, as pessoas com 9/11 anos

---

<sup>22</sup> O único fato positivo é que a taxa de atividade de crianças e adolescentes vem caindo nos últimos anos.

de estudo correspondem a 35,3% dos desempregados e aquelas com 5/8 anos de estudo 31,3%. Os pouco escolarizados (até 4 anos) e os que possuem o nível superior completo ou incompleto (12 anos ou mais) representam percentuais bem menores entre os desempregados – 21,0% e 12,3%, respectivamente<sup>23</sup>. Nas demais cidades, as pessoas com 5 a 11 anos de estudo também respondem por cerca de dois terços dos desempregados.

A comparação com 1991 mostra que o perfil dos desempregados do Rio de Janeiro passou por modificações importantes na década. Eles tornaram-se mais escolarizados, com o crescimento da participação das faixas de 5/8 e 9/11 anos de estudo; por outro lado, houve forte redução dos desempregados muito jovens (crianças e adolescentes) e dos idosos (60 anos ou mais). Tal como nas demais cidades, cresceu a participação feminina na população desempregada.

### **4.3. Aposentados**

Aproveitando o fato de o Censo Demográfico informar sobre a existência de aposentadorias oficiais, e tendo em vista a importância dessa questão na atualidade, foram levantadas algumas informações sobre as aposentadorias nas 12 cidades pesquisadas.

Em 2000, foram encontrados no Rio de Janeiro 651.883 aposentados, representando o segundo maior contingente, perdendo apenas para São Paulo, com 870.710 aposentados. O total de aposentados do Rio de Janeiro atinge 13,1% da PIA, 27,8% dos ocupados e 23,4% da PEA. É como se para cada aposentado oficial houvesse quatro pessoas no mercado de trabalho carioca. Como apenas dois de cada três trabalhadores são contribuintes, verifica-se que para cada aposentado oficial há menos de três contribuintes. O Rio de Janeiro é, junto com Porto Alegre, uma das cidades onde os aposentados são mais numerosos em relação aos trabalhadores ativos. O menor peso é encontrado em Manaus.

---

<sup>23</sup> É verdade que eles representam também menores percentuais de trabalhadores, mas suas taxas de desemprego são menores que as dos demais.

**Tabela 5**  
**Indicadores de Aposentadoria: 2000**

<b>Rio de Janeiro e grandes cidades</b>	<b>Aposentados/PIA (%)</b>	<b>Aposentados/ocupados (%)</b>	<b>Aposentados/PEA (%)</b>
Belém	7,5	16,9	13,7
Belo Horizonte	11,8	23,0	19,1
Brasília	6,9	13,4	11,1
Curitiba	9,9	18,4	15,8
Fortaleza	8,2	17,8	14,8
Goiânia	8,3	15,0	13,2
Manaus	5,4	12,6	9,6
Porto Alegre	14,9	28,6	24,4
Recife	10,8	25,0	19,6
Salvador	8,1	17,6	13,2
São Paulo	10,0	19,9	16,3
Rio de Janeiro	13,1	27,8	23,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Há um certo equilíbrio na distribuição entre aposentados homens e mulheres. No caso do Rio de Janeiro, 52,3% são do sexo masculino e 47,7% do feminino. Os percentuais são relativamente equilibrados nas demais cidades. Em alguns casos, há um leve predomínio masculino e, em outros, feminino.

Pouco mais de dois terços dos aposentados no Rio de Janeiro têm 60 anos ou mais, enquanto 30% têm entre 40 e 59 anos. São relativamente raros os casos de aposentadorias abaixo de 40 anos<sup>24</sup>. O padrão etário dos aposentados não varia muito entre as diferentes cidades. De qualquer forma, em alguns casos são encontrados percentuais relativamente elevados de aposentados/pensionistas jovens – em Manaus, por exemplo, 8,9% possuem até 39 anos.

Refletindo o baixo nível de escolaridade da população idosa no país, pouco menos de 40% dos aposentados do Rio de Janeiro possuem até 4 anos de estudo. As três outras faixas de escolaridade destacadas aqui representam cerca de 20% dos aposentados cada uma. Em todas as 12 cidades, os aposentados com até 4 anos de estudo constituem o grupo mais numeroso.

<sup>24</sup> Os casos de aposentadorias mais jovens podem ser atribuídos à invalidez ou a pensões.

**Tabela 6**  
**Aposentados por Idade: 2000**

Rio de Janeiro e grandes cidades	10 a 24 anos		25 a 39 anos		40 a 59 anos		60 anos e mais	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Belém	1.385	1,8	3.354	4,3	21.205	27,3	51.749	66,6
Belo Horizonte	2.336	1,1	7.744	3,5	77.887	34,9	135.212	60,6
Brasília	2.415	2,1	5.380	4,7	42.948	37,7	63.343	55,5
Curitiba	1.402	1,1	3.709	2,8	45.359	34,5	80.857	61,6
Fortaleza	2.096	1,5	4.672	3,3	36.459	25,8	98.088	69,4
Goiânia	1.265	1,7	3.416	4,5	24.377	32,1	46.859	61,7
Manaus	1.771	3,0	3.498	5,9	16.316	27,7	37.271	63,3
Porto Alegre	1.186	0,7	3.062	1,8	56.349	32,8	111.415	64,8
Recife	1.902	1,5	5.434	4,3	39.128	30,7	80.958	63,5
Salvador	2.414	1,5	6.372	3,9	56.140	34,2	99.257	60,5
São Paulo	11.895	1,4	27.892	3,2	268.618	30,9	562.306	64,6
Rio de Janeiro	4.738	0,7	12.797	2,0	195.245	30,0	439.103	67,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

O valor médio das aposentadorias no Rio de Janeiro atinge R\$ 929. Tal valor é aproximadamente 10% inferior ao rendimento médio do trabalho na cidade. O primeiro quartil atinge R\$ 200, a mediana, R\$ 550 e o terceiro quartil, R\$ 1.000. Apenas Brasília (R\$ 1.407) e Porto Alegre (R\$ 970) possuem níveis médios superiores ao do Rio de Janeiro. O valor bem mais elevado de Brasília está claramente associado ao peso do funcionalismo público no Distrito Federal. A menor média é encontrada em Manaus, não passando de R\$ 514.

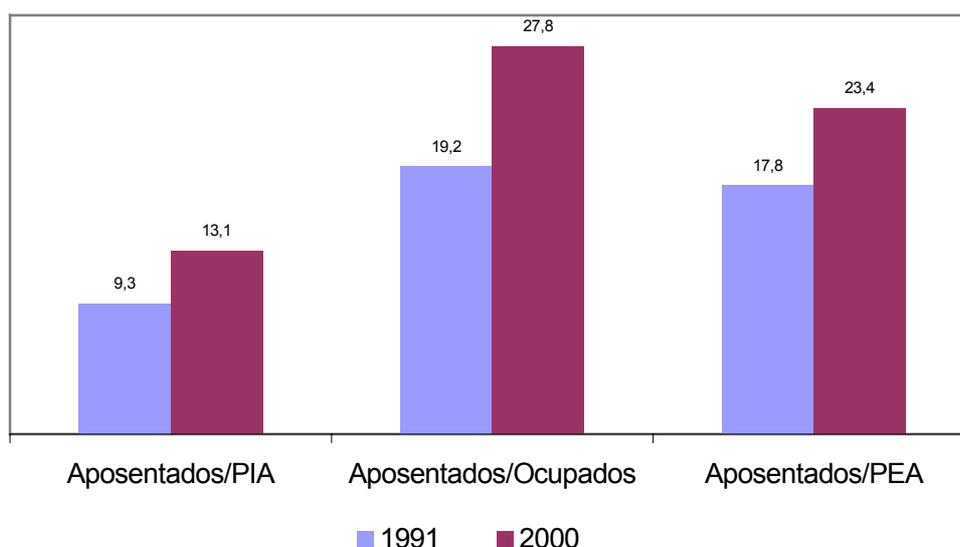
**Tabela 7**  
**Rendimentos de Aposentadoria: 2000 (em R\$)**

Rio de Janeiro e grandes cidades	Média	1º Quartil	Mediana	3º Quartil
Belém	657	151	235	790
Belo Horizonte	818	151	395	900
Brasília	1.407	151	604	1.980
Curitiba	833	151	450	900
Fortaleza	683	151	151	698
Goiânia	713	151	196	705
Manaus	514	151	151	500
Porto Alegre	970	200	500	1.000
Recife	729	151	240	800
Salvador	673	151	302	800
São Paulo	657	151	400	800
Rio de Janeiro	929	200	550	1.000

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

Relativamente a 1991, houve forte crescimento da relação entre aposentados e ocupados no Rio de Janeiro, passando de 19,2% para 27,8%. Esse movimento se repete pelas diferentes cidades pesquisadas, refletindo a ampliação dos mecanismos previdenciários contributivos ou não no país<sup>25</sup>. Acrescente-se ainda a transição demográfica experimentada pelo país durante a década, que resultou em envelhecimento da população.

**Gráfico 10**  
**Indicadores de Aposentadoria, Rio de Janeiro (%): 1991 e 2000**



Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

## 5. Regiões Administrativas do Rio de Janeiro

Nesta seção serão analisadas as diferenças encontradas entre os trabalhadores das RAs da cidade do Rio de Janeiro, destacando os desníveis existentes. Assim como nas seções anteriores, a discussão está baseada nos dados do Censo de 2000, seguindo-se algumas observações sobre as principais mudanças ocorridas na década. Como o Censo Demográfico é uma pesquisa domiciliar e as pessoas trabalham nas mais diferentes regiões do Rio de Janeiro, incluindo a RMRJ e o interior do estado, as informações de cada RA correspondem à situação de seus moradores e não de seu mercado de trabalho.

As RAs são bastante desiguais em termos populacionais, variando desde a pequena Ilha de Paquetá até Jacarepaguá e Campo Grande com pouco menos de 500

<sup>25</sup> Além dos mecanismos oficiais contributivos devem ser também considerados os não contributivos, como a aposentadoria rural e o benefício de prestação continuada que tiveram forte expansão durante a última década.

mil habitantes cada. A PIA (população com 10 anos ou mais) ultrapassa 90% da população em algumas RAs, como Centro, Botafogo, Copacabana e Lagoa, indicando tratar-se de regiões onde a população é mais velha que a média da cidade. Em contrapartida, em áreas como Guaratiba, Rocinha, Complexo do Alemão e Maré, a PIA representa menos de 80% da população<sup>26</sup>.

A taxa de atividade, que mede a porcentagem da PIA que se dirige ao mercado de trabalho, incluindo os ocupados e os desempregados, varia bastante entre as RAs. As mais elevadas são encontradas em regiões com características diversas, como Centro, Santa Teresa, Rocinha e Barra da Tijuca, variando entre 62% e 65%. As menores são encontradas em Anchieta, Santa Cruz e Irajá, pouco acima de 53%.

A parcela da PIA que se encontra ocupada também é bastante variável. Nas áreas típicas de classe média – Botafogo, Lagoa, Santa Teresa e Barra da Tijuca –, tende a ser mais elevada, em torno de 55%; em localidades menos desenvolvidas, onde a população é mais jovem, como Santa Cruz, Anchieta e Pavuna, ela é bem mais baixa, pouco mais de 40%.

A taxa de desemprego no âmbito da cidade do Rio de Janeiro exibe grandes desníveis. Em algumas RAs de classe média, como Lagoa (8,5%) e Botafogo (9,1%), ela é bem baixa comparativamente à taxa média de 15,9% verificada na cidade. Em outras, entretanto, supera o patamar de 20% – Santa Cruz, Pavuna, Jacarezinho e Cidade de Deus –, apontando para as dificuldades enfrentadas por seus moradores. Embora as taxas de desemprego dos Censos de 1991 e 2000 não sejam estritamente comparáveis, os diferenciais encontrados entre as várias RAs em 1991 eram bem menores que em 2000.

Cabe acrescentar informações sobre a população aposentada das RAs em relação à PIA. Nos bairros tradicionais de classe média, como Botafogo, Copacabana, Tijuca, Centro e Vila Isabel, os aposentados representam cerca de 20% ou mais da PIA. Nos bairros de população mais pobre e jovem, dentre os quais podem ser mencionados a Rocinha, Maré, Complexo do Alemão, Santa Cruz e Guaratiba, a parcela dos aposentados cai bastante, ficando na faixa entre 5% e 8% da PIA<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> Conforme mencionado anteriormente, não serão analisados nesta seção os dados de Paquetá, que aparentemente apresentam problemas no Censo.

<sup>27</sup> São consideradas apenas as pessoas que recebem aposentadorias ou pensões oficiais.



**Tabela 8**  
**Informações Básicas sobre o Mercado de Trabalho nas Regiões Administrativas do Rio de Janeiro - 2000**

	População total	População em idade ativa		População ocupada		População desempregada		População aposentada		Taxa de atividade	Taxa de desemprego
		Total	(%)	Total	(% da PIA)	Total	(% da PIA)	Total	(% da PIA)	(%)	(%)
Rio de Janeiro Região administrativa	5.857.904	4.976.601	85,0	2.348.173	47,2	443.089	8,9	651.883	13,1	56,1	15,9
Portuária	39.973	33.114	82,8	16.121	48,7	3.178	9,6	4.198	12,7	58,3	16,5
Centro	39.135	35.413	90,5	20.308	57,3	2.619	7,4	6.792	19,2	64,7	11,4
Rio Comprido	73.740	63.190	85,7	29.012	45,9	5.075	8,0	9.033	14,3	53,9	14,9
Botafogo	238.801	217.645	91,1	117.724	54,1	11.786	5,4	44.240	20,3	59,5	9,1
Copacabana	161.178	149.510	92,8	74.196	49,6	8.436	5,6	36.983	24,7	55,3	10,2
Lagoa	174.062	157.297	90,4	85.611	54,4	7.998	5,1	27.244	17,3	59,5	8,5
São Cristóvão	70.593	60.206	85,3	28.307	47,0	4.970	8,3	7.927	13,2	55,3	14,9
Tijuca	180.913	162.212	89,7	80.056	49,4	10.113	6,2	33.571	20,7	55,6	11,2
Vila Isabel	186.013	165.317	88,9	82.317	49,8	10.482	6,3	31.834	19,3	56,1	11,3
Ramos	150.403	128.423	85,4	59.973	46,7	11.499	9,0	18.880	14,7	55,7	16,1
Penha	318.505	268.436	84,3	121.544	45,3	25.743	9,6	34.559	12,9	54,9	17,5
Inhaúma	130.635	112.137	85,8	50.536	45,1	9.904	8,8	16.303	14,5	53,9	16,4
Méier	398.838	348.766	87,4	166.547	47,8	27.826	8,0	57.928	16,6	55,7	14,3
Irajá	202.967	175.291	86,4	77.121	44,0	16.028	9,1	24.946	14,2	53,1	17,2
Madureira	374.208	319.096	85,3	143.460	45,0	29.869	9,4	42.236	13,2	54,3	17,2
Jacarepaguá	469.631	396.880	84,5	195.462	49,3	35.243	8,9	45.863	11,6	58,1	15,3
Bangu	420.503	349.131	83,0	155.742	44,6	35.478	10,2	33.706	9,7	54,8	18,6

Campo Grande	484.362	398.645	82,3	175.503	44,0	43.554	10,9	35.932	9,0	55,0	19,9
Santa Cruz	311.289	249.133	80,0	103.501	41,5	29.283	11,8	20.274	8,1	53,3	22,1
Ilha do Governador	211.469	181.322	85,7	89.503	49,4	14.503	8,0	23.435	12,9	57,4	13,9
Ilha de Paquetá	3.421	2.909	85,0	1.576	54,2	164	5,6	642	22,1	59,8	9,4
Anchieta	154.608	129.385	83,7	56.051	43,3	13.219	10,2	14.457	11,2	53,5	19,1
Santa Teresa	41.239	35.290	85,6	19.841	56,2	2.814	8,0	4.390	12,4	64,2	12,4
Barra da Tijuca	174.353	149.309	85,6	82.890	55,5	9.846	6,6	16.318	10,9	62,1	10,6
Pavuna	197.068	160.931	81,7	69.758	43,3	18.063	11,2	15.884	9,9	54,6	20,6
Guaratiba	101.205	80.587	79,6	36.369	45,1	7.902	9,8	5.840	7,2	54,9	17,8
Rocinha	56.338	44.801	79,5	23.576	52,6	4.921	11,0	2.006	4,5	63,6	17,3
Jacarezinho	36.459	29.641	81,3	13.654	46,1	3.863	13,0	2.830	9,5	59,1	22,1
Complexo do Alemão	65.026	51.337	78,9	24.175	47,1	5.937	11,6	3.855	7,5	58,7	19,7
Maré	113.807	90.280	79,3	44.920	49,8	9.999	11,1	6.149	6,8	60,8	18,2
Realengo	239.146	200.319	83,8	89.323	44,6	18.859	9,4	20.375	10,2	54,0	17,4
Cidade de Deus	38.016	30.648	80,6	13.495	44,0	3.911	12,8	3.251	10,6	56,8	22,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

## 5.1. População ocupada

Em geral, a população ocupada masculina é mais numerosa que a feminina. As exceções são Copacabana e Botafogo, onde há equilíbrio entre as duas populações. Em alguns casos, a participação masculina supera a faixa de 60%, chegando a quase dois terços em Guaratiba.

A distribuição etária da população ocupada varia em torno da média da cidade, aumentando a participação de idosos nas RAs onde a população é mais velha, como em Botafogo, Lagoa e Copacabana, ou reduzindo sua parcela onde os trabalhadores são mais jovens, como na Rocinha, Maré e Complexo do Alemão.

O nível de escolaridade da população ocupada é bastante variável. Os trabalhadores universitários são bem mais freqüentes nos bairros mais ricos como Botafogo, Copacabana, Lagoa, Tijuca, Vila Isabel e Barra da Tijuca, onde metade ou mais dos trabalhadores possuem o curso universitário (12 anos ou mais de estudo). No caso da Barra da Tijuca, chega a 63,3%. A situação é diametralmente oposta no Jacarezinho, Complexo do Alemão, Maré, Rocinha e Cidade de Deus, onde os trabalhadores universitários representam entre 2% e 4% do total.

Assim como no conjunto da cidade, em todas as RAs há predominância de trabalhadores nas diversas atividades típicas do setor terciário. Guaratiba é o único bairro onde a ocupação agrícola tem alguma importância (4,2%). Algumas RAs possuem uma parcela considerável de pessoas na indústria de transformação, especialmente no Jacarezinho (21,9%) e Complexo do Alemão (16,9%). Da mesma forma, a construção civil aparece com algum destaque em bairros como Santa Cruz, Guaratiba e Complexo do Alemão, com mais de 10% de seus moradores voltados para esse tipo de atividade. Dentre as atividades do setor terciário, pode-se mencionar a parcela relativamente elevada de moradores que trabalham no serviço doméstico em certos bairros como Rocinha (17,7%), Guaratiba (14,3%), Cidade de Deus (12,0%), Complexo do Alemão (10,7%) e Santa Cruz (10,2%). Possivelmente, a proximidade de algumas dessas RAs em relação aos bairros de classe média, que demandam tais serviços com mais intensidade, possa explicar a importância do mesmo nessas localidades.

A posição na ocupação dos trabalhadores apresenta algumas peculiaridades. A Barra da Tijuca, por exemplo, caracteriza-se pelo elevado percentual de empregadores (12,6%). Os empregados domésticos moradores em bairros de classe média ou em sua proximidade têm probabilidade muito maior de possuir a carteira de trabalho assinada que os demais. Este é o caso, por exemplo, de Botafogo, Copacabana, Lagoa e Rocinha. Enquanto na Lagoa o emprego sem carteira assinada é relativamente raro (9,2%), em Guaratiba chega próximo a 20%. Os empregados com carteira assinada

representam cerca de 55% da população ocupada na Rocinha e Cidade de Deus, mas não passam de 37% na Barra da Tijuca. Com relação aos trabalhadores por conta própria, sua participação varia de 14% na Rocinha a 25% em Copacabana.

Além dos trabalhadores que contribuem obrigatoriamente para a previdência social, como aqueles que possuem a carteira de trabalho assinada, muitos são contribuintes facultativos (autônomos, empregados sem carteira etc.). Nesse caso, a taxa de contribuintes varia muito, dependendo da RA considerada. Entre os empregadores, por exemplo, a taxa de contribuição vai de 39,3% na Maré a 85,6% na Barra da Tijuca. Entre os trabalhadores por conta própria, o percentual de contribuição varia entre 19,6% em Guaratiba e 49,9% na Lagoa. Em geral, os empregados e trabalhadores domésticos sem carteira não são contribuintes. Dependendo do bairro, entretanto, a contribuição poderá ser mais ou menos freqüente. No caso dos empregados domésticos sem carteira, o percentual máximo encontrado atingiu 28,3% no Rio Comprido; o mínimo, 8,1% em Guaratiba. Para os demais empregados sem carteira assinada, a variação é de 11,5% em Guaratiba a 30,7% em Vila Isabel.

As jornadas médias de trabalho variam em torno da jornada regulamentar de 44 horas semanais. Nas 32 RAs do Rio de Janeiro, o valor médio fica entre o mínimo de 42 e o máximo de 47 horas semanais.

Os níveis de rendimentos do trabalho são extremamente desiguais. O valor médio chega a R\$ 2.933 na Lagoa e R\$ 2.701 na Barra da Tijuca. Botafogo, Copacabana, Tijuca e Vila Isabel são outras RAs com níveis de rendimentos relativamente elevados. Os menores valores são encontrados no Jacarezinho (R\$ 370), Complexo do Alemão (R\$ 383) e Maré (R\$ 392). Portanto, os rendimentos médios da Barra da Tijuca são cerca de oito vezes mais elevados que a média do Jacarezinho. No caso da Lagoa, o primeiro quartil dos rendimentos do trabalho chega a R\$ 500, a mediana, a R\$ 1.500, e o terceiro quartil, a R\$ 4.000. Cabe observar que o primeiro quartil dos rendimentos da Lagoa é superior ao terceiro quartil dos rendimentos do Jacarezinho, Complexo do Alemão e Maré, confirmando a má distribuição da renda do trabalho no interior da cidade.

**Tabela 9**  
**Rendimento do trabalho principal: 2000**

	Média	1º Quartil	Mediana	3º Quartil
Rio de Janeiro	1.017	280	500	1.000
Região administrativa				
Portuária	506	230	350	600
Centro	835	305	550	1.000
Rio Comprido	808	300	450	980
Botafogo	1.997	470	1.146	2.580
Copacabana	1.859	450	1.000	2.300
Lagoa	2.933	500	1.500	4.000
São Cristóvão	624	250	400	720
Tijuca	1.731	400	1.000	2.000
Vila Isabel	1.549	400	1.000	2.000
Ramos	746	265	450	850
Penha	683	250	400	800
Inhaúma	735	295	500	900
Méier	1.009	300	600	1.200
Irajá	832	300	500	1.000
Madureira	677	250	450	800
Jacarepaguá	940	300	500	1.000
Bangu	565	220	397	650
Campo Grande	619	236	400	700
Santa Cruz	464	200	305	509
Ilhado Governador	1.028	300	500	1.200
Ilha de Paquetá	541	225	400	600
Anchieta	594	250	400	700
Santa Teresa	887	300	500	1.000
Barra da Tijuca	2.701	360	1.000	3.200
Pavuna	515	232	375	600
Guaratiba	486	200	300	500
Rocinha	439	250	350	500
Jacarezinho	370	200	300	450
Complexo do Alemão	383	200	300	450
Maré	392	200	300	460
Realengo	659	250	400	790
Cidade de Deus	435	236	350	520

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

A desigualdade de rendimentos é confirmada na análise segundo as características pessoais dos trabalhadores (sexo, escolaridade e faixa etária). Embora

a regra geral seja os homens receberem mais que as mulheres, os mais velhos, que os mais jovens, e os mais escolarizados, que os menos escolarizados, as diferenças entre RAs são marcantes. Alguns exemplos podem ser mencionados. Enquanto um homem morador da Lagoa ganha em média R\$ 3.819, uma mulher do mesmo local recebe R\$ 1.955, um homem do Jacarezinho, R\$ 433 e uma mulher do mesmo bairro, R\$ 284. Portanto, um homem morador da Lagoa recebe em média treze vezes mais que uma mulher do Jacarezinho. Se considerarmos os trabalhadores com terceiro grau (12 anos de estudo ou mais), as diferenças continuam marcantes, dependendo do local de sua moradia. Um trabalhador com terceiro grau ganha em média R\$ 4.140 na Lagoa e R\$ 605 no Jacarezinho, ou seja, este último recebe quase sete vezes menos que o primeiro.

As diferenças continuam marcantes nos vários ramos de atividade. Tomemos como exemplo, a indústria extrativa mineral que paga os melhores salários no Rio de Janeiro. O rendimento médio cai de R\$ 4.669 na Lagoa para R\$ 533 no Jacarezinho. Mesmo no setor de serviços domésticos, que paga os menores salários, as diferenças são consideráveis. Enquanto um empregado doméstico recebe em média R\$ 385 se morar na Lagoa, cai para R\$ 224 se for morador de Anchieta, ou seja, 42% menos.

Os dados sobre a posição na ocupação dos trabalhadores trazem novas informações. Os empregadores que moram na Barra da Tijuca ganham em média R\$ 7.396, enquanto aqueles que vivem no Jacarezinho não passam de R\$ 692. Mesmo na administração pública os diferenciais são consideráveis. A média para o funcionário público morador da Barra da Tijuca é de R\$ 3.614, enquanto não passa de R\$ 522 se ele viver na Rocinha.

As mudanças nas características da população ocupada das diversas RAs no período 1991/2000 acompanham as transformações gerais verificadas no Rio de Janeiro. Em outras palavras, a tendência geral ocorrida na década foi de aumento da população ocupada feminina, mais velha e escolarizada. Os desníveis em termos de escolaridade, entretanto, já eram elevados em 1991 e assim permaneceram no período. Da mesma forma, as desigualdades de rendimentos entre as RAs continuaram praticamente inalteradas ao longo da década. Um morador da Lagoa ganhava 7,5 vezes mais que um morador do Complexo do Alemão em 1991 e 7,7 vezes em 2000.

## **5.2. Desempregados**

Conforme já apontado anteriormente, a taxa de desemprego varia muito entre as 32 RAs do Rio de Janeiro. Tais diferenças permanecem elevadas quando consideradas as características dos indivíduos. A taxa de desemprego dos homens que moram na Lagoa não passa de 6,7%, enquanto chega a 22,1% para os homens moradores da

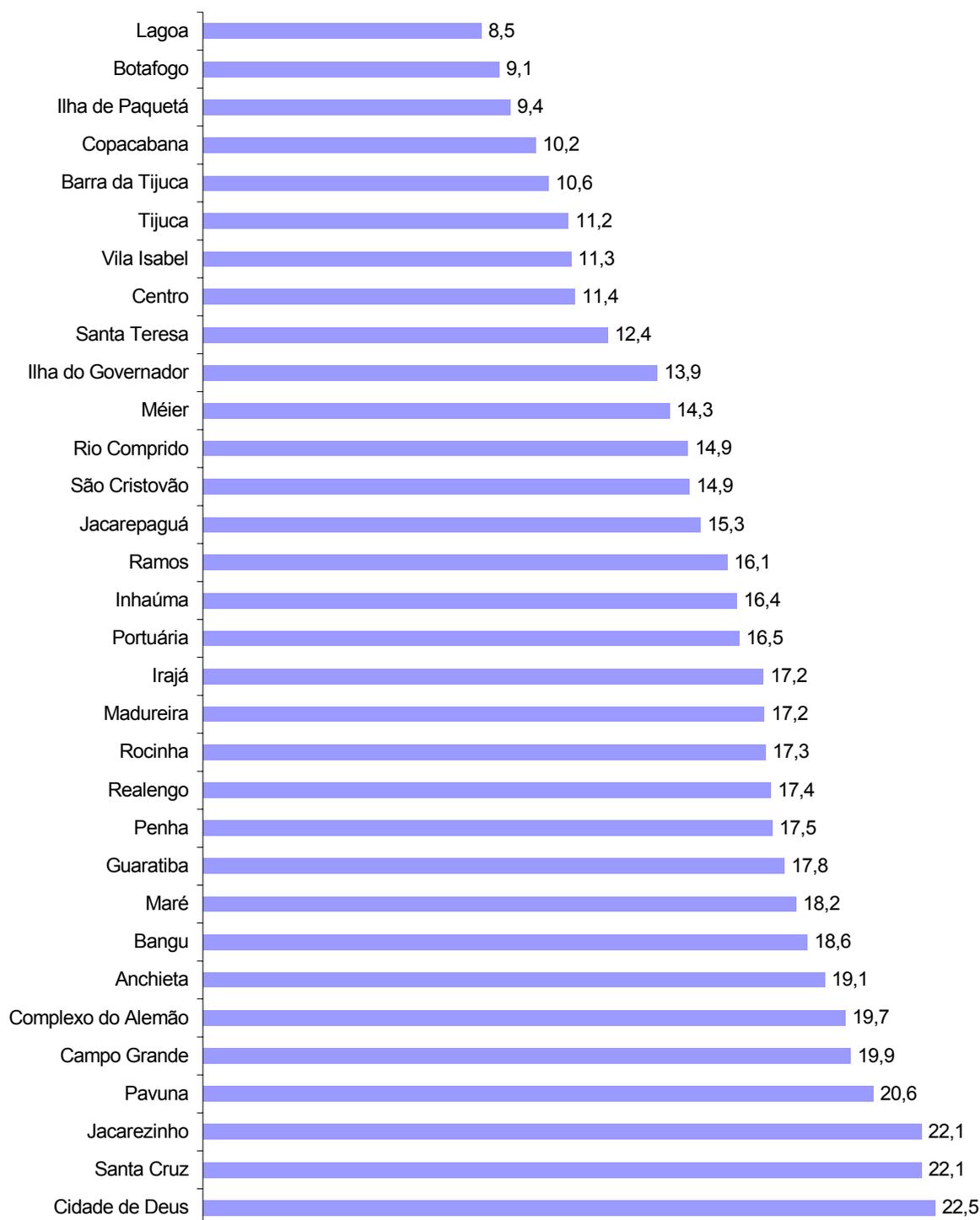
Cidade de Deus. Para as mulheres de Botafogo é de apenas 10,2%, bem abaixo da taxa de 28,7% encontrada entre as mulheres de Santa Cruz.

No caso da análise por faixa etária, os diferenciais também são elevados. Exemplificando com a taxa de desemprego dos jovens adultos entre 18 e 24 anos, no Jacarezinho é de 33,5%, quase o dobro da taxa de 18,3% encontrada para o mesmo grupo etário na Lagoa. Os diferenciais permanecem elevados quando analisado o nível de escolaridade dos indivíduos.

Excetuando as regiões Portuária e Cidade de Deus, as mulheres representam a maioria dos desempregados das diversas RAs. Sua participação chega a 60,4% no Centro da cidade. Tal fato se deve às maiores taxas de desemprego femininas quando comparadas às masculinas. Assim, embora haja menos mulheres do que homens no mercado de trabalho, quando contabilizadas apenas as pessoas desempregadas as mulheres tornam-se majoritárias.

Em todas as RAs, cerca de dois terços dos desempregados possuem entre 18 e 39 anos. A maior ou menor participação dos desempregados mais velhos depende da distribuição etária da população local. Em Copacabana, por exemplo, 7% dos desempregados possuem 60 anos ou mais. O desemprego de adolescentes atinge 10% ou mais da população desempregada em algumas regiões como São Cristóvão, Rocinha, Jacarezinho, Maré e Complexo do Alemão.

**Gráfico 11**  
**Taxa de Desemprego por RA- 2000 (%)**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Embora a maioria dos desempregados da cidade do Rio de Janeiro possua nível de escolaridade intermediário, em algumas regiões há importante parcela de desempregados com alto nível de escolaridade. Este é o caso da Lagoa onde cerca de metade dos desempregados possui 12 anos ou mais de estudo. É também elevada a

participação de trabalhadores com nível universitário entre os desempregados de Botafogo, Copacabana, Tijuca e Barra da Tijuca. Este fato não chega a surpreender tendo em vista o elevado nível de escolaridade da população desses bairros.

As características dos desempregados das várias RAs se modificaram entre 1991 e 2000, seguindo o padrão da cidade do Rio de Janeiro. Em geral, os desempregados tornaram-se mais escolarizados. Houve ainda redução dos desempregados muito jovens (crianças e adolescentes) e dos idosos (60 anos ou mais). Conseqüentemente, cresceu a participação dos desempregados nas faixas etárias intermediárias.

### **5.3. Aposentados**

Em algumas RAs, o número de aposentados relativamente à população ocupada era bastante elevado em 2000. Este é o caso, por exemplo, de Copacabana, onde para cada aposentado existem apenas duas pessoas ocupadas. O percentual de aposentados em relação à população ocupada é também muito elevado na Tijuca (41,9%). Em situação diametralmente oposta encontram-se a Rocinha, onde os aposentados correspondem a apenas 8,5% da população ocupada e na Maré, onde o percentual não passa de 13,7%.

A distribuição dos aposentados segundo as características pessoais dos indivíduos, como a escolaridade, reflete a própria população local. Assim, onde a população é mais escolarizada, os aposentados também tendem a ser mais escolarizados e vice-versa. Na Lagoa e na Barra da Tijuca, por exemplo, mais da metade dos aposentados possuem 12 anos ou mais de estudo. Em outras regiões, como Jacarezinho, Complexo do Alemão, Maré e Cidade de Deus, não chega a 2% a parcela de aposentados com curso universitário. No caso da distribuição segundo o sexo, há um certo equilíbrio, havendo regiões onde há predomínio de mulheres, enquanto em outras os aposentados do sexo masculino são mais numerosos. Com relação à faixa etária, conforme esperado, a maioria absoluta dos aposentados em todas as regiões possui 60 anos ou mais.

As aposentadorias recebidas nas diversas RAs refletem os desníveis salariais existentes. Os valores médios chegam a R\$ 2.006 na Lagoa, R\$ 1.867 na Barra da Tijuca, R\$ 1.746 em Copacabana, R\$ 1.507 em Botafogo e R\$ 1.397 na Tijuca. As menores aposentadorias médias são encontradas na Rocinha (R\$ 257), Jacarezinho (R\$ 286) e Maré (R\$ 289). No caso da Lagoa, o primeiro quartil das aposentadorias

atinge R\$ 550, a mediana, R\$ 1.000, e o terceiro quartil, R\$ 3.000. Na Rocinha, os valores são, respectivamente, R\$ 151, R\$ 151 e R\$ 250<sup>28</sup>.

**Tabela 10**  
**Rendimento de aposentadoria: 2000**

	Média	1º Quartil	Mediana	3º Quartil
Rio de Janeiro	929	200	550	1.000
Região administrativa				
Portuária	457	151	300	620
Centro	777	250	560	1.000
Rio Comprido	715	190	450	856
Botafogo	1.507	450	900	1.900
Copacabana	1.746	520	1.000	2.000
Lagoa	2.006	550	1.000	3.000
São Cristóvão	571	151	360	700
Tijuca	1.397	421	835	1.700
Vila Isabel	1.190	400	800	1.300
Ramos	637	151	436	840
Penha	547	151	350	735
Inhaúma	605	168	416	800
Méier	858	240	600	1.000
Irajá	650	198	470	850
Madureira	643	151	440	900
Jacarepaguá	820	200	520	1.000
Bangu	541	151	340	740
Campo Grande	626	151	400	830
Santa Cruz	500	151	302	650
Ilhado Governador	960	300	654	1.100
Ilhade Paqueta	717	302	458	803
Anchieta	584	155	400	800
Santa Teresa	802	170	500	900
Barrada Tijuca	1.867	570	950	2.500
Pavuna	462	151	300	600
Guaratiba	550	151	325	700
Rocinha	257	151	151	250
Jacarezinho	286	151	179	302
Complexo do Alemão	309	151	151	330
Maré	289	151	151	320
Realengo	645	151	430	900
Cidade de Deus	363	151	200	400

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

<sup>28</sup> Convém lembrar mais uma vez que o salário mínimo na época do Censo Demográfico era de R\$ 151.

O forte crescimento da relação entre o número de aposentados e de ocupados observado no período 1991/2000 no Rio de Janeiro é uma tendência generalizada nas diferentes RAs, independentemente de seu nível de desenvolvimento econômico. Os desníveis nos valores das aposentadorias recebidas nas diversas RAs, embora muito elevados, eram ainda mais altos em 1991.

## 6. Conclusão

A análise da evolução do mercado de trabalho da RMRJ, a partir dos dados da PME, ao longo da última década, mostra que houve uma tendência de deterioração das condições do mercado de trabalho tanto no Rio de Janeiro quanto nas demais regiões metropolitanas. Em geral, houve melhoria quando a economia se comportou favoravelmente, ocorrendo o inverso quando entrou em recessão. Para o período 1991/2002 como um todo, o resultado final foi nitidamente desfavorável, na medida em que o indicador-síntese proposto neste trabalho piorou em todas as regiões, inclusive no Rio de Janeiro.

Os melhores resultados foram obtidos no item crescimento do nível de escolaridade dos trabalhadores. Também nas estatísticas de rendimentos, o Plano Real deixou sua marca, de modo que, apesar da crise econômica que marcou a última década, houve manutenção ou até mesmo crescimento da renda em algumas regiões metropolitanas. Um dos resultados mais desfavoráveis encontrado pelo estudo foi o aumento generalizado da informalidade.

A RMRJ apresenta nítidas vantagens quando comparadas as estatísticas de desemprego. Em termos de rendimentos, é superada por São Paulo e Porto Alegre. Quando consideradas algumas variáveis de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, é também superada por Belo Horizonte. No conjunto das seis regiões cobertas pela PME, pode-se afirmar que a qualidade do mercado de trabalho do Rio de Janeiro é inferior apenas à de São Paulo e Porto Alegre.

A comparação entre as 12 capitais selecionadas neste estudo, a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000, confirma de certa forma os resultados obtidos na análise comparativa das regiões metropolitanas pela PME. Com os dados do Censo, entretanto, surgem duas outras capitais com resultados que podem ser considerados, em alguns aspectos, superiores aos do Rio de Janeiro. São elas: Brasília e Curitiba. A primeira, por abrigar o governo federal, apresenta nível de rendimento do trabalho mais elevado que o do Rio de Janeiro. A segunda, além de rendimentos mais altos, também possui menor taxa de desemprego. De qualquer forma, seria necessário um estudo mais detalhado para confirmar a superioridade do mercado de trabalho dessas duas capitais em relação ao Rio de Janeiro.

Os maiores desníveis, entretanto, não surgem da confrontação entre as capitais, e sim do paralelo entre as 32 regiões administrativas do Rio de Janeiro. Há um verdadeiro abismo entre as estatísticas do mercado de trabalho de regiões como a Barra da Tijuca, Lagoa, Copacabana, Botafogo, Tijuca e Vila Isabel, por um lado, e Jacarezinho, Complexo do Alemão, Cidade de Deus, Rocinha e Maré, por outro.

Em 2000, um trabalhador da Lagoa ou Barra da Tijuca ganhava, em média, sete a oito vezes mais que um trabalhador do Jacarezinho, Maré ou Complexo do Alemão. A taxa de desemprego também se mostra muito mais favorável nos bairros nobres – o valor encontrado na Cidade de Deus e Jacarezinho é mais que o dobro do verificado em Copacabana e Botafogo e quase o triplo do da Lagoa. O confronto com os dados de 1991 evidencia que as desigualdades permaneceram elevadas no período.

A redução das desigualdades na cidade do Rio de Janeiro passa por iniciativas de caráter local nas regiões menos favorecidas da cidade por parte das autoridades. Embora as políticas macroeconômicas federais sejam fundamentais para o crescimento econômico e a melhoria do mercado de trabalho em geral, se não houver um trabalho voltado diretamente para as comunidades mais carentes da cidade do Rio de Janeiro, os desníveis existentes não diminuirão, podendo, inclusive, aumentar. Portanto, qualquer programa de geração de emprego e renda que privilegie as populações das regiões administrativas menos favorecidas seria muito positivo, até porque existem verdadeiras barreiras dificultando o acesso dessas populações a ocupações fora de suas comunidades. Tais obstáculos podem ser tanto de caráter físico, como a distância dos bons empregos, como barreiras sociais criadas pelo local de moradia dos indivíduos, além das próprias barreiras associadas a características pessoais dos moradores como a baixa escolaridade.

Não é por coincidência que as cinco regiões administrativas onde seus moradores possuem as piores condições no mercado de trabalho da cidade sejam originárias de favelas que cresceram até se tornarem regiões administrativas. Em contrapartida, as melhores condições são apropriadas pelos moradores dos bairros nobres da Zona Sul e alguns poucos bairros da Zona Norte da cidade.

Finalmente, a evolução encontrada para o mercado de trabalho da cidade do Rio de Janeiro, segundo os dados dos Censos de 1991 e 2000, mostra uma população ocupada cada vez mais feminina, idosa e escolarizada, ocupando-se preferencialmente no setor terciário. Quanto aos desempregados, há nítida redução da participação de crianças e adolescentes, além de pessoas acima de 60 anos. Em contrapartida, houve crescimento no desemprego de adultos. Além do aumento do nível de escolaridade da mão-de-obra, avançou também a parcela de desempregados com nível de escolaridade intermediário (5/8 e 9/11 anos de estudo). Deve-se ainda acrescentar a

forte elevação da relação aposentados/ocupados, associada ao envelhecimento populacional e à maior disseminação de mecanismos contributivos ou não de acesso à aposentadoria. A desigualdade, marca registrada do país, é também típica do mercado de trabalho da cidade do Rio de Janeiro, tendo permanecido em nível elevado durante a última década.

### **Referências Bibliográficas**

*O Mercado de Trabalho do Rio de Janeiro – Conjuntura e Análise*. (1997-2000), Rio de Janeiro, Prefeitura do Rio de Janeiro, diversos números.

*Rio de Janeiro – Trabalho e Sociedade*. (2001-2003), Rio de Janeiro, IETS, diversos números.

SABOIA, João. (1991), “A Região Metropolitana do Rio de Janeiro na Década de Oitenta – Mercado de Trabalho, Distribuição de Renda e Pobreza”. *Texto para Discussão*, nº 259, IE/UFRJ.

\_\_\_\_\_. (2000), “Um Novo Índice para o Mercado de Trabalho Urbano no Brasil”. *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 4, nº 1, pp. 123-146.

## Anexo

### Montagem do Índice de Mercado de Trabalho

Para se transformar uma estatística do mercado de trabalho em um índice que varie entre 0 e 1, de tal forma que um valor maior signifique uma situação mais favorável e vice-versa, pode-se utilizar a mesma metodologia do IDH.

Para aquelas estatísticas cujo crescimento significa melhoria (ex: rendimento), o índice é calculado por

$$I = (E - E_{\min}) / (E_{\max} - E_{\min}) \quad (1)$$

onde E é o valor da estatística escolhida,  $E_{\max}$  seu valor máximo e  $E_{\min}$  seu valor mínimo.

Para as estatísticas cujo crescimento significa piora (ex: taxa de desemprego), o índice é calculado por

$$I = (E - E_{\max}) / (E_{\min} - E_{\max}) \quad (2)$$

A partir dos dados levantados pela PME/IBGE, foram selecionadas estatísticas que dessem conta da complexidade do mercado de trabalho brasileiro<sup>29</sup>. Elas podem ser classificadas em três grupos. Em cada grupo há uma estatística básica, considerada a referência principal do grupo, e duas estatísticas complementares. Elas estão apresentadas a seguir. A primeira listada em cada grupo é a estatística básica e as demais são as complementares.

#### a) Estatísticas de desemprego:

- taxa de desemprego (7 dias);
- percentual de desempregados com 12 meses ou mais sem trabalho;
- percentual de chefes de família entre os desempregados.

#### b) Estatísticas de rendimento:

- renda média real;
- relação entre a renda dos ocupados com 12 anos ou mais de estudo e com até 4 anos de estudo;

---

<sup>29</sup> Embora sejam utilizados neste artigo os dados da PME – o que restringe a aplicação do indicador ao mercado de trabalho metropolitano –, sua extensão ao mercado de trabalho urbano pode ser realizada a partir dos dados de outras fontes. Neste caso, entretanto, seriam necessárias modificações na escolha das variáveis e dos procedimentos estatísticos, em função da disponibilidade de dados.

- relação entre a renda dos empregados com carteira assinada e sem carteira assinada.

**c) Estatísticas de inserção:**

- percentual de ocupados com carteira assinada;
- percentual de ocupados na indústria (exceto construção civil);
- percentual de ocupados com 12 anos ou mais de estudo.

A escolha das estatísticas a serem utilizadas na composição do indicador de mercado de trabalho possui um certo grau de arbitrariedade. Procurou-se sempre incorporar suas várias dimensões.

No caso do desemprego, a variável básica é a própria taxa de desemprego. Nesse caso, poderia ser utilizada, alternativamente, a taxa baseada na procura de emprego de 7 ou 30 dias, fixando-se naquela que é mais divulgada. As variáveis complementares incorporam elementos que podem agravar mais ou menos o desemprego – seu tempo de duração e a presença de chefes de família desempregados.

A principal estatística de rendimento é a renda real média. Como todas as médias, tal variável não permite a identificação de desigualdades na distribuição dos rendimentos. Assim, foram incorporadas duas estatísticas complementares, que procuram determinar o nível de desigualdade existente. Havia várias alternativas de escolha<sup>30</sup>. Foram selecionadas a relação entre os rendimentos médios dos ocupados com 12 anos ou mais de estudo e com até 4 anos de estudo e a relação entre os rendimentos médios dos empregados com carteira assinada e sem carteira assinada. Embora um certo grau de desigualdade seja esperado, na medida em que os trabalhadores possuem características e níveis de produtividade distintos, um aumento da desigualdade é um sinal de piora das condições do mercado de trabalho<sup>31</sup>.

Reconhecendo a importância da questão da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, utilizou-se como estatística básica de inserção o percentual de ocupados que possuem carteira de trabalho assinada, representando a situação típica de inserção no setor formal. Tendo em vista que a indústria usualmente é o setor que oferece melhores condições de trabalho, assinando a carteira de trabalho dos empregados e pagando os melhores salários, escolheu-se como primeira estatística

---

<sup>30</sup> Poderia, por exemplo, ser utilizado um índice clássico de desigualdade, como Gini, Theil etc. Optou-se pela simplicidade de indicadores que podem ser obtidos diretamente dos dados da PME sem necessidade de utilização de microdados.

<sup>31</sup> Entre os indicadores de rendimento pensou-se na possibilidade de utilização de uma medida de pobreza como, por exemplo, o percentual de trabalhadores recebendo abaixo de 1 salário mínimo. Esta idéia foi abandonada por duas razões. Em primeiro lugar, o valor real do salário mínimo variou muito no período, o que implicaria a necessidade de deflacionamento dos valores. Por outro lado, remuneração baixa não significa obrigatoriamente pobreza, na medida em que a variável fundamental para se medir pobreza é a renda familiar *per capita*.

complementar o percentual de trabalhadores ocupados na indústria (transformação, extrativa mineral e utilidade pública)<sup>32</sup>. A segunda estatística complementar procura verificar o maior ou menor nível de escolaridade da população ocupada.

A partir das estatísticas selecionadas, foram calculados os respectivos indicadores utilizando-se as fórmulas (1) ou (2), de acordo com seu sentido de variação<sup>33</sup>. Os nove indicadores foram, em seguida, transformados em três – *indicador de desemprego, indicador de inserção e indicador de rendimento*. No cálculo de cada indicador, estimou-se a média ponderada com peso 2 para o indicador básico e peso 1 para cada indicador complementar. Finalmente, o *indicador-síntese* do mercado de trabalho foi obtido pela média aritmética dos três indicadores<sup>34</sup>.

Para o cálculo dos indicadores é necessário fixar os valores máximos e mínimos das várias estatísticas utilizadas. Sua definição, entretanto, é complexa. O IDH utiliza parâmetros máximos e mínimos dados pela experiência mundial. Em nosso caso, entretanto, as séries históricas são relativamente curtas, ao mesmo tempo que a economia brasileira vem passando por grandes transformações ao longo dos últimos anos, com forte flutuação das estatísticas utilizadas.

Há, pelo menos, três alternativas possíveis. A primeira é a utilização dos valores *anuais* máximos e mínimos observados no período analisado. Sua desvantagem é a possibilidade de necessidade de redefinição de alguns valores máximos e mínimos, quando da disponibilidade de novos dados anuais.

A segunda alternativa, que minimiza um pouco a probabilidade de mudança dos parâmetros máximos e mínimos a cada ano, é a utilização dos valores máximos e mínimos observados na série histórica *mensal*. Como as médias anuais utilizam dados mensais, sua variância é menor. Assim, os valores máximos mensais tendem a ser maiores que os máximos anuais, enquanto os valores mínimos mensais tendem a ser menores que os mínimos anuais.

A terceira possibilidade é a definição arbitrária dos valores máximos e mínimos a partir da série observada, dando-se uma margem de segurança para as futuras variações. Este é o procedimento mais difícil, na medida em que é muito subjetivo, dependendo do comportamento mais ou menos conservador do usuário. Como saber,

---

<sup>32</sup> Teria sido melhor selecionar um conjunto de setores da economia, incluindo os segmentos mais dinâmicos da indústria e dos serviços. Tal procedimento não foi tomado por razões de ordem prática, dado que seria necessário desagregar os dados da PME.

<sup>33</sup> Utilizou-se a fórmula (1) para as três estatísticas de inserção e para a estatística de renda média real. Para as demais foi utilizada a fórmula (2).

<sup>34</sup> Outras ponderações poderiam ter sido utilizadas. Mais uma vez, optou-se pela simplicidade, dando-se, entretanto, maior peso às variáveis consideradas mais importantes.

por exemplo, qual seria o valor máximo da taxa de desemprego nas seis RMs no futuro?

Para efeito de utilização da metodologia neste trabalho, foram utilizados os valores máximos e mínimos *anuais* observados no período 1991/2002.



### 1. Introdução

Este capítulo analisa a disponibilidade e a distribuição de renda na cidade do Rio de Janeiro. Sendo a renda o principal meio de que indivíduos e famílias dispõem para satisfazer suas necessidades básicas, qualquer análise que tente compreender as condições de vida de uma determinada população deve levar em conta a renda disponível na cidade e sua distribuição entre as famílias que nela residem. Além disso, a renda pode ser usada como um indicador relativamente confiável do grau de pobreza. Conseqüentemente, a comparação da renda das famílias é uma das principais metodologias para se descrever o grau de pobreza e de desigualdade de uma determinada população.

A partir destas comparações entre os níveis de renda das famílias cariocas procuramos responder à seguinte pergunta: qual é o principal fator determinante dos níveis relativamente altos de pobreza encontrados no Rio de Janeiro? Vimos que os dois principais fatores geralmente considerados são a disponibilidade de renda, por um lado, e a desigualdade na distribuição desta renda, por outro lado. No caso do Rio de Janeiro - assim como do Brasil - parece ser a desigualdade na distribuição da renda o principal fator causador da pobreza, tendo em vista que não há falta de recursos de renda na cidade. Os pesquisadores que desenvolvem este argumento enfatizam que o Brasil não é um país pobre, mas sim um país com muitos pobres (Barros, Henriques, e Mendonça, 2000).. Portanto, se a desigualdade de renda é um dos principais fatores determinantes da pobreza, devemos nos perguntar quais os fatores que levam a esta desigualdade.

A principal contribuição deste capítulo, além de descrever níveis de desigualdade de renda e de pobreza, é apresentar um dos principais fatores responsáveis pelo alto grau de desigualdade existente no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro, qual seja, as características da estrutura de classes ou ocupacional que levam à pobreza e à desigualdade em um país onde não há falta de recursos como o Brasil. Neste sentido, compartilho da perspectiva desenvolvida por Barros, Henriques e Mendonça (2000) de que a pobreza no Brasil não é uma conseqüência da falta de recursos (o Brasil é um país de renda média em que haveria recursos para acabar com

---

\* Professor de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisador do Center for the Study of Wealth and Inequality, Columbia University.

a pobreza) mas sim da má distribuição da renda, ou seja, da desigualdade. Minha contribuição, no entanto, será no sentido de analisar as correlações entre pobreza, desigualdade de renda e estrutura ocupacional, uma vez que a estrutura ocupacional foi inclusive sugerida como uma das causas da desigualdade de renda pelos autores citados.

A principal característica de nossa estrutura de classes é a de ser composta por um número extremamente alto de trabalhadores não qualificados. Além disso, entre 1973 e 1996 a estrutura de classes urbana praticamente não se modificou no Brasil (Ribeiro, 2002).

Desenvolvi, aqui, análises e descrições que procuram relacionar as características da disponibilidade de recursos, da distribuição de renda e da pobreza com as características da estrutura ocupacional ou de classes da cidade do Rio de Janeiro. Para desenvolver este argumento serão feitas comparações desta com outras cidades, bem como análises das disparidades geográficas entre regiões e bairros do Rio de Janeiro. Neste segundo caso também verificaremos em que medida a desigualdade de renda, a pobreza e os grupos ocupacionais estão geograficamente distribuídos dentro da cidade.

## **2. Renda *per capita* e distribuição de renda**

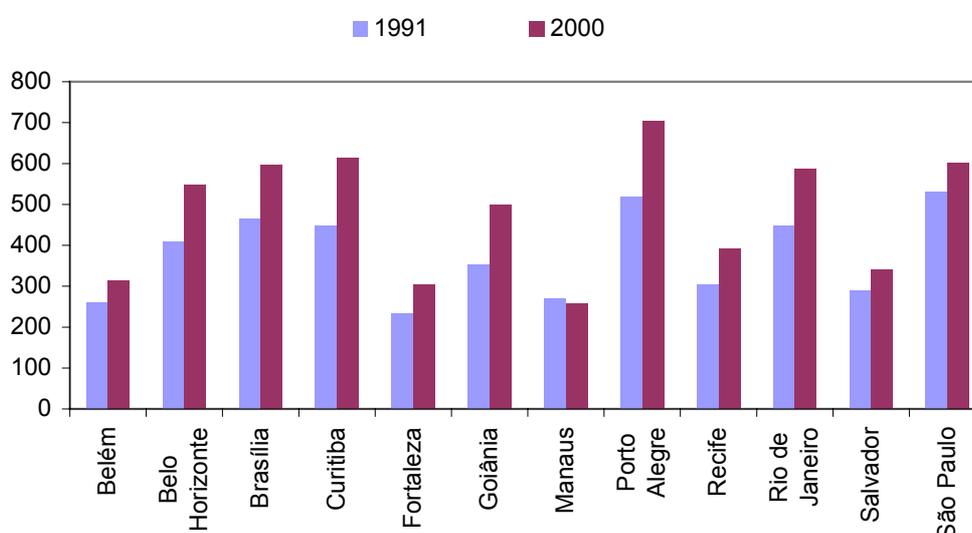
Nesta seção analiso as principais características da distribuição de renda na cidade do Rio de Janeiro, comparando-a com as de outras doze capitais brasileiras em 1991 e 2000. De acordo com estudiosos da desigualdade de renda no Brasil (Barros, Henriques e Mendonça 2000; Henriques, 2000), a distribuição de renda pode ser determinada tanto pelo volume de recursos disponíveis na cidade quanto pelo grau de desigualdades na distribuição destes recursos. Portanto, o nível de pobreza na cidade pode ser uma consequência da falta de recursos ou da distribuição desigual destes recursos. Vários estudos recentes vêm demonstrando que no Brasil não há falta de recursos, mas sim distribuição desigual, o que leva à conclusão lógica de que a desigualdade é uma das principais causas da pobreza no Brasil.

Seguindo esta lógica apresento, nesta seção, primeiro a disponibilidade de recursos, em seguida o grau de desigualdade na repartição destes. Nas seções seguintes apresento a evolução do nível de pobreza na cidade e investigo se suas origens se devem à falta de recursos ou ao grau de desigualdade. Finalmente, amplio a discussão na medida em que procuro verificar o impacto das características da estrutura de classes na cidade sobre a desigualdade de renda e a pobreza.

## 2.1. Nível de renda

A renda familiar *per capita* no Rio de Janeiro passou de R\$ 447 em 1991 para R\$ 587 por mês em 2000. Em comparação com outras capitais brasileiras este nível de renda é certamente alto, como fica evidente no Gráfico 1. Em 2000, apenas algumas capitais do Sul-Sudeste (Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro) e o Distrito Federal tiveram renda familiar *per capita* em torno de R\$ 600 por mês. Porto Alegre se destaca como a capital com o maior nível de renda *per capita* do país em 2000, tendo em vista que as famílias tinham renda média de R\$ 705 por mês.

**Gráfico 1**  
**Renda familiar per capita em 12 cidades brasileiras: 1991 e 2000.**



Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

À exceção de Belo Horizonte, que tinha renda *per capita* familiar de R\$ 548 por mês em 2000, todas as outras cidades estudadas, localizadas ao norte do Estado do Rio de Janeiro (Belém, Recife, Fortaleza, Manaus, Goiânia, e Salvador) tinham renda *per capita* inferior a R\$ 500 por mês.

Em 1991, o Rio de Janeiro também se encontrava entre as capitais com renda *per capita* mais altas no país. Juntamente com Belo Horizonte, Curitiba, Brasília, Porto Alegre e São Paulo, tinha renda *per capita* superior a R\$ 400 por mês. Entre 1991 e 2000 todas as doze capitais estudadas melhoraram sua situação em termos de renda *per capita*, mas todas permaneceram tendo posições, entre si, relativamente semelhantes. Em suma, entre 1991 e 2000 o Rio de Janeiro permanece ocupando uma posição de relativo destaque no país em termos de renda familiar *per capita*.

Estes resultados confirmam as evidências apresentadas no Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 1998) revelando que apenas catorze municípios brasileiros, representando menos de 0,5 % dos quase quatro mil municípios existentes à época, tinham uma renda per capita superior à da cidade do Rio de Janeiro em 1991. Em 2000, o Rio permanecia em uma posição relativamente alta em termos de renda per capita familiar.

## 2.2. Grau de desigualdade

Os padrões de desigualdade de renda no Rio de Janeiro em 1991 e 2000 podem ser observados respectivamente nas Tabelas 1 e 2.

Em 1991, enquanto os 10% mais ricos se apropriavam de 47,8 % da renda da cidade do Rio de Janeiro, os 40% mais pobres – número quatro vezes maior – detinham menos de 7,8% da renda, levando a que a renda média dos 10% mais ricos fosse 24 vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres. Em 2000, enquanto os 10% mais ricos se apropriavam de 48,2 % da renda da cidade os 40% mais pobres detinham menos de 7,2 %, levando a que a renda média dos 10% mais ricos fosse 26 vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres.

Ao compararmos os 1% mais ricos com os 50% mais pobres reforçamos ainda mais as evidências sobre os altos índices de desigualdade de renda na cidade do Rio de Janeiro. Em 1991, enquanto o 1% mais rico se apropriava de 12% da renda total da cidade os 50% mais pobres se apropriavam de 13% desta renda total. Para alcançar a renda média do 1% de famílias mais ricas seria necessário somar a renda média de 58 famílias dos 50% mais pobres. Em 2000, a situação não se modificou significativamente tendo em vista que o 1% mais rico se apropriava de 13 % da renda total da cidade e os 50% mais pobres se apropriavam de 13% desta renda total. Para alcançar a renda média do 1% de famílias mais ricas seria necessário somar a renda média de 62 famílias dos 50% mais pobres.

Estes resultados indicam não apenas um alto grau de desigualdade na distribuição de renda da cidade, como também que este alto grau de desigualdade sofreu um ligeiro crescimento entre 1991 e 2000.

Este alto grau de desigualdade de renda é típico do Brasil como um todo (Barros *et alii*, 2000), de modo que a cidade do Rio de Janeiro não é um caso isolado. Dentre as doze cidades para as quais compilamos dados Curitiba é a menos desigual e Recife a mais desigual, ao passo que o Rio de Janeiro se encontra em uma situação intermediária. Os 10% mais ricos no Recife tinham renda média 38,9 vezes maior do que os 40% mais pobres em 1991 e 41,7 vezes maior em 2000. Já os 1% de famílias

mais ricas tinham renda média 89,5 vezes maior em 1991 e 98,8 vezes maior em 2000 do que os 50% mais pobres.

Em Curitiba, a cidade menos desigual dentre as que estudamos, os 10% mais ricos tinham renda média 16,9 vezes maior do que os 40% mais pobres em 1991, e 22,6 vezes maior em 2000. Já os 1% de famílias mais ricas tinham renda média 38,3 vezes maior em 1991 e 57,7 vezes maior em 2000 do que os 50% mais pobres.

**Tabela 1**  
**Renda média e indicadores de desigualdade**  
**Rio de Janeiro e grandes cidades: 1991**

Rio de Janeiro e grandes cidades	Renda domiciliar per capita					
	Renda média	Coefficiente de Gini	Índice de Theil (T)	Índice de Theil (L)	Razão de renda apropriada entre os 10% mais ricos e 40% mais pobres	Razão de renda apropriada entre os 1% mais ricos e os 50% mais pobres
Belém	260	0,598	0,749	0,648	22,6	56,0
Belo Horizonte	408	0,607	0,737	0,692	24,8	57,3
Brasília	465	0,614	0,740	0,713	26,1	57,0
Curitiba	446	0,549	0,590	0,534	16,9	38,3
Fortaleza	233	0,646	0,921	0,775	30,2	84,3
Goiânia	351	0,573	0,668	0,583	19,3	46,8
Manaus	271	0,565	0,665	0,550	18,8	47,1
Porto Alegre	519	0,566	0,616	0,598	19,7	43,0
Recife	304	0,670	0,919	0,871	38,9	89,5
Rio de Janeiro	447	0,605	0,741	0,675	24,6	58,0
Salvador	288	0,651	0,898	0,793	33,0	82,5
São Paulo	529	0,563	0,639	0,553	18,5	43,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991

**Tabela 2**  
**Renda média e indicadores de desigualdade**  
**Rio de Janeiro e grandes cidades: 2000**

Rio de Janeiro e grandes cidades	Renda domiciliar per capita					
	Renda média	Coefficiente de Gini	Índice de Theil (T)	Índice de Theil (L)	Razão de renda apropriada entre os 10% mais ricos e 40% mais pobres	Razão de renda apropriada entre os 1% mais ricos e os 50% mais pobres
Belém	313	0,651	1,067	0,763	31,3	95,4
Belo Horizonte	548	0,620	0,809	0,711	27,2	66,0
Brasília	596	0,640	0,830	0,781	32,8	72,6
Curitiba	614	0,594	0,765	0,638	22,6	57,7
Fortaleza	303	0,655	0,914	0,775	33,0	80,0
Goiânia	498	0,611	0,861	0,668	24,2	68,8
Manaus	256	0,639	0,876	0,691	30,8	76,2
Porto Alegre	705	0,606	0,725	0,701	26,3	56,9
Recife	391	0,680	0,997	0,879	41,7	98,8
Rio de Janeiro	587	0,616	0,791	0,691	26,8	62,0
Salvador	340	0,658	0,932	0,784	35,0	85,6
São Paulo	602	0,618	0,803	0,679	26,7	63,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

Em 1991 o Rio de Janeiro era a quinta capital com maior desigualdade de renda e em 2000 passou para a sexta posição. De qualquer forma, os níveis de desigualdade de renda em todas as cidades estudadas são altíssimos. Com exceção de Curitiba, o índice de Gini era maior que 0,55 em todas as cidades em 1991, e maior que 0,60 em todas as cidades em 2000.

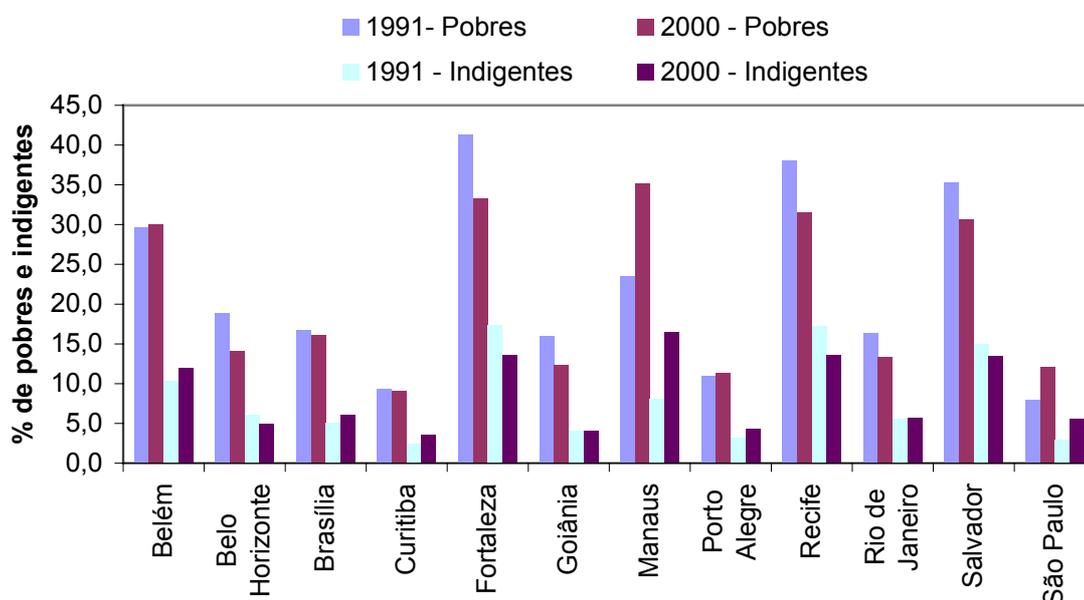
Em suma, entre 1991 e 2000 houve uma ligeira tendência ascendente no grau de desigualdade no Rio de Janeiro, que só passou da quinta para a sexta posição entre as doze cidades mais desiguais porque a desigualdade em Manaus cresceu rapidamente entre 1991 e 2000.

### 2.3. Nível de pobreza

Em consequência do alto grau de desigualdade de renda e a despeito da renda *per capita* familiar da cidade ser mais de seis vezes maior do que a linha de pobreza, 13% das famílias cariocas permanece abaixo da linha de pobreza, ou seja, 13% das famílias têm renda *per capita* inferior a R\$ 75,5 por mês.

Tendo em vista que a cidade tem renda *per capita* mais alta que as outras cidades e a desigualdade de renda mais baixa, não é surpreendente que a porcentagem de pobres no Rio de Janeiro seja inferior do que a média das cidades estudadas. De fato, o Rio tem um percentual de pobres menor do que as cidades do Norte e Nordeste e superior a São Paulo, Porto Alegre e Curitiba. Além disso, o percentual de pobres no Rio diminuiu de 16,4 para 13,3 entre 1991 e 2000. Esta diminuição também é significativa em termos da população de pobres do Rio de Janeiro que passou de cerca de 889.846 pessoas em 1991 para 779.101 pessoas em 2000. A inspeção do gráfico a seguir indica que, à exceção de São Paulo e Manaus, houve uma leve tendência para a diminuição no percentual de pobres nas capitais estudadas entre 1991 e 2000.

**Gráfico 2**  
**Porcentagem de pobres e indigentes em 12 cidades brasileiras: 1991 e 2000.**



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000

Além de contar 13,3% de suas famílias abaixo da linha de pobreza em 2000, o Rio tinha 5,7% de suas famílias abaixo da linha de indigência em 2000 e 5,6% em 1991. Ficam abaixo da linha de indigência famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 37,75 por mês.

No que diz respeito ao percentual de indigentes o Rio também se encontra em posição intermediária entre as doze capitais estudadas, tanto em 1991 quanto em 2000. De fato, o Rio é a sexta cidade com menos indigentes entre as doze estudadas tanto em 1991 quanto em 2000. É importante ressaltar que o número de indigentes no Rio permaneceu estável entre 1991 e 2000. Já em São Paulo e Manaus o número de indigentes praticamente duplicou entre 1991 e 2000. Em São Paulo 3% das famílias

encontravam-se abaixo da linha de indigência em 1991 e 5,6% em 2000 e em Manaus 8% se encontravam abaixo da linha de indigência em 1991 e 16,5% em 2000.

### **3. Pobreza, crescimento econômico e redistribuição de renda**

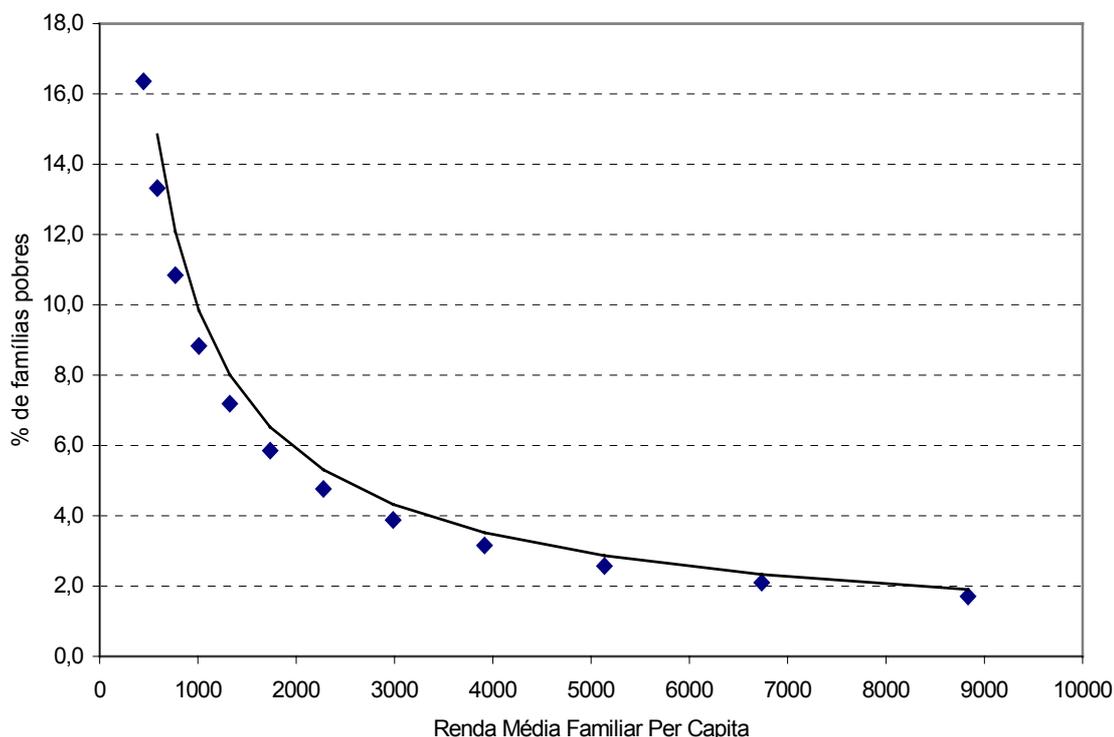
Nesta seção parto da idéia preconizada por estudiosos da pobreza no Brasil de que o crescimento econômico têm um impacto positivo na pobreza, por um lado, e por outro a desigualdade de renda tem um impacto negativo. Isto significa que o crescimento econômico tende a diminuir a pobreza e que a diminuição da desigualdade de renda também tende a diminuir a pobreza. Obviamente o melhor dos mundos possíveis é aquele em que os dois processos – desenvolvimento econômico e diminuição da desigualdade de renda – ocorrem simultaneamente. Portanto, governantes e formuladores de políticas públicas deveriam focalizar os dois tipos de política: desenvolvimentista e redistributiva. Mas qual seria a característica do impacto de cada uma das duas políticas na redução da pobreza?

Para responder a esta pergunta desenvolvo alguns exercícios de simulação. Inicialmente estimo em quanto o grau de pobreza seria reduzido se a renda *per capita* das famílias cariocas crescesse, mantendo-se o grau de desigualdade inalterado. Em seguida, estimo em que medida o nível de pobreza diminuiria se o grau de desigualdade de renda diminuísse, mantendo-se constante o crescimento econômico.

De acordo com o Gráfico 3, a capacidade do crescimento econômico de reduzir a pobreza diminui na medida em que a proporção de pobres diminui. Em outras palavras, há retornos decrescentes na relação entre crescimento econômico e redução da pobreza. Para que houvesse menos de 2% de pobres na cidade seria necessário aumentar em mais de 90% a renda média mensal per capita das famílias cariocas.

**Gráfico 3**

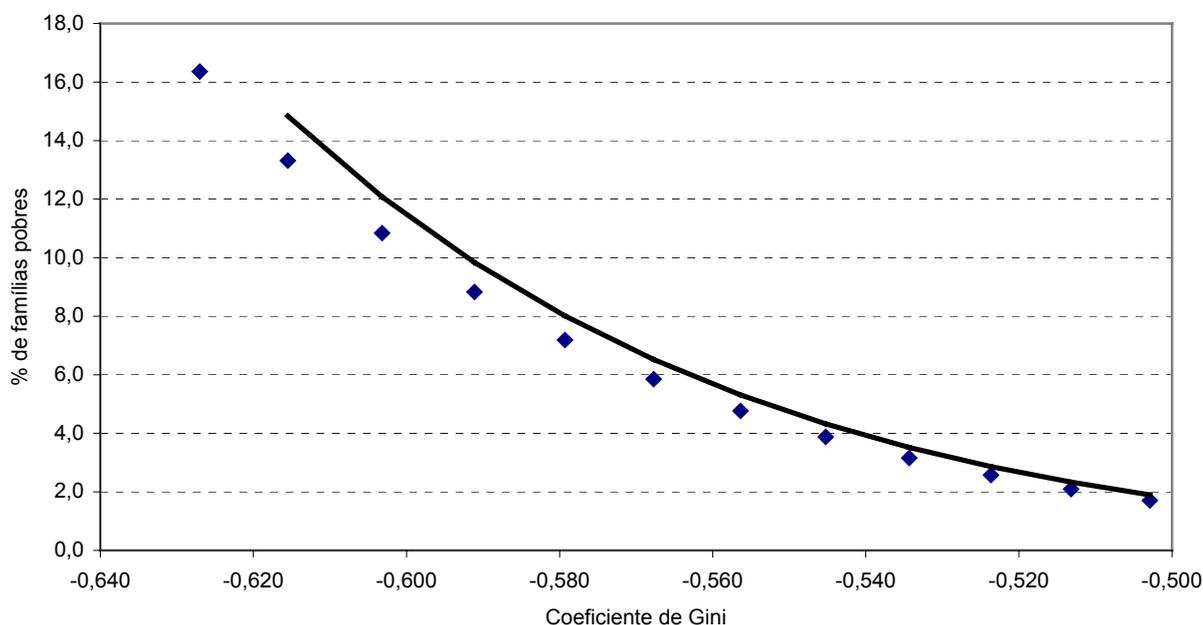
**Simulação do impacto do aumento da renda per capita familiar sobre o % de pobres no Rio de Janeiro, mantendo-se constante o grau de desigualdade de renda.**



Em contraste com o impacto do desenvolvimento econômico sobre a pobreza, a diminuição da desigualdade exerceria uma força constante sobre a diminuição da pobreza. Como indicado o próximo gráfico, para que o número de famílias pobres na cidade fosse menor do que 2% do total de famílias seria necessário reduzir o grau de desigualdade de renda em 17%.

A simulação do Gráfico 4 leva à conclusão de que a diminuição da desigualdade teria um impacto consideravelmente mais forte sobre a redução da pobreza do que o crescimento econômico. No entanto, ambas as políticas parecem necessárias. Na próxima seção acrescento um fator, que apesar de ser frequentemente negligenciado por economistas, é fundamental na determinação da probabilidade de aumento da pobreza: as características da estrutura de classes ou ocupacional.

**Gráfico 4**  
**Simulação do impacto da diminuição da desigualdade de renda sobre o % de pobres na cidade do Rio de Janeiro, mantendo-se constante o grau de crescimento econômico.**



#### 4. Estrutura de classes, desigualdade de renda e pobreza

Embora o nível de renda e, principalmente, o grau de desigualdade de renda sejam fatores centrais na determinação da pobreza, é necessário identificar os fatores estruturais que definem a disponibilidade e a distribuição de renda nas capitais brasileiras. Talvez o mais importante aspecto estrutural seja os tipos de postos de trabalho disponíveis para a população. Em Sociologia há o hábito de chamar tais postos de trabalhos de grupos ocupacionais ou de classe. Nesta seção, portanto, investigo o papel da estrutura de classes das capitais estudadas na determinação da renda, da desigualdade e da pobreza.

Inicialmente, descrevo a renda média de cada grupo ocupacional; em seguida o tamanho de cada grupo nas diferentes cidades; e, finalmente, o impacto das diferentes estruturas ocupacionais na desigualdade de renda e na pobreza. Parto da hipótese de que é a distribuição de classes em cada cidade que determina a desigualdade de renda e conseqüentemente os níveis de pobreza. Antes de investigar a validade desta hipótese faço uma breve descrição dos pressupostos teóricos que guiaram a elaboração dos grupos ocupacionais ou de classe.

#### 4.1. O esquema de classes utilizado

Para elaborar o esquema de classes utilizado neste capítulo parti das informações sobre ocupação, posição na ocupação e tamanho da empresa contidas nos microdados do Censo 2000 - as variáveis renda e escolaridade não entram na definição de grupos de classes utilizada. As informações relativas à ocupação permitem elaborar uma versão brasileira de um esquema de classes amplamente utilizado em pesquisas comparativas na área de estratificação social (Erickson e Goldthorpe, 1993; Goldthorpe, 2000). De acordo com este esquema as classes sociais são definidas segundo duas posições distintas nas relações de trabalho: empregadores e/ou proprietários, e empregados. Empregadores seriam diferenciados de acordo com o tamanho de seus estabelecimentos e a quantidade de pessoas que empregam, sendo que trabalhadores autônomos poderiam ser definidos como “auto-empregados” e/ou “pequenos proprietários sem empregados”. Em contraste, dois tipos distintos de contrato de trabalho para os empregados são definidos: um “contrato de trabalho restrito” (“labor contract” ou “labor relationship”), que caracterizaria as relações de trabalho dos membros da classe trabalhadora, e um contrato de trabalho envolvendo autonomia por parte dos empregados (“service relationship”), que caracterizaria as relações de trabalho de profissionais, administradores e gerentes, ou seja, de trabalhadores de colarinho-branco de alto nível.

Em “contratos de trabalho restritos”, envolvendo membros da classe trabalhadora, os salários são definidos diretamente de acordo com o nível de esforço ou de produção dos empregados. Este tipo de contrato de trabalho dá ao empregador não apenas maior liberdade para substituir os empregados, como também a possibilidade de supervisionar diretamente, ou através de supervisores e capatazes, o trabalho dos empregados. O segundo tipo de contrato de trabalho (“service relationship”) é caracterizado pelo fato de que os empregadores devem estabelecer relações de confiança e comprometimento com os empregados, que em virtude de seu conhecimento especializado ou exercício delegado de autoridade não podem ser diretamente supervisionados. Além destas características relativas às relações de trabalho, o esquema de classes também incorpora distinções quanto ao setor de atividades: rural ou urbano. Finalmente, há trabalhadores que desempenham funções de supervisão do trabalho e, no caso brasileiro, há também trabalhadores ocupados no setor informal. O esquema de classes derivado destes princípios teóricos agrega em cada classe indivíduos em posições ocupacionais comparáveis em termos de seus níveis de renda, seus graus de segurança econômica, suas possibilidades de avanço na carreira, e seus graus de autonomia para desempenhar as atividades de trabalho. Partindo destes princípios, chegamos a um esquema com doze classes sociais ou grupos ocupacionais (veja Tabela 3), que também podem ser agregados em três

grandes grupos: 1) profissionais e proprietários ou classes altas (empregadores e profissionais com autoridade e autonomia); 2) supervisores ou classes intermediárias (trabalhadores que supervisionam o trabalho de outros); e 3) trabalhadores ou classes baixas (contrato de trabalho restrito).

**Tabela 3**  
**Esquema de classes utilizado**

I	Classes Altas
1	Profissionais e Administradores
2	Pequenos proprietários com empregados
3	Pequenos proprietários sem empregados
II	Classes Intermediárias
4	Trabalhadores de rotina não-manual, nível alto
5	Supervisores do trabalho manual
6	Fazendeiros
III	Classes Baixas
7	Trabalhadores de rotina não-manual, nível baixo
8	Trabalhadores de rotina não manuais do setor informal
9	Trabalhadores manuais qualificados
10	Trabalhadores manuais do setor informal
11	Trabalhadores manuais não qualificados
12	Trabalhadores rurais

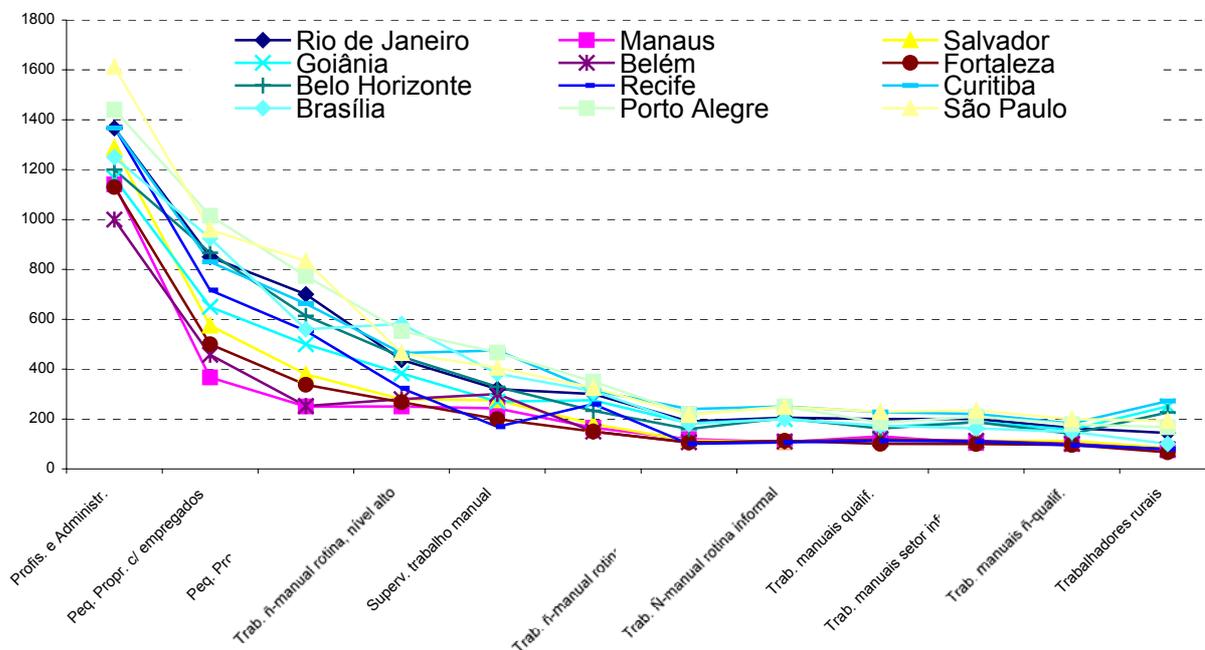
#### 4.2. Classes e rendas

Uma das primeiras perguntas que devemos responder ao analisar a relação entre classes sociais e níveis de renda é se a diferença nos níveis de desigualdade se deve à remuneração diferenciada para ocupações semelhantes em cidades diferentes. Ou seja, será que a desigualdade maior em uma cidade se deve ao fato de, por exemplo, os profissionais ganharem mais e os trabalhadores manuais menos do que em outra cidade?

Segundo o Gráfico 5 a remuneração diferenciada por ocupações não é o principal determinante da diferença no grau de desigualdade entre as doze cidades estudadas. Embora as rendas médias de cada um dos doze grupos ocupacionais varie bastante entre as cidades, as diferenças entre as rendas em cada cidade seguem um padrão semelhante. Por exemplo, profissionais têm renda média de R\$ 1.600 em São Paulo e R\$ 1.000 em Belém (uma diferença de 60%), e trabalhadores manuais qualificados têm renda média de R\$ 230 em São Paulo e R\$ 119 em Belém (uma diferença de 48%). Em outras palavras, em São Paulo profissionais costumam ter renda sete vezes maior que trabalhadores manuais, e em Belém oito vezes maior. De

fato, o gráfico mostra que um padrão semelhante nas diferenças entre rendas de classes está presente em todas as cidades.

**Gráfico 5**  
**Mediana de renda por grupos ocupacionais, Rio de Janeiro e outras capitais: 2000.**



Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 2000

O gráfico também mostra claramente que as três primeiras classes (profissionais e administradores, pequenos proprietários com empregados e pequenos proprietários sem empregados) podem ser definidas como as mais privilegiadas no que diz respeito às rendas agregadas. Em seguida, também em termos de renda, encontramos um grupo de classes intermediárias (trabalhadores de rotina não manuais de nível alto, supervisores do trabalho manual e fazendeiros) que são compostas justamente por ocupações caracterizadas pelo exercício da supervisão do trabalho de outros. Finalmente, há um grande grupo de classes composto pelos trabalhadores manuais e do baixo setor de serviços (trabalhadores manuais de nível baixo e do setor informal, trabalhadores manuais qualificados, trabalhadores manuais não qualificados e do setor informal, e trabalhadores rurais) cujo contrato de trabalho é freqüentemente baseado na troca direta de tarefas por produção (“contrato de trabalho restrito”) e diretamente submetido a supervisão.

### 4.3. Estruturas de classe e desigualdade de renda

Como vimos, a remuneração desigual para ocupações semelhantes não pode ser usada para explicar a diferença na desigualdade entre as doze cidades. Alternativamente, sugiro que o principal fator estrutural definidor dos diferentes níveis de desigualdade de renda entre as cidades estudadas reside no fato de cada uma apresentar uma estrutura de classe distinta. Em particular, a diferença entre o percentual de trabalhadores nas classes altas e baixas parece ser o principal fator estrutural relacionado aos diferentes graus de desigualdade e pobreza.

Na Tabela 4 observa-se que Manaus, Fortaleza, Belém, Salvador, Brasília e Recife são as cidades mais desiguais, com o Índice de Gini variando entre 0,64 e 0,68. Conseqüentemente, são justamente estas cidades que têm um número maior de pobres (variando de 16,1% em Brasília a 35,2 % em Manaus). A desigualdade de renda nestas cidades deve-se à disparidade entre o número de famílias na classe alta e na classe baixa: em todas há pelo menos 3,5 vezes mais pessoas nas classes baixas do que nas altas. Embora nestas cidades a maioria das famílias esteja nas classes baixas (variando entre 66,3 % em Brasília e 75,9 % em Manaus) também há um número considerável de famílias nas classes altas (variando entre 13 % em Manaus e 19,7% no Recife). A desigualdade de renda nestas cidades se deve ao fato de haver muitas pessoas nas classes baixas. Além disso, a probabilidade de famílias ficarem abaixo da linha de pobreza aumenta na medida em que aumenta o número de famílias nas classes baixas. De fato, nas cidades ao Norte observamos que há muitos pobres e muitas famílias nas classes baixas.

Em contraste, nas outras cidades (Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiânia) a desigualdade é menor e há menos pobres do que nas cidades ao Norte. Sendo a desigualdade menor, isto leva à diminuição do número relativo de pobres justamente porque a disparidade entre pessoas nas classes altas e baixas é menor. Levando-se em consideração que as diferenças de renda entre classes, como vimos anteriormente, são semelhantes em cada cidade, o menor grau de desigualdade nas cidades ao Sul é uma conseqüência da menor disparidade do número de pessoas nas classes baixas em relação às altas. O Rio de Janeiro encontra-se neste grupo de cidades com menos desigualdade, menos pobres e menor disparidade entre os percentuais de pessoas nas classes altas e baixas. Em 2000, o Rio de Janeiro apresentava um Índice de Gini de 0,62, tinha 13,3 % de pobres e 2,7 vezes mais pessoas nas classes baixas do que nas altas. Se o Rio de Janeiro tivesse uma distribuição de classes com menor disparidade de pessoas nas classes baixas em relação às altas haveria menos desigualdade e, conseqüentemente, menos pobreza.

**Tabela 4**  
**Classes sociais, índice de Gini, renda média, e pobreza**

Capitais	Classes				Índices		
	altas	intermediárias	baixas	razão (baixa/alta)	Índice de Gini	renda média	% de pobres
Porto Alegre	26,7	13,1	60,2	2,3	0,61	519	11,3
Curitiba	24,6	11,7	63,7	2,6	0,59	446	9,1
Rio de Janeiro	23,1	13,4	63,5	2,7	0,62	447	13,3
Belo Horizonte	23,6	11,4	65,0	2,8	0,62	408	14,2
São Paulo	21,0	10,5	68,5	3,3	0,62	529	12,1
Goiânia	20,4	10,6	69,0	3,4	0,61	351	12,4
Recife	19,7	11,8	68,6	3,5	0,68	304	31,5
Brasília	18,4	15,3	66,3	3,6	0,64	465	16,1
Salvador	17,6	12,4	70,1	4,0	0,66	288	30,7
Belém	15,8	9,9	74,3	4,7	0,65	260	30,0
Fortaleza	15,2	9,8	75,0	4,9	0,66	233	33,3
Manaus	13,5	10,6	75,9	5,6	0,64	271	35,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

## 5. Uma radiografia da desigualdade e da pobreza na Cidade do Rio de Janeiro

As análises comparando o Rio de Janeiro com outras capitais brasileiras mostraram que a cidade ocupa uma posição intermediária em termos de grau de desigualdade e nível de pobreza. Os dados também indicam que apesar de não haver falta de recursos, cerca de 13% das famílias cariocas ainda vivem abaixo da linha de pobreza em 2000 em consequência da má distribuição dos recursos existentes. As análises mostraram algo ainda mais importante: que a desigualdade no Rio de Janeiro se deve, em grande medida, ao fato de haver pelo menos 2,7 vezes mais pessoas nas classes baixas do que nas altas. De fato, há um número extremamente alto de pessoas em famílias compostas por trabalhadores dos setores manuais, baixos serviços e informal.

Nesta seção procurarei definir os contornos geográficos, dentro da cidade do Rio de Janeiro, do alto grau de desigualdade de acesso aos recursos. As análises realmente indicam que há diferenças geográficas marcantes e persistentes. A Lagoa em 2000, por exemplo, contava com apenas 1% de pobres e tem renda *per capita* dezoito vezes maior do que o Complexo do Alemão, que somava 29% de pobres no total de sua população.

Daqui em diante passo a descrever a distribuição espacial da riqueza e da pobreza na cidade, sempre que possível comparando 1991 com 2000. Também

procuro identificar qual a parcela da desigualdade que se deve à disparidade de renda entre as regiões da cidade e qual a parcela que depende da desigualdade entre moradores de uma mesma região. Finalmente, procuro verificar em que medida a distribuição espacial da pobreza e da riqueza se relaciona com a distribuição espacial das classes sociais na cidade. Neste sentido, utilizo as seguintes divisões espaciais da cidade: (a) áreas faveladas e não faveladas; (b) cinco áreas de planejamento; (c) 32 regiões administrativas; e (d) 126 bairros e grupos de bairros da cidade. Embora em alguns pontos eu vá introduzir comparações da situação em 1991 e 2000, a maioria das descrições abaixo se concentra na situação em 2000. Em anexo incluo tabelas para 1991.

### **5.1. Áreas faveladas e áreas não faveladas: renda per capita, desigualdade de renda e pobreza**

Ao olhar para o Rio de Janeiro levando em conta a população vivendo em áreas faveladas e não faveladas verificamos, sem surpresa, que a situação das famílias vivendo em favelas é bastante pior. Em 2000, famílias vivendo em favelas tinham renda *per capita* de apenas R\$ 174 por mês, enquanto a renda *per capita* das famílias vivendo fora de favelas era de R\$ 682 por mês.

Os dados sobre desigualdade de renda no Rio de Janeiro revelam não apenas a má distribuição de renda nas áreas não faveladas – contando com ricos e pobres vivendo lado a lado – como também a disparidade de renda entre áreas faveladas e não faveladas. Na realidade não há muita desigualdade nas favelas porque a grande maioria tem renda familiar per capita muito baixa. Em 2000, os 10% mais ricos em favelas ganhavam 9,8 vezes mais do que os 40% mais pobres. Em contraste, nas áreas não faveladas os 10% mais ricos ganhavam 24 vezes mais do que os 40% mais pobres.

Há menos desigualdade nas favelas porque a maioria dos pobres e indigentes encontram-se nas áreas faveladas. Em 2000, 27,5% das famílias vivendo em favelas estavam abaixo da linha de pobreza e 11,8% abaixo da linha de indigência. Isto não significa que não houvesse pobres e indigentes em áreas não faveladas. Pelo contrário, 10% da população de áreas não faveladas vivia abaixo da linha de pobreza e 4,3% abaixo da linha de indigência em 2000. Enfim, a desigualdade de renda na cidade se deve tanto ao fato de as áreas não faveladas terem pobres e ricos vivendo lado a lado, quanto por haver muitos pobres vivendo concentrados em áreas faveladas e ricos obviamente vivendo fora das favelas. As favelas contribuem para a desigualdade de renda da cidade, mas mesmo se fossem eliminadas continuaria havendo muitos pobres e muita desigualdade no Rio de Janeiro.

A seguir, passo a descrever os determinantes estruturais da distribuição de renda em áreas faveladas e não faveladas, ou seja, descrevo a relação entre estrutura de classes e renda nestas áreas. Será que pessoas que moram em favelas ou fora e têm ocupações semelhantes recebem salários semelhantes? Será que há mais pessoas nas classes mais privilegiadas fora de favelas? A resposta às duas perguntas é sim.

A Tabela 5 mostra não apenas que há mais pessoas em classes privilegiadas fora de favelas do que nelas, como também que a renda das pessoas com ocupações semelhantes morando em favelas é sempre menor que a renda de pessoas que moram fora delas.

**Tabela 5**  
**Distribuição de classes e renda média familiar per capita em áreas faveladas e não-faveladas - Rio de Janeiro: 2000.**

Classes	Áreas Faveladas		Áreas não faveladas		renda média classes	
	classes %	renda média	classes %	renda média	não-fav/ favela	não-fav/ favela
Profissionais e Administradores	0,16	522,002	2,48	2515,68	4,8	15,5
Pequenos proprietários com empregados	3,90	297,966	23,66	1365,73	4,6	6,1
Pequenos proprietários sem empregados	0,38	322,862	1,70	1175,04	3,6	4,5
Trabalhadores de rotina não-manual, nível alto	5,76	248,784	14,63	751,32	3,0	2,5
Supervisores do trabalho manual	0,18	193,796	0,17	515,27	2,7	0,9
Fazendeiros	0,42	210,443	0,32	730,57	3,5	0,8
Trabalhadores de rotina não-manual, nível baixo	17,24	177,763	10,56	344,56	1,9	0,6
Trabalhadores de rotina não-manuais do setor informal	19,79	181,579	15,04	408,91	2,3	0,8
Trabalhadores manuais qualificados	10,74	190,461	5,77	378,56	2,0	0,5
Trabalhadores manuais do setor informal	25,79	187,945	18,22	363,65	1,9	0,7
Trabalhadores manuais não qualificados	15,07	164,726	6,99	258,9	1,6	0,5
Trabalhadores rurais	0,57	170,998	0,45	565,94	3,3	0,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

A penúltima coluna da Tabela 5 revela que morar em favelas diminui significativamente a renda média de pessoas com ocupações semelhantes. Por exemplo, profissionais e administradores em favelas recebem em média 4,8 vezes menos que profissionais e administradores vivendo fora delas. Até mesmo

trabalhadores manuais que vivem fora de favelas recebem mais do que seus pares vivendo em favela, em média duas vezes mais.

Além disso, como mostra a última coluna, entre as quatro classes mais privilegiadas (quatro primeiras linhas) há uma maior proporção de famílias vivendo fora de favelas do que nelas. Ao passo que as classes mais baixas (oito últimas linhas da tabela) se concentram mais em favelas do que fora delas. Enquanto 89% dos moradores de favelas estão nas classes baixas e apenas 4,4 % nas classes altas, 57% das famílias que não moram em favelas estão nas classes baixas e 28% nas classes altas. Estes dados confirmam que a eliminação das favelas não acabaria com a desigualdade de renda, tendo em vista que há muita diferenciação ocupacional fora das favelas. As favelas se caracterizam tanto por renda menor independentemente do grupo ocupacional, como por uma concentração de grupos ocupacionais das classes baixas; mas as áreas não faveladas também incluem um grande número de famílias das classes baixas, ou seja, um grande número de trabalhadores pouco ou não qualificados.

## 5.2. Áreas de Planejamento

Outra divisão politicamente importante da cidade é feita entre as grandes áreas de planejamento: (AP-1) Centro, (AP-2) Zona Sul, (AP-3) Zona Norte, (AP-4) Barra da Tijuca, e (AP-5) Zona Oeste. Nesta seção analiso (a) as diferenças entre estas grandes áreas em renda *per capita* familiar e a contribuição destas diferenças para a desigualdade total da cidade; (b) a diferença entre estas áreas no que diz respeito a seu grau interno de desigualdade; (c) a diferença entre estas áreas em termos de pobreza e a contribuição relativa de cada área para a pobreza total da cidade; e, por último (d) apresento a distribuição de classes pelas áreas de planejamento e a contribuição desta distribuição para o nível de pobreza e desigualdade de renda do Rio de Janeiro.

Não há dúvidas de que a Zona Sul é a mais rica da cidade. De fato, a renda *per capita* da Zona Sul é pelo menos duas vezes maior do que a de qualquer uma das outras APs e 2,4 vezes maior do que a renda *per capita* de toda a cidade. Em seguida vem a Barra da Tijuca (AP-3) com a metade da renda *per capita* da Zona Sul. Em uma posição intermediária, tendo um terço da renda *per capita* da Zona Sul, ficam o Centro (AP-1) e a Zona Norte (AP-4). No outro extremo da distribuição fica a Zona Oeste, com renda *per capita* cinco vezes menor que a da Zona Sul. Esta situação não se modificou entre 1991 e 2000.

Embora haja clara diferença de renda *per capita* entre estas cinco áreas da cidade, não se pode concluir que uma equiparação das rendas *per capita* levaria à

eliminação da desigualdade, uma vez que há muita desigualdade de renda em todas as cinco áreas. Conseqüentemente, a eliminação da desigualdade entre as cinco áreas não levaria a uma queda brutal da desigualdade. Ao comparar o padrão de desigualdade, a renda *per capita* e o percentual de pobres em cada região da cidade chegamos a algumas conclusões interessantes.

Fica claro que a desigualdade na Barra da Tijuca (AP-4) é a mais alta (índice de Theil = 0,845) justamente porque naquela região há muitos pobres (1/5 da população) como também há uma renda *per capita* relativamente alta, em torno de R\$ 774 por mês. Ou seja, a Barra da Tijuca é desigual porque há muitos pobres e muitos ricos vivendo lado a lado. Embora haja menos desigualdade na Zona Sul do que na Barra da Tijuca, os índices de desigualdade também são altos (índice de Theil = 0,609). No entanto, na Zona Sul há menos pobres (4,8% da população) e renda *per capita* bastante alta, em torno de R\$ 1.416 por mês. Estes números indicam que a desigualdade na Zona Sul se caracteriza pelo fato de haver relativamente poucos pobres vivendo perto de alto contingente de ricos e famílias com renda média relativamente alta. Em contraste, o Centro e a Zona Norte têm menos desigualdade do que as outras duas regiões porque contam com renda média relativamente baixa (R\$ 456 e R\$ 415 por mês, respectivamente) e muitos pobres (11,9% e 13,6%, respectivamente). Finalmente, a Zona Oeste é a que conta com menor desigualdade (Theil = 0,503) justamente porque tem renda *per capita* baixa (R\$ 281 por mês) e conta com muitos pobres (19,3% da população). Ou seja, a Zona Oeste tem menos desigualdade porque tem poucos ricos e muitos pobres.

Além disso, os ricos das Zonas Sul e Barra da Tijuca são mais ricos do que os do Centro, da Zona Norte e da Zona Oeste, ao passo que os pobres das duas primeiras regiões não são menos pobres do que os das duas últimas regiões.

É na distribuição de classes de cada uma das regiões que se encontram as bases estruturais da desigualdade e da pobreza. Portanto, para verificar as características da distribuição geográfica da pobreza e da desigualdade torna-se necessário verificar se os grupos de classe estão concentrados em alguma região ou se grupos semelhantes em regiões diferentes têm remuneração distinta.

**Tabela 6****Distribuição de classes, renda média, índice de Gini e % de pobres Rio de Janeiro: 2000**

	AP-1 Centro	AP-2 Zona Sul	AP-3 Zona Norte	AP-4 Barra da Tijuca	AP-5 Zona Oeste
% Classes altas	17,5	48,4	18,9	30,0	11,2
% Classes intermediárias	13,6	14,1	14,6	11,6	11,8
% Classes baixas	68,9	37,5	66,5	58,5	77,0
Renda média	456	1416	415	774	281
Índice de Gini	0,530	0,550	0,526	0,630	0,510
% pobres	11,4	4,8	13,6	10,9	19,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

A Tabela 6 resume algumas informações sobre a distribuição de classe e renda entre as Áreas de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro. A Zona Oeste é a que tem mais pobres, menos desigualdade e mais famílias nas classes baixas (77%). Há muitos pobres e desigualdade menor do que nas outras áreas justamente porque há mais homogeneidade na distribuição de classes. Do outro lado temos a Zona Sul e a Barra da Tijuca que são muito desiguais (Índices de Gini de 0,55 e 0,63, respectivamente) porque têm muitas famílias em classes altas e baixas. Na Zona Sul, 48,4 % da população está nas classes altas e 37,5 % está nas classes baixas, e na Barra da Tijuca 30 % está nas classes altas e 58,5 % nas baixas. Conseqüentemente, o número de pobres é mais alto na Barra da Tijuca do que na Zona Sul, precisamente porque a probabilidade de famílias ficarem abaixo da linha da pobreza aumenta com o crescimento do percentual da população nas classes baixas. Outra informação relevante (não apresentada na Tabela 6) é que as pessoas das classes altas na Barra da Tijuca e da Zona Sul têm renda média duas vezes maior que as pessoas das classes altas nas outras áreas da cidade. O mesmo não é válido para as classes baixas, ou seja, há menos disparidade nos rendimentos médios das pessoas das classes baixas morando em diferentes áreas da cidade. Por exemplo, pessoas na classe baixa da Zona Sul e Barra têm renda média apenas 1/5 mais alta do que a das pessoas no Centro, na Zona Norte e na Zona Oeste.

Embora as diferenças sejam marcantes entre as Áreas de Planejamento, o fato de haver muitas pessoas nas classes baixas em todas as áreas é um dos principais responsáveis pelo alto número de pobres presente em toda cidade, ao passo que a presença de pelo menos 11% de pessoas na classe alta em cada área explica o fato de haver muita desigualdade em toda parte. Não podemos concluir, portanto, que haja uma concentração de classes pelas Áreas de Planejamento que possa explicar geograficamente o nível de renda, a desigualdade de renda e a pobreza na cidade. Devemos partir para análises mais desagregadas.

### 5.3. Regiões Administrativas

Como vimos, a disparidade de renda *per capita* e de distribuição de classes entre as Áreas de Planejamento não explica o grau de desigualdade de renda na cidade. Isto se dá porque há muita desigualdade e disparidade de classe interna em cada região da cidade. No entanto, para chegarmos a uma melhor caracterização da distribuição de renda e de pobreza pelas regiões da cidade somos obrigados a analisar áreas geográficas menores. Antes de chegarmos ao nível dos bairros da cidade vale a pena observarmos o que ocorre entre as Regiões Administrativas da cidade. Neste sentido analisaremos os padrões de distribuição de renda entre e dentro destas Regiões. Primeiro observaremos as distribuições da renda *per capita*, da desigualdade de renda, e da proporção de pobres dentro das Regiões Administrativas. Em seguida, verificaremos quais as relações entre renda *per capita*, desigualdade e pobreza com o objetivo de caracterizar a pobreza e a riqueza na cidade. Finalmente, descreveremos a relação entre distribuição de classes e renda entre regiões e dentro de cada região.

A disparidade de renda entre as Regiões Administrativas é ainda maior do que a observada entre as Áreas de Planejamento, portanto, podemos concluir que a desigualdade entre as Regiões Administrativas é maior do que a desigualdade entre as Áreas de Planejamento. A renda *per capita* da Lagoa, região mais rica da cidade, é 13 vezes maior do que a renda *per capita* do Complexo do Alemão, a região mais pobre.

Como era de se esperar, as regiões com menor renda *per capita* da cidade são as quatro grandes favelas (Complexo do Alemão, Jacarezinho, Maré, e Rocinha), Cidade de Deus e o extremo Oeste da cidade (Santa Cruz e Guaratiba). Em seguida, temos o restante da Zona Oeste (Bangu, Campo Grande e Realengo) e a região de fronteira com a Baixada Fluminense (Anchieta e Pavuna). A região Portuária, próxima ao Centro da cidade, também tem renda média bastante baixa. No outro extremo encontram-se as regiões ricas perto da orla (Lagoa, Barra da Tijuca, Copacabana e Botafogo) e a parte afluyente da Zona Norte (Tijuca e Vila Isabel).

Entre as duas pontas, há dois grupos de regiões. Com renda média alta encontramos regiões afluentes do subúrbio (Méier, Jacarepaguá e Ilha do Governador) e as áreas centrais da cidade (Centro, Santa Tereza e Rio Comprido). Com renda média baixa há as regiões centrais do subúrbio carioca (Penha, São Cristóvão, Madureira, Inhaúma, Irajá e Ramos) e Ilha de Paquetá.

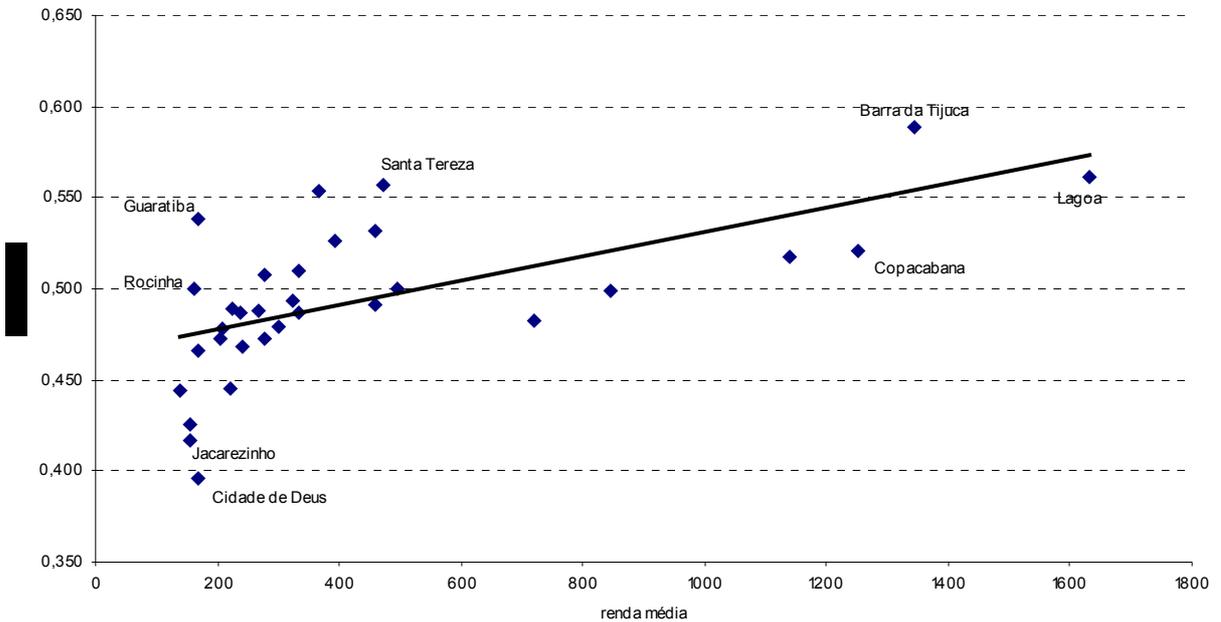
A observação das diferenças nas rendas médias das regiões leva à conclusão de que há bastante desigualdade entre as Regiões Administrativas da cidade. No entanto, esta desigualdade entre regiões não significa que a desigualdade da cidade possa ser explicada pela distribuição geográfica da renda entre as regiões.

Uma inspeção dos Gráficos 6 e 7, que cruzam a renda *per capita* das regiões pelo grau de desigualdade (coeficiente de Gini) dentro de cada região, indica que há muita desigualdade de renda (Gini acima ou próximo de 0,5) tanto em regiões com renda média relativamente alta (acima de R\$ 1.000 por mês) – Barra da Tijuca, Lagoa, Copacabana, Botafogo, Tijuca, e Vila Isabel - quanto em algumas regiões com renda média baixa (abaixo de R\$ 1.000 por mês) – Ilha do Governador, Méier, Jacarepaguá, Santa Teresa, Rio Comprido, Ramos, Penha, Campo Grande, Guaratiba, e Santa Cruz (pontos acima da reta e abaixo do nível de renda de R\$ 1.000 no eixo X), e isso tanto em 1991 quanto em 2000. Em contraste, há um número maior de regiões com renda média abaixo de R\$ 1.000 que tendem a ter menos desigualdade (Gini menor do que 0,5) - regiões no canto inferior esquerdo dos gráficos (abaixo de R\$ 1.000 no eixo do X e abaixo da reta inclinada de tendência): Jacarezinho, Maré, Rocinha, Ilha de Paquetá, Zona Portuária, Complexo do Alemão, Centro, Cidade de Deus, Anchieta, Irajá, Pavuna, Madureira, Inhaúma, Vila Isabel, Bangu, São Cristóvão e Realengo. (as informações referentes ao gráfico 6 também podem ser observadas na tabela 7 no final desta parte do artigo) Esta situação se deve principalmente ao fato de que há grande disparidade de renda média, bem como disparidade na distribuição da desigualdade de renda entre as regiões da cidade.

De fato, ao olharmos para os índices de desigualdade de cada região podemos observar um padrão interessante: há mais desigualdade nas regiões ricas da cidade e pouca desigualdade nas regiões muito pobres. Ou seja, o contraste entre os extremos é bastante claro. Por um lado, o grau de desigualdade de renda é bastante elevado nas regiões muito ricas – Lagoa (0,56) e Barra da Tijuca (0,60). Por outro lado, o grau de desigualdade é muito baixo nas grandes favelas (Jacarezinho, Maré, Rocinha e Complexo do Alemão). Embora este padrão de áreas ricas ou relativamente ricas tendo muita desigualdade e áreas pobres tendo pouca desigualdade possa ser observado em outras regiões, ele não é de modo algum homogêneo. Há regiões muito pobres como Guaratiba (com renda média de R\$ 232 por mês) com padrão médio de desigualdade (0,53) e áreas relativamente ricas como Botafogo (renda média de R\$ 1.499) e Vila Isabel (renda média de R\$ 1.006) que também apresentam índices de desigualdade médios para os padrões da cidade (respectivamente 0,498 e 0,491).

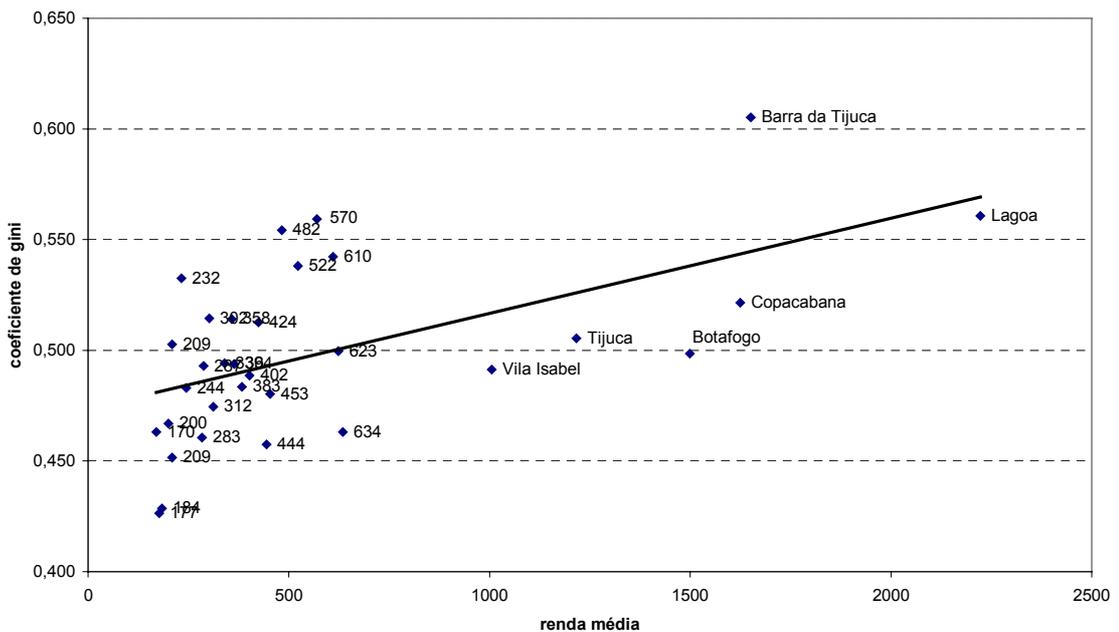
Só a análise mais desagregada das regiões da cidade nos permitirá descrever melhor seus padrões de distribuição de desigualdade e riqueza. Mas antes de partirmos para estas análises, vejamos o que ocorre com a distribuição da pobreza entre as regiões da cidade.

**Gráfico 6**  
**Renda média familiar per capita por desigualdade de renda (Gini): Regiões Administrativas do Rio de Janeiro: 1991**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991

**Gráfico 7**  
**Renda média familiar per capita por desigualdade de renda (Gini): Regiões Administrativas do Rio de Janeiro: 2000.**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000



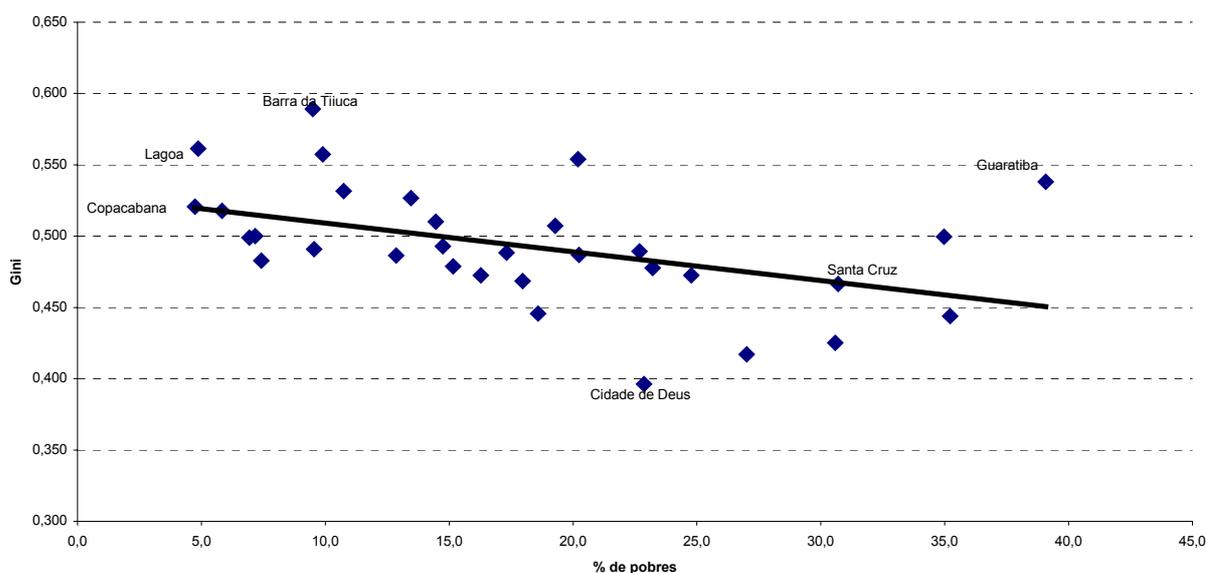
Os Gráficos 8 e 9 cruzam o percentual de pobres em cada Região Administrativa pelo grau de desigualdade (Coeficiente de Gini) nestas mesmas regiões.

Os gráficos mostram que há mais desigualdade em regiões com menos pobres. No entanto, também devemos lembrar que há muitos pobres em todas as regiões da cidade. Portanto, as características das desigualdades em cada região devem ser entendidas de maneira mais detalhada. Como vimos acima, em algumas das regiões mais ricas encontramos os maiores índices de desigualdade, ao passo que nas regiões muito pobres a desigualdade é pequena. Vejamos o que ocorre nestas regiões pobres e ricas.

A Lagoa e a Barra da Tijuca, que estão entre as regiões mais ricas da cidade, se caracterizam pelo alto grau de desigualdade. Apesar de a Barra da Tijuca (8,6% de pobres e 3,4% da população da cidade em 2000) ter duas vezes mais pobres que a Lagoa (3,5% de pobres e 3% da população da cidade em 2000), ambas as regiões têm os índices de desigualdade mais altos da cidade. Conseqüentemente, a desigualdade destas duas regiões se deve não só ao fato de que os ricos são muito ricos e estão geograficamente concentrados nestas áreas, mas também ao fato de que há muitos pobres nesta região.

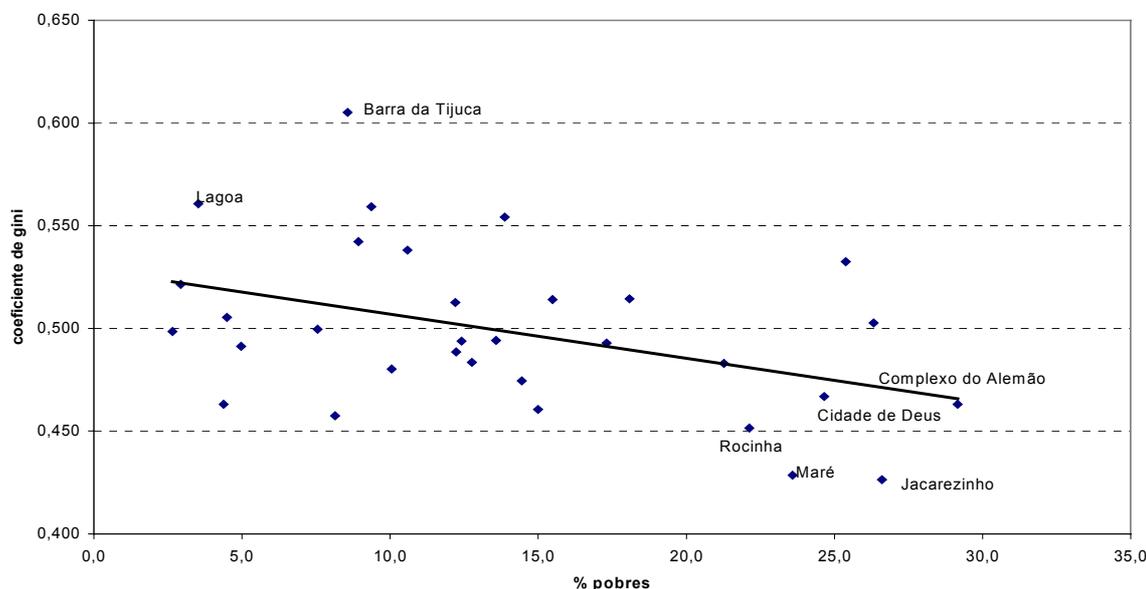
Em contrapartida, as regiões mais pobres da cidade (Rocinha, Maré, Cidade de Deus, Jacarezinho e Complexo do Alemão) são as menos desiguais e aquelas com o maior percentual de pobres. Obviamente estas áreas são menos desiguais porque têm muitos pobres e menos disparidades de renda. O interessante é que essas tendências não se alteraram em uma década.

**Gráfico 8**  
**Porcentagem de pobres por grau de desigualdade (Gini):**  
**Regiões Administrativas da cidade do Rio de Janeiro: 1991**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

**Gráfico 9**  
**Porcentagem de pobres por grau de desigualdade (Gini):**  
**Regiões Administrativas da cidade do Rio de Janeiro: 2000.**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Estas constatações sobre a pobreza e a desigualdade de renda não devem levar à conclusão de que a pobreza está concentrada. De fato, há um número considerável de pobres em todas as regiões da cidade, ao passo que os ricos se concentram principalmente nas regiões da Zona Sul. O Gráfico 10 mostra a relação da distribuição da pobreza com a distribuição da renda *per capita* nas Regiões Administrativas da cidade em 2000.

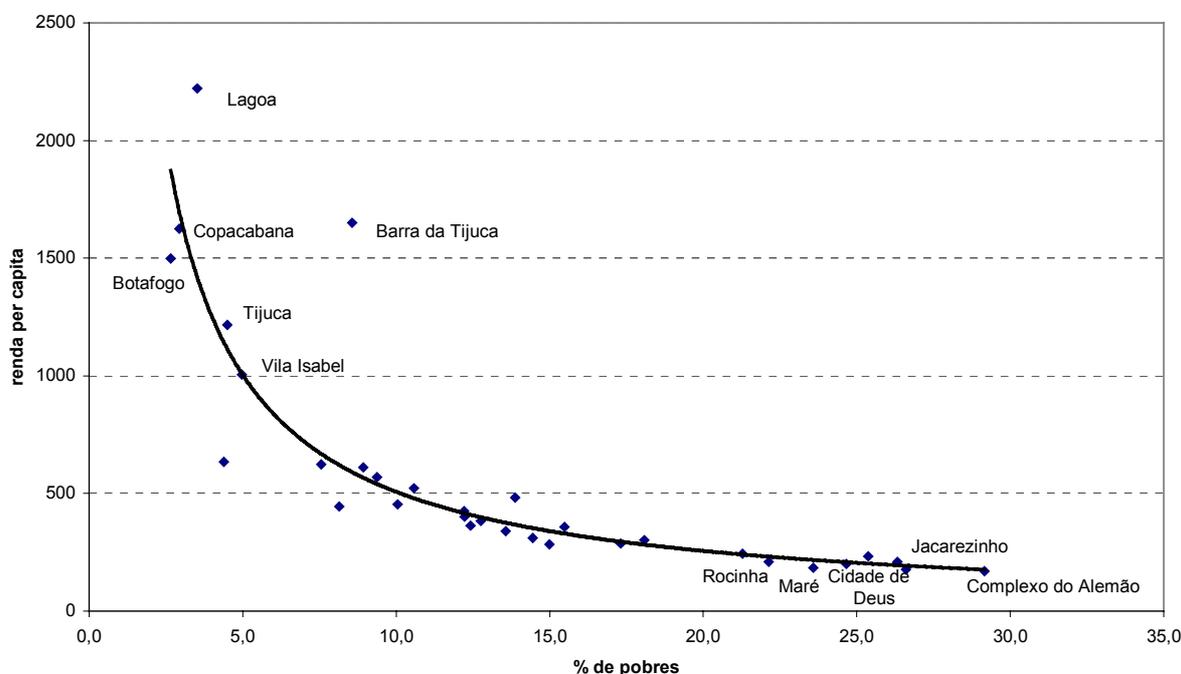
Embora o gráfico mostre que há relativamente menos pobres em regiões com renda *per capita* mais elevada, ele também revela que mesmo nas regiões com alta renda *per capita* há muita pobreza. Por exemplo, em Vila Isabel, Tijuca, Botafogo, Copacabana e Lagoa (todas regiões com renda *per capita* maior que R\$ 1.000 por mês) há entre 2,7% a 5,0% de pobres. Estas áreas afluentes da Zona Sul e Zona Norte têm 16% da população da cidade e 5% da população total de pobres, o que significa que embora sejam áreas muito ricas (concentrando mais de 40% da renda total da cidade) também são regiões com um número elevado de pobres (mais de 34 mil). Além disso, a intensidade da pobreza<sup>35</sup> – distância entre a linha de pobreza e a renda média

<sup>35</sup> Distância que separa a renda domiciliar *per capita* média dos indivíduos pobres (ou seja, dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza de R\$ 75,50) do valor da linha de pobreza, medida em termos de percentual do valor dessa linha de pobreza.

dos pobres – é elevada nesta região afluyente da cidade (variando entre 50 e 60 pontos percentuais).

No outro extremo em termos de renda *per capita* (Rocinha, Maré, Cidade de Deus, Jacarezinho e Complexo do Alemão) concentra-se 5% da população da cidade e 20% da população de pobres. Obviamente há muito mais pobres nestas grandes favelas do Rio de Janeiro do que na Zona Sul, embora também haja um número enorme de pobres na Zona Sul e quase não haja ricos nas grandes favelas. Os ricos da parte afluyente são muito mais ricos do que os das grandes favelas. Os 10% mais ricos da Zona Sul e da Zona Norte (Vila Isabel, Tijuca, Botafogo, Copacabana e Lagoa) têm renda *per capita* entre R\$ 3.414 por mês em Vila Isabel e R\$ 8.960 por mês na Lagoa, ao passo que os 10% mais ricos das grandes favelas (Rocinha, Maré, Cidade de Deus, Jacarezinho e Complexo do Alemão) têm renda *per capita* entre R\$ 553 no Jacarezinho e R\$ 658 na Cidade de Deus. Ao mesmo tempo que os ricos da Zona Sul e Norte são muito mais ricos do que os das favelas, os pobres das favelas não são muito mais pobres do que os outros.

**Gráfico 10**  
**Mediana da renda média familiar per capita, segundo proporção de pobres:**  
**Regiões Administrativas da cidade do Rio de Janeiro: 2000.**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

Estes dados confirmam que não são os pobres das grandes favelas que são muito mais pobres do que os das áreas afluyentes da Zona Sul e Norte, mas sim os

ricos destas últimas regiões que são muitíssimo mais ricos do que os ricos das grandes favelas. Não é surpresa que a desigualdade seja maior na parte afluyente da Zona Sul e Zona Norte.

Como venho argumentando ao longo deste artigo, um dos principais fatores estruturais determinando a disponibilidade e a distribuição de renda é a estrutura de classes (ocupações). A Tabela 7 mostra algumas informações sobre a estrutura de classe, a distribuição de renda e a pobreza nas Regiões Administrativas da cidade do Rio de Janeiro em 2000.

Tabela 7

Renda média familiar per capita, índice de Gini, proporção de pobres, proporção em cada classe, e disparidade entre proporção de classes baixas/altas, Regiões Administrativas, Rio de Janeiro: 2000.

RAs	Renda Média	Gini	Pobres	% nas Classes			Disparidade Entre % Classes Baixa/Alta
				Altas	Intermediárias	Baixas	
Lagoa	2222	0,561	3,5	59,7	9,5	30,9	0,5
Botafogo	1499	0,498	2,7	54,5	15,4	30,1	0,6
Copacabana	1625	0,521	2,9	53,5	13,5	33,0	0,6
Tijuca	1217	0,505	4,5	45,8	17,1	37,1	0,8
Barra da Tijuca	1651	0,605	8,6	50,3	8,7	41,0	0,8
Vila Isabel	1006	0,491	5,0	43,5	18,0	38,5	0,9
Méier	623	0,500	7,6	28,7	18,5	52,8	1,8
Ilha do Governador	610	0,542	8,9	26,4	16,5	57,1	2,2
Centro	634	0,463	4,4	23,8	19,3	56,9	2,4
Irajá	453	0,480	10,0	23,7	15,9	60,4	2,5
Jacarepaguá	522	0,538	10,6	23,6	12,8	63,6	2,7
Santa Teresa	570	0,559	9,4	21,6	14,0	64,4	3,0
Inhaúma	402	0,489	12,2	19,4	15,4	65,3	3,4
Ramos	424	0,513	12,2	19,0	15,9	65,2	3,4
Madureira	383	0,484	12,8	18,4	14,9	66,7	3,6
Rio Comprido	482	0,554	13,9	18,6	13,4	67,9	3,6
Penha	358	0,514	15,5	16,7	13,8	69,5	4,2
São Cristóvão	364	0,494	12,4	15,9	11,3	72,8	4,6
Ilha de Paquetá	444	0,458	8,1	15,4	10,3	74,2	4,8
Anchieta	312	0,474	14,4	13,8	13,4	72,7	5,3
Realengo	339	0,494	13,6	13,3	16,4	70,3	5,3
Campo Grande	302	0,514	18,1	13,2	12,1	74,7	5,7
Pavuna	244	0,483	21,3	11,9	11,9	76,2	6,4
Bangu	287	0,493	17,3	11,3	12,1	76,6	6,8
Portuária	283	0,461	15,0	8,2	11,7	80,1	9,8
Santa Cruz	209	0,503	26,3	8,1	9,4	82,5	10,2
Guaratiba	232	0,532	25,4	6,9	6,1	87,0	12,6
Cidade de Deus	200	0,467	24,7	5,4	10,0	84,6	15,7
Jacarezinho	177	0,426	26,6	5,3	7,2	87,5	16,5
Complexo do Alemão	170	0,463	29,2	4,2	7,4	88,5	21,3
Rocinha	209	0,451	22,1	4,1	4,5	91,4	22,2
Maré	184	0,429	23,6	3,9	8,0	88,2	22,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

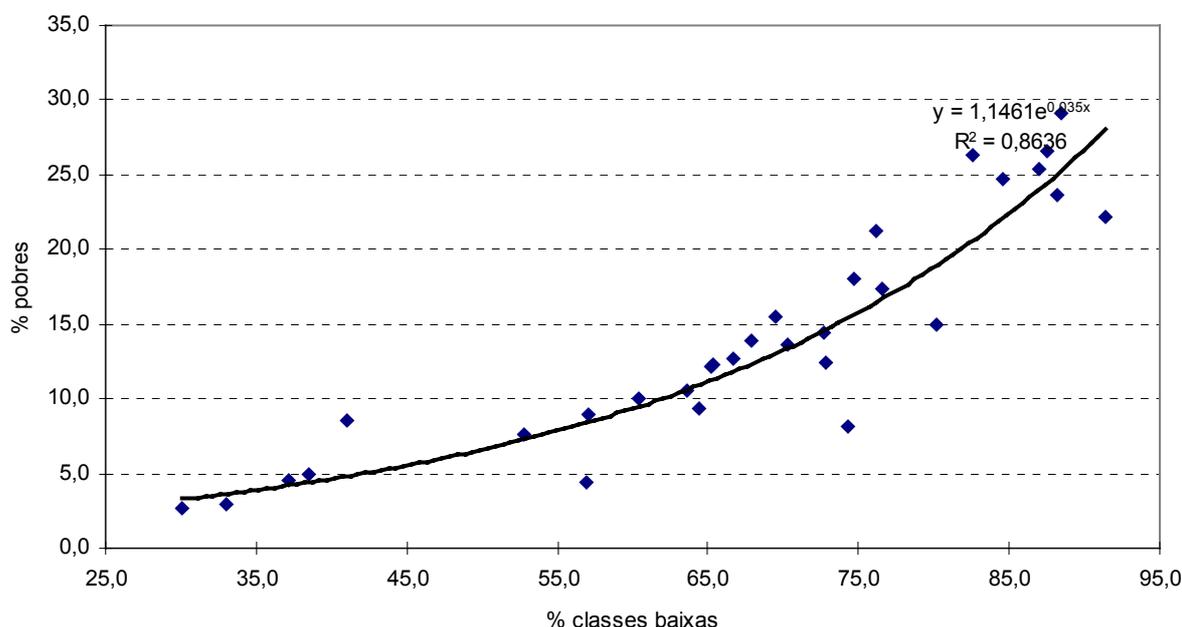
Antes de descrevermos algumas das características da Tabela 7 vale ressaltar que há muitos pobres e muitas famílias nas classes baixas em todas as Regiões Administrativas da cidade. Todas as regiões têm 30% ou mais de sua população nas classes baixas e 2,7 % ou mais de pobres. Apesar disto, podemos identificar diferentes grupos de Regiões Administrativas com características semelhantes.

De um lado, vemos Lagoa, Botafogo, Copacabana, Tijuca, Barra da Tijuca e Vila Isabel, que são as regiões mais ricas (rendas médias acima de R\$ 1.000) e com o maior percentual de suas populações nas classes altas (variando entre 43% em Vila Isabel e 59,7 % na Lagoa). Estas regiões também apresentam altos índices de desigualdade de renda, tendo em vista que contam com pelo menos 30% de suas populações nas classes baixas.

Do outro lado, temos as grandes favelas (Cidade de Deus, Jacarezinho, Complexo do Alemão, Rocinha, e Maré), as regiões mais distantes do Centro (Santa Cruz e Guaratiba), região Portuária, Pavuna e Bangu) que têm as rendas familiares médias mais baixas da cidade (menores que R\$ 300), os menores índices de desigualdade (Gini igual ou menor que 0,5), o maior número de pobres (mais de 20%, com exceção das regiões Portuária e Bangu), e a maior porcentagem de pessoas nas classes baixas (mais de 75%).

Dentre todas as variáveis acima, a que está mais fortemente correlacionada ao número de pobres é o percentual de famílias nas classes baixas. Ou seja, quanto mais houver trabalhadores de atividade manual, do baixo setor de serviços e do setor informal, maiores as chances de haver mais pobres. O Gráfico 11 resume esta correlação para 2000.

**Gráfico 11**  
**Percentual da população nas classes baixas por percentual de pobres, Regiões Administrativas do Rio de Janeiro: 2000.**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

Este gráfico evidencia que qualquer política que vise a diminuir os níveis de pobreza na cidade deve focalizar o grupo dos trabalhadores do baixo setor de serviços, da atividade manual e do setor informal. Estar nestas atividades aumenta mais do que qualquer outro fator os riscos das famílias ficarem abaixo da linha de pobreza.

#### 5.4. Bairros

Nesta seção aproveito a grande capacidade de desagregação dos dados do Censo de 2000 para analisar as características da disponibilidade e desigualdade de renda, pobreza e distribuição de classes dos bairros cariocas. Os dados do Censo foram classificados em 126 bairros ou grupos de bairros. A possibilidade de desagregação permite uma comparação mais refinada da distribuição geográfica da pobreza e da riqueza na cidade do Rio de Janeiro, bem como dos principais fatores que levam à pobreza. O principal objetivo é verificar se o alto grau de desigualdade e pobreza da cidade resulta de importantes disparidades espaciais ou se as disparidades internas aos bairros permanecem sendo tão ou mais importantes que as disparidades espaciais para a determinação da distribuição de renda e da pobreza no Rio de Janeiro.

## Os bairros com maior e menor renda per capita

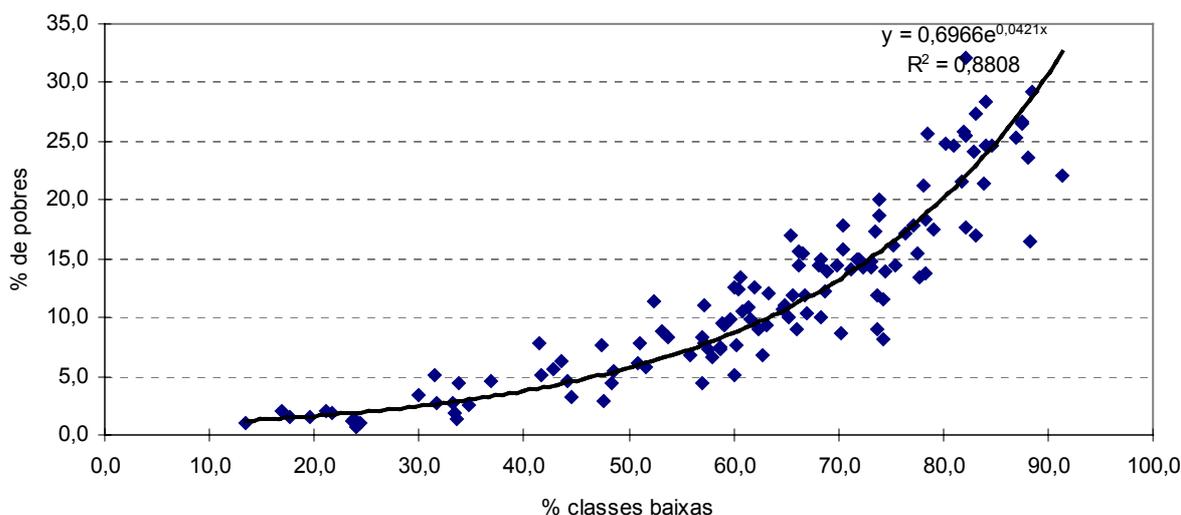
O conjunto dos bairros com maior renda *per capita* (> R\$ 1.500) inclui, em ordem crescente de renda: Copacabana, Laranjeiras, Leme, Flamengo, Humaitá, Jardim Botânico, Gávea, Ipanema, Leblon, Joá mais Barra da Tijuca, e Lagoa. Todos estes bairros, com exceção de Joá mais Barra da Tijuca, se encontram na Zona Sul. Estes bairros também se caracterizam por terem um número relativamente baixo de pobres (menos de 5%). Neste grupo dos bairros mais ricos só os bairros com favelas grandes têm mais de 2% de pobres (Copacabana, Leme e Ipanema). Estes bairros também são caracterizados por terem pelo menos uma vez e meia mais pessoas nas classes altas do que nas baixas.

Os bairros mais pobres da cidade (com renda *per capita* menor ou igual a R\$ 200) são, em ordem crescente de renda: Costa Barros, Complexo do Alemão, Acari mais Parque Colúmbia, Jacarezinho, Maré, Manguinhos, Barros Filho e Cidade de Deus. Todos são favelas ou estão na fronteira com a Baixada Fluminense. Todos estes bairros têm mais de 23% de pobres.

## Classe, desigualdades de renda e pobreza

A porcentagem de pessoas nas classes baixas (trabalhadores manuais, do baixo setor de serviços e do setor informal) é a característica dos bairros que mais aumenta a probabilidade de as famílias ficarem abaixo da linha de pobreza. O Gráfico 12 mostra uma forte correlação exponencial entre porcentagem de famílias nas classes baixas e porcentagem de pobres nos 126 bairros analisados.

**Gráfico 12**  
**Porcentagem da população nas classes baixas por porcentagem de pobres,**  
**Bairros IDH, Rio de Janeiro: 2000.**

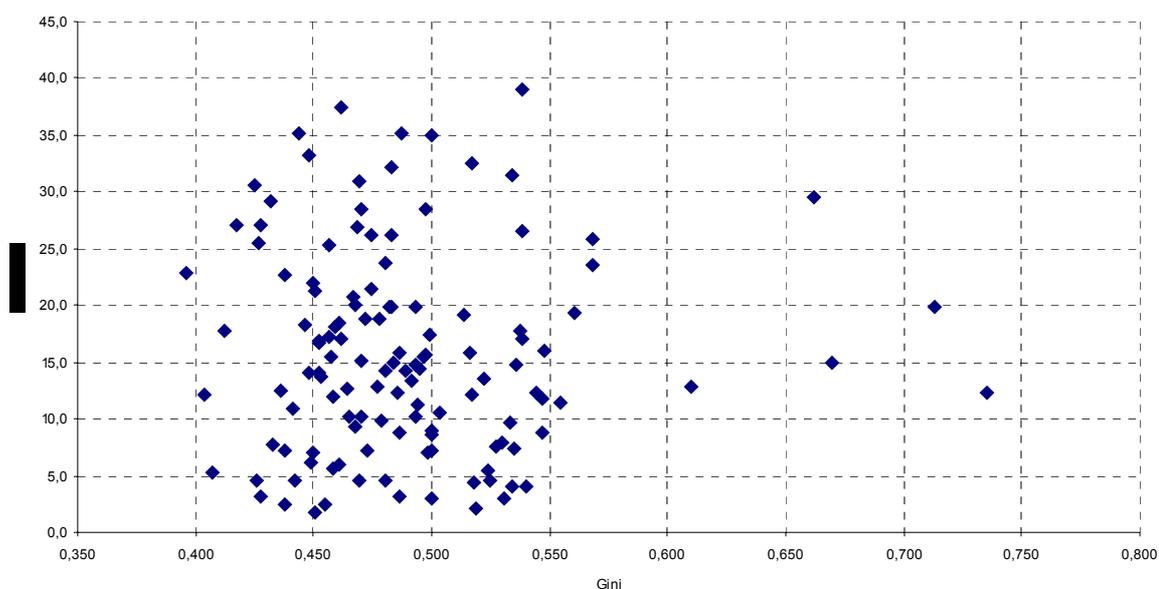


Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

Tendo em vista que quanto maior for o número de famílias nas classes baixas em um determinado bairro maior será a porcentagem de famílias abaixo da linha de pobreza, descreveremos a seguir grupos de bairros no Rio de Janeiro partindo das características da distribuição de classes destes bairros.

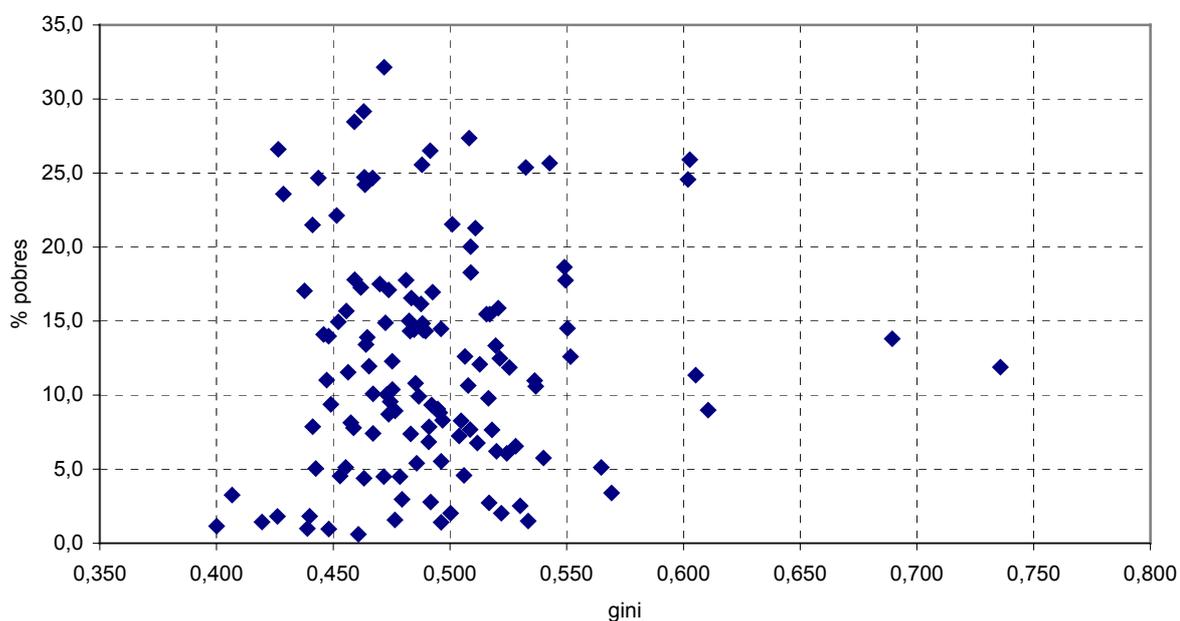
Mas, antes, vejamos qual a relação de desigualdade de renda com pobreza e com classes baixas. Em contraste com a forte correlação entre percentual de pobres e percentual nas classes baixas, o grau de desigualdade parece não estar correlacionado ao percentual de pobres ou ao de famílias nas classes baixas. Os Gráficos 13 e 14 cruzam o Índice de Gini com o percentual de pobres nos 126 bairros estudados.

**Gráfico 13**  
**Índice de Gini por percentual de pobres, Bairros e Conjuntos de Bairros,**  
**Rio de Janeiro: 1991.**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991

**Gráfico 14**  
**Índice de Gini por percentual de pobres, Bairros e Conjuntos de Bairros,**  
**Rio de Janeiro: 2000.**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

Embora os gráficos não revelem nenhuma tendência clara, tendo em vista que há bairros com muitos e com poucos pobres tendo desigualdade alta e baixa, sugiro que devem ser lidos de outra forma. Ou seja, na realidade, os Gráficos 13 e 14 revelam que o alto grau de desigualdade existente na cidade não se deve somente à concentração de renda em certas regiões, mas sim ao fato de haver muita desigualdade interna (Índice de Gini maior que 0,48) em mais de 50% dos bairros estudados, e isso tanto para 1991 quanto para 2000. Há desigualdade alta tanto em bairros com muitos pobres quanto naqueles com poucos pobres. A desigualdade em bairros com muitos ou poucos pobres têm características distintas.

A Tabela 8, no final desta seção, classifica os bairros cariocas em ordem crescente de percentual da população nas classes baixas, para o ano de 2000. O objetivo é descrever os bairros de acordo com suas características de distribuição de renda, classe e pobreza.

Por um lado, temos os bairros que têm mais gente nas classes altas do que nas baixas: Lagoa, Flamengo, Joá mais Barra da Tijuca, Gávea, Jardim Botânico, Laranjeiras, Maracanã, Leblon, Jardim Guanabara, Humaitá, Ipanema, Leme, Botafogo mais Urca, Copacabana, Méier, Todos os Santos, Grajaú, Glória, e Tijuca mais Alto da Boa Vista. Todos estes bairros têm menos de 5% de pobres e renda média alta. Alguns que incluem favelas têm desigualdade alta, como por exemplo, Copacabana, Leme e

Ipanema. Estes bairros são os mais ricos da cidade e estão incluídos no Grupo 1 da Tabela 8.

No outro extremo encontramos os bairros com mais de 80% de suas populações nas classes baixas (o Grupo 5): Parada de Lucas, Vigário Geral, Senador Camará, Camorim mais Vargem Pequena mais Vargem Grande, Inhoaíba, Jacarepaguá, Costa Barros, Paciência, Santa Cruz, Caju, Cosmos, Acari mais Parque Colúmbia, Barros Filho, Cidade de Deus, Guaratiba mais Barra de Guaratiba mais Pedra de Guaratiba, Jacarezinho, Manguinhos, Maré, Gardênia Azul, Complexo do Alemão e Rocinha. Nenhum destes bairros têm menos que 16 % de pobres e renda *per capita* maior que R\$ 322 por mês. Alguns destes bairros têm desigualdade alta porque contam com uma pequena classe média (Jacarepaguá, Vigário Geral, e Camorim mais Vargem Pequena mais Vargem Grande).

Entre estes dois extremos podemos identificar outros três grupos de bairros. O Grupo 2, que inclui os bairros entre Água Santa mais Encantado e Cidade Nova mais Praça da Bandeira, se caracteriza por ter entre 40% e 55% de suas populações nas classes baixas. São bairros que, em geral, têm entre 3% e 11% de pobres, Índice de Gini entre 0,4 e 0,5 e renda média em torno de R\$ 600 e R\$ 700. Neste grupo há alguns bairros com mais desigualdade ou renda mais alta seja porque são combinações de bairros, seja porque incluem favelas e classe intermediária lado a lado (como, por exemplo, o Catete).

O Grupo 3 inclui os bairros entre Higienópolis e Tauá, que têm entre 56% e 70% de suas populações nas classes baixas. São bairros que, em geral, têm entre 5% e 15% de pobres, Índice de Gini em torno de 0,5 e renda média entre R\$ 300 e R\$ 500. Neste grupo há um que não é típico por ser uma combinação artificial de bairros: o bairro “Vidigal, São Conrado” com renda média R\$ 1.029 e Gini de 0,736.

Finalmente o Grupo 4 inclui os bairros entre Jardim Carioca e Senador Vasconcelos, que têm entre 70% e 80% de suas populações nas classes baixas. São bairros que, em geral, têm entre 10% e 25% de pobres, Índice de Gini baixo mediano (entre 0,4 e 0,5) e renda média em torno de R\$ 200 e R\$ 400. Neste grupo há alguns bairros atípicos com mais desigualdade porque incluem favelas e classe intermediária ou alta vivendo lado a lado, como por exemplo Itanhangá (Gini de 0,689), Estácio (Gini de 0,525) e Campo Grande (Gini de 0,521).

**Tabela 8**  
**Renda média, índice de Gini, proporção de pobres, proporção em cada classe, e disparidade entre proporção de classes baixas/altas, Regiões Administrativas - Rio de Janeiro: 2000.**

Bairros e Grupos de Bairros	Renda Média	Gini	Pobres	% nas Classes			Disp. Clas. Baixa/Alta
				Altas	Intermediárias	Baixas	
<b>Grupo 1</b>							
Lagoa	2984	0,448	1,0	76,0	10,5	13,5	-5,6
Flamengo	1760	0,500	2,0	61,1	22,1	16,8	-3,6
Joá, Barra da Tijuca	2512	0,476	1,6	72,1	10,3	17,6	-4,1
Gávea	2055	0,533	1,5	64,8	15,7	19,5	-3,3
Jardim Botânico	1900	0,522	2,0	64,4	14,5	21,0	-3,1
Laranjeiras	1671	0,440	1,8	64,0	14,3	21,7	-2,9
Maracanã	1213	0,400	1,2	55,3	21,1	23,5	-2,4
Leblon	2502	0,496	1,4	67,0	9,3	23,7	-2,8
Jardim Guanabara	1315	0,461	0,6	62,5	13,5	23,9	-2,6
Humaitá	1786	0,439	1,0	63,9	11,7	24,3	-2,6
Ipanema	2484	0,569	3,4	59,4	10,7	29,9	-2,0
Leme	1705	0,565	5,1	53,7	14,8	31,5	-1,7
Botafogo, Urca	1373	0,492	2,8	52,4	15,9	31,7	-1,7
Copacabana	1618	0,517	2,7	53,5	13,4	33,2	-1,6
Méier	1014	0,426	1,8	45,8	20,8	33,4	-1,4
Todos os Santos	829	0,419	1,4	42,2	24,1	33,6	-1,3
Grajaú	1128	0,479	4,5	48,8	17,4	33,9	-1,4
Glória	1192	0,530	2,5	41,0	24,2	34,8	-1,2
Tijuca, Alto da Boa Vista	1239	0,506	4,6	46,2	16,9	36,9	-1,3
<b>Grupo 2</b>							
Água Santa, Encantado	499	0,491	7,9	24,4	34,1	41,5	1,7
Riachuelo	717	0,443	5,0	40,6	17,8	41,7	1,0
Andaraí	894	0,496	5,5	39,3	18,0	42,7	1,1
Vila Isabel	933	0,520	6,2	39,2	17,4	43,5	1,1

Bairros e Grupos de Bairros	Renda Média	Gini	Pobres	% nas Classes			Disp. Clas. Baixa/Alta
				Altas	Intermediárias	Baixas	
Cachambi	715	0,453	4,5	34,6	21,3	44,1	1,3
Vila da Penha	691	0,407	3,3	33,7	21,7	44,6	1,3
Freguesia (Jacarepaguá)	757	0,518	7,7	36,2	16,3	47,4	1,3
Pechincha	745	0,479	3,0	34,4	18,0	47,6	1,4
Moneró, Portuguesa	725	0,472	4,5	32,7	18,9	48,3	1,5
Campinho, Vila Valqueire	692	0,486	5,4	34,4	17,2	48,5	1,4
Anil	752	0,524	6,1	36,8	12,3	50,9	1,4
Abolição	471	0,441	7,9	23,5	25,4	51,1	2,2
Catete	843	0,540	5,8	33,6	14,8	51,6	1,5
Recreio dos Bandeirantes, Grumari	1090	0,605	11,3	38,5	9,0	52,5	1,4
Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonsos, Jardim Sulacap	462	0,496	8,8	16,4	30,5	53,1	3,2
Cidade Nova, Praça da Bandeira	681	0,497	8,3	30,0	16,2	53,8	1,8
<b>Grupo 3</b>							
Higienópolis	613	0,491	6,8	27,8	16,4	55,8	2,0
Centro	634	0,463	4,4	23,8	19,3	56,9	2,4
Ribeira, Cacuia	518	0,505	8,3	23,5	19,4	57,1	2,4
Lins de Vasconcelos	594	0,536	11,0	26,3	16,6	57,1	2,2
Vista Alegre, Irajá	468	0,459	7,8	25,9	16,9	57,2	2,2
Maria da Graça, Del Castilho	510	0,483	7,4	21,7	20,7	57,6	2,7
Bonsucesso	562	0,528	6,6	24,0	18,0	57,9	2,4
Ramos	500	0,467	7,4	22,8	18,4	58,7	2,6
Taquara	539	0,504	7,2	27,2	14,0	58,8	2,2
Olaria	455	0,474	9,6	22,5	18,7	58,9	2,6
Bento Ribeiro	394	0,449	9,4	23,3	17,5	59,2	2,5
Piedade	439	0,487	9,9	22,4	17,9	59,7	2,7
Rio Comprido	594	0,552	12,6	23,3	16,6	60,1	2,6
Vila Cosmos	502	0,455	5,1	24,0	15,9	60,1	2,5

Bairros e Grupos de Bairros	Renda Média	Gini	Pobres	% nas Classes			Disp. Clas. Baixa/Alta
				Altas	Intermediárias	Baixas	
Engenho de Dentro	538	0,509	7,7	23,8	15,9	60,3	2,5
Praça Seca	496	0,521	12,5	24,4	15,0	60,6	2,5
Freguesia	557	0,520	13,3	21,7	17,7	60,6	2,8
Engenho Novo	573	0,537	10,6	22,4	16,6	60,9	2,7
Quintino Bocaiúva	422	0,485	10,8	24,3	14,2	61,5	2,5
Zumbi, Pitangueiras, Praia da Bandeira	519	0,516	9,8	23,1	15,2	61,7	2,7
Penha Circular	440	0,506	12,6	20,8	17,2	62,0	3,0
Santa Teresa, Cosme Velho	719	0,611	9,0	23,8	13,8	62,4	2,6
Cocotá, Bancários	513	0,512	6,8	23,6	13,8	62,7	2,7
Oswaldo Cruz	442	0,492	9,3	20,9	16,0	63,1	3,0
Tanque	432	0,513	12,1	23,1	13,5	63,4	2,7
Jacaré, Rocha, Sampaio	514	0,508	10,6	21,6	13,7	64,7	3,0
Pilares	382	0,447	11,0	18,2	17,0	64,8	3,6
Brás de Pina	401	0,473	10,0	19,2	15,6	65,3	3,4
Tomás Coelho	344	0,493	17,0	19,7	14,9	65,4	3,3
Vidigal, São Conrado	1029	0,736	11,9	29,5	4,9	65,6	2,2
Jardim América	413	0,476	8,9	20,4	13,6	66,0	3,2
Madureira	405	0,488	14,4	18,4	15,4	66,2	3,6
Galeão, Cidade Universitária	296	0,456	15,7	7,1	26,7	66,2	9,3
Penha	370	0,517	15,5	18,9	14,4	66,7	3,5
Engenho da Rainha	364	0,465	12,0	16,0	17,1	66,9	4,2
São Cristóvão, Vasco da Gama	413	0,475	10,4	20,4	12,6	67,0	3,3
Marechal Hermes	366	0,496	14,5	15,4	16,5	68,1	4,4
Turiaçu	336	0,472	14,9	16,1	15,6	68,3	4,3
Parque Anchieta	359	0,467	10,1	18,9	12,7	68,4	3,6
Cascadura	428	0,475	12,3	16,5	14,8	68,7	4,2
Guadalupe	335	0,465	13,9	15,8	15,3	68,9	4,4
Tauá	404	0,550	14,5	16,8	13,5	69,8	4,2

Bairros e Grupos de Bairros	Renda Média	Gini	Pobres	% nas Classes			Disp. Clas. Baixa/Alta
				Altas	Intermediárias	Baixas	
<b>Grupo 4</b>							
Jardim Carioca	427	0,474	8,7	17,9	11,9	70,2	3,9
Campo Grande	351	0,521	15,9	16,4	13,2	70,4	4,3
Pavuna	280	0,481	17,8	15,4	14,1	70,5	4,6
Honório Gurgel	281	0,446	14,1	14,9	13,9	71,2	4,8
Cavalcanti, Engenheiro Leal, Vaz Lobo	333	0,483	15,0	15,8	12,5	71,8	4,6
Inhaúma	313	0,452	15,0	16,7	11,4	71,9	4,3
Padre Miguel	317	0,490	14,3	13,3	14,4	72,3	5,4
Rocha Miranda	338	0,488	14,8	14,3	12,7	73,1	5,1
Realengo	316	0,483	14,3	12,9	13,9	73,2	5,7
Cordovil	284	0,462	17,3	13,4	13,1	73,5	5,5
Benfica	382	0,495	9,1	15,2	11,1	73,7	4,8
Estácio	391	0,525	11,9	15,8	10,5	73,8	4,7
Vicente de Carvalho	298	0,509	20,0	15,7	10,4	73,9	4,7
Mangueira, São Francisco Xavier	357	0,549	18,7	14,8	11,2	74,0	5,0
Paquetá	444	0,458	8,1	15,4	10,3	74,2	4,8
Curicica	358	0,456	11,5	15,8	10,0	74,2	4,7
Coelho Neto	298	0,448	14,0	14,5	11,0	74,5	5,2
Bangu	296	0,488	16,2	11,9	12,9	75,2	6,3
Ricardo de Albuquerque	289	0,485	14,4	11,3	13,3	75,4	6,7
Anchieta	280	0,474	17,1	11,2	12,4	76,4	6,9
Santíssimo	257	0,459	17,8	10,5	12,4	77,2	7,4
Magalhães Bastos	321	0,516	15,5	11,1	11,4	77,5	7,0
Saúde, Gamboa, Santo Cristo	321	0,464	13,4	9,0	13,3	77,7	8,6
Vista Alegre, Irajá, Colégio	255	0,511	21,3	11,1	10,9	78,1	7,1
Itanhangá	575	0,689	13,8	16,9	4,8	78,3	4,6
Catumbi	323	0,509	18,3	10,5	11,1	78,4	7,4
Sepetiba	256	0,543	25,7	11,9	9,6	78,5	6,6

Bairros e Grupos de Bairros	Renda Média	Gini	Pobres	% nas Classes			Disp. Clas. Baixa/Alta
				Altas	Intermediárias	Baixas	
Senador Vasconcelos	276	0,470	17,5	10,3	10,5	79,1	7,7
<b>Grupo 5</b>							
Parada de Lucas	210	0,463	24,7	9,9	9,8	80,2	8,1
Vigário Geral	301	0,602	24,6	9,3	9,6	81,1	8,7
Senador Camará	252	0,501	21,5	8,9	9,3	81,8	9,2
Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande	274	0,603	25,9	12,6	5,4	81,9	6,5
Inhoaíba	206	0,488	25,6	7,6	10,3	82,1	10,8
Jacarepaguá	322	0,550	17,7	9,9	7,9	82,2	8,3
Costa Barros	169	0,472	32,1	7,1	10,7	82,2	11,6
Paciência	203	0,464	24,2	7,7	9,4	82,9	10,8
Santa Cruz	204	0,508	27,4	7,6	9,4	83,0	11,0
Caju	235	0,438	17,0	7,2	9,8	83,1	11,5
Cosmos	202	0,441	21,5	6,8	9,3	83,9	12,4
Acari, Parque Columbia	171	0,459	28,5	6,8	9,2	84,1	12,4
Barros Filho	194	0,444	24,7	6,8	9,1	84,1	12,3
Cidade de Deus	200	0,467	24,7	5,4	10,0	84,6	15,7
Guaratiba, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba	232	0,532	25,4	6,9	6,1	87,0	12,6
Jacarezinho	177	0,426	26,6	5,3	7,2	87,5	16,5
Manguinhos	188	0,492	26,5	5,6	6,8	87,6	15,6
Maré	184	0,429	23,6	3,9	8,0	88,2	22,9
Gardênia Azul	272	0,483	16,6	6,8	5,0	88,2	13,0
Complexo do Alemão	170	0,463	29,2	4,2	7,4	88,5	21,3
Rocinha	209	0,451	22,1	4,1	4,5	91,4	22,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

## 6. Conclusão

Neste capítulo descrevemos e analisamos as características da disponibilidade e distribuição de renda, da pobreza e da estrutura de classes da cidade do Rio de Janeiro. A principal conclusão é de que a pobreza e a desigualdade de renda do Rio de Janeiro estão altamente correlacionadas às características da estrutura de classes da cidade. Ou seja, o fato de haver um grande número de pessoas nas classes baixas (trabalhadores do setor manual, do baixo setor de serviços e do setor informal) aumenta a probabilidade de as famílias ficarem abaixo da linha de pobreza. Além disso, a desigualdade de renda parece ser uma função direta do fato de haver famílias das classes altas vivendo lado a lado com famílias das classes baixas.

As análises também revelam que a desigualdade de renda é mais importante que a disponibilidade de renda para a determinação dos níveis de pobreza da cidade, aspecto que não sofreu mudanças na década de 1990. Esta conclusão, que já estava estabelecida por outras pesquisas sobre desigualdade de renda e pobreza no Brasil, foi ampliada a partir da inclusão nas análises e descrições das conseqüências da estrutura de classes ou de ocupações para a pobreza e a desigualdade. Como argumentamos acima, a distribuição de classes parece ser o fator estrutural mais relevante para explicar tanto a desigualdade de renda quanto os níveis de pobreza. Portanto, políticas públicas que visem a diminuir a desigualdade de renda e a pobreza na cidade devem, necessariamente, ser políticas voltadas para os trabalhadores do setor manual, do baixo setor de serviços e do setor informal do mercado de trabalho. Não serão apenas políticas educacionais e redistributivas que irão diminuir significativamente a pobreza na cidade, mas sobretudo políticas relacionadas à melhoria das condições de trabalho de pessoas nas classes baixas da cidade. Somente políticas voltadas para esta população de trabalhadores terão conseqüências de longo prazo para a diminuição da pobreza e da desigualdade de renda no Rio de Janeiro e em outras regiões do Brasil.

## Referências Bibliográficas

- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; e MENDONÇA, Rosane. (2000), "Desigualdade e Pobreza no Brasil: Retrato de uma Estabilidade Inaceitável." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15.
- ERICKSON, Robert, e GOLDTHORPE, John H. (1993), *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*. Oxford, Oxford University Press.
- GOLDTHORPE, John H. (2000), *On Sociology: Numbers, Narratives and the Integration of Research and Theory*. Oxford, Oxford University Press.
- HENRIQUES, Ricardo ed. (2000), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. (2002), *The Brazilian Occupational Structure*. Tese de Doutorado em Sociologia. Columbia University, New York.

### 1. Introdução

As condições habitacionais, além de fazerem parte do conjunto de indicadores para o cálculo do Índice de Condições de Vida – ICV, têm especificidades que merecem um estudo mais aprofundado, com vistas a subsidiar políticas públicas que possam garantir direitos e padrões de vida dignos, principalmente para a população de baixa renda.

É importante ressaltar que existem dificuldades para uma avaliação das condições habitacionais, pois, em função de problemas conceituais e limitações na base de informações, os dados disponíveis nem sempre permitem um aprofundamento da questão. O conceito de adequabilidade habitacional, por exemplo, está sujeito a interpretações subjetivas, podendo variar ao longo do tempo e de acordo com particularidades locais.

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – UN-HABITAT recomenda que a habitação não seja interpretada no sentido estrito do termo, apenas como um teto ou uma mercadoria. Ela deve ser entendida como o direito de viver em segurança, paz e dignidade com privacidade, espaço, infra-estrutura básica, iluminação e ventilação adequadas, bem como localização que permita acesso ao trabalho e outras comodidades básicas, tudo a custo acessível.

Paralelamente a essa declaração de princípios, organismos internacionais, seguidos por agências governamentais e acadêmicas nacionais, têm empreendido esforços para operacionalizar as dimensões que possibilitem avaliar as condições gerais de moradia e acompanhar as metas definidas na Declaração do Milênio das Nações Unidas.

Apesar do reconhecimento da comunidade internacional e da Constituição brasileira do direito à moradia adequada, permanecem disparidades entre os padrões estabelecidos pelas Nações Unidas e situações encontradas em várias partes do país. Se as condições habitacionais apresentam problemas mais agudos em áreas menos favorecidas, inadequações também são encontradas em locais economicamente mais

---

\* Socióloga

desenvolvidos. Portanto, para efeito deste estudo, o objetivo é caracterizar as condições de moradia na cidade do Rio de Janeiro, com suas diferenciações internas e evolução no tempo, em comparação com a realidade encontrada em outras cidades do país.

Com base nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 – as principais fontes de informações deste estudo –, foram construídos indicadores quantitativos, ligados à demanda por moradias, e indicadores qualitativos, relacionados a adequabilidade das habitações.

Do ponto de vista quantitativo, foi elaborado um conjunto de indicadores que, tradicionalmente, caracterizam a demanda por novas moradias: o crescimento populacional como um parâmetro importante para dimensionar a necessidade de novas moradias em um intervalo de tempo; o número de famílias por domicílio e a densidade domiciliar, que, além de informarem o grau de conforto dos moradores, servem como indicadores para acompanhar a demanda por novas construções; e, finalmente, a espécie de domicílio, que permite calcular o estoque existente ao distinguir os domicílios permanentes dos improvisados.

Os indicadores qualitativos foram construídos para medir a adequação das moradias, a partir de informações sobre a infra-estrutura de serviços, como o saneamento básico, a existência de iluminação elétrica, de linha telefônica instalada e bens existentes nos domicílios. A qualidade do material de construção e o comprometimento dos moradores com o pagamento de aluguel são dimensões normalmente utilizadas para avaliar a adequabilidade dos domicílios. No entanto, essas informações não foram coletadas pelo Censo Demográfico de 2000, prejudicando a comparação com períodos anteriores.

Finalmente, foram criados parâmetros para se auferir a adequação das moradias, através da combinação de indicadores referentes à densidade de moradores por dormitório e serviços de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo.

Os indicadores selecionados serão utilizados, em primeiro lugar, para retratar o Rio de Janeiro em comparação com as maiores cidades do país; em seguida, o foco da análise será a cidade do Rio de Janeiro, com suas diferenciações por Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Áreas de Ponderação<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> As Áreas de Ponderação correspondem ao menor nível geográfico do Município do Rio de Janeiro, que, na maioria dos casos, coincide com os bairros da cidade.

## 2. Rio de Janeiro e as maiores cidades

Para efeito deste trabalho, foram selecionados os municípios das capitais com mais de um milhão de habitantes como principal critério de comparação entre as cidades<sup>37</sup>. O confronto evidencia que se as cidades são de grande porte, são também grandes as desigualdades entre elas no que se refere às condições de moradia.

Em 2000, as grandes cidades apresentavam variações na composição de habitações disponíveis. O estoque de moradias incluiu os domicílios ocupados, vagos, de uso ocasional e os fechados na ocasião da entrevista. Considerando-se a disponibilidade de domicílios, observa-se que a cidade do Rio de Janeiro, juntamente com São Paulo, Belém, e Manaus, exibiu uma das mais baixas taxas de ocupação, em contraste com Brasília, Goiânia, Recife, Porto Alegre e Curitiba, que tinham taxas de ocupação domiciliar acima de 87%. Os domicílios vagos representavam, em média, 10,8% do estoque habitacional existente nos municípios das capitais. O Rio de Janeiro possuía um contingente de domicílios vagos abaixo da média das demais cidades (10,5%, como mostra a Tabela 1).

**Tabela 1**  
**Distribuição de domicílios particulares: 2000**

<b>Rio de Janeiro e grandes cidades</b>	<b>Ocupado</b>	<b>Vago</b>	<b>Uso ocasional</b>	<b>Fechado</b>
Belém	84,9	7,9	4,5	2,7
Belo Horizonte	85,6	11,3	1,9	1,2
Brasília	87,0	9,3	1,5	2,2
Curitiba	87,2	10,4	1,9	0,5
Fortaleza	85,4	11,3	1,3	1,9
Goiânia	87,1	10,3	1,7	0,9
Manaus	84,9	11,4	1,6	2,0
Porto Alegre	87,9	8,5	2,9	0,7
Recife	88,6	8,9	1,6	1,0
Rio de Janeiro	85,0	10,5	2,5	2,0
Salvador	85,1	11,7	2,0	1,2
São Paulo	84,3	11,8	1,2	2,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

O Rio ocupava uma posição central não só em relação aos municípios com as menores taxas (Belém, Porto Alegre, Recife e Brasília), mas também às cidades com os maiores contingentes de domicílios vagos, destacando-se São Paulo com 11,8% do

<sup>37</sup> Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

seu estoque nessa condição. No que diz respeito aos domicílios de uso ocasional, São Paulo, Fortaleza e Brasília tinham as menores proporções, em contraste com as maiores taxas encontradas em Belém, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Finalmente, foram considerados fechados os domicílios particulares ocupados cujos moradores estavam temporariamente ausentes durante o período de entrevista. Embora na maioria das cidades as proporções de domicílios fechados tenham sido baixas, 211.511 domicílios não foram investigados (IBGE, 2001a). Como será visto a seguir, a distribuição do estoque habitacional não tem relação com o tamanho da população das cidades. São Paulo, com uma população quatro vezes a de Salvador, tem um estoque similar de domicílios vagos. Por sua vez, o Rio de Janeiro guarda semelhanças com cidades de portes populacionais distintos, como Porto Alegre e Salvador, no que se refere à proporção de domicílios de uso ocasional existentes.

Fatores demográficos, como a taxa de fecundidade, estrutura etária, estrutura familiar e processos migratórios, desempenham papel importante na caracterização da demanda por habitação e, nesse sentido, as diferenças entre as cidades são marcantes. O Rio de Janeiro, como a segunda maior cidade do país, abaixo apenas de São Paulo em número de habitantes, apresentou a segunda menor taxa média geométrica de crescimento anual no período 1991/2000, contrastando com a intensidade do crescimento anual das cidades de Manaus e Brasília, que certamente causaram impacto na demanda por novas habitações e serviços de infra-estrutura (Tabela 2).

**Tabela 2**  
**Total de pessoas e taxa média geométrica de crescimento anual,**  
**segundo as 12 maiores cidades: 1991 e 2000**

Rio de Janeiro e grandes cidades	Total de pessoas		Taxa média geométrica de crescimento anual
	1991	2000	1991/2000
Belém	1.244.689	1.280.614	0,32
Belo Horizonte	2.020.161	2.238.526	1,16
Brasília	1.601.094	2.051.146	2,82
Curitiba	1.315.035	1.587.315	2,13
Fortaleza	1.768.637	2.141.402	2,17
Goiânia	922.222	1.093.007	1,92
Manaus	1.011.501	1.405.835	3,76
Porto Alegre	1.263.403	1.360.590	0,83
Recife	1.298.229	1.422.905	1,03
Rio de Janeiro	5.480.768	5.857.904	0,75
Salvador	2.075.273	2.443.107	1,85
São Paulo	9.646.185	10.435.546	0,89

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

Ao mesmo tempo que as taxas de crescimento populacional vêm diminuindo nas últimas décadas, as taxas médias de crescimento anual dos domicílios particulares permanentes ocupados têm aumentado em maiores proporções em todas as cidades consideradas. Cabe ressaltar que o crescimento de domicílios ocupados não significa o atendimento da demanda acumulada ao longo do tempo, assim como não necessariamente responde ao critério de adequabilidade das moradias (Tabela 3). A autoconstrução, por exemplo, tem sido prática habitual nas periferias das grandes cidades como uma tentativa de resolver o problema habitacional. Geralmente, são construções precárias que contribuem para o aumento de moradias *stricto sensu*, sem significar, todavia, comprometimento com a qualidade da habitação.

**Tabela 3**  
**Total de domicílios particulares permanentes ocupados e taxa média geométrica de crescimento anual, segundo as 12 maiores cidades: 1991 e 2000**

Rio de Janeiro e grandes cidades	Total de domicílios		Taxa média geométrica de crescimento anual
	1991	2000	1991/2000
Belém	256.086	296.195	1,64
Belo Horizonte	500.063	628.334	2,59
Brasília	377.718	547.465	4,25
Curitiba	350.699	470.964	3,36
Fortaleza	386.054	525.991	3,53
Goiânia	233.683	313.633	3,35
Manaus	205.899	326.837	5,32
Porto Alegre	379.855	440.365	1,67
Recife	306.072	375.857	2,33
Rio de Janeiro	1.560.691	1.801.863	1,62
Salvador	478.129	651.008	3,52
São Paulo	2.540.656	2.984.416	1,82

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

A ocupação dos domicílios particulares permanentes revela uma parcela substancial das condições de moradia da população. No entanto, dois grupos populacionais ficam fora dessa contabilidade: os moradores de rua – cuja informação não está disponível nos Censos por serem pesquisas direcionadas aos domicílios – e as pessoas moradoras em domicílios improvisados<sup>38</sup>. Dentre os domicílios particulares existentes em 2000, os improvisados representavam uma pequena parcela, um total de 2.847 domicílios nas 12 cidades consideradas. Apesar de pouco representativos, os domicílios improvisados tiveram crescimento durante a década em várias cidades,

<sup>38</sup> Domicílios improvisados – unidades não-residenciais ocupadas por moradores. São exemplos de domicílios improvisados: lojas, fábricas, prédios em construção, tendas, barracas, grutas etc.

principalmente em São Paulo, onde o número praticamente dobrou em relação a 1991. No Rio de Janeiro, o aumento foi acima da maioria das cidades, representou um acréscimo proporcional de 39,7% desse arranjo habitacional no período intercensitário (Tabela 4).

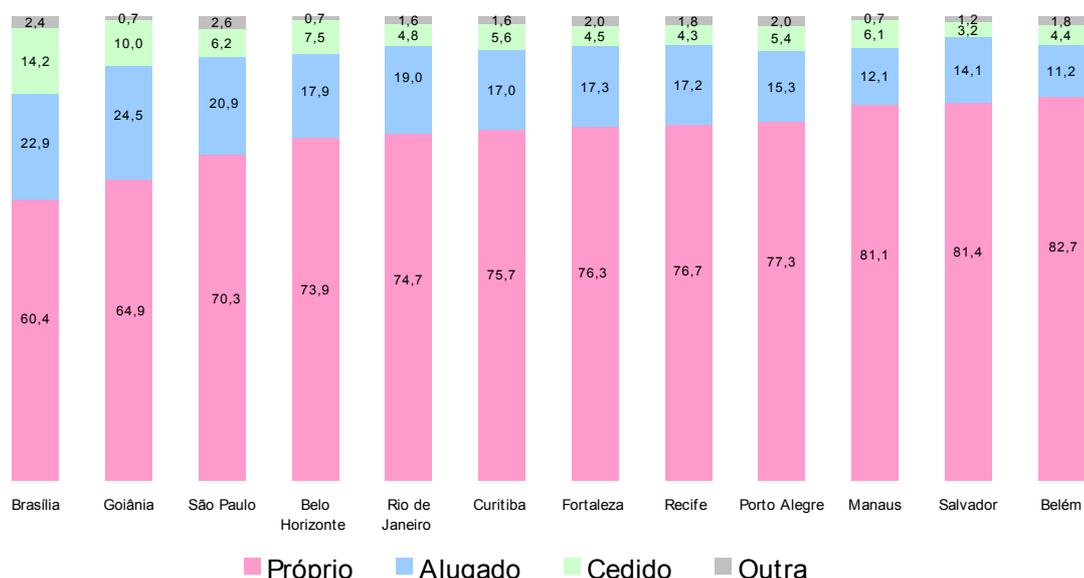
**Tabela 4**  
**Distribuição dos domicílios particulares por espécie,**  
**segundo as 12 maiores cidades: 1991 e 2000**

Rio de Janeiro e grandes cidades	Total de domicílios particulares permanentes		Total de domicílios particulares improvisados		Total de domicílios coletivos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Belém	98,99	99,27	0,23	0,21	0,77	0,52
Belo Horizonte	98,03	98,71	0,42	0,29	1,55	0,99
Brasília	97,75	98,33	0,54	0,53	1,71	1,14
Curitiba	97,25	98,25	0,25	0,20	2,50	1,54
Fortaleza	98,71	99,05	0,35	0,35	0,94	0,60
Goiânia	98,54	99,08	0,39	0,40	1,07	0,52
Manaus	97,09	99,07	2,05	0,47	0,86	0,46
Porto Alegre	97,03	97,46	0,22	0,28	2,75	2,26
Recife	98,30	98,34	0,20	0,29	1,50	1,37
Rio de Janeiro	97,47	98,03	0,27	0,32	2,27	1,64
Salvador	97,95	98,60	0,45	0,33	1,60	1,07
São Paulo	96,60	98,20	0,23	0,41	3,17	1,39

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991 e 2000

Os domicílios particulares permanentes ocupados em 2000 eram, em sua maioria, próprios e do tipo casa. Os domicílios próprios apresentaram uma variação de 22,3 pontos percentuais entre as maiores proporções encontradas em Belém e as menores em Brasília. Na hierarquia das cidades, o Rio de Janeiro detinha a oitava maior proporção de domicílios próprios (74,7%), a quarta posição em relação à proporção de domicílios alugados, abaixo de Brasília, Goiânia e São Paulo e, quanto aos domicílios cedidos, ocupava a oitava posição na hierarquia das cidades (4,8%), o que representava quase um terço dos domicílios cedidos em Brasília (14,2%) (Gráfico 1).

**Gráfico 1**  
**Distribuição dos domicílios particulares permanentes por condição de ocupação - 2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

Os indicadores relacionados ao número de famílias conviventes, densidade domiciliar e densidade de moradores por dormitório informam sobre dois aspectos distintos das condições de moradia: o grau de conforto dos moradores e a demanda por novas construções. Nesse particular, as cidades apresentaram melhorias, embora desiguais, nos três indicadores, com exceção de Belém e Salvador que tiveram aumento na proporção de domicílios com mais de uma família, como será visto adiante.

No aspecto densidade domiciliar, o Rio de Janeiro apresentou a segunda melhor posição em relação à média de moradores por domicílio, ficando abaixo apenas de Porto Alegre. Em 1991, a média no Rio era de 3,5 habitantes por domicílio, passando para 3,2 em 2000 (Tabela 5).

**Tabela 5**  
**Média de moradores em domicílios particulares permanentes,**  
**segundo as 12 maiores cidades: 1991 e 2000**

Rio de Janeiro e grandes cidades	Média de moradores	
	1991	2000
Belém	4,8	4,3
Belo Horizonte	4,0	3,5
Brasília	4,2	3,7
Curitiba	3,7	3,3
Fortaleza	4,6	4,1
Goiânia	3,9	3,5
Manaus	4,8	4,3
Porto Alegre	3,3	3,1
Recife	4,2	3,8
Rio de Janeiro	3,5	3,2
Salvador	4,3	3,7
São Paulo	3,8	3,5

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

Já em relação à densidade de moradores por dormitório, que segundo o UN-HABITAT é considerada adequada com até dois moradores por dormitório, o Rio de Janeiro, que em 1991 se posicionava em terceiro lugar atrás de Porto Alegre e Curitiba, no último Censo foi ultrapassado por Goiânia e Belo Horizonte, deslocando-se para a quinta posição na hierarquia das cidades (Tabela 6).

**Tabela 6**  
**Proporção de domicílios particulares permanentes com mais de dois moradores**  
**por dormitório, segundo as 12 maiores cidades: 1991 e 2000**

Rio de Janeiro e grandes cidades	Mais de dois moradores por dormitório	
	1991	2000
Belém	49,1	41,2
Belo Horizonte	28,8	19,9
Brasília	35,2	25,1
Curitiba	21,9	14,5
Fortaleza	36,5	31,6
Goiânia	29,8	18,4
Manaus	53,7	46,6
Porto Alegre	20,3	15,6
Recife	33,5	25,5
Rio de Janeiro	27,1	23,4
Salvador	39,6	29,3
São Paulo	38,7	30,5

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

Finalmente, duas outras dimensões referentes à composição de moradores nos domicílios particulares permanentes vêm pressionando a demanda por novas moradias: famílias conviventes e domicílios unipessoais. O número de famílias por domicílio deve ser considerado com certa ressalva, uma vez que nem sempre a coabitação é compulsória, podendo ser uma decisão voluntária de apoio entre os membros da família extensa. Entretanto, as cidades onde existem as mais altas proporções de domicílios com mais de uma família coincidem com aquelas em que os domicílios têm as médias mais altas de moradores e com mais de dois moradores por dormitório. As cidades das regiões Norte e Nordeste foram as que apresentaram as maiores proporções de famílias conviventes nos dois períodos pesquisados e, nas demais regiões, a cidade de São Paulo apresentou a menor proporção, enquanto Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro as mais alta taxas de famílias conviventes (Tabela 7).

**Tabela 7**  
**Proporção de domicílios particulares permanentes com mais de uma família residente: 1991 e 2000**

<b>Rio de Janeiro e grandes cidades</b>	<b>Mais de duas famílias residentes</b>	
	1991	2000
Belém	14,1	15,2
Belo Horizonte	6,7	5,7
Brasília	7,4	6,5
Curitiba	6,1	4,6
Fortaleza	11,4	9,6
Goiânia	6,5	4,9
Manaus	11,5	10,9
Porto Alegre	5,5	4,9
Recife	10,5	9,9
Rio de Janeiro	6,3	5,5
Salvador	7,5	8,2
São Paulo	5,4	4,1

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

Ao mesmo tempo que decresceu a proporção de domicílios com famílias conviventes na maioria das cidades no período intercensitário, outro fenômeno demográfico vem ganhando intensidade: o aumento do número de pessoas morando sozinhas. Na verdade, parte desse crescimento é consequência da transição demográfica que vem ocorrendo no país nas últimas décadas: o aumento da expectativa de vida (IBGE, 2002). Rio de Janeiro e Porto Alegre foram as cidades que apresentaram o maior número de idosos e de domicílios unipessoais, mas é importante notar que em todas as cidades a tendência foi de aumento, mesmo que em proporções distintas, desse tipo de arranjo domiciliar. Exemplos extremos, como Rio de Janeiro e

Belém, podem ser ilustrativos dos processos diferenciados entre as cidades. Enquanto o Rio tinha em 2000 a segunda maior proporção de domicílios unipessoais (15,1%) e Belém a menor proporção (7,0%), o crescimento relativo desse tipo de arranjo foi significativamente distinto entre elas: o de Belém foi mais do que o dobro do ocorrido no Rio de Janeiro, 37,6% e 17,6%, respectivamente (Tabela 8).

**Tabela 8**  
**Proporção de domicílios unipessoais, segundo as**  
**12 maiores cidades: 1991 e 2000**

<b>Rio de Janeiro e grandes cidades</b>	<b>Domicílios unipessoais</b>	
	1991	2000
Belém	5,1	7,0
Belo Horizonte	9,2	11,9
Brasília	8,5	10,4
Curitiba	10,2	12,7
Fortaleza	5,6	7,1
Goiânia	8,0	10,7
Manaus	5,8	7,5
Porto Alegre	15,5	19,6
Recife	8,4	10,4
Rio de Janeiro	12,9	15,1
Salvador	9,7	11,8
São Paulo	11,0	11,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

A oferta de moradias e os novos arranjos nas formas de ocupação domiciliar devem ser relacionados às características de infra-estrutura de serviços para melhor se dimensionar a adequabilidade das habitações. A existência de serviços nos domicílios é uma informação relevante para a mensuração tanto do bem-estar quanto da saúde dos moradores, uma vez que vários tipos de doenças podem ser evitados pela simples presença de abastecimento de água, coleta de esgoto e destino adequado do lixo.

A adequabilidade dos serviços é matéria controversa e carrega em si certo grau de subjetividade. O abastecimento de água por rede geral, por exemplo, normalmente é considerado próprio, muito embora nem sempre a água distribuída passe por tratamento apropriado. Domicílios servidos por água proveniente de poço ou nascente dependem de vários outros fatores para que possam ser considerados de boa qualidade, como a existência de canalização, análise da qualidade da água, distanciamento do escoamento do esgoto sanitário. A coleta de lixo, por sua vez, depende não só da freqüência satisfatória de atendimento como também do tipo de destino dado ao lixo coletado.

Já as informações sobre a forma de esgotamento sanitário são por vezes problemáticas, porque nem sempre o morador sabe distinguir entre rede geral e fossa

séptica e entre fossa séptica e fossa rudimentar. Ao contrário da fossa rudimentar, a fossa séptica é tecnicamente considerada uma forma adequada de esgotamento, mas as pesquisas domiciliares não informam sobre a conservação das mesmas, o que pode comprometer a eficiência do esgotamento.

Do ponto de vista da atuação das empresas de saneamento, a coleta no domicílio é parte de uma atividade mais complexa por incluir também o tratamento do esgoto, seu destino final e o uso dos corpos receptores. Não raramente, o esgoto coletado sem tratamento é jogado em rios que servem de recreação, fornecem água para irrigação ou mesmo são utilizados para captação de água a ser distribuída à população<sup>39</sup>.

Para efeito deste estudo, no entanto, considerou-se como serviço adequado: a água distribuída por rede geral, por ser real ou potencial a sua capacidade de fornecer água tratada; o esgotamento por rede geral ou fossa séptica; e o lixo coletado diretamente por serviço de limpeza ou coletado em caçamba por serviço de limpeza.

Manaus, Belém, Recife e Brasília foram as cidades que apresentaram decréscimo na proporção de domicílios com serviço de abastecimento de água por rede geral e conseqüente aumento proporcional de domicílios servidos por água proveniente de poço ou nascente. Nas demais cidades, houve melhora no serviço, principalmente em Fortaleza e Goiânia, ambas com os mais altos crescimentos relativos no período, respectivamente 13,3% e 11,5%. O Rio de Janeiro, embora tenha experimentado um pequeno aumento dos domicílios com rede geral de água, não conseguiu acompanhar o ritmo de melhorias obtido pelas demais cidades: em 1991, era a quarta cidade com maior proporção de ligações e, em 2000, passa a ocupar o quinto lugar, tendo sido ultrapassado pela cidade de Curitiba (Tabela 9).

---

<sup>39</sup> Maiores informações sobre serviços de água, esgotamento, lixo e limpeza urbana e drenagem urbana prestados pelas empresas encontram-se na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (IBGE, 2001b).

**Tabela 9**  
**Proporção de domicílios particulares permanentes por forma de abastecimento de água,**  
**segundo as 12 maiores cidades: 1991 e 2000**

Rio de Janeiro e grandes cidades	Abastecimento de água					
	Rede geral		Poço ou nascente		Outra forma	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Belém	75,0	73,8	18,9	22,5	6,1	3,7
Belo Horizonte	97,9	99,3	0,9	0,3	1,2	0,4
Brasília	89,2	88,7	5,4	6,9	5,5	4,4
Curitiba	97,2	98,6	1,7	1,1	1,1	0,3
Fortaleza	77,1	87,4	13,0	9,3	9,9	3,3
Goiânia	78,4	87,4	21,3	12,3	0,2	0,3
Manaus	86,1	74,8	10,5	13,9	3,3	11,3
Porto Alegre	97,7	98,2	1,2	0,6	1,0	1,2
Recife	94,5	88,1	2,0	9,6	3,4	2,3
Rio de Janeiro	97,5	97,8	1,2	1,0	1,3	1,2
Salvador	93,4	96,8	2,1	0,8	4,6	2,3
São Paulo	98,4	98,6	0,8	0,7	0,8	0,7

Fonte: IBGE/Censos Demográficos, 1991 e 2000

Embora tenham ocorrido grandes avanços no serviço de esgotamento sanitário por rede geral, este foi o serviço mais precário nas 12 cidades consideradas. Em Belém, Manaus, Recife, Fortaleza e Porto Alegre, o serviço de esgotamento por rede geral não chegou a atingir a metade dos domicílios em 2000, variando de 27,1% em Belém a 49,2% em Porto Alegre. O serviço de esgotamento sanitário nessas cidades foi compensado, em parte, pela existência de fossas sépticas, mas, com exceção de Porto Alegre, nas outras cidades continuou alta a proporção de domicílios que utilizavam a fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar e outros, como forma de escoamento do esgoto produzido. O Rio de Janeiro experimentou um crescimento relativo de 9,6% no serviço de rede, passando da quinta posição na hierarquia das cidades em 1991 para a quarta melhor em 2000 (Tabela 10).

**Tabela 10**  
**Proporção de domicílios particulares permanentes por forma de esgotamento sanitário,**  
**segundo as 12 maiores cidades: 1991 e 2000**

Rio de Janeiro e grandes cidades	Esgotamento sanitário					
	Rede geral		Fossa séptica		Outra forma	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Belém	2,4	27,1	59,4	52,1	31,5	20,8
Belo Horizonte	85,9	92,8	0,9	0,9	11,7	6,2
Brasília	75,4	84,3	12,0	6,2	10,7	9,5
Curitiba	61,0	78,3	25,9	15,1	10,2	6,6
Fortaleza	13,6	46,5	26,4	19,6	50,2	33,9
Goiânia	74,4	75,6	2,7	5,3	21,4	19,1
Manaus	1,9	34,9	48,7	38,2	42,5	26,9
Porto Alegre	33,1	49,2	55,5	44,2	9,1	6,6
Recife	32,7	44,7	19,1	15,4	40,7	39,9
Rio de Janeiro	72,0	78,9	20,3	15,3	6,6	5,8
Salvador	23,9	77,1	43,3	8,6	25,2	14,2
São Paulo	86,2	87,8	4,8	3,5	8,2	8,6

Fonte: IBGE/Censos Demográficos, 1991 e 2000

Dentre os serviços de saneamento, a coleta de lixo foi aquele que apresentou maior abrangência na proporção de domicílios atendidos na maioria das grandes cidades. No período estudado, o Rio e Brasília mostraram queda no seu desempenho, sendo superados por cidades como Belém, Recife, Fortaleza e Belo Horizonte, que, a partir de 1991, apresentaram melhoras significativas no serviço. Por outro lado, houve aumento da coleta de lixo feita em caçamba nas cidades de Brasília, Goiânia e Rio de Janeiro, que é uma oferta de serviço considerada de qualidade inferior comparando-se com a coleta direta (Tabela 11).

**Tabela 11**  
**Proporção de domicílios particulares permanentes por destino do lixo,**  
**segundo as 12 maiores cidades: 1991 e 2000**

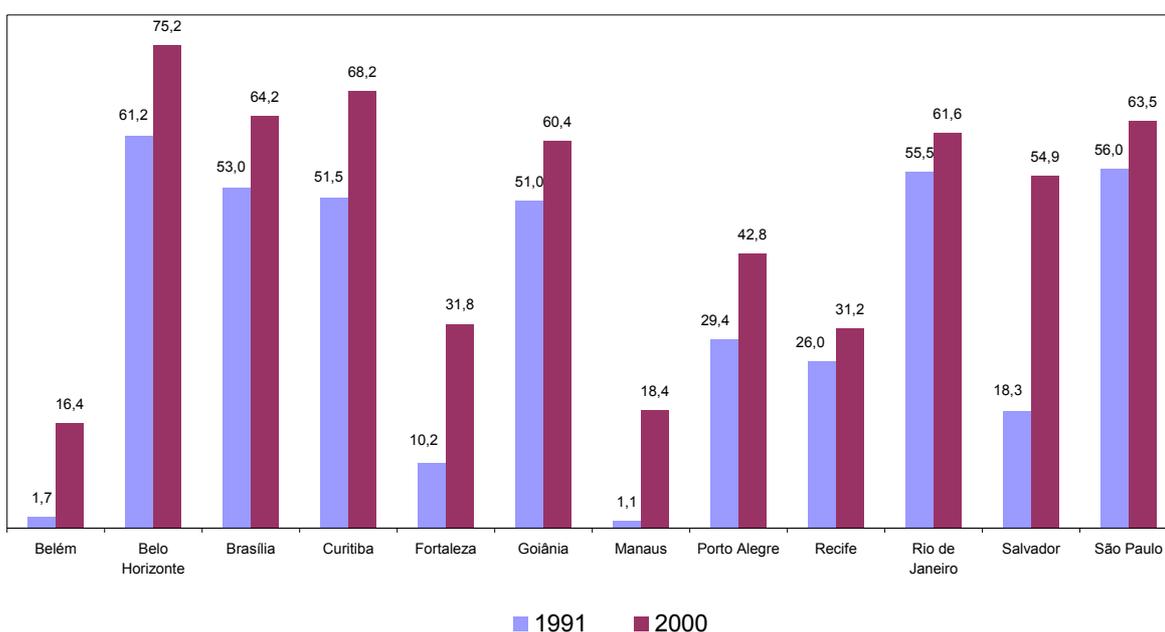
Rio de Janeiro e grandes cidades	Destino do lixo					
	Coleta		Caçamba		Outro destino	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Belém	67,7	92,5	8,7	2,9	23,7	4,6
Belo Horizonte	81,8	96,6	4,9	2,0	13,3	1,5
Brasília	93,7	90,6	0,9	5,6	5,4	3,8
Curitiba	92,0	97,4	5,7	2,1	2,3	0,5
Fortaleza	75,7	90,8	9,3	4,4	15,0	4,8
Goiânia	92,0	94,6	1,2	4,2	6,8	1,2
Manaus	68,4	87,5	10,1	3,1	21,5	9,3
Porto Alegre	94,4	97,5	2,5	1,9	3,1	0,6
Recife	71,7	93,3	10,8	2,8	17,5	3,8
Rio de Janeiro	89,2	89,0	6,5	9,9	4,3	1,1
Salvador	46,9	67,3	31,8	26,2	21,3	6,4
São Paulo	95,1	96,6	3,2	2,6	1,7	0,8

Fonte: IBGE/Censos Demográficos, 1991 e 2000

Em resumo, as condições habitacionais podem ser analisadas mediante a combinação de indicadores de adequabilidade das moradias. Para tanto, os domicílios foram classificados em três tipos distintos: o tipo 1 refere-se aos domicílios com até dois moradores por dormitório, com rede geral de abastecimento de água, rede de esgoto ou fossa séptica e coleta de lixo direta ou indireta; o tipo 2 compõe-se dos domicílios que carecem de uma ou mais das condições anteriormente mencionadas; e o tipo 3 é composto dos domicílios que não preenchem nenhuma das condições de adequação.

Em todas as cidades analisadas, verificou-se um aumento relativo significativo de domicílios adequados do tipo 1. Os maiores crescimentos relativos foram observados, principalmente, em Manaus e Belém, cidades que, no entanto, permaneceram em 2000 com as menores proporções de domicílios adequados. Hierarquizando-se as cidades, Belo Horizonte foi a que apresentou a maior proporção de domicílios adequados, tanto em 1991 quanto em 2000. Em contrapartida, cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belém se encontravam em 2000 em posições hierárquicas inferiores àquelas que ocupavam em 1991 (Gráfico 2).

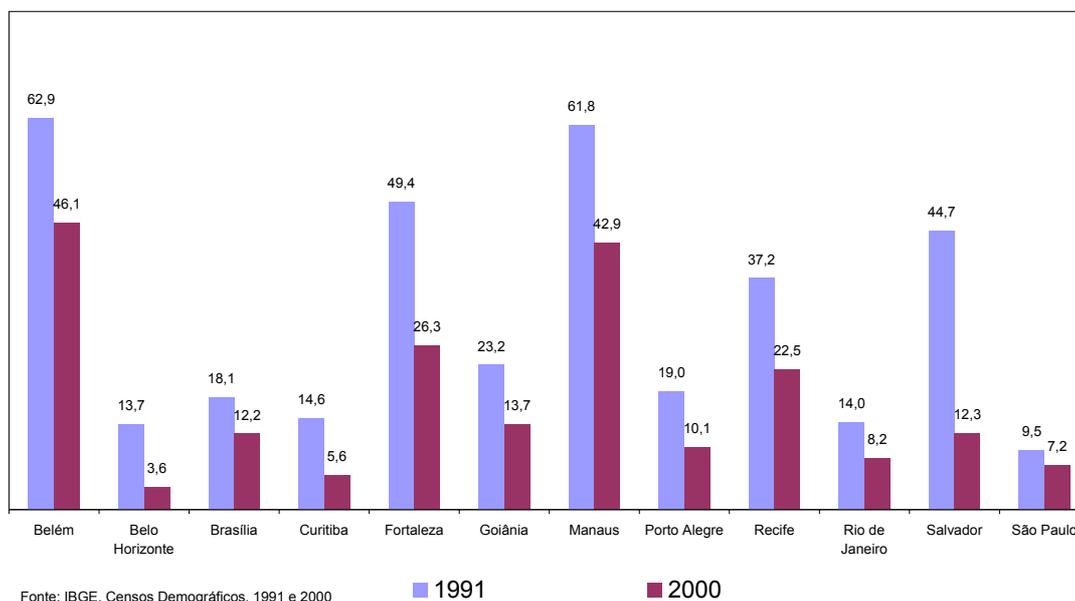
**Gráfico 2**  
**Proporção de domicílios particulares permanentes adequados - tipo 1: 1991 e 2000**



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000

Por outro lado, o número de domicílios que não possuíam nenhuma das condições adequadas apresentou decréscimo relevante no período considerado. Mesmo assim, algumas cidades continuaram a apresentar altas proporções de domicílios inadequados, destacando-se Belém, Manaus, Fortaleza e Recife. O Rio de Janeiro foi uma das cidades com menores proporções desse tipo de domicílio, ficando abaixo de Belo Horizonte, Curitiba e São Paulo, conforme se verifica no Gráfico 3.

**Gráfico 3**  
**Proporção de domicílios particulares permanentes inadequados - tipo 3: 1991 e 2000**



O destaque para Rio de Janeiro e São Paulo como cidades de maior concentração populacional e importância econômica no cenário nacional não as distingue em relação às condições habitacionais. Ao contrário, foram cidades que não conseguiram manter o ritmo de melhorias alcançado por cidades como Curitiba, Belo Horizonte e Brasília.

A seguir, o Rio de Janeiro será analisado em suas diferenças internas, levando-se em consideração a divisão administrativa da cidade.

### 3. A Cidade do Rio de Janeiro

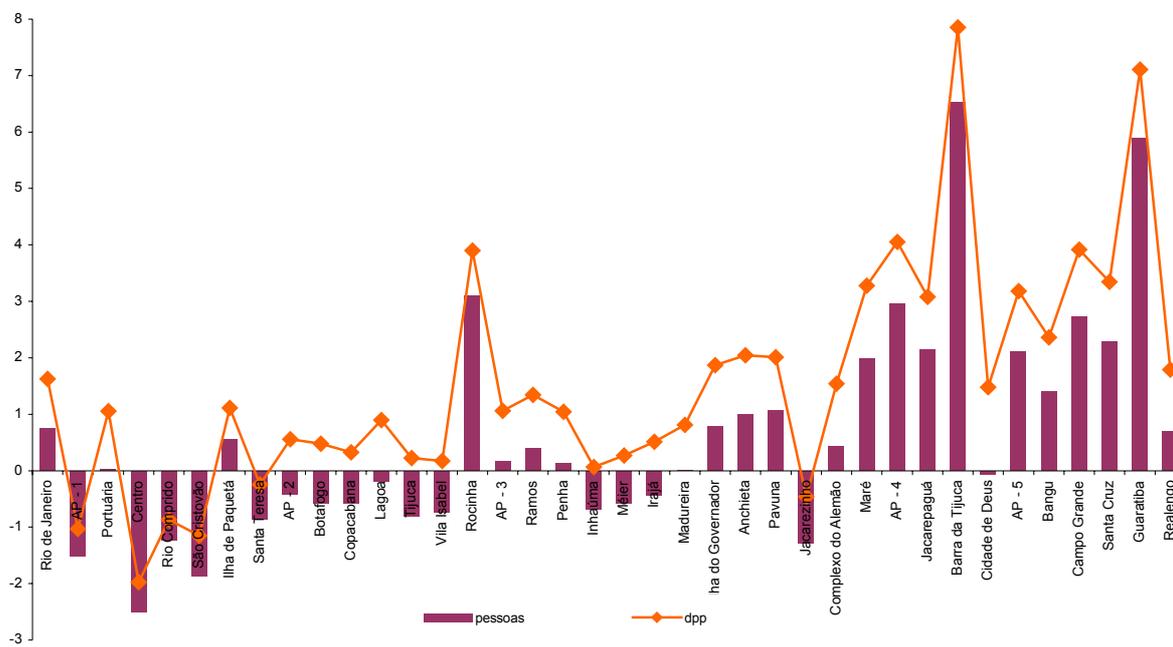
As desigualdades entre as áreas da cidade do Rio de Janeiro são persistentes na maioria dos indicadores habitacionais. São contrastes marcantes entre as regiões mais afluentes e as mais precárias que, a despeito de melhorias no período intercensitário, mantêm a diferenciação interna da cidade. Suas áreas de planejamento não são uniformes, apresentando desigualdades entre bairros, até mesmo entre bairros vizinhos. A Rocinha é, sem dúvida, o exemplo mais evidente da coexistência de condições habitacionais díspares, quando comparada com os demais bairros que compõem a área de planejamento onde se insere. A Barra da Tijuca, por seu turno, destaca-se como bairro afluente cercado por outros com condições habitacionais precárias.

A relação entre características demográficas, oferta de moradias e qualidade da habitação sugere combinações distintas, dependendo da área de planejamento

enfocada. No período intercensitário, observou-se que, em todas as áreas de planejamento e regiões administrativas da cidade, a taxa média geométrica de crescimento anual da população foi aquém da taxa de crescimento dos domicílios particulares permanentes. Isto se deveu, em parte, à transição demográfica, como conseqüência da queda da natalidade, e ao crescimento na proporção de famílias nucleares, além de novos arranjos domiciliares que resultaram em demanda por novas moradias, entre eles o aumento das separações e divórcios e dos domicílios unipessoais.

Entre 1991 e 2000, em várias regiões administrativas houve crescimento de domicílios particulares permanentes e de população, em outras ocorreu diminuição da população e aumento de domicílios e, finalmente, algumas áreas perderam tanto população quanto domicílios. A área de planejamento 1 tipifica as duas perdas, com o crescimento negativo de domicílios e de população, principalmente, no Centro da cidade. Na área de planejamento 2, houve diminuição da população com crescimento de domicílios, e apenas a Rocinha destoou desse padrão. A área de planejamento 3 caracterizou-se pela combinação de regiões administrativas com perda de população e de domicílio e outras com ganho de ambos. Finalmente, as áreas 4 e 5 experimentaram aumento populacional e de moradia, com destaque para as regiões da Barra da Tijuca e de Guaratiba. O Gráfico 4 ilustra a intensidade do crescimento anual da população e dos domicílios, mostrando, principalmente, o esvaziamento populacional e de domicílios da área central da cidade para outras regiões da mesma e o maior crescimento médio anual da Barra da Tijuca, que se tornou pólo de atração de população no período estudado.

**Gráfico 4**  
**Taxa média geométrica de crescimento anual da população e dos domicílios particulares permanentes nas Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas do Rio de Janeiro: 1991/2000**



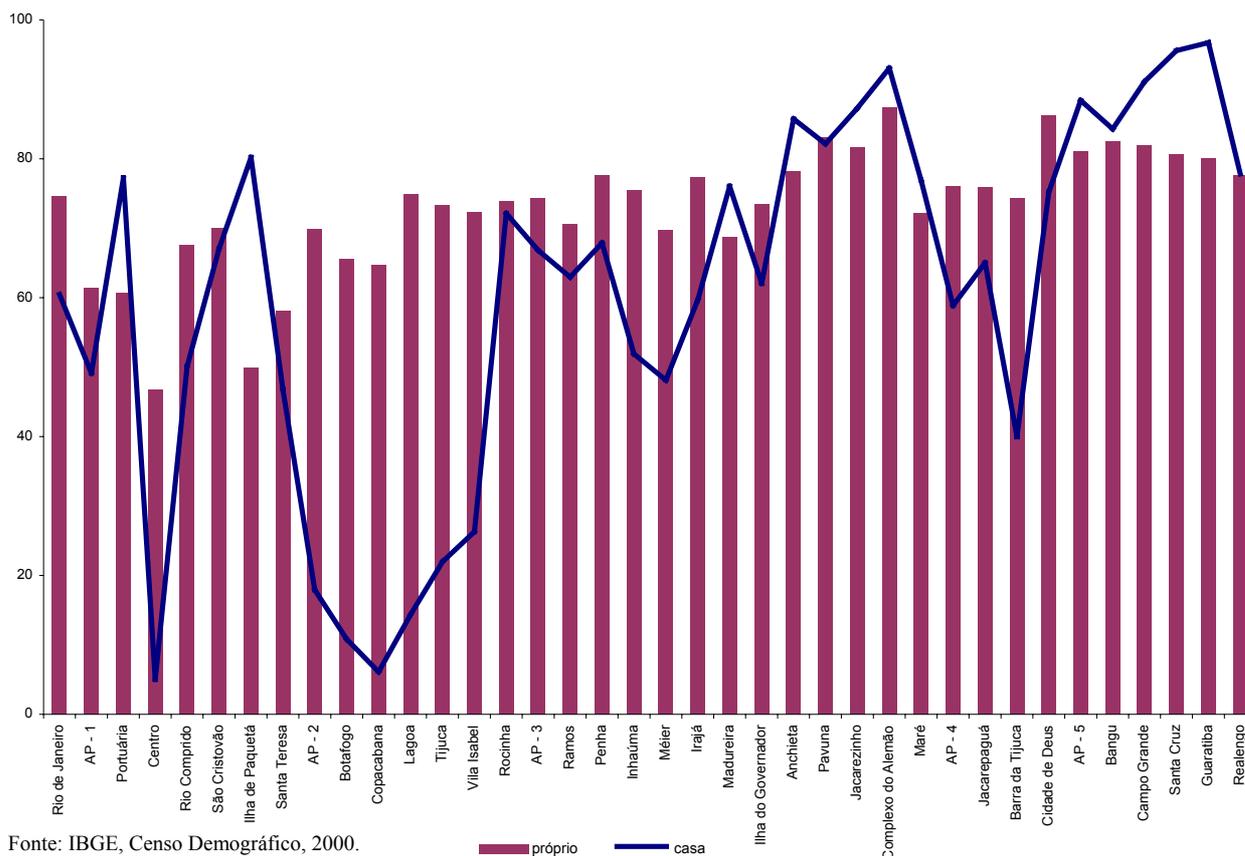
Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Dois outros padrões vêm se estabelecendo na forma de ocupação dos domicílios: a queda na proporção de famílias conviventes e a diminuição da densidade de moradores por dormitório. Em 2000, os domicílios com mais de uma família eram mais frequentes na área de planejamento 5 (7,5%), em contraste com a menor proporção encontrada na área de planejamento 2 (2,6%). Nestas mesmas áreas se localizavam os domicílios com, respectivamente, as mais altas e as mais baixas proporções de domicílios com mais de dois moradores por dormitório (31,3% e 10,8%). Foram poucas as exceções de bairros e áreas de ponderação que tiveram aumento nesses dois indicadores. Entre 1991 e 2000, a existência de famílias conviventes ocorreu em dezoito bairros e a densidade de moradores por dormitório em apenas sete (Tabela 12 anexa). O aumento na proporção de mais de uma família por domicílio deuse, principalmente, em bairros das áreas de planejamento 2, 3 e 5, sendo que na área 2 se restringiu aos bairros do Catete, Vila Isabel, Rocinha e à área de ponderação que compreende o Vidigal e São Conrado. O aumento de densidade de domicílios com mais de dois moradores por dormitório ocorreu nos bairros da Gávea, Ipanema, Lagoa, Catumbi, Parada de Lucas e nas áreas de ponderação da Saúde, Santo Cristo, Gamboa, Camorim, Vargem Grande e Vargem Pequena (Tabela 12 anexa).

Em 2000, predominavam os domicílios próprios, com destaque para os de tipo casa em quase todas as áreas de planejamento. Os apartamentos, por sua vez, estavam concentrados em duas das principais áreas da cidade, destacando-se as

regiões administrativas mais afluentes e a região do Centro, em decorrência do seu papel histórico na formação da cidade (Tabela 14 anexa). Cabe destacar que exatamente as regiões com maior concentração de apartamentos foram também as que apresentaram as maiores proporções de domicílios alugados, conforme se verifica no Gráfico 5.

**Gráfico 5**  
**Proporção de domicílios particulares permanentes tipo casa e condição de ocupação, segundo as Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas: 2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Em relação à propriedade do imóvel, a grande modificação ocorrida no período intercensitário foi o aumento, em todas as regiões administrativas, de moradores proprietários tanto da construção quanto do terreno. A propriedade apenas da construção era um fenômeno localizado, principalmente, em áreas de grande concentração de favelas. Foi justamente ali que o crescimento relativo de propriedade da construção e do terreno mais aumentou. Na Rocinha, a proporção de moradores que eram proprietários da construção e do terreno passou de 11,0% em 1991 para 69,2% em 2000. Jacarezinho e Complexo do Alemão foram duas outras regiões com aumentos relativos expressivos (465% e 305%, respectivamente) (Tabela 13 anexa).

Os progressos das condições habitacionais estenderam-se, também, para os serviços existentes nos domicílios. Com algumas exceções, houve um aumento na

proporção de domicílios com abastecimento de água por rede geral, serviço que já no início da década de 1990 atingia a quase totalidade das moradias. No período estudado, foram observados vários locais com declínio no fornecimento de água por rede geral, dentre eles o bairro do Rio Comprido na área central da cidade, Bonsucesso na região administrativa de Ramos, bairros das regiões administrativas da Lagoa, Penha, Anchieta, Madureira, Guaratiba e Barra da Tijuca (Tabela 15 anexa).

Considerando-se a coleta de lixo direta e indireta, a cidade do Rio de Janeiro tinha, em 2000, a quase totalidade de seus domicílios atendidos. No entanto, quando os serviços são analisados separadamente, observa-se que houve uma queda da coleta direta em 56% das regiões administrativas. Além da área Portuária, outros locais com concentração de favelas foram os que apresentaram maiores proporções de coleta de lixo por caçamba, destacando-se os domicílios da Rocinha, com 88,3% de coleta indireta (Tabela 15 anexa).

Dentre os serviços de saneamento básico, o esgotamento sanitário por rede geral era o que mais diferenciava as regiões administrativas e, conseqüentemente, os bairros da cidade do Rio de Janeiro em 2000. Rocinha, Região Administrativa de Anchieta, bairros da Barra da Tijuca e as regiões administrativas da área de planejamento 5 foram os que apresentaram as menores proporções de domicílios servidos por rede geral de esgoto. A região de Guaratiba destaca-se por não chegar a atingir um terço dos domicílios com esgotamento por rede. Porém, considerando-se adequado o esgotamento por rede geral ou fossa séptica, apenas a Rocinha e Guaratiba continuavam a manter índices precários (66,5% e 69,5%, respectivamente) (Tabela 15 anexa).

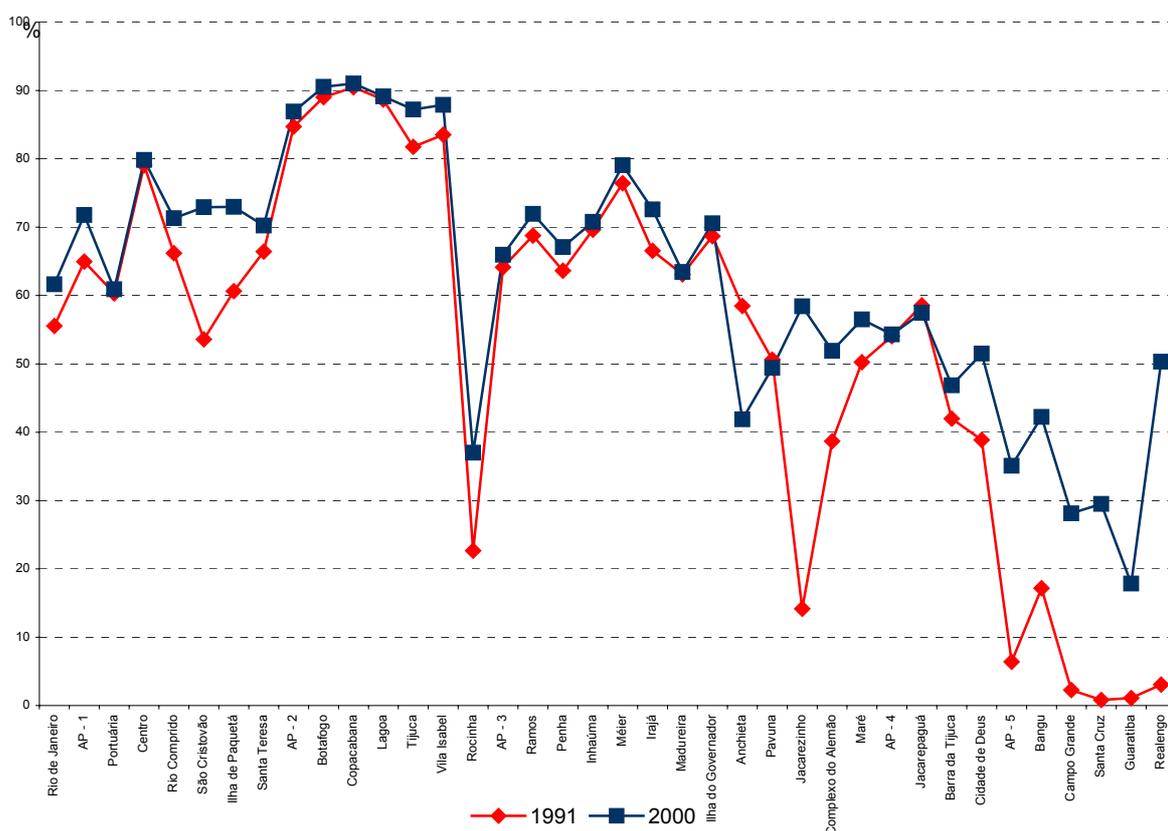
A inexistência de banheiro é uma informação que chama a atenção no quadro de saneamento da cidade: foram detectados 2,3% de domicílios nessa condição em 2000. As maiores proporções de domicílios sem banheiro se localizavam no Centro (7,7%), Santa Teresa (7,5%) e Maré (6,3%) (Tabela 15 anexa).

As condições habitacionais, nos seus múltiplos aspectos, podem ser resumidas tomando como base a classificação dos domicílios utilizada na análise das 12 maiores cidades do país. A combinação de indicadores de serviços e de densidade de morador por dormitório permite ordenar o bem-estar dos moradores em uma escala que vai da adequabilidade completa dos domicílios até a ausência total de condições mínimas de conforto e salubridade das moradias. Dos três tipos de domicílios considerados, observou-se que, em 2000, no Rio de Janeiro, predominavam os domicílios adequados (61,6%), seguidos dos semi-adequados (30,1%) e dos inadequados (8,2%). Internamente, a cidade apresentou desigualdades consideráveis: variando entre as

melhores condições habitacionais na área de planejamento 2 e as menos favoráveis na área de planejamento 5 (Tabela 17 anexa).

Embora as áreas de planejamento e regiões administrativas tenham evidenciado crescimento na proporção de domicílios adequados, a estrutura da desigualdade em 2000 permaneceu a mesma da década passada. Algumas exceções devem ser destacadas, como o decréscimo de domicílios adequados nas regiões de Jacarepaguá (1,9%), Pavuna (2,4%) e, principalmente, Anchieta, onde o decréscimo de domicílios adequados chegou a 28,4%. Os maiores crescimentos relativos ocorreram na área de planejamento 5, muito embora tenha sido ali onde algumas regiões administrativas permaneceram com as menores proporções de domicílios adequados – principalmente em Santa Cruz, Campo Grande e Guaratiba, que em 2000 tinham, respectivamente, 29,5%, 28,1% e 17,9% de domicílios nessa condição (Gráfico 6 e Tabelas 16 e 17 anexas).

**Gráfico 6**  
**Domicílios particulares permanentes - tipo 1: 1991 e 2000**

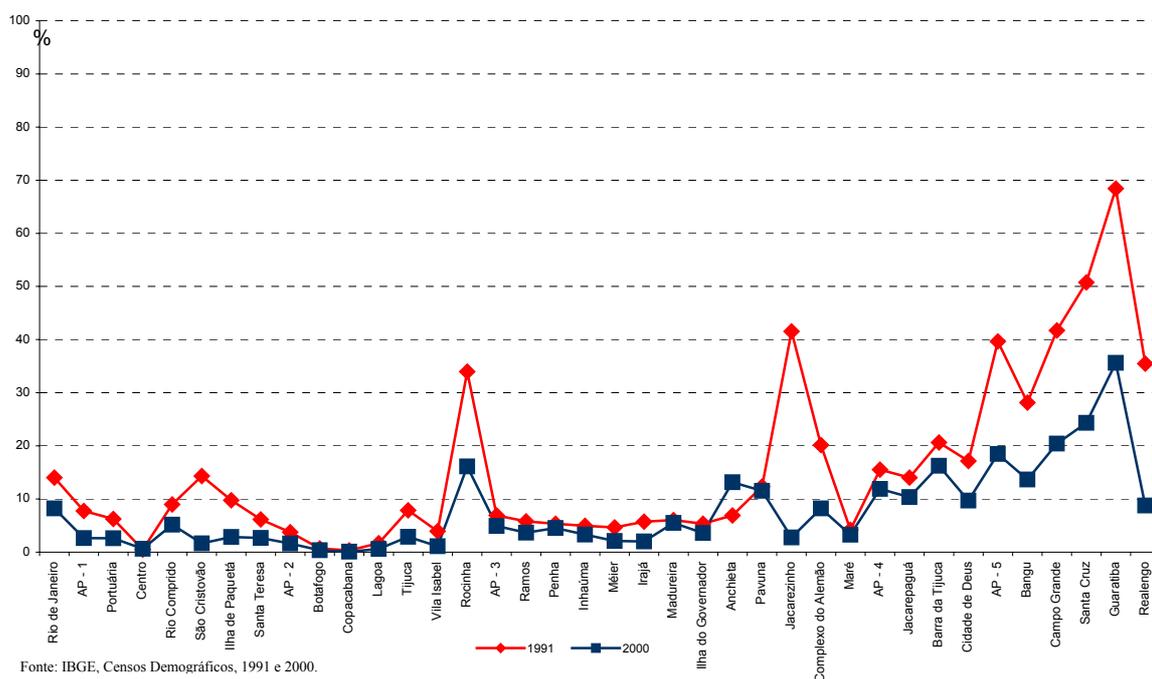


Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Os domicílios inadequados estavam desigualmente distribuídos pela cidade. Em 2000, as menores proporções desse tipo de domicílio localizavam-se na área de planejamento 2 (1,6%), exceto a Rocinha que, com 16,1% de domicílios inadequados, destoava das demais regiões administrativas onde se inseria. Em contraste, as maiores incidências de habitações inadequadas concentravam-se na área de

planejamento 5, com 18,5% dos domicílios nessa condição. Ali, regiões como Guaratiba, Santa Cruz e Campo Grande apresentavam taxas expressivas de domicílios inadequados (35,6%, 24,3% e 20,4%, respectivamente). Por fim, cabe destacar o crescimento expressivo de domicílios inadequados ocorrido em Anchieta: enquanto praticamente a totalidade das regiões administrativas apresentou queda nas proporções de condições inadequadas, Anchieta experimentou um aumento relativo de 90,1% (Gráfico 7 e Tabelas 16 e 17 anexas).

**Gráfico 7**  
**Domicílios particulares permanentes - tipo 3: 1991 e 2000**



As regiões administrativas com as maiores incidências de domicílios inadequados foram também as que apresentaram as mais altas proporções de habitações com alguma inadequação. Em Santa Cruz, Campo Grande e Guaratiba, os domicílios semi-adequados e inadequados chegaram a representar mais de 70% das habitações existentes.

Outra forma de se analisar as condições habitacionais da cidade do Rio de Janeiro é dividindo-a em áreas de concentração de favelas<sup>40</sup> e não-favelas. Em 2000, o abastecimento de água por rede geral e o esgotamento sanitário por rede em favela apresentaram proporções ligeiramente mais baixas de domicílios com esses serviços do que nas demais áreas da cidade. Em relação a outros serviços existentes nos

40 O Censo Demográfico denomina os assentamentos irregulares de aglomerados subnormais. No caso do Rio de Janeiro, os aglomerados subnormais são compostos basicamente por favelas, por isso a opção pelo termo neste texto.

domicílios, como coleta de lixo e linha telefônica instalada, as desigualdades foram marcantes. Nas áreas não faveladas predominou a coleta de lixo direta por serviço de limpeza (95,1%), e em apenas 4,1% dos domicílios a coleta era realizada indiretamente por meio de caçamba, enquanto nas favelas a coleta indireta ocorria em 38,2% dos domicílios. No entanto, foi em relação ao serviço de telefonia fixa que ocorreu a maior diferença entre as duas áreas: em 2000, havia linhas telefônicas em 60,0% dos domicílios das áreas não faveladas, em contraste com 19,1% nas moradias em favelas (Tabela 19 anexa).

Determinadas características dos domicílios e dos moradores evidenciam diferenças curiosas: enquanto nas favelas havia uma proporção maior de domicílios próprios e do tipo casa, a forma de ocupação destes era mais precária ali do que nas áreas não faveladas. As taxas geométricas anuais de crescimento da população e dos domicílios foram bem mais intensas nas favelas, assim como a média de moradores e a densidade de moradores por dormitório (Tabela 18 anexa).

Nas duas áreas da cidade houve um crescimento relativo de domicílios adequados, domicílios estes que se caracterizavam por ter abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede ou fossa séptica, coleta de lixo direta ou indireta e até dois moradores por dormitório. As melhorias nas condições habitacionais no período intercensitário foram sentidas mais intensamente nas áreas faveladas (58,1%) do que nas áreas não faveladas, que tiveram um aumento relativo bem mais modesto de domicílios do tipo 1 (8,7%). Em contrapartida, os domicílios que não apresentavam nenhum indicador de adequabilidade, domicílios do tipo 3, sofreram queda significativa nas duas áreas (54,4% em áreas faveladas e 36,6% em áreas não faveladas) (Tabela 20 anexa).

#### **4. Conclusão**

A melhoria das condições habitacionais na cidade do Rio de Janeiro ocorreu em ritmo mais lento do que os melhoramentos verificados em outras grandes cidades do país. Em 1991, o Rio de Janeiro possuía a terceira maior proporção de domicílios adequados na hierarquia das cidades, ficando atrás de Belo Horizonte e São Paulo. Em 2000, a posição do Rio piorou em relação às demais capitais, passando a ocupar a quinta posição, tendo sido superado por Brasília e Curitiba.

A despeito das melhorias em diferentes áreas da cidade, constatou-se que a desigualdade espacial se manteve no período intercensitário: permaneceu significativa a disparidade de condições habitacionais adequadas na maioria dos bairros da área de planejamento 2 em relação àquelas encontradas na área de planejamento 5.

A desigualdade habitacional foi reflexo da desigualdade no perfil socioeconômico dos moradores. Os domicílios inadequados não eram apenas aqueles em que os moradores tinham os rendimentos mais baixos, mas se destacaram também como locais de maior concentração da população preta e parda e de crianças e adolescentes.

Mesmo com indicadores insuficientes para medir de forma mais acurada a questão do déficit habitacional, pode-se concluir que, em várias das maiores cidades do Brasil e em áreas do Rio de Janeiro, a quantidade de domicílios disponíveis tem menos importância do que a qualidade das condições de moradia. Em resumo, o déficit é antes de tudo déficit de qualidade das habitações.

### Referências Bibliográficas

- ABREU, Mauricio de A. (1997), *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* (3ª ed.). Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, IPLANRIO.
- CAILLAUX, Elisa. (2002), "Habitação", in IBGE, *Brasil em Números*, vol.10, pp. 78-85.
- CEPAL-CELADE. (1998), *Poblacion y Vivenda en Asentamientos Precarios*. Santiago, CEPAL-CELADE.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. (1995), *Déficit Habitacional no Brasil*. Belo Horizonte, Centro de Estudos Políticos e Sociais.
- \_\_\_\_\_. (2001), *Déficit Habitacional no Brasil*. Belo Horizonte, Centro de Estatística e Informações.
- IBGE. (1991), *Microdados do Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2000), *Microdados do Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2001a), *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2001b), *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*. Rio de Janeiro, IBGE.
- \_\_\_\_\_. (2002), *Tendências Demográficas – Uma Análise dos Resultados do Universo do Censo Demográfico 2000* (vol. 1). Rio de Janeiro, IBGE.
- MORAIS, Maria da Piedade. (2002), "Breve Diagnóstico sobre o Quadro Atual da Habitação no Brasil", in *Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise* (vol. 4). Rio de Janeiro, IPEA, pp. 109-118.
- \_\_\_\_\_ e LIMA, Ricardo. (2001), "Indicadores Urbanos como Instrumentos de Gestão e Formulação de Política Pública". *Revista de Administração Municipal*, ano 46, nº 232, pp. 21-27.

### 1. Introdução

Já é quase um truísmo o diagnóstico segundo o qual o Brasil apresenta, quando comparado a países de níveis semelhantes de desenvolvimento e renda *per capita*, um desempenho educacional insatisfatório. Apesar do déficit histórico na matéria, o país experimentou nas últimas décadas uma expansão educacional que melhorou sensivelmente seus indicadores nesta área. Assim, por exemplo, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos de idade ou mais, que era de 33,6% em 1970, passa para 25,4% em 1980, 20,1% em 1991 e chega a 12,9% em 2000. Outro aspecto da expansão do sistema educacional reside no crescimento acentuado das matrículas nos diferentes níveis de ensino. Destacando as cifras do ensino fundamental, as matrículas aumentaram de 28,1 milhões em 1980 para 35,7 milhões em 2000. Nos últimos anos o Brasil tem se aproximado da universalização do acesso ao ensino fundamental. A taxa de escolarização líquida da população de 7 a 14 anos, que era de 80% em 1980 e de 86% em 1991, chega a 94,5% em 2000. Um dos resultados da expansão quantitativa do ensino fundamental é o deslocamento da pressão para níveis mais elevados. Assim, a matrícula no ensino médio mais do que duplica na década de 90, chegando aos 8,2 milhões em 2000. Cabe destacar que se por um lado essas melhorias quantitativas do sistema educacional implicaram uma diminuição nos atritos do fluxo escolar, por outro, não foram eliminados os problemas relativos à qualidade do ensino. Os dados mais recentes do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) apontam para uma pequena, mas consistente deterioração na avaliação dos alunos nas disciplinas básicas nos últimos anos. Além do mais, apesar das melhorias no fluxo, o nível de atrito observado permanece elevado. Uma indicação disto encontra-se no percentual de defasagem série/idade dos estudantes de 7 a 14 anos de idade. Esse percentual aumenta sistematicamente com a idade, atingindo 72,7% dos estudantes de 14 anos. Apesar de tudo, o balanço educacional dos anos recentes é positivo. Ampliou-se a proporção de crianças de 4 a 6 anos de idade freqüentando (pré)escola; o acesso ao ensino fundamental foi quase universalizado; e a vigorosa expansão do ensino médio deve ter resultado numa expansão da demanda pelo ensino superior. Contudo, o país ainda está longe da universalização do ensino fundamental completo: no final da década de 90 somente duas de cada cinco pessoas de 15 a 18 anos de idade

---

\* Professor Titular do IUPERJ

(imediatamente superior à do ensino obrigatório) tinham completado a oitava e última série desse nível de ensino (Hasenbalg, 2001).

É importante destacar ainda que o Brasil atravessa um período demograficamente favorável para melhorar sua situação educacional. A transição demográfica, implicando uma redução dos níveis de fecundidade, levou a uma drástica redução do crescimento demográfico e alterações da estrutura etária da população. A população de 7 a 14 anos, em idade escolar obrigatória, cresce de pouco menos de 23 milhões em 1980 para um máximo de aproximadamente 27,5 milhões em 1993/94, declinando, em termos absolutos, daí em diante, para atingir um nível pouco acima de 26 milhões em 2000. A presença relativa dessa coorte de idade se reduz de 19,2% da população total em 1980 para 15,7% em 2000. Isto representa uma atenuação da demanda agregada por educação fundamental e melhores condições para a sociedade arcar com os custos desse segmento do sistema educacional. Essas mudanças demográficas também têm um impacto no plano micro das famílias, criando condições sociais mais favoráveis à educação. As crianças e adolescentes de hoje estão sendo socializados em famílias predominantemente urbanas, de tamanho mais reduzido e por pais e membros adultos mais educados que os de gerações anteriores (Silva e Hasenbalg, 2000).

Este trabalho examina a evolução educacional do município do Rio de Janeiro no período intercensitário 1991-2000. Essa evolução é vista através das oportunidades educacionais oferecidas à sua população infantil, e da situação da população adulta da cidade. As oportunidades educacionais da população infantil são avaliadas em termos de três indicadores básicos. O primeiro deles é a porcentagem de crianças de 5 e 6 anos de idade que freqüentam escola. Essa contagem inclui todas as crianças na escola, independentemente do grau cursado (creche, pré-escola ou ensino fundamental). Sabendo-se que a maioria das crianças dessa idade freqüentam a pré-escola, a melhoria no tempo observada neste indicador pode ser atribuída à ampliação da cobertura desse nível de ensino. O segundo indicador consiste na porcentagem de crianças de 7 a 14 anos de idade que freqüentam escola e permite avaliar a aproximação à universalização do acesso ao ensino fundamental. O terceiro indicador registra a proporção de crianças de 10 a 14 anos de idade com mais de um ano de atraso escolar. O atraso escolar deriva da comparação entre a idade e a série cursada pelo aluno e pode ser interpretado como resultado do ingresso tardio na escola, a repetência de séries e o eventual abandono temporário da escola. As melhorias no fluxo escolar na década de 1990 podem ser atribuídas à adoção dos ciclos e políticas de promoção automática nas quatro primeiras séries do ensino fundamental.

A situação educacional da população adulta é aferida através de cinco indicadores. O primeiro registra a porcentagem de pessoas de 15 anos de idade analfabetas. Os outros quatro referem-se à população de 25 anos e mais de idade e são: (1) escolaridade média (em anos); (2) porcentagem de pessoas com menos de quatro anos de estudo; (3) porcentagem de pessoas com menos de oito anos de estudo; e (4) porcentagem de pessoas com onze ou mais anos de estudo. Esses indicadores não requerem maiores comentários. Os de número 2 e 3 avaliam o acesso, no passado, dos adultos ao ensino fundamental e o de número 4 indica a proporção de pessoas com alguma educação superior.

O trabalho está organizado em três partes. A primeira compara a evolução educacional do Rio de Janeiro e das onze outras maiores cidades capitais do país entre 1991 e 2000. A seguir, é examinada, para o mesmo período, a evolução, na cidade, das desigualdades educacionais entre grupos de sexo, cor e estratos de renda. Finalmente, são avaliadas as disparidades educacionais internas da cidade no ano 2000, levando em conta três níveis de desagregação espacial: grandes Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros ou Grupos de Bairros.

## **2. A evolução educacional entre 1991 e 2000: Rio de Janeiro e onze grandes cidades do país<sup>41</sup>**

Esta seção destina-se a avaliar a evolução educacional do município do Rio de Janeiro no período intercensitário 1991-2000 em relação às outras onze grandes capitais do Brasil. Essa avaliação é feita com base nas oito dimensões educacionais relativas às populações infantil e adulta das cidades, tal como definidas na Introdução. A informação referente aos oito indicadores básicos usados neste trabalho é complementada pelos dados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) de 2001.

O Rio de Janeiro tem ocupado uma posição de destaque no panorama educacional do país ao longo das últimas décadas. Uma indicação sintética dessa liderança educacional é dada pelo componente educacional do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM-E), obtido a partir da taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos e mais de idade e da taxa bruta de frequência escolar. Considerando as doze maiores cidades em 1980 o Rio de Janeiro ocupava o segundo lugar nesse índice, atrás de Porto Alegre. Em 1991 continuava ocupando essa segunda

---

<sup>41</sup> Agradeço ao Prof. Creso Franco, do Departamento de Educação da PUC-RJ, que gentilmente gerou e cedeu os dados do SAEB 2001 para as 12 grandes cidades, usados nesta seção.

posição, passando em 2000 para o quarto lugar, atrás de Porto Alegre, Curitiba e Brasília.

Descontando os possíveis efeitos de movimentos migratórios (cariocas saindo da cidade e não cariocas migrando para ela), os níveis educacionais atuais da população adulta do Rio de Janeiro estão determinados fundamentalmente pelo funcionamento do sistema educacional da cidade nas décadas passadas. Por sua vez, as oportunidades educacionais oferecidas hoje à população infantil da cidade constituem o principal determinante do perfil educacional da população adulta do futuro mais ou menos próximo. É aqui que se decide se o Rio de Janeiro continuará a manter ou não uma posição de liderança educacional no país.

Esta consideração nos leva a examinar em separado a evolução dos indicadores educacionais das populações adulta e infantil do Rio de Janeiro e das onze maiores cidades do país entre 1991 e 2000, começando pelos adultos. Uma maneira simples de comparar a evolução do Rio de Janeiro e das outras cidades no período reside no cotejo dos ganhos registrados por essas cidades nesse período intercensitário nos diferentes indicadores. Os dados necessários para isso figuram nas Tabelas 1 e 2, anexas.

Entre 1991 e 2000 a porcentagem de analfabetos na população de 15 anos e mais de idade no Rio de Janeiro cai de 5,7% para 4,1%, com um ganho percentual de 1,6 p.p. Esse ganho, junto com o de Porto Alegre (também de 1,6 p.p.) é o menor de todas as cidades. O fato de Rio e Porto Alegre estarem, em 1991, mais perto da eliminação total do analfabetismo poderia explicar a velocidade menor do progresso. Inversamente, as capitais do Nordeste – Fortaleza, Recife e Salvador – que apresentavam as taxas de analfabetismo mais altas no momento inicial, são as que conseguem os maiores ganhos no período, superiores a 3,5 p.p.

Em 1991 a escolaridade média da população de 25 anos e mais do Rio de Janeiro (7,7 anos) era a segunda mais elevada, depois de Porto Alegre (8,1 anos). Entre esse ano e 2000 a média da cidade aumenta 0,7 ano, sendo esse o menor crescimento das doze cidades. Isto significa que tanto cidades relativamente mais pobres, como as capitais do Norte e Nordeste, e outras mais ricas, como as capitais do Sudeste, Sul e Brasília e Goiânia, tiveram melhor desempenho que o Rio de Janeiro nesta dimensão. Algo semelhante ocorre com os indicadores relativos à proporção de pessoas de 25 anos e mais com menos de quatro e oito anos de estudo: as reduções do tamanho proporcional desses grupos no Rio de Janeiro entre 1991 e 2000 são de 3,2 p.p. e 6,3 p.p., as menores das doze cidades consideradas (ver Tabelas 1 e 2). Isto significa uma diminuição da vantagem que o Rio de Janeiro mostrava no acesso ao ensino fundamental. Finalmente, o desempenho do Rio de Janeiro melhora algo em

matéria de pessoas com alguma educação superior, ao ampliar a proporção delas de 18,4% em 1991 para 20,9% em 2000, com um aumento de 2,5 p.p. Neste caso, a melhoria do Rio é superada por outras cinco cidades, coincidentemente as capitais dos estados relativamente mais desenvolvidos: Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Porto Alegre e São Paulo. O crescimento percentual do Rio nesta dimensão supera o de Brasília e o das capitais do Norte e Nordeste.

As Tabelas 3 e 4 (anexas) apresentam o ordenamento das doze grandes cidades nos diferentes indicadores educacionais em 1991 e 2000, respectivamente. Nelas podemos constatar que o Rio de Janeiro se encontra, nos dois anos, em terceiro lugar no que se refere à proporção de analfabetos de 15 anos e mais de idade, sendo superada por Porto Alegre e Curitiba. Em termos de escolaridade média dos adultos, o Rio estava, em 1991, em segundo lugar, atrás de Porto Alegre; em 2000 cede esse lugar a Curitiba, passando para a terceira colocação. Nos indicadores de acesso ao ensino fundamental – adultos com menos de quatro e menos de oito anos de estudo – o Rio ocupa o segundo lugar nos dois anos, atrás de Porto Alegre. Por último, no que se refere à proporção de adultos com algum ensino superior, o Rio de Janeiro passa da segunda para a terceira posição entre esses anos, cedendo, em 2000, a segunda colocação para Curitiba.

Esses ordenamentos permitem concluir que, no contexto dessas grandes cidades brasileiras, o Rio de Janeiro continua ocupando um lugar de destaque em matéria de educação de adultos. Somente Porto Alegre e/ou Curitiba superam o desempenho da cidade. Contudo, como vimos acima, a velocidade das melhorias educacionais observadas no período 1991-2000 foi, em vários casos, mais lenta que a de outras grandes cidades. A vantagem educacional da população adulta carioca poderá ficar ameaçada se essa maior lentidão for mantida nos próximos anos.

Passando à consideração das oportunidades educacionais da população infantil, examinamos, em primeiro lugar, a cobertura escolar das crianças de 5 e 6 anos de idade. O indicador desta dimensão apresenta um dado aparentemente anômalo. A porcentagem de crianças dessas idades na escola nas três capitais do Nordeste – Fortaleza, Recife e Salvador – supera amplamente a das capitais do Sudeste e Sul do país. A anomalia reside em que a superioridade das capitais nordestinas nesta dimensão não se traduz em bons resultados nas outras duas dimensões da educação infantil, nas quais essas capitais apresentam desempenhos muito inferiores. No que se refere ao Rio de Janeiro, entre 1991 e 2000 a cidade aumenta em 24,8% a proporção de crianças de 5 e 6 anos na escola, sendo que este ganho percentual é superado por cinco das outras grandes cidades (Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba e São Paulo) (ver Tabelas 1 e 2). Em termos do ordenamento das cidades neste indicador

(Tabelas 3 e 4), entre 1991 e 2000 o Rio de Janeiro passa do quarto para o terceiro lugar, superando, nos dois anos, as demais cidades do Sudeste, Sul e Centro Oeste.

Este desempenho relativamente bom na ampliação do acesso à escola das crianças em idade pré-escolar não é repetido nas outras duas dimensões da educação infantil. Entre as duas datas consideradas a porcentagem de crianças em idade de escolaridade obrigatória, de 7 a 14 anos, aumenta, na cidade, de 91,9 para 96,8%, com um ganho percentual de 4,9 p.p. Esse ganho é inferior ao de todas as outras onze cidades consideradas, em que se destacam casos como os de Manaus, Fortaleza e Salvador, com ganhos superiores aos 8 p.p. O fraco desempenho do Rio neste indicador faz com que a cidade caia, entre 1991 e 2000, do terceiro para o sexto lugar no ordenamento das doze cidades. Cabe destacar que esta queda no posicionamento está associada a uma diferença percentual muito pequena com relação às cidades melhor situadas. Em 2000, a diferença entre a cidade melhor situada, Goiânia (97,8%), e o Rio de Janeiro (96,8%) era de apenas 1 p.p. Neste caso, bastariam algumas medidas positivas de política educacional para a cidade recuperar o terreno perdido e voltar a ocupar os primeiros lugares neste indicador de acesso ao ensino fundamental, que já aponta para a universalização.

Mais preocupante é a situação do Rio de Janeiro no que diz respeito ao atraso escolar, dimensão que atenta para as melhorias do fluxo escolar. Entre 1991 e 2000 a cidade consegue reduzir a porcentagem de crianças de 10 a 14 anos de idade com mais de um ano de atraso escolar de 41,6 para 25,3%. Contudo, esse ganho não desprezível, de 16,3 p.p., é superado por sete das outras grandes cidades, com destaque para cidades como Belo Horizonte, Fortaleza, Goiânia e Brasília, que experimentam ganhos superiores a 21 p.p. Em termos de ordenamento das cidades, o Rio de Janeiro, que ocupava em 1991 o pouco confortável quinto lugar – atrás de Curitiba, Porto Alegre, São Paulo e Brasília – cai para a sétima posição em 2000, sendo superada por todas as capitais das regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste. Neste caso, a distância percentual entre a cidade melhor colocada - Curitiba - e o Rio é relativamente grande: 11 p.p. em 1991 e 11,1 p.p. em 2000. Esta situação parece demandar a adoção, no curto prazo, de medidas corretivas destinadas a melhorar a rapidez do fluxo escolar.

Analisamos até agora o desempenho comparativo do Rio de Janeiro em termos de três indicadores relativos às oportunidades educacionais da população infantil. Dois deles referem-se ao acesso ao sistema de ensino – crianças de 5 e 6 anos e de 7 a 14 anos de idade na escola – enquanto o terceiro diz respeito à velocidade da progressão escolar. Nenhum desses três indicadores faz referência direta ao aprendizado efetivo feito pelas crianças nas suas trajetórias escolares. Afortunadamente, os resultados do

Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) nos permitem introduzir esta dimensão do processo de escolarização formal. Na direção contrária aos resultados anteriores, pouco favoráveis, nesta dimensão o Rio de Janeiro volta a ocupar uma posição de destaque.

A Tabela 5 apresenta os resultados do SAEB 2001, com os escores da proficiência média em matemática e português dos alunos das 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries do Rio de Janeiro e das onze maiores cidades do país. Os números entre parênteses da tabela indicam o ordenamento das cidades em cada uma das quatro provas. Como pode ser observado diretamente na tabela, no teste de matemática da 4<sup>a</sup> série o Rio ocupa o terceiro lugar, atrás de Belo Horizonte e de Brasília. Na prova de português da 4<sup>a</sup> série a cidade está em segundo lugar, perdendo apenas para Belo Horizonte. Nos testes de português e matemática da 8<sup>a</sup> série o Rio ocupa novamente o segundo lugar, perdendo, neste caso, apenas para Curitiba.

**Tabela 5**  
**SAEB 2001: Proficiência média em matemáticas e português dos alunos das 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries, Rio de Janeiro e 11 maiores Cidades do País**

Cidade	Matemática 4 <sup>a</sup> série	Português 4 <sup>a</sup> série	Matemática 8 <sup>a</sup> série	Português 8 <sup>a</sup> série
Manaus*	169,14 (11)	164,65 (9)	224,63 (12)	217,68 (12)
Belém**	167,84 (12)	164,33 (10)	246,13 (7)	245,07 (6)
Fortaleza	178,05 (8)	169,22 (8)	238,08 (10)	232,31 (10)
Recife	172,57 (9)	164,14 (12)	236,43 (11)	229,20 (11)
Salvador	179,75 (10)	164,21 (11)	239,09 (9)	232,72 (9)
Belo Horizonte	205,08 (1)	191,48 (1)	260,90 (4)	252,05 (4)
Rio de Janeiro	197,19 (3)	189,56 (2)	262,25 (2)	253,15 (2)
São Paulo	189,07 (6)	178,87 (6)	245,65 (8)	235,72 (8)
Curitiba	195,11 (4)	182,92 (5)	274,03 (1)	261,65 (1)
Porto Alegre	190,04 (5)	182,97 (4)	255,74 (5)	252,53 (3)
Goiânia	183,06 (7)	173,75 (7)	248,24 (6)	244,74 (7)
Brasília	197,52 (2)	185,65 (3)	257,57 (4)	249,11 (5)

Fonte: Microdados do SAEB 2001.

\* Para as 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries as estimativas referem-se apenas às escolas públicas (subestima proficiência média).

\*\* Para a 8<sup>a</sup> série as estimativas excluem as escolas municipais (superestima proficiência média).

Em síntese, no período intercensitário 1991-2000 o Rio de Janeiro melhorou seus indicadores educacionais relativos à população infantil, mas o ritmo dessas melhorias tendeu a ser mais lento que o das outras grandes cidades do país, o que poderia ameaçar a liderança educacional da cidade no futuro. Em compensação, os resultados mais recentes do SAEB indicam que, independentemente dos aspectos da

expansão quantitativa e da velocidade do fluxo escolar, a cidade ainda apresenta bons resultados em termos de qualidade de ensino.

### **3. A evolução das desigualdades educacionais no Rio de Janeiro: sexo, cor e estratos de renda**

Nesta seção avaliamos a magnitude e a evolução das desigualdades educacionais entre grupos de gênero ou sexo, cor e estratos de renda no Rio de Janeiro no período intercensitário 1991-2000. Com o intuito de contextualizar essas disparidades na cidade, convém fazer referência à evolução das desigualdades educacionais entre esses grupos no Brasil como um todo no período mais recente.

No que se refere à situação educacional de homens e mulheres, deve-se notar que nas últimas duas décadas do século passado inverteu-se a vantagem educacional dos homens, com as mulheres ultrapassando os homens em matéria de realizações educacionais. Considerando as pessoas de 15 anos e mais de idade, em 1981 a escolaridade das mulheres era ligeiramente inferior à dos homens, com médias de 4,23 e 4,33 anos de estudo, respectivamente. Esta diferença refletia as desvantagens educacionais sofridas pelas mulheres em períodos anteriores daquele século. Em 1999 as médias de escolaridade de mulheres e homens eram de 6,3 e 6,0 anos de estudo, respectivamente. O melhor desempenho escolar feminino – mais acentuado nas coortes de idade mais jovens, que se beneficiaram da expansão recente do sistema educacional – pode ser associado à redefinição, no plano cultural, dos papéis sociais das mulheres, ao aumento de sua participação na força de trabalho e à menor pressão sobre as mulheres para o ingresso precoce no mercado de trabalho. As desigualdades sociais entre os gêneros deixariam, assim, de ser geradas na etapa formativa da educação formal, devendo ser procuradas em fases posteriores do ciclo de vida das pessoas. Este quadro educacional dos grupos de gênero permite antecipar, para o caso específico do Rio de Janeiro, um melhor desempenho feminino nas dimensões educacionais da população infantil e um encurtamento dos diferenciais educacionais da população adulta.

Em relação aos grupos de cor foi notado que, diferentemente das mulheres, a população não branca (pessoas de cor preta e parda), está sujeita a desvantagens em todas as etapas do ciclo de vida. Essas desvantagens começam na primeira infância (mortalidade infantil, mortalidade de menores de cinco anos, acesso à pré-escola), passam pela etapa de escolarização formal (maior atrito nas trajetórias escolares), manifestando-se também nas formas de inserção no mercado de trabalho e na distribuição de renda (Silva e Hasenbalg, 1992; Hasenbalg, Silva e Lima, 1999). Trabalhos recentes têm atribuído destaque especial ao acesso desigual dos grupos de

cor à educação formal. Hasenbalg e Silva (1999), analisando a mobilidade ocupacional intergeracional dos grupos de cor, mostram que as diferenças nos retornos ocupacionais dos investimentos em educação são relativamente modestas quando comparadas com as diferenças na realização educacional de brancos e não-brancos, qualquer que seja o estrato social de origem das pessoas. Os autores concluem: “Assim, a questão educacional parece estar se constituindo no nó górdio das desigualdades raciais em nosso país” (*idem*:229). Na mesma direção, Soares (2000), em um exercício de decomposição do diferencial de rendimentos entre grupos de cor e sexo, mostra que as diferenças de qualificação, aferidas pelos anos de estudo constituem o fator de maior peso na explicação do diferencial de renda entre brancos e não brancos. Consideremos um período semelhante ao dos grupos de gênero para registrar a desigualdade educacional entre grupos de cor no conjunto do país. Em 1976 a escolaridade média da população branca era 1,8 ano maior que a dos não brancos, apresentando 4,5 e 2,7 anos de estudo, respectivamente. Em 1999 essas mesmas médias eram de 7,0 e 4,9 anos de estudo, elevando-se a diferença, em termos absolutos, para 2,1 anos. Contudo, a diferença relativa entre os grupos de cor diminuiu, já que a média de escolaridade dos não brancos, que representava 60% da dos brancos em 1976, passa a ser de 70% em 1999. Pode-se, portanto, concluir que ocorreu nesse período uma ligeira convergência educacional entre brancos e não brancos. Todavia, as diferenças educacionais entre os grupos de cor não serão eliminadas até que ocorra uma igualação das oportunidades de acesso de brancos e não brancos aos níveis de ensino mais elevados. Em data recente, 1999, a proporção de jovens de 15 a 19 anos que cursavam regularmente o ensino médio era 37,3% para brancos e 21,8% para os não brancos. A desigualdade de acesso ao ensino superior era muito mais acentuada. No grupo de 20 a 24 anos de idade a proporção dos que cursavam o ensino superior era de 12,4% entre os brancos e 2,9% entre os não brancos.

A partir destas informações podemos concluir que a dinâmica educacional dos grupos de gênero e dos grupos de cor observa padrões bem diferenciados. Hoje o número de mulheres matriculadas no ensino médio e superior supera significativamente o de homens nesses níveis de ensino. Isto permite prever que a vantagem educacional das mulheres continue se ampliando no futuro. A lenta convergência educacional entre brancos e não brancos obedece a uma ampliação mais rápida da participação dos não brancos nos níveis elementares de ensino, sendo mantida a sua exclusão relativa dos níveis de ensino mais elevados.

A seguir, cabe examinar a evolução das desigualdades educacionais entre estratos de renda no Brasil como um todo. Observou-se, neste caso, uma diminuição significativa dessa desigualdade nas duas últimas décadas do século passado. Em

1981 a diferença educacional das pessoas de 15 anos e mais de idade dos quintos superior e inferior de renda familiar *per capita* era enorme, cabendo ao primeiro uma média de anos de estudo 4,4 vezes maior do que a do último, com 7,6 e 1,7 anos, respectivamente. A partir dessa data e até 1999, o crescimento educacional é inversamente proporcional ao nível de renda. Assim, por exemplo, entre essas datas a média do quinto mais pobre cresce 94%, de 1,7 para 3,3 anos, enquanto a do quinto mais rico cresce apenas 27%, passando de 7,6 para 9,6 anos de estudo. Com isso a diferença entre os estratos mais alto e mais baixo cai de 4,4 para 2,9 vezes, mesmo quando o grau de desigualdade continua elevado. O aumento do nível educacional e a diminuição da desigualdade parecem obedecer a duas ordens de fatores. A primeira, de caráter extra-escolar, diz respeito à melhoria das condições de vida das famílias, decorrentes da urbanização e da transição demográfica (por exemplo, diminuição do tamanho das famílias e menor número de filhos). A segunda relaciona-se a mudanças endógenas do sistema educacional (Silva e Hasenbalg, 2000). Exemplo destas últimas seria a expansão da pré-escola e das classes de alfabetização, assim como as políticas de “correção de fluxo”, que aumentam as taxas de promoção dentro do ensino fundamental (Silva, 2002). Esta evolução permite pensar que os estratos de baixa renda tenham se beneficiado de um aumento mais rápido na sua participação nos níveis inferiores do sistema educacional (ensino fundamental), deslocando-se as desigualdades de acesso e progressão escolar para níveis mais elevados de ensino.

As considerações precedentes devem ajudar na leitura e interpretação dos indicadores educacionais dos grupos de gênero, cor e estratos de renda do Rio de Janeiro em 1991 e 2000. A Tabela 7 apresenta esses indicadores para os grupos de gênero e cor, distinguindo os que se referem às populações infantil e adulta.

Começando com a população infantil segundo o gênero, as porcentagens de meninos e meninas, tanto de 5 e 6 anos como das de 7 a 14 anos, na escola são muito próximas, não havendo vantagem para um ou outro gênero. A proporção de crianças de 5 e 6 anos na escola, homens e mulheres, aumenta significativamente de quase 60% em 1991 para 84% em 2000. Dado que a maioria dessas crianças se encontra na pré-escola e somente uma pequena minoria já está cursando a primeira ou segunda série do ensino fundamental, pode se concluir que a cobertura da pré-escola nessa faixa etária experimentou um avanço substancial na década. Partindo de um patamar avançado de 92% em 1991, a porcentagem de crianças, homens e mulheres, de 7 a 14 anos de idade na escola progride para 96,8% em 2000, aproximando-se à completa universalização do acesso ao ensino fundamental. A vantagem feminina na população infantil aparece no terceiro indicador considerado, referente à proporção de crianças com mais de um ano de atraso escolar. Ele indica a velocidade de progressão escolar e leva em conta tanto a idade de ingresso na escola como a repetência de

séries escolares e o eventual abandono temporário da escola. Em ambos os anos a porcentagem de meninos com atraso escolar é maior que o das meninas (homens com 46% em 1991 e 28,4% em 2000, mulheres com 37,1% e 22,1% nos mesmos anos). A diminuição do atraso dos dois grupos entre essas datas configura um progresso significativo na velocidade de progressão escolar na década de 1990. Por outro lado, a razão das probabilidades de estar com atraso escolar, que era 1,24 vez maior para os meninos em 1991, aumenta para 1,28 vez em 2000, ampliando ligeiramente a vantagem das meninas.

**Tabela 7**  
**Indicadores de educação, total, por gênero e cor Rio de Janeiro: 1991-2000**

Faixas selecionadas de idade	Ano	Ñ				Total
		Homens	Mulheres	Branços	Branços	
% crianças de 5 e 6 anos na escola	1991	59,5	59,4	66,2	51,8	59,5
	2000	84,1	84,4	87,8	80,8	84,3
% crianças de 7 a 14 anos na escola	1991	91,7	92,2	94,6	90	91,9
	2000	96,8	96,8	97,6	96	96,8
% crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	1991	46,0	37,1	30,3	54,5	41,6
	2000	28,4	22,1	18,1	33,4	25,3
% pessoas de 15 anos e mais analfabetas	1991	4,7	6,7	3,8	8,8	5,7
	2000	3,6	4,5	2,8	6,0	4,1
Escolaridade média das pessoas de 25 anos e mais	1991	8,2	7,3	8,7	6,1	7,7
	2000	8,7	8,2	9,4	6,9	8,4
% pessoas de 25 anos e mais com menos de 4 anos de estudo	1991	14,8	20,1	12,8	25,4	17,7
	2000	13,1	15,7	10,8	20,4	14,5
% pessoas de 25 anos e mais com menos de 8 anos de estudo	1991	41,9	49,3	37,4	59,9	46,0
	2000	37,3	41,7	31,8	52,2	39,7
% pessoas de 25 anos e mais com mais de 11 anos de estudo	1991	21,6	15,7	25,0	7,2	18,4
	2000	22,9	19,3	28,6	8,6	20,9

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000.

Nota: Não brancos é a soma de pessoas de cor preta e parda; amarelos, indígenas e sem declaração de cor excluídos.

Passando ao exame das dimensões educacionais da população adulta, o primeiro e mais importante dos resultados é o comportamento muito semelhante de todos os indicadores considerados. Por um lado, qualquer que seja o indicador, tanto

em 1991 como em 2000 os homens se encontram em uma situação educacional mais favorável que as mulheres. Por outro lado, os progressos observados pelas mulheres em todos esses indicadores superam o dos homens (ver Tabela 7). Exemplificando, entre as pessoas de 15 anos e mais de idade a porcentagem de analfabetos entre os homens nos dois anos é menor que o das mulheres (4,7 e 3,6% contra 6,7 e 4,5%), mas a diminuição do analfabetismo entre 1991 e 2000 é de 1,1 p.p. nos homens e 2,2 p.p. nas mulheres. A escolaridade média das pessoas de 25 anos e mais dos homens superava a das mulheres em 1991 e 2000, mas entre as duas datas o crescimento dessa escolaridade foi de 0,5 ano para os homens e 0,9 ano para as mulheres. O mesmo padrão é registrado entre as pessoas sem acesso ao ensino fundamental completo, cujas proporções eram, em 1991 e 2000, de 41,9 e 37,3% entre os homens e 49,3 e 41,7% entre as mulheres, com o que a diminuição percentual foi de 4,6% e 7,6%, respectivamente. Por último, a tabela mostra que enquanto o aumento da proporção de homens com alguma educação superior na década foi de apenas 1,3%, entre as mulheres o aumento chegou a 3,6%. Estes resultados são consistentes com o observado no país como um todo em relação ao melhor desempenho educacional das mulheres no período mais recente. Eles também permitem antecipar que, mantido o ritmo diferencial de progresso educacional dos dois gêneros, em um prazo relativamente breve – digamos, no final da presente década – as mulheres da cidade do Rio de Janeiro terão ultrapassado aos homens em matéria educacional.

Diferente é a situação dos grupos de cor no Rio de Janeiro, em que a população branca apresenta uma clara vantagem educacional sobre os não brancos e no qual a tendência a diminuir as desigualdades ou é muito mais lenta ou simplesmente não existe, dependendo da dimensão considerada e a forma de avaliar os progressos no período 1991-2000.

Começando com os indicadores de freqüência escolar da população infantil, a porcentagem de crianças brancas de 5 e 6 anos na escola aumenta na década em 21,6% (de 66,2 para 87,8%), enquanto as crianças não brancas experimentam um aumento maior, de 29% (passando de 51,8 para 80,8%). Por sua vez, a proporção de crianças de 7 a 14 anos na escola aumenta de 94,6 para 97,6% entre os brancos e de 90 para 96% entre os não brancos. Também neste caso o aumento proporcional dos não brancos (6%) foi maior que o dos brancos (3%). Pode-se concluir que nesta dimensão de acesso à escola de crianças de idades pré-escolar e de escolaridade obrigatória houve não só progressos significativos como uma tendência clara à diminuição da desigualdade. Também nas proporções de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar encontramos que o ganho percentual dos não brancos, de 21,1%, é maior que os 12,2% dos brancos. Contudo, as chances relativas de estar com atraso escolar, que em 1991 era 1,80 vezes maiores (54,5/30,3) para os

não brancos, aumentam ligeiramente para 1,84 vezes em 2000 (33,4/18,1). Neste caso, o diagnóstico é mais ambíguo, já que o avanço dos não brancos em termos absolutos não diminui as chances relativas de estar com atraso escolar superior a um ano. Neste particular, crianças brancas e não brancas experimentaram uma melhoria significativa no seu ritmo de progressão escolar, mas a distância relativa entre os dois grupos não diminuiu.

Passando ao exame das dimensões educacionais da população adulta, nota-se, em primeiro lugar, que a diminuição percentual do analfabetismo entre as pessoas de 15 anos e mais de idade é de 2,8% entre os não brancos (de 8,8 para 6%) e de 1% para os brancos (de 3,8 para 2,8%). Em 1991 a probabilidade dos não brancos serem analfabetos era 2,31 vezes maior que a dos brancos; em 2000 essa razão cai ligeiramente para 2,14. Uma diminuição também pequena da disparidade é notada na escolaridade média das pessoas de 25 anos e mais de idade. Em 1991 a média de anos de estudo dos não brancos representava 70,1% da dos brancos (6,1/8,7), passando essa cifra para 73,4% em 2000 (6,9/9,4). Resultado semelhante é observado entre os adultos que não chegaram a completar o antigo primário. Em 1991 a probabilidade dos não brancos terem menos de quatro anos de estudo era 1,98 vezes maior que a dos brancos (25,4/12,8), com essa razão diminuindo para 1,88 em 2000 (20,4/10,8). Já as chances relativas de os não brancos não terem acesso ao ensino fundamental completo eram 1,6 vezes maiores que as dos brancos (59,9/37,4) em 1991, aumentando neste caso para 1,64 em 2000 (52,2/31,8). Como era de se esperar, a dimensão educacional de adultos que apresenta maiores desigualdades entre os grupos de cor é a daqueles que têm acesso a algum estudo superior. Em 1991 a porcentagem de brancos e não brancos com mais de onze anos de estudo era de 25% e 7,2%, respectivamente. No ano 2000 essas mesmas proporções sobem para 28,6% e 8,6%. Desta forma, no primeiro ano os brancos tinham 3,47 vezes mais chances de contar com algum estudo superior, passando essa razão para 3,32 em 2000. Em resumo, no período 1991-2000 – quando se acelera a expansão do sistema educacional do país e novas políticas educacionais são adotadas para melhorar o seu desempenho e qualidade – a elevação dos patamares educacionais beneficiou tanto a população branca como a não branca. Contudo, a melhoria dos indicadores educacionais teve um efeito muito tênue ou nulo na diminuição da distância educacional relativa entre esses dois grupos de cor. A única exceção a destacar refere-se à frequência escolar da população infantil.

Por último, avaliamos a desigualdade educacional entre estratos de renda no Rio de Janeiro no mesmo período 1991-2000. Esses estratos foram definidos em termos de quartos de renda domiciliar *per capita* (RDPC). Tratando-se de quatro grupos de igual tamanho, optamos por utilizar o coeficiente de variação (CV) – medida de dispersão

relativa – para avaliar a evolução das disparidades educacionais entre esses grupos. A Tabela 8 apresenta os dados dos oito indicadores relativos às populações infantil e adulta da cidade.

**Tabela 8**  
**Indicadores de educação, por quartos de renda familiar**  
**per capita, Rio de Janeiro: 1991-2000**

Faixas selecionadas de idade	Ano	1º Quarto	2º Quarto	3º Quarto	4º Quarto	C. V.
% crianças de 5 e 6 anos na escola	1991	43,4	60,1	73,3	80,8	0,255
	2000	75,6	86,6	94,0	98,0	0,111
% crianças de 7 a 14 anos na escola	1991	86,6	93,3	95,9	97,2	0,050
	2000	95,2	97,6	98,5	99,2	0,018
% crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	1991	61,0	43,2	28,2	13,3	0,565
	2000	39,0	23,3	14,0	7,1	0,662
% pessoas de 15 anos e mais analfabetas	1991	12,3	7,3	3,6	0,9	0,799
	2000	8,8	5,8	2,5	0,6	0,821
Escolaridade média das pessoas De 25 anos e mais	1991	4,6	5,9	7,7	11,2	0,386
	2000	5,5	6,5	8,3	11,8	0,343
% pessoas de 25 anos e mais com menos de 4 anos de estudo	1991	35,1	23,8	13,7	4,3	0,674
	2000	27,8	20,9	11,4	3,5	0,672
% pessoas de 25 anos e mais com menos de 8 anos de estudo	1991	74,6	61,5	42,9	17,3	0,500
	2000	66,7	54,9	36,8	13,8	0,672
% pessoas de 25 anos e mais com mais de 11 anos de estudo	1991	2,1	4,1	13,1	44,3	1,209
	2000	2,6	4,3	14,2	49,9	1,240

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000.

No que se refere à dimensão de freqüência à escola das crianças de 5 e 6 anos e de 7 a 14 observam-se melhorias em todos os estratos de RDPC, sendo maiores os ganhos dos estratos de renda mais pobres. Chama a atenção, por exemplo, o ganho percentual da freqüência escolar das crianças de 5 e 6 anos dos estratos mais pobres de RDPC, de 32,1% no primeiro quarto e 26,4% no segundo, enquanto nos dois quartos mais ricos os ganhos são inferiores a 20%. Entre as crianças de 7 a 14 anos de idade os ganhos percentuais na freqüência à escola são menores, já que todos os grupos se encontravam, em 1991, mais perto do nível de saturação ou situação ideal

de 100% na escola. Mesmo assim, as crianças dos quartos de renda inferiores obtêm ganhos percentuais maiores que os dos quartos mais ricos. Por exemplo, no primeiro quarto o aumento percentual da frequência é de 8,5%, enquanto no quarto mais rico, que em 1991 já se encontrava perto da universalização, com 97% das crianças na escola, o ganho percentual é de apenas 2,2%. Entre as crianças de 5 e 6 anos o CV diminui de 0,255 para 0,111, havendo também uma diminuição dessa medida entre as crianças de 7 a 14 anos, de 0,050 para 0,018. Houve assim uma diminuição da disparidade das chances relativas das crianças dos diferentes estratos de renda estarem freqüentando a escola. O quadro é algo diferente no caso das crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar. Por um lado, notamos uma significativa redução desse atraso nos dois quartos de renda inferiores, de aproximadamente 20%, sendo esse percentual menor nos dois quartos mais ricos (ver Tabela 8). Ao mesmo tempo, nossa medida de disparidade relativa aumenta de 0,565 em 1991 para 0,662 em 2000. Houve, então, um progresso considerável no ritmo de progressão escolar das crianças de todos os estratos de renda, mas a disparidade nas chances relativas de estar com atraso escolar aumentou ligeiramente.

No que se refere à população adulta, nota-se uma melhoria nos valores absolutos de todos os indicadores, beneficiando todos os estratos de renda. Contudo, nossa medida de disparidade, o CV, que afere as chances relativas dos quartos de RDPC, mostra variações relativamente pequenas, aumentando em alguns casos e diminuindo em outros. No caso do analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais, apesar dos dois quartos de renda inferiores experimentarem uma redução percentual maior que a dos quartos mais ricos, o CV mostra um pequeno aumento de 0,799 em 1991 para 0,821 em 2000, mostrando que as disparidades relativas nas chances de ser analfabeto dos estratos de renda não diminuíram. O contrário ocorre com a escolaridade média dos adultos, em que a medida de disparidade diminui ligeiramente de 0,386 em 1991 para 0,343 em 2000. Outra forma de ver essa pequena melhoria é através da razão dos anos de estudo dos estratos extremos. Em 1991 a média de anos de estudo dos adultos do quarto mais pobre representava 41,1% da do quarto mais rico (4,6/11,2), aumentando essa razão para 46,6% em 2000 (5,5/11,8). As disparidades na proporção de pessoas que não completaram o antigo primário permanecem praticamente sem modificações, com um CV de 0,674 em 1991 e 0,672 em 2000. Já a distribuição das chances relativas de não completar o ensino fundamental sofreu uma piora entre 1991 e 2000, com o CV aumentando significativamente de 0,500 para 0,672. Visto de outra maneira, em 1991 os adultos do quarto mais pobre tinham uma probabilidade 4,1 vezes maior que os do quarto mais rico de não completarem oito anos de estudo, aumentando essa razão para 4,8 vezes em 2000. Por último, constatamos que a maior desigualdade entre os estratos de renda ocorre no acesso ao

ensino superior. É nesta dimensão que a medida de disparidade atinge seus valores mais elevados, de 1,209 em 1991 e 1,240 em 2000. Para ilustrar a enorme desigualdade no acesso a este nível de ensino basta registrar, a esse respeito, que no ano 2000 metade dos adultos do quarto de RDPC mais rico contavam com algum ensino superior, enquanto essa porcentagem apenas chegava a 2,6% no quarto mais pobre.

#### **4. A disparidade interna da Cidade do Rio de Janeiro<sup>42</sup>**

Nesta seção procuramos avaliar a magnitude das disparidades nas dimensões que formam as condições educacionais da cidade e identificar alguns padrões espaciais. Esta análise se refere ao período mais recente e está baseada nos dados do Censo Demográfico de 2000. A avaliação da diversidade educacional interna da cidade utiliza três níveis de desagregação espacial: 5 grandes Áreas de Planejamento (APs); 31 Regiões Administrativas (RAs); e 126 Bairros ou Grupos de Bairros, que constituem uma aproximação aos bairros existentes na cidade. Procuramos também identificar como as disparidades educacionais se estruturam em termos dos indicadores de educação infantil relativamente aos indicadores de educação da população adulta. Utilizamos o coeficiente de variação (CV) como medida de dispersão ou disparidade entre APs, RAs e Bairros ou Grupos de Bairros. Note-se que o CV foi calculado a partir da média não ponderada dos três níveis de unidades. Por desconsiderar as diferenças de tamanho entre as APs, RAs e Bairros ou Grupos de Bairros, ele deve ser apenas interpretado como indicador de tendências.

##### **4.1. Disparidades entre áreas de planejamento**

Nesta parte a cidade é dividida em cinco grandes Áreas de Planejamento. Para cada área registramos oito indicadores educacionais, sendo três relativos à população infantil e cinco à população adulta. Procuramos, primeiro, indicar a magnitude das disparidades, mostrando quais dimensões educacionais apresentam maior dispersão espacial. Em segundo lugar, observamos se a ordenação das áreas em cada um dos indicadores é geral ou depende da dimensão educacional considerada.

Como pode ser observado na Tabela 9, o tamanho das disparidades varia segundo o indicador considerado, sendo elevado em alguns e reduzido em outros. Dois padrões podem ser destacados. Primeiro, as disparidades espaciais nos indicadores educacionais da população infantil são menores que as disparidades espaciais na

---

<sup>42</sup> Esta seção seguiu em parte o roteiro metodológico de trabalho anterior sobre o tema de Barros, Mendonça e Freguglia (2001)

situação educacional da população adulta. Segundo, no que se refere à população adulta, a maior disparidade é encontrada entre aqueles que contam com alguma educação superior (mais de onze anos de estudo). Isto significa que a população com baixa educação está melhor distribuída na cidade do que a população mais educada.

**Tabela 9**  
**Indicadores de Educação, por Área de Planejamento Rio de Janeiro: 2000**

Faixas selecionadas de idade	Área de Planejamento					
	AP-1	AP-2	AP-3	AP-4	AP-5	C.V.
Crianças de 5 a 6 anos de idade						
Porcentagem de crianças na escola	86,8	88,9	84,4	83,7	82,5	0,030
Crianças de 7 a 14 anos de idade						
Porcentagem de crianças na escola	96,6	97,3	96,5	96,3	97,1	0,004
Crianças de 10 a 14 anos de idade						
Porcentagem de crianças com mais de um ano de atraso escolar	28,5	18,2	25,5	23,9	28,0	0,167
Pessoas com 15 anos ou mais de idade						
Porcentagem de pessoas analfabetas	4,7	2,2	4,2	4,4	5,2	0,277
Pessoas com 25 anos ou mais de idade						
Escolaridade média (em anos)	7,8	11,1	7,9	9,0	7,0	0,186
Porcentagem de pessoas com menos de quatro anos de estudo	17,2	8,1	15,1	14,4	18,3	0,271
Porcentagem de pessoas com menos de oito anos de estudo	44,7	21,9	42,4	35,9	50,5	0,280
Porcentagem de pessoas com mais de onze anos de estudo	16,1	46,8	14,9	27,6	7,7	0,676

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Com relação ao primeiro padrão, nota-se que as disparidades espaciais nas oportunidades de educação infantil são bastante reduzidas, especialmente na proporção de crianças de 5 e 6 anos de idade na escola (CV 0,030, com valores máximo e mínimo de 88,9% e 82,5% nas AP-2 e AP-5, respectivamente) e na proporção de crianças de 7 a 14 anos na escola (CV 0,004, com valores máximo e mínimo de 97,3% e 96,3% nas AP-2 e AP-4, respectivamente). A disparidade é maior na proporção de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar, chegando o CV a 0,167 e a diferença percentual a 9,8% entre a área mais rica, a AP-2, e a AP-5, a mais pobre, formada pela Zona Oeste do município. Todos os valores de dispersão dos indicadores de adultos são mais elevados que os da população infantil, chegando ao máximo do CV de 0,676 no caso da população com alguma educação superior.

Quanto ao segundo padrão, relativo à população adulta, nota-se que a disparidade espacial máxima encontra-se na população com alguma educação superior (CV 0,676). Este indicador varia desde quase a metade da população (46,8%) com mais de onze anos de estudo na AP-2 até um mínimo de 7,7% na AP-5 (Zona Oeste).

A segunda maior dispersão é a dos adultos que não completaram o ensino fundamental (CV 0,280), variando entre 22 e 50% nessas mesmas áreas.

Trabalho anterior (Barros, Mendonça e Freguglia, 2001, p.14) sugeriu três explicações não excludentes para estes resultados. Primeiro, eles podem estar mostrando o relativo sucesso da política educacional da cidade, que tende a igualar as oportunidades educacionais de crianças de áreas mais pobres, em que os pais têm menor escolaridade, com os de áreas mais ricas, em que os pais contam com mais escolaridade. Note-se que este efeito é mais acentuado no que se refere ao acesso à escola das crianças de 5 e 6 anos e das de 7 a 14 anos de idade. Já a diferença nas condições socioeconômicas entre as APs produz maior disparidade em relação ao atraso escolar. Segundo, esses resultados seriam condizentes com um cenário em que podem coexistir grandes diferenças na porcentagem da população adulta com acesso aos níveis mais elevados de educação com pequenas diferenças no acesso da população infantil à educação fundamental. Por último, esses resultados poderiam indicar a existência de um processo migratório educacionalmente seletivo. Adultos bem-sucedidos educacionalmente nas áreas mais pobres migrariam para áreas mais ricas, e os que fracassam nas áreas ricas migrariam para áreas mais pobres, sem que isto tenha impacto nas diferenças das oportunidades educacionais da população infantil.

A ordenação das áreas de planejamento segundo seu desempenho nas diferentes dimensões educacionais mostra que não há um padrão geral de ordenamento dessas áreas. Algumas delas apresentam desempenho bom em certos indicadores e posição ruim em outros. As duas exceções a esse padrão estão constituídas pelas AP-2 e AP-5. A AP-2, formada pela Zona Sul e as regiões da Tijuca e de Vila Isabel, as mais ricas da Zona Norte, detêm o primeiro lugar em todas as dimensões, tanto da população infantil como da população adulta. Por sua vez, a AP-5, Zona Oeste da cidade, ocupa o quinto lugar em quase todos os indicadores, com a exceção das crianças de 7 a 14 anos na escola e crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar, em que ocupa o segundo lugar. As outras três APs mostram um desempenho pouco consistente em seus indicadores educacionais. Por exemplo, a AP-1, formada pelo Centro da cidade e subúrbios próximos ocupa o segundo pior lugar em todos os indicadores da população adulta, mas os segundo e terceiro melhores lugares nos indicadores da população infantil. A situação inversa pode ser encontrada na AP-4 (Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Cidade de Deus), que está em segundo lugar em quatro dos indicadores da população adulta, mas cai para os últimos lugares nos relativos à população infantil. A AP-3, formada por doze Regiões Administrativas, incluindo aquelas dominadas por favelas (Jacarezinho, Complexo do Alemão e Maré) e outras mais prósperas, como Méier e Ilha do Governador, apresenta

um ordenamento variado em seus indicadores (de segundo a quarto lugar), com um desempenho melhor nos relativos à população adulta e pior nos da população infantil.

#### **4.2. Disparidades entre Regiões Administrativas**

A introdução das Regiões Administrativas permite aprofundar a análise da diversidade educacional do Rio de Janeiro. Nesta seção abordamos três temas principais: 1) avaliamos a magnitude das disparidades educacionais entre Regiões Administrativas, buscando indicar, como na seção anterior, se essas disparidades são menores nas oportunidades educacionais da população infantil do que na situação educacional da população adulta; 2) ordenamos as Regiões Administrativas segundo o desempenho nos indicadores educacionais, procurando detectar as rupturas espaciais existentes na cidade; e 3) tentamos distinguir quais Regiões Administrativas são mais ou menos bem-sucedidas em dispensar melhores oportunidades educacionais à população infantil, dadas as condições socioeconômicas prevalentes.

A Tabela 10 apresenta para as Regiões Administrativas os mesmos oito indicadores educacionais usados na seção anterior, relativos ao ano de 2000. No que se refere à população infantil, prestaremos especial atenção à porcentagem de crianças com mais de um ano de atraso escolar. A preferência por este indicador deve-se a que é o que apresenta a maior variação nas oportunidades educacionais que as RAs oferecem a sua população infantil (os valores percentuais oscilam entre 13,6% na RA de Botafogo e 45,7% na RA do Complexo do Alemão).

**Tabela 10**  
**Indicadores de educação, por Região Administrativa Rio de Janeiro: 2000**

Região administrativa	Faixas selecionadas de idade				Pessoas com 25 anos ou mais de idade			
	Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos na escola	Porcentagem de crianças de 7 a 14 anos na escola	Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	Porcentagem de pessoas de 15 ou mais analfabetas	Escolaridade média (em anos)	Porcentagem de pessoas com menos de quatro anos de estudo	Porcentagem de pessoas com menos de oito anos de estudo	Porcentagem de pessoas com mais de onze anos de estudo
Portuária	87,0	96,0	36,3	7,4	6,2	24,9	59,1	6,0
Centro	92,5	97,4	18,0	2,4	8,9	11,4	32,0	21,3
Rio Comprido	81,1	96,6	26,8	4,2	7,8	17,3	46,2	18,6
Botafogo	94,3	97,8	13,6	1,4	11,6	6,2	17,9	51,3
Copacabana	90,7	96,1	16,3	1,5	11,4	6,2	17,7	47,2
Lagoa	89,3	97,7	15,9	1,7	11,9	6,8	18,1	56,2
São Cristóvão	87,8	96,2	29,4	5,4	7,3	18,6	48,5	11,8
Tijuca	92,1	98,3	16,4	2,0	10,9	7,2	22,0	45,0
Vila Isabel	88,4	97,8	16,7	2,2	10,7	8,1	23,3	42,8
Ramos	80,9	96,7	26,3	4,2	7,8	15,3	43,8	14,5
Penha	84,6	96,4	26,1	4,6	7,5	16,6	46,0	11,4
Inhaúma	86,0	97,4	24,9	3,1	8,0	13,8	41,7	14,4
Méier	92,7	97,9	18,6	2,7	9,3	10,2	31,5	26,3
Irajá	87,0	96,7	19,4	2,8	8,4	11,8	37,3	16,3
Madureira	86,5	97,6	22,5	3,2	8,0	12,8	39,4	12,9
Jacarepaguá	84,1	96,7	24,9	4,6	8,5	15,0	38,5	21,0
Bangu	83,5	97,4	27,6	5,0	6,9	18,5	51,2	7,2
Campo Grande	80,5	97,4	25,9	4,5	7,3	16,7	46,8	9,1
Santa Cruz	84,0	96,3	31,6	6,4	6,3	21,4	57,6	4,2
Ilha do Governador	91,8	97,6	21,8	3,9	8,8	12,9	35,5	23,2

Anchieta	82,2	97,1	26,7	3,6	7,5	14,8	44,7	8,5
Santa Teresa	88,9	97,6	28,3	4,0	8,6	14,1	36,9	22,6
Barra da Tijuca	81,6	95,3	18,3	3,4	11,0	10,5	24,6	49,8
Pavuna	78,2	94,0	29,6	5,3	6,8	19,6	51,9	6,2
Guaratiba	74,8	95,3	35,3	9,3	5,9	26,8	61,8	5,0
Rocinha	72,2	94,0	45,0	12,1	4,9	37,3	74,2	3,0
Jacarezinho	83,0	95,9	35,4	7,8	5,6	26,5	65,6	1,9
Complexo do Alemão	68,2	94,1	45,7	10,9	5,0	33,8	70,4	1,7
Maré	70,5	92,0	41,8	10,5	5,2	32,2	70,3	2,5
Realengo	86,2	98,1	24,4	3,8	7,6	14,3	43,8	10,6
Cidade de Deus	86,7	95,4	33,5	6,4	6,1	27,0	59,9	2,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

Com relação ao primeiro tema, constata-se que tanto os indicadores da população infantil como os da população adulta mostram valores de dispersão mais elevados nas RAs do que nas APs. Por exemplo, a nossa medida de disparidade (CV) para a proporção de crianças com mais de um ano de atraso escolar é 0,167 nas APs e 0,315 nas RAs; já a disparidade na proporção de adultos com alguma educação superior aumenta de 0,676 nas APs para 0,894 nas RAs. Por outro lado, da mesma forma que nas APs, nas RAs as disparidades nos indicadores da população infantil são menores que nos indicadores da população adulta e, dentro desta última, as disparidades também são maiores no acesso à educação superior. Considerem-se os casos que seguem como ilustração. Enquanto a proporção de adultos com alguma educação superior na RA da Lagoa é 18,7 vezes maior que na RA da Rocinha, a porcentagem sem educação fundamental completa na Rocinha é somente 4,1 vezes maior que na Lagoa. Por sua vez, a proporção de crianças com mais de um ano de atraso escolar na Rocinha é apenas 2,8 vezes maior que na Lagoa (ver Tabela 10).

Quanto ao segundo tema, os dados da Tabela 10 permitem ordenar as RAs segundo os diferentes indicadores educacionais, conforme mostrado na Tabela 11 (anexa). A ordem das RAs varia nos diferentes indicadores, mas algumas tendências gerais podem ser apontadas. Na parte superior das ordenações, ocupando os melhores lugares, encontram-se três RAs da Zona Sul (Copacabana, Lagoa e Botafogo) junto com as duas RAs mais ricas da Zona Norte (Tijuca e Vila Isabel). Estas cinco RAs estão entre as primeiras seis posições em todos os indicadores da população adulta e na dimensão de atraso escolar das crianças de 10 a 14 anos de idade. Este ordenamento não se repete nos dois outros indicadores para a população infantil, nos quais outras RAs ingressam aos primeiros seis lugares. Chama a atenção, por exemplo, a baixa posição de Copacabana na proporção de crianças de 7 a 14 anos na escola. Um segundo grupo de RAs a ocupar boas posições nos ordenamentos, particularmente da população adulta, está formado por Méier, Barra da Tijuca, Ilha do Governador e Centro.

No extremo oposto, ocupando as piores posições, encontram-se as cinco RAs com grandes favelas (Complexo do Alemão, Maré, Rocinha, Cidade de Deus e Jacarezinho), seguidas de perto por Guaratiba e Santa Cruz, na Zona Oeste da cidade. Em posições intermediárias encontramos as RAs mais próximas da Zona Oeste (Campo Grande e Bangu), da área que rodeia o centro da cidade (Portuária, São Cristóvão, Rio Comprido, Santa Teresa e Ramos) e vários outros subúrbios cariocas. Entre estes últimos, Irajá, Inhaúma e Madureira encontram-se em posições relativamente favoráveis em vários indicadores.

O outro aspecto deste tema diz respeito a continuidades e rupturas no panorama educacional da cidade. A idéia de continuidade espacial implica desempenho educacional parecido entre áreas vizinhas. Neste caso, grandes diferenças de desempenho seriam o resultado de mudanças pequenas entre áreas contíguas (Barros, Mendonça e Freguglia, 2001, p. 19). Como em outras dimensões da estrutura social, o Rio de Janeiro caracteriza-se, em termos educacionais, pela completa ausência desta continuidade espacial. A evidência mais contundente neste sentido está dada pela vizinhança da Lagoa e da Rocinha, que contam com os melhores e piores desempenhos educacionais, respectivamente. A existência de Regiões Administrativas dominadas por favelas leva à configuração de outros casos de acentuada descontinuidade espacial entre regiões vizinhas. Este é o caso da Maré e da Ilha do Governador, o Complexo do Alemão e Inhaúma e de Méier e Jacarezinho. A eles podemos somar a Cidade de Deus, vizinha de Jacarepaguá e muito próxima da parte próspera da Barra da Tijuca. Bastam estes exemplos para concluir sobre a inexistência de continuidades espaciais em matéria educacional. As rupturas existem e são muito acentuadas.

Uma noção menos exigente de continuidade não requer contigüidade espacial e diz respeito à distribuição dos valores das Regiões Administrativas nos diferentes indicadores educacionais (Barros, Mendonça e Freguglia, 2001, p.19). Na maioria dos casos, esses indicadores não apresentam grandes descontinuidades nos seus valores. A exceção mais notável refere-se à proporção da população adulta com alguma educação superior. Neste caso é possível apontar para uma nítida ruptura entre as RAs da Zona Sul (Lagoa, Botafogo e Copacabana), a Barra da Tijuca e as regiões mais ricas da Zona Norte (Tijuca e Vila Isabel) com relação às regiões mais afluentes do subúrbio, como Méier e Ilha do Governador. Por um lado, no grupo com melhor desempenho a porcentagem de adultos com alguma educação superior oscila entre 46 e 56%; no Méier e na Ilha do Governador esses valores são de 23 e 26% (ver Tabela 10). Não há, portanto, RAs da cidade nas quais esse valor esteja entre 26 e 46%, formando-se assim uma acentuada ruptura educacional na cidade. Outra descontinuidade mais atenuada ocorre nos anos de escolaridade da população adulta, quando não há Regiões Administrativas com escolaridade média entre 10,7 anos (Vila Isabel) e 9,3 anos (Méier).

O terceiro ponto relativo às RAs diz respeito ao desempenho destas regiões na geração de oportunidades educacionais para a as suas populações infantis. De um modo geral, a posição das RAs nos diferentes indicadores educacionais tende a mostrar alguma consistência. Mas, como já foi visto, algumas RAs com posições elevadas nos indicadores da população adulta não mostram um desempenho tão satisfatório nos indicadores da população infantil. Inversamente, RAs não tão bem

situadas nos indicadores de adultos mostram bom desempenho nas dimensões educacionais das crianças.

Para determinar se as RAs estão gerando oportunidades educacionais condizentes com as suas condições socioeconômicas, relacionaremos o desempenho delas no indicador mais sensível de educação infantil – a porcentagem de crianças com mais de um ano de atraso escolar – com dois indicadores básicos das condições socioeconômicas dessas RAs: 1) a renda domiciliar *per capita* (RDPC) e 2) a escolaridade média (em anos) da população adulta. A RDPC constitui uma boa aproximação à dotação de recursos econômicos dos domicílios ou famílias, supondo-se que quanto maior o volume de capital econômico dos domicílios, maior será a demanda por educação dos filhos. Por sua vez, os anos de estudo da população adulta são indicativos do capital cultural, referindo-se à distribuição de educação entre os membros adultos de domicílios e famílias. Esta dimensão indica o meio ambiente cognitivo familiar que as crianças dispõem no seu aprendizado escolar, supondo-se que pais mais educados percebem melhor os benefícios futuros da educação de seus filhos (Valle Silva e Hasenbalg, 2000, p. 406).

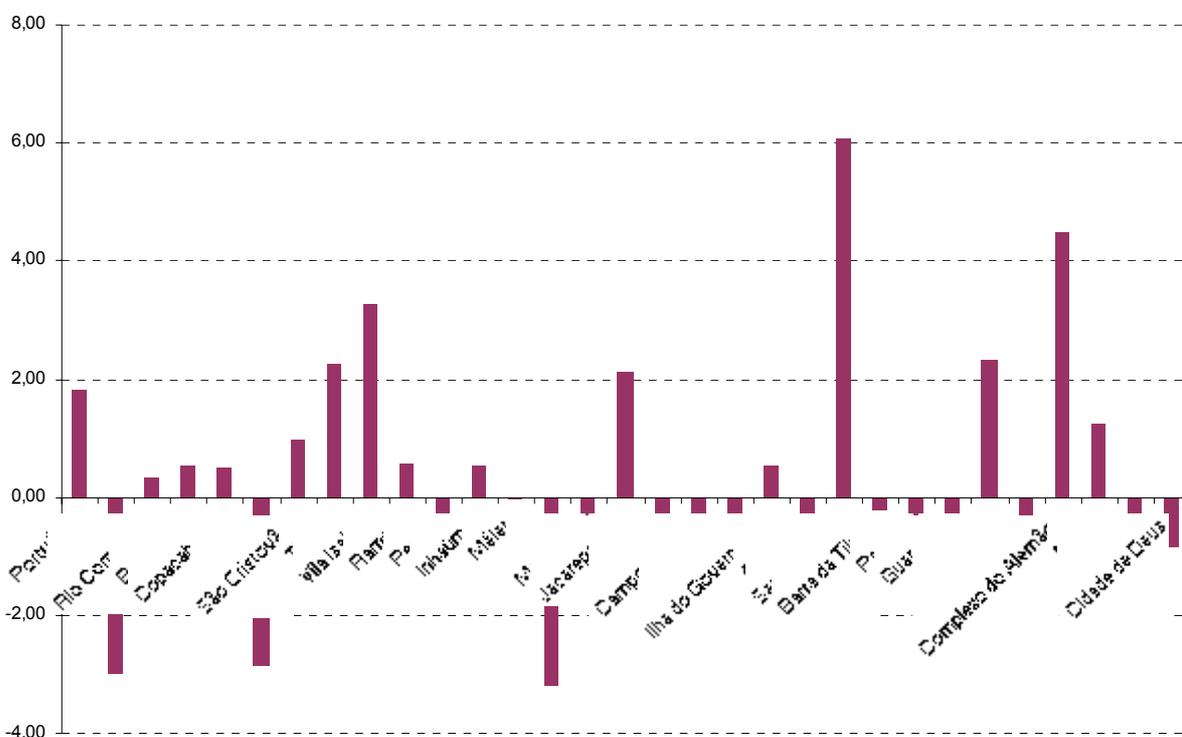
Um modelo de regressão múltipla em que as variáveis socioeconômicas – RDPC e anos de estudos dos adultos – entrem como preditores da variável dependente – atraso escolar das crianças – permite comparar os valores observados das RAs na variável dependente com os valores previstos pela regressão. O resultado do modelo é um  $R^2$  de .930, indicando que as duas variáveis independentes explicam uma elevada proporção da variância no atraso escolar das crianças de 10 a 14 anos de idade (93%).

Ao subtrair o valor observado das Regiões Administrativas na variável dependente do valor previsto pelo modelo, os valores positivos indicam que as regiões estão com um desempenho nessa dimensão da educação infantil abaixo da norma ou do que seria esperado, dadas as suas condições socioeconômicas. Inversamente, valores negativos indicam que as regiões têm um desempenho acima do esperado na geração de oportunidades educacionais de suas crianças. O Gráfico 1 apresenta os resultados das 31 Regiões Administrativas. Adotaremos, um tanto arbitrariamente, como critério de bom ou mau desempenho o afastamento de dois ou mais pontos percentuais com relação à norma. De acordo a esse critério, as RAs do Centro, Lagoa, Irajá, Bangu e Jacarezinho estão oferecendo às suas crianças oportunidades educacionais melhores do que seria esperado pela sua situação socioeconômica. Em menor medida, sem chegar aos dois pontos percentuais negativos, temos outras regiões como Penha, Madureira, Campo Grande, Santa Cruz e Realengo com um desempenho algo acima da norma. Por outro lado, com um desempenho significativamente pior do que o previsto pela norma, encontram-se Tijuca, Vila Isabel,

Jacarepaguá, Santa Teresa, Rocinha e Complexo do Alemão. Neste particular, destaca-se o grande afastamento da norma de Santa Teresa e Complexo do Alemão.

Um resultado interessante desta comparação entre o resultado observado e o previsto pelas condições socioeconômicas é que essa distância não parece estar relacionada à posição geral das regiões nos vários indicadores educacionais. Assim, por exemplo, entre as regiões bem posicionadas nas dimensões educacionais, temos a Lagoa e Centro com bom desempenho relativo à norma e Tijuca e Vila Isabel com desempenho ruim. No outro extremo, nas RAs com presença de grandes favelas, temos Jacarezinho com bom desempenho e Rocinha e Complexo do Alemão com desempenho ruim relativamente à norma.

**Grafico 1**  
**Crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar, diferença entre valor observado e valor previsto, Regiões Administrativas, Rio de Janeiro: 2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

#### 4.3. Disparidades entre Bairros e Grupos de Bairros

O terceiro nível de desagregação espacial da cidade está formado por Bairros ou Grupos de Bairros, que constituem uma aproximação aos bairros cariocas. Contudo, essas áreas não correspondem exatamente aos bairros da cidade por dois motivos. Primeiro, alguns Bairros ou Grupos de Bairros estão compostos por mais de um bairro. Por exemplo, na RA-Portuária três bairros - Saúde, Gamboa e Santo Cristo - formam

um Grupo de Bairros, da mesma forma que Vidigal e São Conrado formam um Grupo de Bairros na RA-Lagoa. A mesma situação se repete em outras RAs. Em segundo lugar, existem quatro Bairros ou Grupos de Bairros que pertencem a mais de uma RA, sendo este o caso de Campinho e Vila Valqueire; Cidade Nova e Praça da Bandeira; Mangueira e São Francisco Xavier; Santa Teresa e Cosme Velho.

A introdução deste novo nível espacial permite observar melhor as disparidades educacionais da cidade, permitindo desagregar as 32 Regiões Administrativas em 126 Bairros ou Grupos de Bairros. Algumas outras áreas com presença de favelas, além das cinco que formam RAs, como Manguinhos, podem ser destacadas, enquanto outras, como Vidigal, Acari e Mangueira, não podem por estarem combinadas com bairros vizinhos.

Nesta parte seguiremos procedimentos semelhantes aos utilizados em relação às áreas de planejamento e RAs: avaliação do tamanho das disparidades; ordenamento em termos do desempenho educacional da população adulta e infantil; disparidades e rupturas dentro das APs e RAs; e desempenho dos Bairros ou Grupos de Bairros nas oportunidades de educação infantil segundo suas condições socioeconômicas.

A disparidade educacional entre Bairros ou Grupos de Bairros, mensurada pelo coeficiente de variação, aumenta muito pouco relativamente à encontrada nas RAs e chega a ser menor no caso de alguns indicadores. A dispersão (CV) do indicador das crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar aumenta levemente de 0,316 nas RAs para 0,360 nos Bairros ou Grupos de Bairros. A dispersão do indicador de adultos que não completaram o ensino fundamental é praticamente igual nas RAs e Bairros ou Grupos de Bairros com CV de 0,361 e 0,366, respectivamente. Já a dispersão das pessoas com algum ensino superior é ligeiramente menor nos Bairros ou Grupos de Bairros do que nas RAs, com CV de 0,812 e 0,895, respectivamente. Os indicadores da população infantil referentes ao acesso à escola das crianças de 5 e 6 anos e de 7 a 14 anos de idade continuam apresentando uma disparidade nitidamente inferior aos da população adulta, mas o relativo ao atraso escolar iguala-se agora ao de adultos que não completaram o ensino fundamental. Com relação à população adulta, o acesso ao ensino superior continua sendo a dimensão com maior disparidade.

No ordenamento dos Bairros ou Grupos de Bairros segundo o desempenho educacional, concentramos a atenção em apenas três indicadores: a proporção de crianças com mais de um ano de atraso escolar; a porcentagem de adultos sem acesso ao ensino fundamental completo; e a proporção de adultos com alguma educação superior. Dados os numerosos casos, no ordenamento dos Bairros ou Grupos de

Bairros nos limitaremos a assinalar os vinte melhores e os vinte piores desempenhos nas três dimensões educacionais escolhidas (ver Tabela 12, anexa).

Entre os vinte melhores desempenhos na porcentagem de adultos com alguma educação superior encontram-se, como era de se esperar, todos os Bairros ou Grupos de Bairros da AP-2 (RAs de Botafogo, Copacabana, Lagoa, Tijuca e Vila Isabel), com as exceções de Catete, Glória e Rocinha. Completam a lista as áreas de Joá/Barra da Tijuca, Jardim Guanabara (RA-Ilha do Governador) e Méier. O ordenamento não é muito diferente no que se refere à porcentagem de adultos com ensino fundamental completo. Quinze dos vinte melhores lugares são ocupados pelas áreas da AP-2, desta vez com o acréscimo de Joá/Barra da Tijuca, Méier, Todos os Santos (RA-Méier), Pechincha (RA-Jacarepaguá) e Jardim Guanabara. O panorama muda ao considerar o indicador formado pela porcentagem de crianças com mais de um ano de atraso escolar. O número de áreas da AP-2 entre as vinte primeiras cai para dez. Algumas das áreas com destaque nos indicadores da população adulta, como Jardim Botânico, Copacabana, Tijuca/Alto da Boa Vista, Leme, Ipanema, Glória e Jardim América deixam de estar entre as vinte melhores. No lugar delas, contam nas vinte melhores posições cinco áreas da RA-Méier (o próprio Méier, Todos os Santos, Abolição, Riachuelo e Jacaré/Rocha/Sampaio), duas áreas da RA-Irajá (Irajá e Vila da Penha) e Pechincha (RA-Jacarepaguá). Cabe então destacar o que parece ser o empenho da Região Administrativa do Méier - e em menor medida a do Irajá - em garantir boas oportunidades educacionais as suas crianças.

Diferentemente da ordenação das vinte áreas com melhor desempenho, a lista das vinte com pior desempenho é mais consistente, apresentando fundamentalmente as mesmas áreas nos diversos indicadores educacionais. Nessa lista figuram as cinco áreas que formam Regiões Administrativas dominadas por favelas (Rocinha, Cidade de Deus, Maré, Jacarezinho e Complexo do Alemão) e, adicionalmente, Manguinhos na RA de Ramos. Todas essas áreas encontram-se nos vinte piores lugares nas três dimensões educacionais. Além disso, outros doze Bairros ou Grupos de Bairros ocupam os vinte piores lugares em pelo menos dois dos indicadores educacionais. São elas Caju (Portuária); Costa Barros, Barros Filho e Acari/Parque Colúmbia (Pavuna); Gardênia Azul e Jacarepaguá (Jacarepaguá); Itanhangá (Barra da Tijuca), e um conjunto de cinco áreas da Zona Oeste da cidade, composto por Guaratiba/Barra de Guaratiba/Pedra de Guaratiba (Guaratiba), Santa Cruz e Paciência (Santa Cruz) e Senador Camará (Bangu). Este padrão espacial sugere que as áreas com maior déficit educacional, tanto na população infantil como na adulta, encontram-se nos grandes complexos de favelas, nos subúrbios mais carentes da Zona Oeste da cidade, nos da fronteira com a Baixada Fluminense e nas partes mais pobres das RAs de Jacarepaguá e Barra da Tijuca.

As informações sobre os Bairros ou Grupos de Bairros nos três indicadores considerados permitem explorar as disparidades internas das Regiões Administrativas. O cálculo do coeficiente de variação (CV) de cada RA possibilita identificar quatro regiões com alto grau de disparidade interna. A maior delas é encontrada na RA da Barra da Tijuca, onde se constata um acentuado contraste entre os bons resultados da área Joá/Barra da Tijuca e as demais áreas da região. A área Recreio dos Bandeirantes/Grumari ocupa uma posição intermediária entre aquela área mais próspera, e as de Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande e Itanhangá, com os piores resultados da região.

A segunda maior disparidade nas condições educacionais da população infantil e adulta localiza-se na RA de Irajá. Neste caso, o grande contraste é aquele entre os bons resultados da área Vila da Penha e as demais áreas da região. Os piores resultados desta região encontram-se nas áreas Colégio e Vicente de Carvalho, com Vila Cosmos e Vista Alegre/Irajá em posições intermediárias.

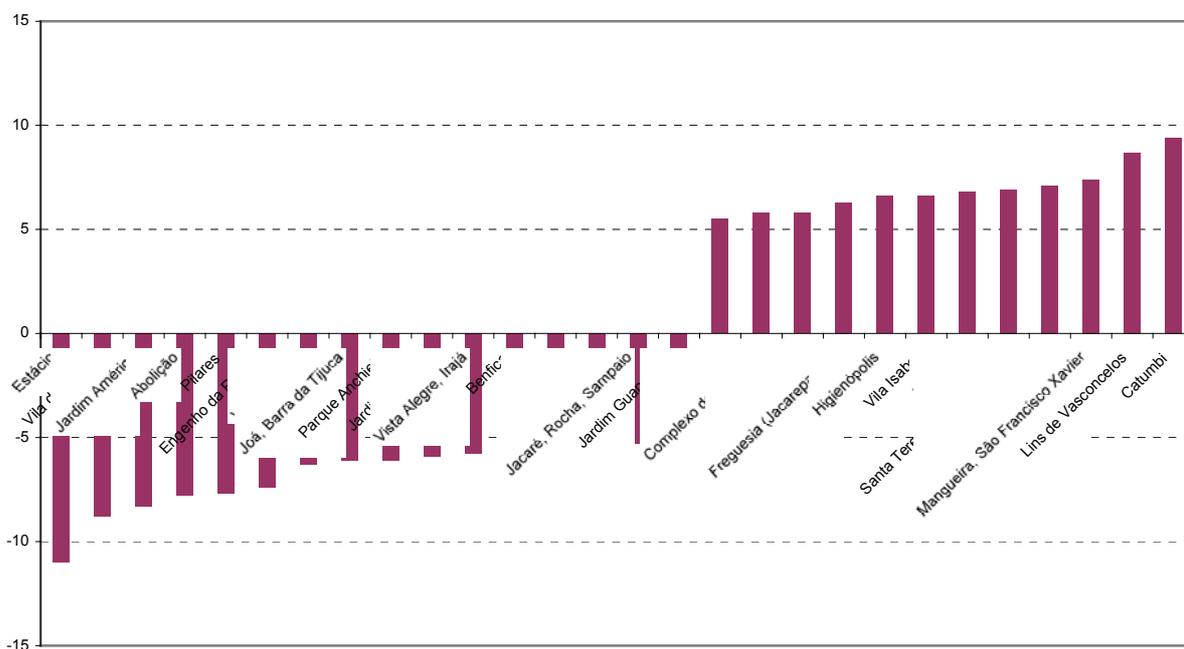
A terceira maior disparidade é a da RA de Jacarepaguá. Nesta região o desempenho educacional se ordena em um gradiente que vai desde os bons resultados das áreas Pechincha e Anil, até os piores, registrados em Gardênia Azul e Jacarepaguá. As áreas de Curicica, Freguesia (Jacarepaguá), Praça Seca, Tanque e Taquara estão nas posições intermediárias. A quarta Região Administrativa, onde as disparidades educacionais merecem registro é a da Ilha do Governador. Nesta região o contraste está dado entre o excelente desempenho educacional do Jardim Guanabara (segundo melhor lugar em crianças com mais de um ano de atraso escolar e décimo primeiro em adultos com ensino fundamental completo), seguido a alguma distância pela área Moneró, Portuguesa e as restantes áreas desta região, em que Tauá e Galeão/Cidade Universitária mostram os piores resultados.

Finalmente, no que se refere a este tópico, é possível destacar alguns Bairros ou Grupos de Bairros que destoam de suas Regiões Administrativas por apresentarem desempenhos educacionais da população infantil e adulta relativamente inferiores aos de suas regiões. Nesta situação encontram-se o Catete, na RA de Botafogo; a área Vidigal, São Conrado, dentro da RA da Lagoa; Manguinhos, na RA de Ramos; e Parada de Lucas e Vigário Geral, na RA da Penha.

Da mesma forma que na seção anterior sobre as Regiões Administrativas, podemos nos perguntar se os Bairros ou Grupos de Bairros estão gerando oportunidades educacionais condizentes com as suas condições socioeconômicas. Para responder à pergunta também relacionamos o desempenho no indicador de educação infantil – a porcentagem de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar – com a renda domiciliar *per capita* (RDPC) e os anos de estudo da

população adulta dos Bairros ou Grupos de Bairros. O modelo de regressão múltipla em que RDPC e a escolaridade dos adultos entram como preditores da variável dependente da educação infantil permite comparar os valores observados dos Bairros ou Grupos de Bairros com os valores previstos pela regressão. O resultado do modelo é um  $R^2$  de .786, com o que as duas variáveis independentes explicam 79% da variância do atraso escolar das crianças. Novamente, ao subtrair os valores observados dos Bairros ou Grupos de Bairros dos valores previstos, os valores positivos indicam um desempenho nessa dimensão da educação infantil aquém do que seria esperado pelas condições socioeconômicas. Inversamente, valores negativos indicam um desempenho acima da norma na geração de oportunidades educacionais de suas crianças. Dada a dificuldade técnica em colocar em gráficos e identificar todos os Bairros ou Grupos de Bairros, adotamos o critério de mostrar os extremos dessa distribuição, destacando os Bairros ou Grupos de Bairros que se afastam cinco ou mais pontos percentuais para baixo e para cima da norma. Os resultados são mostrados no Gráfico 2.

**Gráfico 2**  
**Crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar, diferença entre valor observado e valor previsto, Bairros ou Grupos de Bairros, Rio de Janeiro: 2000**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

O que caracteriza esses dois grupos extremos é a heterogeneidade e a dispersão espacial no âmbito da cidade. Entre os dezesseis Bairros ou Grupos de Bairros que propiciam às suas crianças oportunidades educacionais acima da norma

temos áreas muito ricas e relativamente ricas que formam ilhas de excelência educacional, como Joá/Barra da Tijuca, Lagoa e Jardim Guanabara. Junto a elas encontramos áreas pobres como Cosmos (RA-Campo Grande) e Vigário Geral (RA-Penha). Três outras áreas, relativamente pobres, pertencem à RA do Méier – Abolição, Pilares e Jacaré/Rocha/Sampaio – e outras duas à RA de Irajá: Vila da Penha e Vista Alegre/Irajá. Além do Jardim Guanabara, a RA da Ilha do Governador comparece com o muito mais pobre Jardim Carioca.

No outro extremo, encontramos doze áreas que apresentam resultados de educação infantil aquém do que seria esperado pelas suas condições socioeconômicas. Entre elas destacam-se duas áreas relativamente ricas como Humaitá (RA-Botafogo) e Vila Isabel, bem como outras duas áreas dominadas por favelas, o Complexo do Alemão e Manguinhos (RA-Ramos). Entre essas áreas mais ricas e as de favelas contam-se ainda duas áreas da RA-Rio Comprido, o próprio Rio Comprido e Catumbi; uma área relativamente pobre da RA-Ilha do Governador, Tauá; Lins de Vasconcelos na RA-Méier e ainda Freguesia (Jacarepaguá), Higienópolis (Inhaúma), Santa Teresa/Cosme Velho; e Mangueira/São Francisco Xavier (área que combina uma favela com um bairro não favelado). Persiste neste grupo a heterogeneidade e dispersão no espaço da cidade, sem que nele participem áreas da Zona Oeste do município.

## 5. Conclusão

Este trabalho comparou, em primeiro lugar, a evolução educacional do Rio de Janeiro com a das onze maiores cidades capitais do Brasil no período intercensitário 1991-2000. No que se refere à educação da população adulta, o Rio de Janeiro continuava a ocupar uma posição de destaque no ano 2000. Mas a velocidade das melhorias educacionais do período 1991-2000 foi mais lenta que a de outras grandes cidades. Se essa maior lentidão for mantida nos próximos anos, poderá ficar ameaçada a vantagem educacional da população adulta carioca. No que se refere às oportunidades educacionais da população infantil nesse mesmo período, a cidade teve um bom desempenho na ampliação da frequência escolar das crianças de 5 e 6 anos de idade. As melhorias nos indicadores de frequência escolar das crianças de 7 a 14 anos e de atraso escolar das de 10 a 14 anos de idade foram menores que as das outras cidades, perdendo o Rio de Janeiro posições no ordenamento das maiores capitais do país. A consideração de resultados relativos à qualidade de ensino – tal como indicados pelo sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) de 2001 – recoloca a cidade em posição de liderança nacional, atrás apenas de uma ou duas das capitais da região Sul.

A evolução do sistema educacional no Rio de Janeiro entre 1991 e 2000 mostrou uma rápida expansão da cobertura da pré-escola para crianças de 5 e 6 anos de idade e uma aproximação à universalização da freqüência escolar das crianças em idade de escolarização obrigatória. Estes dois movimentos beneficiaram particularmente as crianças de grupos sociais desfavorecidos – não brancos e dos estratos de renda mais pobres – que encurtaram sua distância com relação aos grupos mais favorecidos. A cidade também obteve bons resultados na aceleração do ritmo de progressão escolar, diminuindo substancialmente o atraso escolar da população infantil. Contudo, neste caso a disparidade relativa entre grupos menos e mais favorecidos não foi diminuída. A população adulta da cidade mostrou avanços em todas as dimensões educacionais consideradas, devendo-se destacar o ritmo mais rápido do progresso educacional das mulheres. Grupos desfavorecidos, como os não brancos e os estratos de baixa renda beneficiaram-se dessas melhorias educacionais, mas modificaram muito pouco sua distância relativamente aos grupos favorecidos. As desigualdades educacionais no acesso aos níveis mais elevados de ensino permaneceram extremamente elevadas.

Finalmente, o trabalho examinou as disparidades educacionais internas do Rio de Janeiro no ano 2000, levando em conta a desagregação em cinco grandes Áreas de Planejamento, 32 Regiões Administrativas (excluída a RA Ilha de Paquetá) e 126 Bairros ou Grupos de Bairros. Alguns padrões de disparidade merecem ser destacados. Nesses três níveis de desagregação as disparidades espaciais nos indicadores educacionais da população infantil são menores que as disparidades espaciais na situação educacional da população adulta. No que se refere à população adulta, a maior disparidade é encontrada entre aqueles que contam com alguma educação superior, concluindo-se que a população com baixa educação está melhor distribuída na cidade que a população mais educada. A disparidade educacional aumenta quando se passa do nível das Áreas de Planejamento para o das Regiões Administrativas, não havendo esse aumento ao passar para o nível dos Bairros ou Grupos de Bairros.

Como em outras dimensões da estrutura social, a cidade caracteriza-se, em termos educacionais, pela total ausência de continuidade espacial. O caso mais visível neste sentido está dado pela vizinhança das RAs da Lagoa e Rocinha, com os melhores e piores desempenhos educacionais, respectivamente. Outros casos de acentuada ruptura entre regiões vizinhas são Maré e Ilha do Governador, Complexo do Alemão e Inhaúma e de Méier e Jacarezinho. A presença de Regiões Administrativas dominadas por favelas leva à configuração dessas discontinuidades. As informações sobre os Bairros ou Grupos de Bairros permitem visualizar as disparidades educacionais internas das RAs. As maiores disparidades são encontradas nas RAs da

Barra da Tijuca, Irajá, Jacarepaguá e Ilha do Governador. É também possível destacar alguns Bairros ou Grupos de Bairros que destoam de suas RAs por apresentarem desempenhos educacionais da população infantil e adulta inferiores aos de suas regiões. Encontram-se nesta situação o Catete, na RA de Botafogo; a área Vidigal/São Conrado, dentro da RA da Lagoa; Manguinhos, na RA de Ramos; e Parada de Lucas e Vigário Geral, na RA da Penha. O ordenamento dos Bairros ou Grupos de Bairros sugere que aqueles com maior déficit educacional, tanto na população infantil como na adulta, encontram-se nos grandes complexos de favelas, nos subúrbios mais carentes da Zona Oeste da cidade, nos da fronteira com a Baixada Fluminense e nas partes mais pobres das Ras de Jacarepaguá e Barra da Tijuca.

Finalmente, tentou-se observar se as Regiões Administrativas e os Bairros ou Grupos de Bairros estão gerando oportunidades educacionais para a sua população infantil condizentes com as suas condições socioeconômicas. A identificação das áreas que estão gerando oportunidades educacionais aquém e além de suas condições mostrou muita heterogeneidade e dispersão espacial em relação àquelas que se localizam nessas duas situações extremas.

## ANEXO

### Tabela 1

**Indicadores de educação para as grandes cidades: 1991**

Cidades	Faixas selecionadas de idade				Pessoas com 25 anos ou mais de idade			
	Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos na escola	Porcentagem de crianças de 7 a 14 anos na escola	Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas	Escolaridade média (em anos)	Porcentagem de pessoas com menos de quatro anos de estudo	Porcentagem de pessoas com menos de oito anos de estudo	Porcentagem de pessoas com mais de onze anos de estudo
Belém	56,6	89,6	60,3	6,9	6,8	24,8	54,9	10,1
Belo Horizonte	48,8	92,1	44,5	6,9	7,2	20,9	53,8	15,8
Brasília	44,6	92,3	40,8	8,7	7,4	23,4	48,8	17,4
Curitiba	44,7	91,7	30,5	5,3	7,4	21,3	50,0	17,5
Fortaleza	63,6	86,0	58,7	15,8	6,1	33,6	59,5	9,9
Goiânia	55,3	91,6	46,3	8,1	7,0	24,9	53,2	13,5
Manaus	38,4	80,8	60,7	8,6	6,3	26,6	56,9	6,4
Porto Alegre	37,4	91,4	30,9	4,9	8,1	15,9	44,6	21,7
Recife	65,5	88,7	50,8	13,8	6,8	27,0	54,9	15,4
Rio de Janeiro	59,5	91,9	41,6	5,7	7,7	17,7	46,0	18,4
Salvador	59,5	87,9	58,4	9,4	6,9	24,9	52,4	11,1
São Paulo	41,2	90,5	33,8	7,2	6,8	23,2	57,0	15,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

**Tabela 2**  
**Indicadores de educação para as grandes cidades : 2000**

<b>Cidades</b>	<b>Faixas selecionadas de idade</b>				<b>Pessoas com 25 anos ou mais de idade</b>			
	Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos na escola	Porcentagem de crianças de 7 a 14 anos na escola	Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	Porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas	Escolaridade média (em anos)	Porcentagem de pessoas com menos de quatro anos de estudo	Porcentagem de pessoas com menos de oito anos de estudo	Porcentagem de pessoas com mais de onze anos de estudo
Belém	81,9	95,9	43,2	4,7	7,7	19,0	45,3	12,0
Belo Horizonte	80,3	97,8	16,0	4,4	8,1	15,2	44,9	19,2
Brasília	74,3	97,6	19,7	5,4	8,3	17,1	42,1	19,8
Curitiba	72,0	96,9	14,3	3,3	8,5	14,8	39,9	21,9
Fortaleza	85,7	95,3	31,1	10,2	6,9	25,8	52,9	11,5
Goiânia	79,1	97,8	23,4	4,8	7,9	18,3	45,7	16,3
Manaus	61,4	92,9	44,5	5,6	7,2	20,6	49,4	8,5
Porto Alegre	60,8	97,1	21,2	3,3	9,0	12,4	37,2	27,0
Recife	89,7	95,7	37,0	9,6	7,6	21,8	48,3	17,7
Rio de Janeiro	84,3	96,8	25,3	4,1	8,4	14,5	39,7	20,9
Salvador	83,4	96,1	38,6	5,8	7,7	19,3	45,0	12,4
São Paulo	75,2	96,4	14,6	4,5	7,8	17,0	46,9	18,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

**Tabela 3**  
**Ordenamento das doze grandes cidades segundo indicadores educacionais: 1991**

Faixas selecionadas de idade				Pessoas com 25 anos ou mais de idade			
Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos na escola	Porcentagem de crianças de 7 a 14 anos na escola	Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	Porcentagem de pessoas de 15 ou mais analfabetas	Escolaridade média (em anos)	Porcentagem de pessoas com menos de quatro anos de estudo	Porcentagem de pessoas com menos de oito anos de estudo	Porcentagem de pessoas com mais de onze anos de estudo
Recife	Brasília	Curitiba	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre
Fortaleza	B. Horizonte	Porto Alegre	Curitiba	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Salvador	Rio de Janeiro	São Paulo	Rio de Janeiro	Brasília	B. Horizonte	Brasília	Brasília
Rio de Janeiro	Curitiba	Brasília	B. Horizonte	Curitiba	Curitiba	Curitiba	Curitiba
Belém	Goiânia	Rio de Janeiro	Belém	B. Horizonte	São Paulo	Salvador	B. Horizonte
Goiânia	Porto Alegre	B. Horizonte	São Paulo	Goiânia	Brasília	Goiânia	Recife
Belo Horizonte	São Paulo	Goiânia	Goiânia	Salvador	Belém	B. Horizonte	São Paulo
Curitiba	Belém	Recife	Manaus	Recife	Salvador	Recife	Goiânia
Brasília	Salvador	Salvador	Brasília	Belém	Goiânia	Belém	Salvador
São Paulo	Recife	Fortaleza	Salvador	São Paulo	Manaus	Manaus	Belém
Manaus	Fortaleza	Belém	Recife	Manaus	Recife	São Paulo	Fortaleza
Porto Alegre	Manaus	Manaus	Fortaleza	Fortaleza	Fortaleza	Fortaleza	Manaus

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991

**Tabela 4**  
**Ordenamento das doze grandes cidades segundo indicadores educacionais: 2000**

Faixas selecionadas de idade				Pessoas com 25 anos ou mais de idade			
Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos na escola	Porcentagem de crianças de 7 a 14 anos na escola	Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	Porcentagem de pessoas de 15 ou mais analfabetas	Escolaridade média (em anos)	Porcentagem de pessoas com menos de quatro anos de estudo	Porcentagem de pessoas com menos de oito anos de estudo	Porcentagem de pessoas com mais de onze anos de estudo
Recife	Goiânia	Curitiba	Curitiba	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre
Fortaleza	B. Horizonte	São Paulo	Porto Alegre	Curitiba	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Curitiba
Rio de Janeiro	Brasília	B. Horizonte	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Curitiba	Curitiba	Rio de Janeiro
Salvador	Porto Alegre	Brasília	B. Horizonte	Brasília	B. Horizonte	Brasília	Brasília
Belém	Curitiba	Porto Alegre	São Paulo	B. Horizonte	São Paulo	B. Horizonte	B. Horizonte
Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Belém	Goiânia	Brasília	Salvador	São Paulo
Goiânia	São Paulo	Rio de Janeiro	Goiânia	São Paulo	Goiânia	Belém	Recife
São Paulo	Salvador	Fortaleza	Brasília	Salvador	Belém	Goiânia	Goiânia
Brasília	Belém	Recife	Manaus	Belém	Salvador	São Paulo	Salvador
Curitiba	Recife	Salvador	Salvador	Recife	Manaus	Recife	Belém
Manaus	Fortaleza	Belém	Recife	Manaus	Recife	Manaus	Fortaleza
Porto Alegre	Manaus	Manaus	Fortaleza	Fortaleza	Fortaleza	Fortaleza	Manaus

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

**Tabela 5**  
**Indicadores de Educação,**  
**Rio de Janeiro: 1991 e 2000**

<b>Faixas selecionadas de idade</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>00-91</b>
Crianças de 5 e 6 anos de idade			
% Crianças na escola	59,5	84,3	24,8
Crianças de 7 a 14 anos de idade			
% Crianças na escola	91,9	96,8	4,9
Crianças de 10 a 14 anos de idade			
% Crianças com mais de 1 ano de atraso	41,6	25,3	-16,3
Pessoas com 15 anos ou mais de idade			
% Pessoas analfabetas	5,7	4,1	-1,6
Pessoas com 25 anos ou mais de idade			
Escolaridade média (em anos)	7,7	8,4	0,7
% Pessoas com menos de 4 anos estudo	17,7	14,5	-3,2
% Pessoas com menos de 8 anos de estudo	46	39,7	-6,3
% Pessoas com mais de 11 anos estudo	18,4	20,9	2,5

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991 e 2000

Tabela 11

## Ordenamento das Regiões Administrativas segundo Indicadores Educacionais, Rio de Janeiro: 2000

Faixas selecionadas de idade					Pessoas com 25 anos ou mais de idade				
	Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos na escola	Porcentagem de crianças de 7 a 14 anos na escola	Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	Porcentagem de pessoas de 15 ou mais analfabetas	Escolaridade média (em anos)	Porcentagem de pessoas com menos de quatro anos de estudo	Porcentagem de pessoas com menos de oito anos de estudo	Porcentagem de pessoas com mais de onze anos de estudo	
1	Botafogo	Tijuca	Botafogo	Botafogo	Lagoa	Copacabana	Copacabana	Lagoa	1
2	Méier	Realengo	Lagoa	Copacabana	Botafogo	Botafogo	Botafogo	Botafogo	2
3	Centro	Méier	Copacabana	Lagoa	Copacabana	Lagoa	Lagoa	Barra da Tijuca	3
4	Tijuca	Botafogo	Tijuca	Tijuca	Barra da Tijuca	Tijuca	Tijuca	Copacabana	4
5	Ilha Governador	Vila Isabel	Vila Isabel	Vila Isabel	Tijuca	Vila Isabel	Vila Isabel	Tijuca	5
6	Copacabana	Lagoa	Centro	Centro	Vila Isabel	Méier	Barra da Tijuca	Vila Isabel	6
7	Lagoa	Ilha do Governador	Barra da Tijuca	Méier	Méier	Barra da Tijuca	Méier	Méier	7
8	Santa Teresa	Santa Teresa	Méier	Irajá	Centro	Centro	Centro	Ilha Governador	8
9	Vila Isabel	Madureira	Irajá	Inhaúma	Ilha do Governador	Irajá	Ilha do Governador	Santa Teresa	9
10	São Cristóvão	Campo Grande	Ilha Governador	Madureira	Santa Teresa	Madureira	Santa Teresa	Centro	10
11	Portuária	Bangu	Madureira	Barra da Tijuca	Jacarepaguá	Ilha do Governador	Irajá	Jacarepaguá	11
12	Irajá	Centro	Realengo	Anchieta	Irajá	Inhaúma	Jacarepaguá	Rio Comprido	12
13	Cidade de Deus	Inhaúma	Jacarepaguá	Realengo	Madureira	Santa Teresa	Madureira	Irajá	13
14	Madureira	Anchieta	Inhaúma	Ilha do Governador	Inhaúma	Realengo	Inhaúma	Ramos	14
15	Realengo	Irajá	Campo Grande	Santa Teresa	Ramos	Anchieta	Realengo	Inhaúma	15
16	Inhaúma	Jacarepaguá	Penha	Ramos	Rio Comprido	Jacarepaguá	Ramos	Madureira	16
17	Penha	Ramos	Ramos	Rio Comprido	Realengo	Ramos	Anchieta	São Cristóvão	17

18	Jacarepaguá	Rio Comprido	Anchieta	Campo Grande	Penha	Penha	Penha	Penha	18
19	Santa Cruz	Penha	Rio Comprido	Penha	Anchieta	Campo Grande	Rio Comprido	Realengo	19
20	Bangu	Santa Cruz	Bangu	Jacarepaguá	São Cristóvão	Rio Comprido	Campo Grande	Campo Grande	20
21	Jacarezinho	São Cristóvão	Santa Teresa	Bangu	Campo Grande	Bangu	São Cristóvão	Anchieta	21
22	Anchieta	Copacabana	São Cristóvão	Pavuna	Bangu	São Cristóvão	Bangu	Bangu	22
23	Barra da Tijuca	Portuária	Pavuna	São Cristóvão	Pavuna	Pavuna	Pavuna	Pavuna	23
24	Rio Comprido	Jacarezinho	Santa Cruz	Portuária	24				
25	Ramos	Cidade de Deus	Cidade de Deus	Cidade de Deus	Portuária	Portuária	Portuária	Guaratiba	25
26	Campo Grande	Barra da Tijuca	Guaratiba	Portuária	Cidade de Deus	Jacarezinho	Cidade de Deus	Santa Cruz	26
27	Pavuna	Guaratiba	Jacarezinho	Jacarezinho	Guaratiba	Guaratiba	Guaratiba	Rocinha	27
28	Guaratiba	Complexo Alemão	Portuária	Guaratiba	Jacarezinho	Cidade de Deus	Jacarezinho	Cidade de Deus	28
29	Rocinha	Rocinha	Maré	Maré	Maré	Maré	Maré	Maré	29
30	Maré	Pavuna	Rocinha	Complexo Alemão	Complexo Alemão	Comp. do Alemão	Comp. do Alemão	Jacarezinho	30
31	Complexo Alemão	Maré	Complexo Alemão	Rocinha	Rocinha	Rocinha	Rocinha	Complexo Alemão	31

**Tabela 12**  
**Indicadores de educação, por Bairros ou Grupos de Bairros, Rio de Janeiro: 2000**

Bairros ou Grupos de Bairros	Faixas de selecionadas de idade				Pessoas com 25 anos ou mais de idade				
		Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos na escola	Porcentagem de crianças de 7 a 14 anos na escola	Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	Porcentagem de pessoas de 15 ou mais analfabetas	Escolaridade média (em anos)	Porcentagem de pessoas com menos de quatro anos de estudo	Porcentagem de pessoas com menos de oito anos de estudo	Porcentagem de pessoas com mais de onze anos de estudo
Abolição	1	82,0	99,2	14,4	2,9	8,4	11,7	37,7	17,1
Acari, Parque Columbia	2	77,3	93,9	31,3	8,3	5,7	27,2	64,0	2,9
Água Santa, Encantado	3	91,5	99,1	20,3	2,5	8,7	11,4	35,6	20,5
Anchieta	4	75,7	96,8	32,3	4,4	7,1	16,0	49,3	7,0
Andaraí	5	88,7	98,6	13,5	1,9	10,4	7,9	25,4	38,5
Anil	6	92,3	99,5	18,8	2,7	9,7	10,8	31,0	33,4
Bangu	7	84,3	97,1	27,7	4,5	7,0	17,9	50,1	7,4
Joá, Barra da Tijuca	8	95,3	97,8	5,9	0,6	12,9	3,3	9,5	65,3
Barros Filho	9	68,7	94,4	36,0	6,4	5,8	24,2	61,9	2,7
Benfica	10	86,2	96,0	22,5	5,5	7,3	20,2	47,4	10,6
Bento Ribeiro	11	92,7	98,7	18,9	2,0	8,5	9,8	35,0	14,6
Bonsucesso	12	85,1	98,1	20,8	4,3	8,3	15,4	39,6	19,7
Botafogo, Urca	13	93,5	98,5	13,0	1,5	11,5	6,8	19,6	51,0
Brás de Pina	14	89,7	97,5	25,3	3,5	8,0	13,3	41,8	14,4
Cachambi	15	95,2	98,6	18,3	1,9	9,9	7,5	27,2	31,3
Caju	16	81,3	96,2	37,4	9,6	5,6	30,5	65,9	4,5
Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande	17	72,1	88,9	37,7	9,2	6,3	26,1	61,1	11,0
Campinho, Vila Valqueire	18	92,1	97,6	16,4	2,1	9,6	8,1	26,8	27,6
Cascadura	19	84,7	97,1	20,4	4,0	8,1	14,6	38,5	16,0
Catete	20	97,4	98,9	22,8	3,4	9,5	11,9	29,9	30,7
Catumbi	21	79,3	98,0	37,8	4,2	7,2	16,6	52,7	11,7
Cavalcanti, Engenheiro Leal, Vaz Lobo	22	88,3	98,9	29,5	3,7	7,5	13,4	45,1	9,1

Bairros ou Grupos de Bairros	Faixas de selecionadas de idade				Pessoas com 25 anos ou mais de idade				
		Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos na escola	Porcentagem de crianças de 7 a 14 anos na escola	Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	Porcentagem de pessoas de 15 ou mais analfabetas	Escolaridade média (em anos)	Porcentagem de pessoas com menos de quatro anos de estudo	Porcentagem de pessoas com menos de oito anos de estudo	Porcentagem de pessoas com mais de onze anos de estudo
Centro	23	92,5	97,4	18,0	2,4	8,9	11,4	32,0	21,3
Cidade Nova, Praça da Bandeira	24	85,3	94,5	16,7	3,7	9,1	12,3	33,9	26,4
Cidade de Deus	25	86,7	95,4	33,5	6,4	6,1	27,0	59,9	2,7
Cocotá, Bancários	26	93,6	97,1	25,0	3,5	8,4	13,6	40,5	18,7
Coelho Neto	27	84,7	96,0	27,3	3,1	7,6	13,7	43,2	8,1
Colégio	28	67,2	90,6	31,0	5,5	6,6	21,7	56,1	6,6
Complexo do Alemão	29	68,2	94,1	45,7	10,9	5,0	33,8	70,4	1,7
Copacabana	30	89,6	95,8	16,3	1,5	11,4	6,2	17,6	47,0
Cordovil	31	88,3	96,9	27,8	4,2	7,1	17,6	49,7	7,9
Cosmos	32	79,4	96,7	26,2	5,1	6,4	20,1	54,5	2,9
Costa Barros	33	82,2	92,1	38,4	8,7	5,9	25,9	61,4	3,2
Campo Grande	34	84,2	98,1	24,0	4,0	7,7	14,7	43,0	11,7
Curicica	35	81,7	98,2	21,6	3,8	7,6	16,9	42,6	10,2
Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonsos, Jardim Sulacap	36	88,9	98,0	19,7	2,3	8,8	9,9	33,3	19,3
Engenho Novo	37	92,3	96,9	18,6	3,7	9,1	11,4	33,4	25,8
Engenho da Rainha	38	90,4	96,9	17,7	3,1	7,8	14,1	42,7	11,7
Engenho de Dentro	39	92,7	97,6	21,7	3,3	8,8	12,2	34,5	21,9
Estácio	40	73,3	95,0	21,2	5,9	6,6	25,1	56,5	11,7
Flamengo	41	93,0	98,0	12,3	0,7	12,0	4,4	14,7	54,2
Freguesia	42	83,6	96,2	21,3	4,8	8,7	14,1	34,5	21,3
Freguesia (Jacarepaguá)	43	86,8	96,8	21,9	2,5	9,9	9,9	27,3	33,2
Galeão, Cidade Universitária	44	87,4	96,3	25,4	6,1	7,2	20,3	48,0	10,3
Gardênia Azul	45	63,4	96,9	37,6	6,2	6,0	25,4	63,3	6,1
Glória	46	82,4	96,1	18,0	0,9	10,6	5,8	22,7	36,9
Grajaú	47	90,8	97,8	13,8	2,1	11,2	7,7	20,2	48,4

Bairros ou Grupos de Bairros	Faixas de selecionadas de idade					Pessoas com 25 anos ou mais de idade			
		Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos na escola	Porcentagem de crianças de 7 a 14 anos na escola	Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	Porcentagem de pessoas de 15 ou mais analfabetas	Escolaridade média (em anos)	Porcentagem de pessoas com menos de quatro anos de estudo	Porcentagem de pessoas com menos de oito anos de estudo	Porcentagem de pessoas com mais de onze anos de estudo
Guadalupe	48	90,8	96,1	22,2	2,7	7,8	13,1	40,5	9,9
Guaratiba, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba	49	74,8	95,3	35,3	9,3	5,9	26,8	61,8	5,0
Gávea	50	77,8	99,2	14,7	1,9	12,0	5,8	16,7	58,5
Higienópolis	51	96,2	99,3	24,9	2,5	9,2	8,8	32,5	24,0
Honório Gurgel	52	91,7	96,4	25,4	3,4	7,2	15,9	47,4	7,5
Humaitá	53	100,0	98,1	13,4	0,7	12,8	3,0	10,6	62,9
Inhaúma	55	79,0	97,1	31,7	3,6	7,4	16,6	47,9	10,5
Inhoaíba	56	68,5	96,8	32,9	6,4	6,3	23,0	57,4	4,3
Ipanema	57	96,3	96,1	17,1	1,2	12,1	5,6	15,6	55,5
Vista Alegre, Irajá	58	89,5	98,1	14,9	1,9	8,6	9,4	33,9	16,7
Itanhangá	59	58,7	91,9	34,2	8,6	6,8	26,9	59,3	16,9
Jacarepaguá	60	76,4	93,5	36,5	9,8	6,3	28,4	59,1	9,3
Jacarezinho	61	83,0	95,9	35,4	7,8	5,6	26,5	65,6	1,9
Jacaré, Rocha, Sampaio	62	96,6	98,4	15,0	4,1	8,8	13,2	35,5	22,6
Jardim América	63	95,4	98,1	17,4	3,0	7,7	14,7	43,0	11,1
Jardim Botânico	64	97,4	98,9	15,9	1,3	11,9	5,8	17,0	55,7
Jardim Carioca	65	93,6	99,2	17,6	4,0	8,1	13,2	40,0	15,1
Jardim Guanabara	66	100,0	98,5	5,9	1,1	11,4	4,9	17,3	48,0
Lagoa	67	94,7	98,0	6,3	0,5	13,6	3,3	8,8	74,1
Laranjeiras	68	97,6	96,5	8,4	1,3	12,2	5,2	13,5	57,5
Leblon	69	92,7	98,9	11,1	1,0	12,4	5,0	14,2	59,8
Leme	70	100,0	98,3	16,8	1,2	11,6	5,3	18,4	50,0
Lins de Vasconcelos	71	87,6	95,7	29,0	4,5	8,9	14,3	35,5	24,9
Madureira	72	80,9	95,9	25,8	3,2	8,1	13,0	38,9	14,3
Magalhães Bastos	73	86,8	98,1	26,7	4,3	7,4	14,6	45,8	9,2

Bairros ou Grupos de Bairros	Faixas de seleccionadas de idade					Pessoas com 25 anos ou mais de idade			
		Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos na escola	Porcentagem de crianças de 7 a 14 anos na escola	Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	Porcentagem de pessoas de 15 ou mais analfabetas	Escolaridade média (em anos)	Porcentagem de pessoas com menos de quatro anos de estudo	Porcentagem de pessoas com menos de oito anos de estudo	Porcentagem de pessoas com mais de onze anos de estudo
Mangueira, São Francisco Xavier	74	90,7	96,6	33,9	5,8	7,5	18,1	50,4	15,1
Manguinhos	75	57,6	92,1	44,8	8,5	5,2	32,2	69,9	1,6
Maracanã	76	95,5	99,0	9,2	1,1	11,8	4,4	15,5	53,4
Marechal Hermes	77	89,1	97,0	20,6	3,9	7,7	14,6	41,8	11,0
Mariada Graça, Del Castilho	78	85,6	98,2	20,5	1,6	8,7	10,9	36,8	19,8
Maré	79	70,5	92,0	41,8	10,5	5,2	32,2	70,3	2,5
Moneró, Portuguesa	80	95,0	99,1	19,5	2,8	9,5	9,9	28,6	27,8
Méier	81	94,7	99,6	8,4	1,0	10,9	5,1	19,5	41,6
Olaria	82	90,8	98,7	18,3	3,1	8,3	11,5	38,8	16,6
Oswaldo Cruz	83	82,2	98,8	19,7	2,3	8,3	10,3	37,1	13,8
Paciência	84	82,2	97,3	29,9	5,6	6,3	20,8	58,5	3,1
Padre Miguel	85	86,0	98,3	24,8	4,3	7,4	15,7	45,8	9,2
Parada de Lucas	86	81,9	94,5	35,4	7,6	6,4	23,5	56,8	5,4
Parque Anchieta	87	86,0	97,8	18,9	3,7	7,8	15,0	41,0	10,3
Pavuna	88	77,2	94,0	25,7	4,0	7,2	16,9	47,3	7,8
Pechincha	89	97,4	97,8	15,6	2,3	9,9	7,8	25,0	30,7
Penha	90	79,4	96,2	24,4	4,9	7,7	16,7	44,1	13,6
Penha Circular	91	88,5	97,5	27,0	3,8	8,1	13,1	39,8	15,1
Piedade	92	93,4	98,1	25,8	2,9	8,5	11,1	36,5	17,7
Pilares	93	87,6	96,7	17,4	3,2	7,8	13,9	42,9	12,6
Praça Seca	94	86,6	96,7	24,8	3,8	8,7	13,5	36,0	21,9
Quintino Bocaiuva	95	80,1	97,2	19,9	3,2	8,5	12,3	35,7	17,1
Ramos	96	93,9	98,0	21,7	2,9	8,4	10,9	37,9	16,4
Realengo	97	85,5	98,1	25,1	4,0	7,4	15,2	45,8	8,9
Recreio dos Bandeirantes, Grumari	98	86,9	97,0	20,6	5,0	10,0	14,6	31,7	41,7

Bairros ou Grupos de Bairros	Faixas de seleccionadas de idade					Pessoas com 25 anos ou mais de idade			
		Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos na escola	Porcentagem de crianças de 7 a 14 anos na escola	Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	Porcentagem de pessoas de 15 ou mais analfabetas	Escolaridade média (em anos)	Porcentagem de pessoas com menos de quatro anos de estudo	Porcentagem de pessoas com menos de oito anos de estudo	Porcentagem de pessoas com mais de onze anos de estudo
Riachuelo	99	99,0	100,0	14,9	1,7	9,8	7,8	27,3	30,8
Ribeira, Cacuia	100	92,0	98,3	22,4	3,5	8,6	12,5	36,0	17,7
Ricardo de Albuquerque	101	77,5	98,4	29,4	3,6	7,2	15,6	47,1	7,2
Rio Comprido	102	84,1	97,9	25,9	3,0	8,9	12,4	36,5	25,4
Rocha Miranda	103	88,3	98,6	21,8	3,4	7,6	14,0	42,5	8,6
Rocinha	104	72,2	94,0	45,0	12,1	4,9	37,3	74,2	3,0
Santa Teresa, Cosme Velho	105	89,1	97,3	28,0	3,9	8,9	14,0	35,4	26,3
Santíssimo	106	77,2	94,9	26,8	5,0	6,9	18,4	48,6	5,8
Saúde, Gamboa, Santo Cristo	107	91,2	95,7	35,4	5,8	6,7	20,8	54,1	7,1
Senador Camará	108	80,5	97,6	28,8	6,4	6,4	21,7	57,1	5,6
Senador Vasconcelos	109	80,2	96,7	26,8	4,1	7,2	16,0	47,9	8,0
Sepetiba	110	85,3	97,5	32,3	6,4	6,6	19,8	55,0	6,8
Santa Cruz	111	84,4	95,6	32,2	6,8	6,3	22,0	57,7	4,2
São Cristóvão, Vasco da Gama	112	90,2	96,1	28,1	4,6	7,7	16,3	45,0	14,4
Tanque	113	79,0	97,5	23,2	4,1	8,3	13,7	40,0	18,1
Taquara	114	92,4	98,3	19,0	3,5	8,9	11,1	32,9	21,0
Tauá	115	90,0	96,1	33,1	6,8	7,7	18,7	46,4	15,7
Tijuca, Alto da Boa Vista	116	92,4	98,3	16,6	2,0	11,0	7,1	21,9	45,8
Todos os Santos	117	100,0	98,8	9,0	1,5	10,6	5,8	19,9	35,9
Tomás Coelho	118	90,8	96,5	24,7	4,1	7,8	15,4	41,1	11,5
Turiaçú	119	87,3	98,1	24,6	2,6	8,0	13,3	39,0	11,6
Vicente de Carvalho	120	87,8	96,0	32,5	6,2	7,1	19,0	50,0	9,5
Vidigal, São Conrado	121	76,1	96,5	26,5	5,2	8,7	19,1	44,3	31,4
Vigário Geral	122	76,3	94,1	27,4	6,5	6,3	22,8	57,3	4,3
Vila Isabel	123	85,5	97,2	21,7	2,8	10,2	9,6	26,5	38,6

Bairros ou Grupos de Bairros	Faixas de selecionadas de idade					Pessoas com 25 anos ou mais de idade			
		Porcentagem de crianças de 5 a 6 anos na escola	Porcentagem de crianças de 7 a 14 anos na escola	Porcentagem de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	Porcentagem de pessoas de 15 ou mais analfabetas	Escolaridade média (em anos)	Porcentagem de pessoas com menos de quatro anos de estudo	Porcentagem de pessoas com menos de oito anos de estudo	Porcentagem de pessoas com mais de onze anos de estudo
Vila Cosmos	124	94,3	100,0	20,5	2,4	8,6	11,4	34,6	17,6
Vila da Penha	125	95,0	97,7	6,8	1,2	9,8	7,0	25,6	28,0
Zumbi, Pitangueiras, Praia da Bandeira	126	93,6	98,2	22,9	3,1	8,5	12,6	37,7	19,0
<b>Estatísticas selecionadas</b>	média	86,4	97,0	23,7	4,1	8,4	14,8	40,2	20,4
	D.P.	8,7	1,9	8,5	2,4	1,9	7,1	14,7	16,5
	C.V.	0,100	0,020	0,360	0,585	0,225	0,481	0,366	0,812

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

## Referências Bibliográficas

- BARROS, Ricardo Paes de, MENDONÇA, Rosane e FREGUGLIA, Ricardo. (2001), "Condições Educacionais da Cidade do Rio de Janeiro", manuscrito.
- HASENBALG, Carlos (2001), "Educação", in *Brasil em Números/Brazil in Figures*, IBGE, vol. 9, pp. 115-127.
- \_\_\_\_\_ e SILVA, Nelson do Vale. (1999), "Educação e Diferenças Raciais na Mobilidade Ocupacional". In Hasenbalg, C., Silva, N. do V. e Lima, M. , *Cor e Estratificação Social*, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, pp. 217-230.
- \_\_\_\_\_, SILVA, Nelson do Vale e LIMA, Marcia. (1999), *Cor e Estratificação Social*, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- SILVA, Nelson do Vale. (2002), "Expansão Escolar e Estratificação Educacional no Brasil", (no prelo).
- \_\_\_\_\_ e HASENBALG, Carlos. (1992), *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*, Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.
- \_\_\_\_\_. (2000), "Tendências da Desigualdade Educacional no Brasil", *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, vol. 43, No. 3, pp. 423-445.
- SOARES, Sergei Suares Dillon. (2000), "Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras", *Texto para Discussão*, No. 769, Brasília, IPEA.
- UNDP (2003), Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil <[www.undp.org.br](http://www.undp.org.br)>

# IDH E CONDIÇÕES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

*Miguel Murat Vasconcellos\* / Christina Zackiewicz\* / Maria Tereza Leal Cavalcante\**

## 1. Apresentação

Partindo da constatação de que as condições de saúde se refletem no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tratou-se, como objeto central do estudo o município do Rio de Janeiro. Para tanto, foram analisados indicadores de condições de saúde comparativamente ao IDH de duas perspectivas. A primeira confrontou os números do Rio de Janeiro especialmente com os de 12 capitais brasileiras. A segunda deteve-se na observação do comportamento interno do município, segundo áreas geográficas escolhidas, na última década.

Considerando-se a composição do IDH, que conjuga indicadores de educação, longevidade e renda, para este trabalho foram selecionados indicadores das condições de saúde capazes de expressar uma possível articulação com componentes do IDH. Assim, foram tratadas a esperança de vida, a mortalidade infantil, a mortalidade por causas externas e indicadores relacionados aos serviços de saúde.

O elenco de indicadores de saúde escolhido é significativo, pois a mortalidade infantil no Rio de Janeiro e as taxas de homicídios indicam que ainda se morre prematuramente na cidade, seja por problemas na atenção à saúde materno-infantil, seja em função da violência urbana. Apesar de possíveis dúvidas de os indicadores relativos aos serviços de saúde se refletirem diretamente nos componentes do IDH, o comportamento de alguns deles pode sugerir aspectos fundamentais para a adequação de problemas associados, por exemplo, à mortalidade neonatal. A seleção dos indicadores teve por base, portanto, o entendimento de que esses são particularmente sensíveis ao componente socioeconômico de uma dada população, revelando não apenas determinações dos processos de saúde-doença, mas em especial, evidenciando fatores de desigualdades ao refletirem a dinâmica de organização espacial da população, a distribuição e o acesso a serviços públicos e até mesmo a qualidade e a efetividade da rede de atenção à saúde.

Deve ser ressaltada a limitação do uso de boa parte dos indicadores de saúde, incluindo aqueles selecionados, em face de sua parcial disponibilidade seja para determinados anos, seja para determinados espaços geográficos, dificultando tanto a comparação entre cidades quanto análises temporais de espaços intraurbanos

\* Escola Nacional de Saúde Pública - FIOCRUZ

cariocas. Para superar algumas dessas restrições nas análises pretendidas, foram necessárias compatibilizações entre algumas áreas e utilização de anos alternativos. Assim, inicialmente, são apresentados os limites, características e principais usos dos indicadores selecionados. A seguir, os números do Rio de Janeiro foram analisados comparativamente a 12 capitais brasileiras e, finalmente, seu comportamento intra-urbano na última década, com mais detalhes para o ano de 2000.

## 2. Características dos Indicadores de Condições de Saúde Utilizados

### 2.1. Longevidade e Esperança de Vida

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e de acordo com a metodologia do Atlas de Desenvolvimento Humano (<http://www.undp.org.br>), para avaliar o desenvolvimento humano no que diz respeito à longevidade, o IDH nacional e o IDH municipal usam para o seu cálculo a *esperança de vida ao nascer*. Esse indicador mostra qual a média de anos que a população nascida naquela localidade no ano de referência (2000) deve viver - desde que as condições de mortalidade existentes se mantenham constantes.

Definida como o evento demográfico relacionado ao *óbito*, a mortalidade é um dos componentes centrais da dinâmica demográfica. O ritmo no qual ocorrem os óbitos em uma população varia muito entre as diversas regiões do mundo, grupos socioeconômicos, sexo etc. A maneira como as pessoas morrem é uma boa representação das condições nas quais vivem.

Quanto menor for a mortalidade registrada em um município, maior será a esperança de vida ao nascer. O indicador é uma boa forma de se avaliar as condições sociais, de saúde e de salubridade por considerar as taxas de mortalidade das diferentes faixas etárias daquela localidade. Todas as causas de morte são contempladas para chegar ao indicador, tanto aquelas ocorridas em função de doenças quanto as provocadas por causas externas (violências e acidentes).

O *Censo Demográfico* é a base de cálculo de todo o IDH municipal e, portanto, de seu índice de longevidade. Para se chegar ao número médio de anos que uma pessoa viverá a partir de seu nascimento, são utilizados os dados do questionário expandido do Censo. Os resultados dessa amostra são ampliados para o restante da população daquele município.

O cálculo da esperança de vida ao nascer é complexo e envolve várias fases. No caso da esperança de vida por município, as estatísticas do registro civil são inadequadas por apresentarem diversidade tanto na aquisição dos dados quanto na

cobertura alcançada nos diferentes municípios brasileiros. Portanto, de forma a garantir comparabilidade entre regiões ou cidades é fundamental a homogeneidade na metodologia da coleta dos dados e cobertura. Por isso, para o cálculo do IDH municipal optou-se por técnicas indiretas para se chegar às estimativas de mortalidade. A base são as perguntas do Censo Demográfico sobre o número de filhos nascidos vivos e o número de filhos ainda vivos na data em que o Censo foi feito. A partir daí são calculadas proporções de óbitos. Aplica-se, então, uma equação que apresenta essas proporções em probabilidade de morte. A próxima etapa é transformar essas probabilidades em tábuas de vida, de onde é extraída a esperança de vida ao nascer.

Para que esse número de anos se torne um índice, usa-se como parâmetro máximo de longevidade 85 anos, e, como parâmetro mínimo, 25 anos. Assim, se o município em questão tem uma esperança de vida ao nascer de 70 anos, seu IDHM-L será:

$$(70 - 25) / (85 - 25) \Rightarrow 45 / 60 \Rightarrow \text{IDHM-L} = 0,750.$$

Logo, o IDHM-L do município será 0,750.

No plano mundial, a esperança de vida ao nascer é, em média, de 64 anos, segundo dados do PNUD (2003). Nos países industrializados, com a diminuição das taxas de mortalidade infantil e de mortalidade por causas externas, a esperança de vida atual é de 74 anos. Não obstante, nos países em desenvolvimento a esperança de vida é de 62 anos, enquanto na África subsaariana, região que exhibe os níveis de mortalidade mais elevados do mundo, é de apenas 51 anos. É importante notar que a baixa esperança de vida está determinada principalmente pela mortalidade na infância. Se esta experimentasse uma queda substancial, a esperança de vida ao nascer aumentaria significativamente.

## 2.2. Taxa de mortalidade infantil

O coeficiente de mortalidade infantil é, dentre os indicadores no âmbito da saúde pública, o mais tradicional. Além de informar sobre os níveis de saúde de uma população, esse indicador sintetiza as condições de bem-estar social, político e ético de uma dada conformação social (Leal e Szwarcwald, 1996). Ao indicar a probabilidade de sobrevivência infantil no primeiro ano de vida, reflete não só as condições concretas de moradia, salário, alimentação, atenção à saúde, mas também o compromisso de uma dada sociedade com a sua reprodução social, ou em que medida a sociedade protege a sua renovação geracional (*idem*).

Leal e Szwarcwald mostram também que no centro da discussão da mortalidade infantil está o conceito de evitabilidade. Mesmo nos países industrializados, onde a

mortalidade infantil já atingiu níveis muito baixos, esta é ainda considerada problema prioritário de saúde pública devido a inevitabilidade da sua ocorrência ser, em grande parte, definida comprovadamente pela qualidade da atenção médica e das intervenções sanitárias, passível, portanto, de uma atuação setorial específica da saúde.

Outros autores discutem a estreita relação existente entre a mortalidade infantil e os fatores sociais e econômicos (Behm, 1980; Monteiro, 1982; Yunes, 1983; Paim *et alii*, 1997), considerando a grande vulnerabilidade de crianças com menos de um ano de idade em face das alterações ocorridas nos seus ambientes sociais, econômicos e de atenção à saúde (Murray, 1988), sendo a mortalidade nessa faixa etária considerada um indicador tanto da situação de saúde, quanto das condições de vida de uma população (Grant, 1992).

Em Saúde Pública, conjuga-se a análise de indicadores de mortalidade infantil a estudos sobre a influência de fatores demográficos, socioeconômicos e de atenção à saúde na determinação e explicação da variação da mortalidade infantil (Gonzalo-Perez e Herrera-Leon, 1990; Lardelli *et alii*, 1993; Zurriaga-Llorens *et alii*, 1990). Para tanto, divide-se a mortalidade infantil em dois componentes: um permite associações mais diretas às causas perinatais e às anomalias congênitas e denomina-se neonatal, que, por sua vez, se subdivide na mortalidade neonatal precoce, quando a morte ocorre nos primeiros seis dias de vida, e neonatal tardia, quando o óbito ocorre entre o sétimo e o vigésimo sétimo dia de vida. Já a mortalidade pós-neonatal ou infantil tardia (do vigésimo oitavo dia até um ano) se relaciona predominantemente às doenças infecciosas e à desnutrição, que, por sua vez, estariam ligadas às questões socioambientais (Pollard *et alii*, 1974).

Apesar da disponibilidade de dois sistemas de informações sobre óbitos em âmbito nacional, o Registro Civil, de responsabilidade do IBGE, e o Sistema de Informação de Mortalidade, criado pelo Ministério da Saúde em 1976, um dos grandes problemas que ainda limitam as análises de mortalidade no Brasil é o sub-registro de óbitos, de magnitude expressiva sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. Diante dessas limitações, o IBGE, órgão responsável pelas Estatísticas Vitais no Brasil, tem recorrido a métodos indiretos para estimar a mortalidade infantil, tendo como base dados dos Censos Demográficos e das Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílio (Szwarcwald *et alii*, 2002). Em relação às estimativas municipais, por solicitação do Ministério da Saúde, Simões (1999) calculou a taxa de mortalidade infantil para os municípios com população acima de 80 mil habitantes. Devido ao fato de as taxas apresentadas estarem superestimando os valores quando comparados àqueles calculados por método direto, em municípios com sistema de informação de boa

qualidade, o Ministério da Saúde tem estimulado o debate sobre a forma mais adequada de estimar a mortalidade infantil no Brasil.

A partir de meados da década de 70 até os dias de hoje, a mortalidade infantil vem decrescendo no Brasil. Segundo Simões (*idem*), esse declínio estaria associado às ações específicas governamentais na área de saúde pública, além da redução da fecundidade que levaria ao espaçamento entre os nascimentos. Em 1970, no Brasil, foram registrados 115,0 óbitos de menores de 1 ano por mil nascidos vivos e 96,0 na região Sudeste. Já em 2000, as estimativas são de 28,3 para o Brasil e 19,1 no Sudeste (Tabela 1).

**Tabela 1**  
**Taxas de mortalidade infantil no Brasil, Região Sudeste e Município do Rio de Janeiro, em anos selecionados**

Anos	Brasil	Sudeste	Município do Rio de Janeiro
1980	82,8	57,0	36,1
1985	66,6	48,0	26,1
1990	47,8	33,6	22,9
1995	38,4	26,6	22,6
2000	28,3	19,1	16,8

Fontes: Brasil. Ministério da Saúde (2003a) e Registro Civil/IBGE

As taxas para o município do Rio de Janeiro estiveram abaixo da média para o Sudeste ao longo dos últimos vinte anos. Entretanto, a taxa de 16,8 óbitos de menores de 1 ano por mil nascidos vivos apresentada pelo município do Rio em 2000 pode ser considerada elevada quando comparada com os números apresentados por Canadá, EUA, Cuba, Costa Rica, Chile e Uruguai.

Apesar da queda da mortalidade infantil verificada nos últimos anos, o Brasil ainda apresenta números elevados em relação a outros países das Américas, como mostra a Tabela 2.

**Tabela 2**  
**Taxas de mortalidade infantil em países escolhidos no ano de 2000**

Países	Taxa de Mort. Infantil
Argentina	20,7
Brasil	28,3
Canadá	5,4
Chile	12,1
Colombia	27,3
Costa Rica	11,4
Cuba	7,4
México	29,3
EUA	7,1
Uruguai	14,8

Fonte: Organização Pan-Americana da Saúde e Brasil. Ministério da Saúde (2003b).

Para Simões (*idem*), a educação tem sido a variável-chave na obtenção de quedas consistentes da mortalidade infantil em todos os países. Na cidade do Rio de Janeiro, isso pode ser verificado na Tabela 3 que mostra a relação entre mortalidade infantil e anos de estudo da mãe, em 2000. Nesse mesmo ano ocorreram 1.622 óbitos de menores de 1 ano e 96.699 nascidos vivos.

Nunca é demais repetir a menção às limitações para a comparação de dados entre municípios brasileiros em virtude da diversidade da cobertura seja do Registro Civil do IBGE, seja do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde. O Sistema Nacional de Informações de Nascidos Vivos (Sinasc), cujo início de operação data de 1994, impossibilita o cálculo das taxas de mortalidade infantil para o ano de 1991. Os dados aqui utilizados, para áreas do município do Rio de Janeiro, são oriundos de estimativas para aquele ano realizadas por Szwarcwald *et alii* (1999), com base em informações censitárias de 1991 e realizadas para as Regiões Administrativas vigentes naquela data.

**Tabela 3**  
**Taxas de mortalidade infantil e seus componentes, segundo instrução da mãe, residentes no Município do Rio de Janeiro: 2000**

<b>Escolaridade Mãe</b>	<b>&lt; 7 dias por mil NV</b>	<b>7 a 27 dias por mil NV</b>	<b>28 dias a 1 ano por mil NV</b>	<b>&lt; 1 ano por mil NV</b>
Nenhuma	45,4	6,6	43,3	108,2
1 a 3 anos	7,8	0,9	7,8	18,1
4 a 7 anos	7,3	0,9	3,6	13,5
8 a 11 anos	5,4	0,7	2,2	9,7
12 anos e mais	5,4	0,7	1,9	9,5
Não Informado	70,1	9,2	106,2	203,5
Ignorado	16,2	1,8	7,8	29,4
<b>Total</b>	<b>8,1</b>	<b>1,0</b>	<b>5,6</b>	<b>16,8</b>

Fonte: GIE/COE/SSC, Secretaria Municipal de Saúde – Rio de Janeiro.

Obs. NV – Nascidos Vivos.

### 2.3. Mortalidade por causas externas

Igualmente relevante na composição do índice de longevidade que compõe o IDH, é o indicador de mortalidade por causas externas. Sobre o seu impacto, pesquisadores evidenciam que a queda de 30,6% na mortalidade infantil durante a década de 90 é quase anulada pelo coeficiente de mortalidade por homicídios, que subiu de 19,12 para 26,18 para cada cem mil habitantes entre 1992 e 1999 no Brasil. Antonio Carlos Alkmim, pesquisador do IBGE, sentencia que as crianças conquistaram o direito de nascer, mas os jovens estão morrendo cada vez mais de causas externas (*O Globo*, 10/1/2003).

O indicador de mortalidade por causas externas inclui as mortes por homicídios, acidentes de trânsito, suicídios, quedas acidentais, afogamentos. Em sua composição, destacam-se os homicídios, expressão da violência de uma sociedade. No Brasil, o atual debate em torno de uma política nacional de segurança pública evidencia a dimensão da fragilidade em que determinadas populações se encontram, muitas vezes sitiadas pelo poder do narcotráfico e de máfias de contrabando.

Segundo Souza e Minayo (1999), o comportamento das causas externas ao longo do tempo mostra a sua grande importância na atual configuração do padrão de mortalidade brasileiro. Nos últimos vinte anos, conforme apresentado pelas autoras, a taxa de mortalidade por causas externas teve um incremento de 16%, ao passar de 59 óbitos/100.000 habitantes, em 1980, para 69 óbitos/100.000 habitantes, em 1999. Ao analisar os tipos de causas que compõem essa mortalidade, fica evidente o crescimento significativo da violência, expressa pelas taxas de homicídios, que cresceram 115%. Embora os acidentes de transporte também apresentem taxas elevadas, seu crescimento foi de apenas 6% no período estudado.

Nos estudos de Saúde Pública, a exemplo das produções já citadas, as análises transcendem a constatação do aumento do número total de mortes e das taxas de óbito por causas externas, descortinando a intensidade e variedade das formas de expressão e penetração que a violência passa a ter nos cenários da vida individual e coletiva, na deterioração da qualidade de vida e nas condições de saúde da população (Claves/ENSP/Fiocruz, 2001). Os efeitos da violência constituem-se em fator de saturação dos recursos disponíveis do setor de saúde, ao causar problemas de custos sociais, financeiros, adequação de serviços, de equipamentos e de profissionais preparados.

Apesar da sua relevância, no Brasil ainda são poucas as pesquisas sobre a morbidade por causas externas. Os estudos de morbidade no país utilizam o Sistema de Informação Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS). Neste sistema, somente a partir de 1998, foi incluída a obrigatoriedade do registro da causa externa que provocou a lesão. Até então, o registro referia-se apenas à topografia da lesão, sem esclarecimentos sobre o evento causador da mesma. Mesmo assim, a codificação adequada do diagnóstico principal da internação ainda não apresentou os avanços pretendidos.

#### **2.4. Taxa de mortalidade por doenças cerebrovasculares**

O Ministério da Saúde, segundo a Portaria GM/MS nº 456/2003 (Brasil. Ministério da Saúde, 2003c), considera que o Pacto de Indicadores da Atenção Básica constitui o instrumento nacional de monitoramento e avaliação das ações e serviços de

saúde. Convém mencionar que diversos dos indicadores listados nessa Portaria foram utilizados no presente trabalho. Dois deles são detalhados neste item: a taxa de mortalidade por doenças cerebrovasculares, algumas vezes chamadas de acidentes vascular cerebral ou encefálico, e a taxa de internação por acidente vascular cerebral. A Portaria 456 restringe esses dois indicadores à população acima dos 40 anos.

De grande importância para se saber sobre a saúde da população, as doenças cerebrovasculares variam entre a primeira e terceira causas de mortalidade no Brasil, conforme o ano e a unidade da Federação. Com cerca de 85% de origem isquêmica, são compostas por grupo heterogêneo de transtornos vasculares de diferentes etiologias. Considerado como emergência médica, o acidente vascular cerebral possui uma “janela terapêutica” para seu tratamento. Esse momento ótimo para intervenção, na maioria das vezes com duração de poucas horas, exige rapidez no atendimento (SBDCV, 2002).

Taxas elevadas de mortalidade por doenças do aparelho circulatório são decorrentes da maior incidência destas doenças na população. Por sua vez, a incidência está associada à frequência de fatores de risco, como tabagismo, hipertensão, obesidade, hipercolesterolemia, diabetes, sedentarismo e estresse. Dessa forma, o equacionamento da mortalidade por doenças cerebrovasculares aponta para a implementação de diversas medidas, sendo uma das fundamentais o acesso a serviços de saúde adequados. Assim, pode ser considerada uma medida indireta do desempenho desses serviços.

Por outro lado, o indicador taxa de internação por acidente vascular cerebral, medida da morbidade hospitalar no âmbito do SUS, objetiva avaliar, de forma indireta, a disponibilidade de ações básicas de prevenção e controle (diagnóstico precoce, tratamento e educação para a saúde) da doença hipertensiva.

## **2.5. Indicadores relacionados com os serviços de saúde**

As características do sistema de saúde brasileiro dificultam muito o uso de indicadores com base em taxas médias de cobertura de serviços e tecnologias, pois estas encobrem perfis de acesso, utilização e qualidade na atenção à saúde muito diferenciados (PRO-ADESS, 2003). Mesmo considerando essas dificuldades, além dos problemas referentes à disponibilidade espacial e temporal, tanto a Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA, 2002) quanto o Indicadores do Pacto da Atenção Básica definido pela Portaria no. GM/MS 456/2003 sugerem alguns indicadores de cobertura. Assim, no sentido de buscar uma aproximação da oferta de serviços de saúde relacionada ao escopo deste artigo trabalhou-se com média de consultas médicas por habitante, taxa de internação por acidente vascular cerebral,

taxa de internação por habitante no âmbito do SUS, distribuição espacial dos serviços de saúde, entre outros indicadores.

### 3. O Rio de Janeiro e as maiores cidades do Brasil

Tratando da taxa de mortalidade infantil, em anos escolhidos, a Tabela 4 tem como fonte as estimativas elaboradas, por método indireto, pelo Ministério da Saúde (disponíveis em <http://www.datasus.gov.br>). É possível observar que a taxa de mortalidade infantil no Rio de Janeiro, em 1998, se encontrava acima da de cinco capitais, apresentando uma relação de 24,75 óbitos infantis por mil nascidos vivos. Quando a comparação é feita a partir da variação relativa entre 1989 e 1998, o Rio de Janeiro fica em sexto lugar, bem acima de São Paulo. Tais estimativas, calculadas de forma homogênea para todas as cidades, tiveram como principal fonte de dados os Censos Demográficos. Quando comparados com os dados do Rio de Janeiro, da Tabela 1, calculados por método direto, notam-se diferenças entre eles. Essa diferença a mais, não desprezível, confirma a necessidade de amplo debate sobre a taxa de mortalidade infantil e seus componentes, especialmente quando são comparados valores entre cidades brasileiras.

**Tabela 4**  
**Taxas de mortalidade infantil, segundo cidades brasileiras, em anos selecionados**

<b>Rio de Janeiro e grandes cidades</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>1998/1989</b>
São Paulo	32,74	30,3	23,79	20,89	-36,19
Brasília	33,3	31,02	25,44	23,23	-30,24
Salvador	42,46	39,91	33,66	31,26	-26,38
Belém	39,42	37,06	31,6	29,77	-24,48
Curitiba	28,63	27,03	23,58	22,47	-21,52
Belo Horizonte	38,45	36,75	32,33	30,37	-21,01
Rio de Janeiro	30,7	29,34	26,05	24,75	-19,38
Manaus	46,92	45,36	40,87	38,43	-18,09
Recife	46,38	44,41	39,77	38,01	-18,05
Fortaleza	61,84	59,26	53,27	51,1	-17,37
Goiânia	28,39	27,32	25,06	24,33	-14,30
Porto Alegre	23,93	23,32	21,89	21,33	-10,87
<b>Brasil</b>	<b>52,02</b>	<b>49,4</b>	<b>41,01</b>	<b>36,1</b>	<b>-30,60</b>

Fonte: Estimativa da Mortalidade Infantil por Microrregiões e Municípios - Datasus/Brasil. Ministério da Saúde (2003b).

A Tabela 5 mostra a taxa de mortalidade por causas externas nas capitais dos estados onde o Sistema de Informação de Mortalidade possui cobertura acima de 80% dos óbitos. Quanto aos outros estados, como apresentam cobertura insatisfatória,

resultado de expressiva subenumeração de óbitos em alguns deles, optou-se por seguir a recomendação da RIPSa de não-comparação entre estados com cobertura diferenciada dos sistemas de informação. Rio de Janeiro e São Paulo apresentam taxas mais elevadas que as outras cidades. Note-se que as posições do Rio de Janeiro e de São Paulo se inverteram de 1991 para 2000, com o Rio apresentando melhora em sua taxa, ao contrário de São Paulo.

**Tabela 5**  
**Taxas de mortalidade por causas externas, segundo cidades brasileiras, nos anos de 1991 e 2000, na população total**

<b>Rio de Janeiro e cidades selecionadas</b>	<b>TMCE/1991</b>	<b>TMCE/2000</b>
Rio de Janeiro	112,98	95,32
São Paulo	97,01	98,86
Curitiba	83,12	73,96
Porto Alegre	77,49	67,84
Brasília	91,00	77,81

Fontes: Brasil. Ministério da Saúde (2003a) e Censo Demográfico/IBGE

A Tabela 6 apresenta o Rio de Janeiro com a taxa de mortalidade por doenças cerebrovasculares na população total mais elevada entre as capitais pesquisadas. Alertando para o fato de que as populações não estão ajustadas quanto à idade e risco, é razoável supor que, entre os motivos para tal fato podem estar a baixa cobertura e/ou qualidade tanto do controle da doença hipertensiva quanto do atendimento de emergência. Tal fato parece ser confirmado pela Tabela 7, que mostra a mesma taxa na população acima de 40 anos, tendo o Rio de Janeiro, seguido de Porto Alegre, apresentado as maiores taxas. A favor da política de saúde no Rio de Janeiro, deve ser notada a tendência de queda da taxa de mortalidade por doença cerebrovascular, em pessoas acima de 40 anos, entre 1997 e 2000.

**Tabela 6**  
**Taxas de mortalidade por doenças cerebrovasculares, segundo cidades brasileiras, na população total, nos anos de 1991 e 2000**

<b>Rio de Janeiro e cidades selecionadas</b>	<b>TMDC/1991</b>	<b>TMDC/2000</b>
Rio de Janeiro	9,78	8,29
São Paulo	5,61	5,86
Curitiba	6,29	5,16
Porto Alegre	7,32	6,92
Brasília	3,72	3,24

Fontes: Brasil. Ministério da Saúde (2003a) e Censo Demográfico/IBGE

**Tabela 7**  
**Taxas de mortalidade por doença cerebrovascular, segundo cidades brasileiras, em pessoas acima de 40 anos, nos anos de 1997 a 2000**

<b>Cidades</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Rio de Janeiro	195,67	200,54	184,01	165,30
São Paulo	118,29	110,72	109,96	116,46
Curitiba	119,78	113,11	119,56	94,81
Porto Alegre	137,08	179,62	160,72	143,46
Brasília	108,19	123,14	133,76	105,58

Fontes: Brasil. Ministério da Saúde (2003a) e Censo Demográfico/IBGE

Para analisar a Tabela 8 é preciso considerar as diferenças de cobertura oferecidas pelo SUS nas diversas cidades. São Paulo, por exemplo, possui sistema de saúde suplementar cobrindo cerca de 50% da população. Por outro lado, a queda de forma acentuada na taxa de 1997 a 2000 apresentada por Curitiba poderia estar vinculada a um melhor controle da doença hipertensiva.

**Tabela 8**  
**Taxas de internação no SUS, por acidente vascular cerebral, segundo cidades brasileiras, nos anos de 1997 a 2000, na população acima de 40 anos**

<b>Rio de Janeiro e grandes cidades</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Rio de Janeiro	20,89	21,29	21,47	19,05
São Paulo	12,78	13,29	13,46	12,17
Curitiba	42,42	33,55	32,9	24,96
Porto Alegre	45,62	43,88	43,63	44,32
Brasília	18,14	17,88	19,07	20,11

Fontes: Indicadores do Pacto da Atenção Básica/Ministério da Saúde.

A média de consultas médicas por habitante detalhada na Tabela 9 mostra uma boa posição relativa do Rio de Janeiro, embora seja preciso considerar a cobertura diferenciada da saúde suplementar entre as cidades analisadas. Embora em relação à média de consultas médicas por habitante o Ministério da Saúde sugira duas consultas anuais, não se trata propriamente da busca de um parâmetro ideal, mas do monitoramento de seu desempenho ao longo do tempo.

**Tabela 9**  
**Médias de consulta médica por habitante no Sistema Único de Saúde,**  
**segundo cidades brasileiras, nos anos de 1997 a 2000**

<b>Rio de Janeiro e grandes cidades</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Manaus	1,70	1,57	1,83	1,51
Belém	1,67	1,33	1,48	1,52
Fortaleza	1,74	1,45	1,45	1,40
Recife	2,94	1,36	1,45	1,55
Salvador	1,89	1,06	1,12	0,91
Belo Horizonte	1,70	1,30	1,19	0,94
Rio de Janeiro	1,47	1,14	1,35	1,42
São Paulo	0,91	0,77	0,76	0,78
Curitiba	1,89	1,46	1,33	1,27
Porto Alegre	3,14	1,70	1,59	1,91
Goiânia	1,73	1,33	1,23	0,96
Brasília	1,30	1,45	1,20	1,31

Fonte: Indicadores do Pacto da Atenção Básica/Ministério da Saúde.

### **3. A Cidade do Rio de Janeiro**

#### **3.1. Taxa de mortalidade infantil no Rio de Janeiro**

Verificando-se as taxas de mortalidade infantil entre as Regiões Administrativas do município do Rio de Janeiro, pretende-se de forma exploratória identificar possíveis relações entre a distribuição espacial da mortalidade infantil e as condições de vida da população do município, em especial a partir dos valores de IDH por RA no ano de 2000, do qual destacamos, por sua estreita relação com a mortalidade infantil, o componente de longevidade.

A evolução das taxas de mortalidade infantil para as diversas RAs do município do Rio de Janeiro, entre 1991 e 2000, encontra-se na Tabela 10. Para a realização desta tabela comparativa, foi necessário compatibilizar os dados disponíveis para 2000 de forma que correspondessem à divisão administrativa da cidade em 1991. No ano de 2000 foram definidas algumas novas RAs, formadas por bairros e áreas da divisão administrativa de 1991. Nessa compatibilização foram reduzidas ao máximo possibilidades de erro ao vincular os antigos bairros às Regiões Administrativas estabelecidas em 1991. Cabe ressaltar, portanto, que as taxas de mortalidade infantil de 2000 não correspondem às taxas de acordo com a divisão administrativa vigente nesse ano.

**Tabela 10**  
**Taxas de mortalidade infantil, segundo Regiões Administrativas**  
**Município do Rio de Janeiro em 1991 e 2000**

<b>RA</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>Varição Relativa</b>
I – Portuária	29,4	17,7	- 39,8
II – Centro	30,3	14,3	- 52,8
III - Rio Comprido	24,0	20,2	- 15,8
IV – Botafogo	15,4	8,7	- 43,5
V – Copacabana	18,2	17,6	- 3,3
VI – Lagoa	16,0	13,8	- 13,8
VII – São Cristóvão	22,1	27,7	+ 13,1
VIII – Tijuca	19,1	11,4	- 40,3
IX - Vila Isabel	22,0	15,7	- 28,6
X – Ramos	22,0	18,5	- 15,0
XI – Penha	22,3	16,9	- 24,2
XII – Inhaúma	38,9	17,4	- 55,3
XIII – Méier	8,3	17,2	+ 68,7
XIV – Irajá	28,7	17,6	- 38,7
XV – Madureira	21,6	13,1	- 39,4
XVI – Jacarepaguá	18,0	16,6	- 11,7
XVII – Bangu	23,3	19,3	- 17,3
XVIII – Campo Grande	21,1	16,5	- 22,7
XIX - Santa Cruz	25,8	19,7	- 20,5
XX - Ilha do Governador	17,7	13,9	- 21,5
XXI - Ilha de Paquetá	-	-	-
XXII – Anchieta	23,4	20,7	- 19,2
XXIII - Santa Tereza	18,7	24,5	+ 31,0
XXIV - Barra da Tijuca	14,4	14,7	+ 2,1
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>21,7</b>	<b>16,8</b>	<b>- 22,6</b>

Fonte: Gerência de Informações Epidemiológicas da Superintendência de Saúde Coletiva, disponível em <http://www.saude.rio.rj.gov.br/> [consulta em 12/8/2003].

Deve ser considerado que a RA Paquetá foi excluída da análise por apresentar pequena população e que se trata de comparações entre taxas calculadas a partir de métodos indiretos em 1991 e diretos em 2000. Desconsideraremos na comparação, também, os casos de Inhaúma e Meier, que apresentam variação muito desviante da norma, provavelmente em razão da redefinição da área geográfica de cada um. Em

1991 o bairro do Jacaré pertencia a Inhaúma e, em 2000, ao Méier, o que inviabiliza a comparação

Feitas essas ressalvas, nota-se uma elevação significativa da taxa em Santa Tereza, enquanto Portuária, Centro, Botafogo, Tijuca, Irajá e Madureira têm marcante melhora em suas taxas. As taxas de mortalidade infantil para o ano 2000 das RAs que sofreram maiores modificações, de acordo com a sua própria divisão administrativa, encontram-se nas Tabela 11 a 16. É importante ressaltar que, embora novas RAs tenham sido criadas, nem sempre há disponibilidade de dados para o cálculo da taxa de mortalidade infantil, a exemplo das RAs Complexo do Alemão e Maré. A baixa notificação nessas novas RAs deve-se à dificuldade de localização das residências. Por serem RAs cujas ruas e vias são pouco conhecidas, o registro do óbito parece incidir sobre o bairro ao qual as favelas são rotineiramente associadas, como Bonsucesso e Ramos (Maré e Complexo do Alemão). Já em favelas como a Rocinha, mais conhecida e com suas ruas devidamente mapeadas, a localização remete o óbito diretamente à RA. A análise empreendida aqui tem por referência a comparação das taxas dessas novas RAs, com as taxas de suas RAs de origem no ano de 2000. Destacam-se: Rocinha (oriunda da RA Lagoa), Jacarezinho (oriundo da RA Inhaúma), Complexo do Alemão e Maré (oriundos da RA Ramos), Cidade de Deus (oriunda da RA Jacarepaguá) e Realengo (oriundo da RA Bangu).

**Tabela 11**  
**Taxas de mortalidade infantil para as Regiões Administrativas**  
**Lagoa e Rocinha -- 2000**

<b>RA</b>	<b>Bairros</b>	<b>Mortalidade Infantil.</b>
VI - Lagoa	Ipanema, Leblon, Lagoa, Jardim Botânico, Gávea, Vidigal, São Conrado	12,1
XXVII - Rocinha	Rocinha	13,9

Fonte: Gerência de Informações Epidemiológicas da Superintendência de Saúde Coletiva, disponível em <http://www.saude.rio.rj.gov.br/> [consulta em 12/8/2003].

Nota-se que a RA Lagoa, quando considerada em sua real divisão administrativa em 2000, possui taxa de mortalidade infantil de 12,1 óbitos por mil nascidos vivos, e a Rocinha, como nova RA, tem taxa de 13,9 óbitos por mil nascidos vivos. Essa pequena diferença pode ser creditada à dificuldade na definição dos limites dessas duas RAs ou à variação de pequenos números, pois a taxa de mortalidade infantil na Lagoa, J. Botânico, Gávea, Vidigal e São Conrado foram, respectivamente, 16,2; 4,8; 33,2; 11,9 e 35,7 óbitos de menores de 1 ano por mil nascidos vivos, em 2000.

**Tabela 12**  
**Taxas de mortalidade infantil para as Regiões Administrativas**  
**Inhaúma e Jacarezinho: 2000**

<b>RA</b>	<b>Bairros</b>	<b>Mortalidade Infantil</b>
XII - Inhaúma	Higienópolis, Maria da Graça, Del Castilho, Inhaúma, Engenho da Rainha e Tomás Coelho	15,8
XXVIII - Jacarezinho	Jacarezinho	18,0

Fonte: Gerência de Informações Epidemiológicas da Superintendência de Saúde Coletiva, disponível em <http://www.saude.rio.rj.gov.br> [consulta em 12/8/2003].

A RA Inhaúma, passa a apresentar taxa de mortalidade infantil de 15,8 em sua real divisão administrativa de 2000, e a nova RA Jacarezinho tem taxa de 18,0 óbitos por mil nascidos vivos.

O Complexo do Alemão, a despeito de uma população residente de 65.026 pessoas em 2000, possui um registro de apenas treze nascidos vivos e taxa de mortalidade infantil igual a zero para o mesmo ano. A sua população residente é praticamente o dobro, por exemplo, do bairro de Jacarezinho, que possui registro de 499 nascidos vivos e 18,0 de taxa de mortalidade infantil. Esse fato sinaliza a já mencionada dificuldade de localização dos óbitos menores de um ano e dos nascidos vivos no Complexo do Alemão, resultando em limitada possibilidade de aproximação e análise da realidade de saúde dessa nova RA.

**Tabela 13**  
**Taxas de mortalidade infantil para as Regiões Administrativas**  
**Ramos, Complexo do Alemão e Maré: 2000**

<b>RA</b>	<b>Bairros</b>	<b>Mortalidade infantil</b>
X – Ramos	Manguinhos, Bonsucesso, Ramos, Olaria	18,3
XXIX - Complexo do Alemão	Complexo do Alemão	0,0
XXX – Maré	Maré	32,3

Fonte: Gerência de Informações Epidemiológicas da Superintendência de Saúde Coletiva, disponível em <http://www.saude.rio.rj.gov.br> [consulta em 12/8/2003].

O Complexo da Maré, também originário da RA Ramos, apresenta, como uma RA em 2000, taxa de mortalidade infantil de 32,3 óbitos por mil nascidos vivos. Este valor está bem acima dos outros bairros que compõem a RA Ramos: Manguinhos (22,9), Bonsucesso (18,8), Ramos (17,5) e Olaria (16,4).

Por sua vez, ao compatibilizarmos a taxa de mortalidade infantil da RA Ramos conforme composição de 1991, a taxa encontrada para 2000 é de 18,3 óbitos por mil nascidos vivos. A taxa da RA Ramos fica comprometida, portanto, sem a medida da

mortalidade infantil no Complexo do Alemão, mesmo supondo-se que os dados desse bairro possam estar notificados em outros da mesma região.

O comportamento dessas taxas revela as dificuldades de aproximação e mapeamento dos novos espaços urbanos, embaçando a compreensão de fenômenos sociais importantes, como a dinâmica das favelas na cidade. Segundo apontado por Perlman (2000), de acordo com o Censo 2000 do IBGE, em 1970 existiam aproximadamente 300 favelas na cidade do Rio de Janeiro; já em 2000, havia 513 somente na área do município. A autora destaca que o Instituto Pereira Passos encontra um número ainda mais alto: 704 favelas, sem incluir os loteamentos clandestinos.

Analisando a taxa de crescimento do Rio de Janeiro, Perlman mostra que, entre 1980 e 1990, essa taxa diminuiu para 7,6%, enquanto a taxa de crescimento de favelas aumentou de 11,4% para 40,5%; entre 1990 e 2000, a população da cidade cresceu 6,9% ao ano, ao passo que as favelas cresceram em 24%. Dessa forma, embora sinalizada a expressiva participação da população favelada na dinâmica populacional do município, pouco se sabe sobre seus processos de saúde, do nascer, adoecer e morrer, uma vez que estes não figuram claramente nos bancos de dados de informações de saúde. Mesmo elevados à categoria de Região Administrativa, os novos bairros continuam a depender de estudos a partir de regiões mais amplas, como no caso da mortalidade infantil.

**Tabela 14**  
**Taxas de mortalidade infantil para as Regiões Administrativas**  
**Jacarepaguá e Cidade de Deus: 2000**

<b>RA</b>	<b>Bairros</b>	<b>Mortalidade Infantil.</b>
XVI - Jacarepaguá	Jacarepaguá, Anil, Gardênia Azul, Curicica, Freguesia, Pechincha, Taquara, Tanque, Praça Seca, Vila Valqueire	16,2
XXXIV - Cidade de Deus	Cidade de Deus	22,5

Fonte: Gerência de Informações Epidemiológicas da Superintendência de Saúde Coletiva, disponível em <http://www.saude.rio.rj.gov.br/> [consulta em 12/8/2003].

A RA Jacarepaguá passa a ter taxa de mortalidade infantil de 16,2 óbitos por mil nascidos vivos em sua real divisão administrativa de 2000, e a nova RA Cidade de Deus apresenta 22,5. O impacto diminuto na taxa de Jacarepaguá com a transformação da Cidade de Deus em RA pode ser creditado ao baixo número de nascimentos (712) aí sucedidos em 2000. Somente nos bairros de Jacarepaguá, Freguesia e Anil ocorreram 3.554 nascimentos em 2000, com taxas de mortalidade infantil, respectivamente, de 13,1; 11,5 e 12,5 óbitos de menores de 1 ano por mil nascidos vivos.

**Tabela 15**  
**Taxas de mortalidade infantil para as Regiões Administrativas**  
**Bangu e Realengo: 2000**

<b>RA</b>	<b>Bairros</b>	<b>Mortalidade Infantil.</b>
XVII – Bangu	Padre Miguel, Bangu, Senador Câmara	21,8
XXXIII - Realengo	Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonsos, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo	14,8

Fonte: Gerência de Informações Epidemiológicas da Superintendência de Saúde Coletiva, disponível em <http://www.saude.rio.rj.gov.br/> [consulta em 12/8/2003].

A RA Bangu passa a apresentar taxa de mortalidade infantil de 21,8 em sua real divisão administrativa de 2000. Essa taxa apresentada por Bangu na nova divisão administrativa de 2000, maior do que a taxa caso fosse mantida a divisão de 1991 (19,3), mostra o impacto positivo que a melhor situação da RA Realengo, refletida em sua taxa de 14,8 óbitos por mil nascidos vivos, causava na antiga RA.

### **3.2. Esperança de vida, mortalidade por causas externas no Rio de Janeiro e IDH no Rio de Janeiro**

A violência, mais do que presente em estatísticas, parece encontrar-se no cotidiano da cidade. Suas vítimas podem sofrer tanto por atos violentos aleatórios quanto por formarem grupos mais vulneráveis à cooptação pelo crime organizado. A morte por causas externas tem impacto na esperança de vida de uma população, muitas vezes diminuindo a expectativa potencial advinda de outros avanços no cuidado à saúde e ao bem-estar geral. A Tabela 16 mostra a distribuição desigual das taxas de mortalidade por causas externas, definidas por local de residência, nas Regiões Administrativas da cidade, em ordem decrescente, no ano de 2000.

**Tabela 16**  
**Taxa de mortalidade por causas externas, por dez mil habitantes, segundo**  
**Região Administrativa de residência, Município do Rio de Janeiro: 2000**

<b>RA</b>	<b>TMCE/10.000 hab</b>	<b>RA</b>	<b>TMCE/10.000 hab</b>
Ramos	22,74	Méier	8,69
Anchieta	16,36	Jacarepaguá	8,12
Centro	15,30	Tijuca	7,40
São Cristóvão	14,80	Penha	7,35
Rio Comprido	14,55	Botafogo	6,16
Pavuna	12,87	Vila Isabel	6,12
Portuária	12,04	Copacabana	5,93
Santa Teresa	11,70	Paquetá	5,85
Bangu	11,45	Rocinha	5,68
Inhaúma	10,81	Ilha do Governador	5,57
Irajá	10,70	Barra da Tijuca	5,27
Madureira	10,30	Lagoa	5,08
Jacarezinho	10,16	Guaratiba	4,62
Campo Grande	10,15	Complexo da Maré	0,44
Santa Cruz	9,47	Complexo do Alemão	0,15
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>9,36</b>	-	-

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde (2003a).

A taxa média encontrada foi de 9,36 mortes por 10.000 habitantes. A menor taxa foi verificada na RA Guaratiba (4,62), seguida da RA Lagoa (5,08) e da Barra da Tijuca (5,27). A maior taxa foi identificada na RA Ramos, com 22,74 mortes por 10.000 habitantes.

É preciso apontar a fragilidade dos dados das RAs Complexos do Alemão e da Maré. Considerando a dinâmica do crime organizado no recrutamento de jovens e que essas regiões são um dos redutos dos comandos que dominam o narcotráfico da cidade, a limitada apreensão da realidade local escamoteia a dinâmica social que determina que um jovem dessa comunidade tenha maiores chances de morrer de forma violenta antes mesmo de atingir a idade adulta.

A Tabela 17 exhibe os dados dos bairros que compõem a RA Ramos: Bonsucesso, Manguinhos, Olaria e Ramos, permitindo observar as taxas de cada um e seu peso relativo na composição da taxa da RA. O bairro de Bonsucesso possui uma taxa de mortalidade por causas externas quase dez vezes maior que a taxa da cidade do Rio de Janeiro.

**Tabela 17**  
**Taxas de mortalidade por causas externas, segundo bairro de residência**  
**Região Administrativa de Ramos, Rio de Janeiro: 2000**

<b>RA Ramos</b>	<b>TMCE/10.000 hab.</b>
Bonsucesso	89,1
Manguinhos	13,9
Olaria	7,2
Ramos	21,8

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde (2003a).

Constata-se que o bairro Bonsucesso é não somente o mais violento da RA Ramos, como também o mais violento da cidade do Rio de Janeiro. O segundo bairro onde mais se morre por causas externas é o da Saúde, pertencente à RA Portuária, com 59,7 mortes/10.000 habitantes. O elevado número apresentado em Bonsucesso parece ser a provável resposta para a subnotificação nos Complexos da Maré e do Alemão. Entretanto, não é possível precisar o peso de cada um dos Complexos na composição da mortalidade de Bonsucesso.

**Tabela 18**  
**Esperança de vida e IDH, segundo Regiões Administrativas**  
**Município do Rio de Janeiro em 1991 e 2000**

<b>RA</b>	<b>EV 91</b>	<b>IDH 91</b>	<b>EV 00</b>	<b>IDH 00</b>
Lagoa	72,04	0,913	76,83	0,975
Copacabana	71,81	0,899	77,76	0,968
Botafogo	72,26	0,902	76,52	0,962
Tijuca	70,04	0,869	74,73	0,931
Barra da Tijuca	69,48	0,87	72,69	0,923
Vila Isabel	71,25	0,866	75,19	0,921
Centro	70,47	0,825	76,12	0,894
Santa Teresa	68,60	0,806	74,06	0,868
Méier	68,40	0,816	71,58	0,865
Ilha do Governador	68,08	0,808	72,66	0,862
Irajá	68,25	0,79	73,93	0,851
Jacarepaguá	68,84	0,798	71,78	0,844
Rio Comprido	67,37	0,783	71,36	0,836
Madureira	67,24	0,772	72,59	0,834
Inhaúma	67,83	0,780	71,82	0,833
Ramos	67,31	0,778	71,68	0,828
Ilha de Paquetá	68,34	0,774	74,06	0,822
São Cristóvão	66,2	0,750	71,39	0,814
Realengo	66,36	0,754	70,39	0,813
Penha	65,17	0,752	69,74	0,805
Anchieta	66,45	0,750	70,23	0,805
Bangu	65,88	0,734	69,81	0,792
Campo Grande	65,19	0,738	68,71	0,792
Portuária	65,92	0,728	69,59	0,775
Pavuna	65,00	0,726	67,41	0,767
Cidade de Deus	62,51	0,693	67,35	0,754
Santa Cruz	62,51	0,694	65,99	0,747
Guaratiba	62,37	0,683	67,12	0,746
Rocinha	65,76	0,678	67,91	0,735
Jacarezinho	62,32	0,678	66,30	0,731
Maré	62,55	0,666	66,03	0,719
Complexo do Alemão	62,37	0,657	64,38	0,709

Fonte: Fundação João Pinheiro.

Obs: EV – Esperança de Vida

#### **4. Discussão sobre mortalidade infantil, mortalidade por causas externas, esperança de vida e IDH**

Ao observarmos as diversas taxas descritas neste capítulo, distribuídas por RAs, no município do Rio de Janeiro, constatamos que existem disparidades que podem ser mais ou menos compreendidas, em função da conformação de cada uma dessas RAs.

A despeito dos valores do IDH, as taxas correspondentes de mortalidade infantil e mortalidade por causas externas nem sempre são compatíveis, o que, provavelmente, remete a heterogeneidades na conformação de certas RAs constituídas tanto por bairros e regiões de alta renda quanto por bolsões de pobreza e favelas.

Na Área de Planejamento (AP) 1, formada pelas RAs Portuária, Centro, Rio Comprido, São Cristóvão, Paquetá e Santa Tereza, verificamos que o maior valor de IDH (0,894) é da RA Centro, que, no entanto, apresenta a maior taxa de mortalidade por causas externas (15,3), evidenciando a presença de componentes relativos a acidentes e violência. Em relação à mortalidade infantil, é na AP 1 que encontramos as mais elevadas taxas, que todavia não correspondem aos piores valores de expectativa de vida do município. Chama a atenção a RA Rio Comprido, que tem alta taxa de mortalidade infantil (20,2), alta taxa de mortalidade por causas externas (14,55), esperança de vida de 71,36 anos e um IDH relativamente alto (0,836).

Em relação à AP 2, formada pelas RAs Botafogo, Copacabana, Lagoa, Tijuca, Vila Isabel e Rocinha, é a AP que agrega os melhores índices: as mais baixas taxas de mortalidade infantil e por causas externas, os melhores valores de IDH e as mais elevadas expectativas de vida. Chama a atenção, no entanto o comportamento da RA Rocinha, que apresenta uma taxa de mortalidade infantil (13,9) inferior à da RA Copacabana (17,6), bem como uma taxa de mortalidade por causas externas apenas um pouco mais elevada (5,68) do que a encontrada na RA Lagoa (5,08). Em contraste, o seu IDH (0,735) é bem inferior ao verificado no restante das RAs dessa AP, e sua expectativa de vida é de 67,91, também abaixo da média observada nas outras RAs da AP 2. Sem descartar a possibilidade de erro na mensuração das taxas dos dois tipos de mortalidade aqui apresentadas, já que o impacto dos indicadores na esperança de vida é expressivo, pode-se supor uma significativa diferença de renda, assim como de rede de proteção social voltada para a população idosa das outras RAs dessa AP, especialmente Copacabana, Lagoa e Botafogo, seguidas por Tijuca e Vila Isabel.

A AP 3, formada pelas RAs Ramos, Penha, Inhaúma, Méier, Irajá, Madureira, Ilha do Governador, Anchieta, Pavuna, Jacarezinho, Complexo do Alemão e Maré, apresenta um conjunto de valores intermediários para as variáveis descritas, com uma maior homogeneidade entre eles. Entretanto, cabe destacar que são desconhecidas as taxas de mortalidade infantil para as RAs Complexo do Alemão e Maré. As taxas de mortalidade por causas externas dessas duas RAs (0,15 e 0,44, respectivamente) também não parecem ser fidedignas, o que pode acarretar uma análise pouco discriminativa em relação a esses dados específicos.

Quanto à AP 4, formada pelas RAs Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Cidade de Deus, parece haver dificuldade de localização de dados para a RA Cidade de Deus no

que se refere às taxas de mortalidade por causas externas. No que diz respeito às outras duas RAs, seu elevado IDH (0,923) chama a atenção na RA Barra da Tijuca, além do baixo índice local de mortalidade por causas externas (5,27).

Finalmente, a AP 5, formada pelas RAs Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e Realengo, apresenta taxas de mortalidade infantil entre as mais elevadas do município, embora encerre taxas não tão elevadas de mortalidade por causas externas. Em termos de IDH e expectativa de vida, encontramos nessa AP os seus piores valores. É interessante observar que, em relação a AP 1, a AP 5 tem índices melhores para as taxas de mortalidade descritas, o que, no entanto, não impacta mais positivamente nos seus valores de esperança de vida e IDH.

Estas e outras observações sugerem que nem sempre os valores de IDH e esperança de vida refletem, plenamente, a dinâmica de bem-estar social da cidade. Outros indicadores surpreendem e apontam situação diversa da projetada pela simples verificação do IDH nas distintas áreas do município do Rio de Janeiro. Dessa forma, qualquer política pública voltada para a melhoria da qualidade da saúde da população deveria levar em conta diferentes indicadores e estar atenta à diversidade de sua correlação nos diversos bairros da cidade.

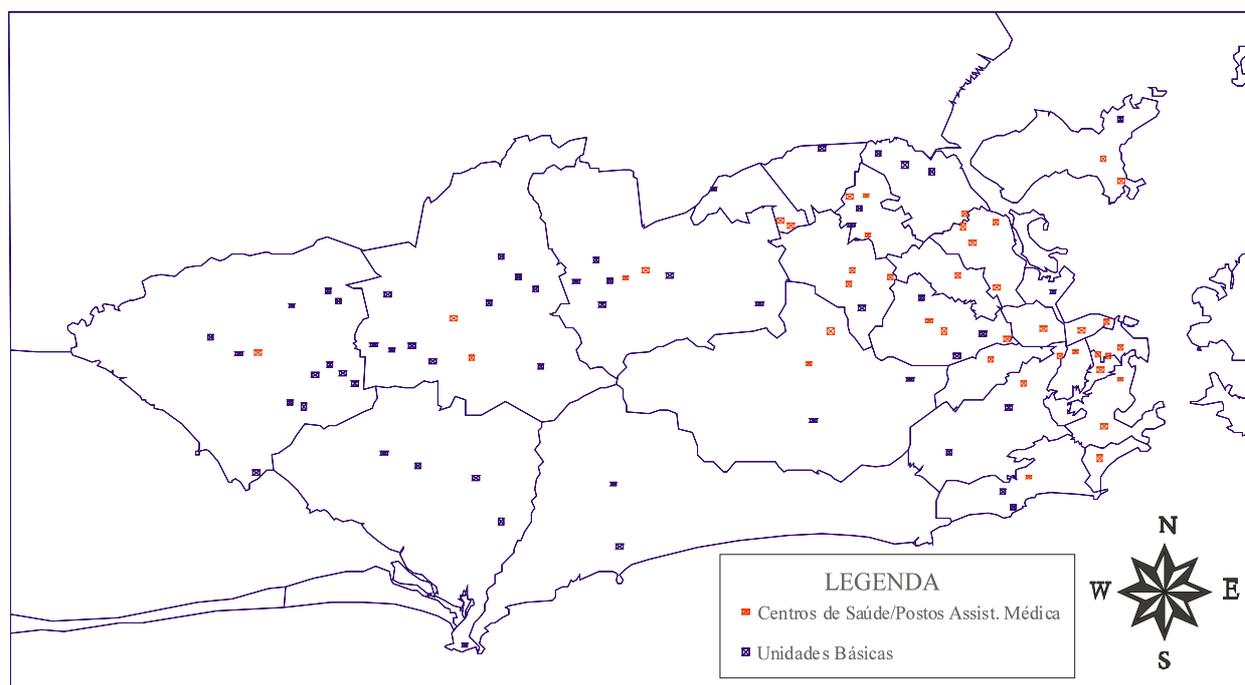
## **5. Serviços de Saúde no Município do Rio de Janeiro**

### **5.1. Assistência Ambulatorial**

A Figura 1 mostra a distribuição espacial das Unidades Básicas de Saúde (em azul) e dos Centros de Saúde e antigos Postos de Assistência Médica (em vermelho). Vê-se uma concentração das Unidades Básicas na Zona Oeste, enquanto os Centros e Postos de Assistência se localizam, preferencialmente, nas áreas centrais (AP 1) e Zona da Leopoldina (AP 3).

Se considerarmos as Unidades Básicas como aquelas de menor incorporação de tecnologias e menor área construída em comparação aos Centros de Saúde e Postos de Assistência, a Figura 1 sugere que nas APs 4 e 5 existe menor disponibilidade da oferta de serviços de saúde se nos limitarmos à análise das Unidades de Saúde exclusivamente ambulatoriais.

**Figura 1**  
**Distribuição Espacial dos Centros de Saúde/Postos de Assistência Médica e Unidades Básicas de Saúde no Município do Rio de Janeiro**



Fonte: Vasconcelos (1997)

Para uma primeira aproximação das consultas realizadas pelas Unidades Ambulatoriais, é interessante examinar a oferta de consultas médicas nas especialidades básicas. Tais consultas refletem a capacidade da rede básica em prestar assistência ambulatorial individual, excluindo-se os atendimentos de urgência/emergência. O Ministério da Saúde preconiza a realização de, no mínimo, 1,5 consulta médica básica por habitante/ano. A Tabela 19 mostra a distribuição desse tipo de consulta nas Áreas Programáticas do Rio de Janeiro.

**Tabela 19**  
**Consultas médicas nas especialidades básicas por habitante/ano, segundo área programática Município do Rio de Janeiro: 2000**

	AP1	AP2.1	AP2.2	AP3.1	AP3.2	AP3.3	AP4	AP5.1	AP5.2	AP5.3	Total
Consultas Médicas	2,8	0,7	1,3	0,6	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	2,0	0,9

Fonte: PRO-ADESS, Projeto Metodologia de Avaliação de Desempenho do Sistema de Saúde Brasileiro - CICT/Fiocruz e Sistema de Informações Ambulatoriais, Ministério da Saúde

A média para toda a cidade está aquém do mínimo preconizado pelo Ministério da Saúde. Embora haja variações entre as diversas APs, apenas duas regiões conseguem ultrapassar o mínimo de 1,5 consulta por habitante no ano. A consequência maior da baixa oferta de consultas ambulatoriais em clínicas básicas é a sobrecarga dos serviços de emergência e a limitada cobertura dos programas de controle de

agravos, como pré-natal, e doenças prioritárias, como hipertensão arterial, diabetes, entre outros.

Mesmo considerando-se a dificuldade da definição de um parâmetro ideal para consultas médicas nas especialidades básicas por habitante, além da possibilidade de o indicador ser influenciado pela contagem cumulativa de consultas a um mesmo habitante, no período considerado, pois não faz distinção entre consulta de primeira vez, subsequente (de seguimento) ou de pronto atendimento, esses dados parecem sugerir baixa cobertura de programas como o pré-natal. Tal fato pode ser uma das explicações seja para a desigualdade espacial da mortalidade infantil no município do Rio de Janeiro, seja para as taxas médias ainda elevadas.

## 5.2. Internações hospitalares do Sistema Único de Saúde no Rio de Janeiro

O Sistema de Informações Hospitalares do Ministério da Saúde detalha as internações financiadas pelo SUS, permitindo análises de diversos aspectos. Considerando as internações ocorridas no município do Rio de Janeiro, em 2000, segundo a natureza jurídica do prestador, detalhando o Diagnóstico Principal pelos Capítulos da Classificação Internacional de Doenças, verifica-se que a principal causa de internação (82.691 internações) tem a ver com gravidez, parto e puerpério, enquanto a segunda principal causa (53.302) de internação refere-se a transtornos mentais e comportamentais. Em termos de prioridade numérica, pode-se dizer que o SUS está voltado para as questões maternas no tocante ao número de internações. Essa possibilidade é reforçada pelo resultado da análise da proporção de nascimentos ocorridos em hospitais do Sistema Único de Saúde em relação ao total de nascimentos no município do Rio de Janeiro. Trata-se de um indicativo da cobertura da assistência materna pelo SUS, estimando o grau de dependência da população para com a oferta de serviços públicos de saúde. Essa proporção é mostrada na Tabela 20 para o ano de 2000.

**Tabela 20**  
**Proporção de nascidos vivos, ocorrida em hospitais vinculados ao SUS ou não**  
**segundo área programática Município do Rio de Janeiro: 2000**

Situação	AP1	AP2.1	AP2.2	AP3.1	AP3.2	AP3.3	AP4	AP5.1	AP5.2	AP5.3	TOTAL
Não SUS	19,2	48,7	47,8	22,0	32,5	25,9	34,7	21,6	20,9	12,9	30,2
SUS	80,8	51,3	52,2	78,0	67,5	74,1	65,3	78,4	79,1	87,1	69,8

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde (2003a) e Secretaria Municipal de Saúde, Rio de Janeiro.

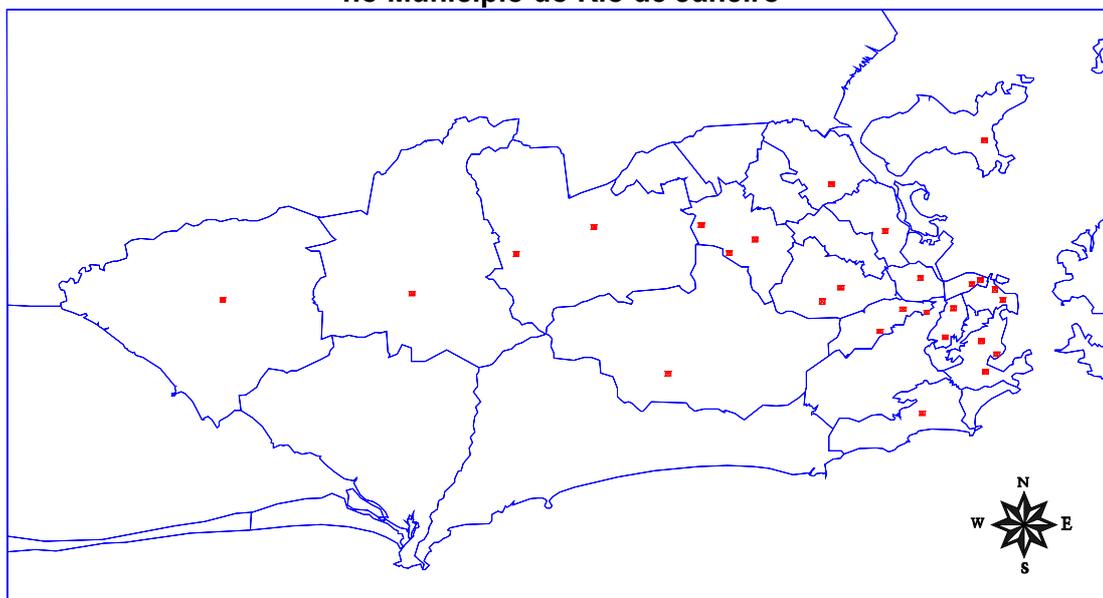
Deve ser notado que não se trata das Áreas Programáticas de residência das mães dos nascidos vivos e sim da localização do hospital onde ocorreram os partos. A Tabela 20 mostra que o SUS cobre praticamente 70% dos partos que resultaram em nascidos vivos ocorridos no município do Rio de Janeiro. A variação regional é expressiva, desde 51,3% na AP 2.1 até 87,1% na AP 5.3. Pode-se considerar,

portanto, que os gestores do SUS têm alta capacidade de intervenção na assistência hospitalar ao parto.

Chama a atenção, apontando um dos lados trágicos da questão materna no Rio de Janeiro, que a causa principal de internação tanto na faixa etária de 10 a 14 anos quanto na de 15 a 19 anos, do sexo feminino, refere-se à gravidez, parto e puerpério, respectivamente, 1.156 em 3.767 internações e 19.879 em 22.913 internações.

A Figura 2 mostra a distribuição espacial dos hospitais onde ocorreram mais de 100 internações relativas à gravidez, parto e puerpério, mostrando a baixa disponibilidade de leitos obstétricos financiados pelo setor público na AP 5 e AP 4, áreas onde a mortalidade infantil se apresenta em níveis elevados.

**Figura 2**  
**Distribuição espacial das maternidades que realizaram mais de 300 procedimentos obstétricos financiados pelo setor público em 2000, no Município do Rio de Janeiro**



Fonte: Vasconcelos (1997)

## 6. Conclusão

A análise dos indicadores de saúde do município do Rio de Janeiro reflete os desafios sociais de saúde e de qualidade de vida presentes no município. Se, por um lado, o IDH municipal permitiu olhar para as regiões da cidade segundo o cruzamento dos indicadores de renda, educação e longevidade, de outro, os indicadores de saúde utilizados – taxa de mortalidade infantil, por causas externas e por doenças cerebrovasculares, e distribuição dos serviços de saúde, dentre outros – ajudaram a acrescentar importantes reflexões sobre a saúde e a qualidade de vida do morador da cidade.

Análises de mortalidade infantil, comparadas com as de outras cidades e países, apontaram que, apesar da curva declinante desse indicador no Brasil, ainda é significativa a perda prematura de vidas em nossas cidades, inclusive no Rio de Janeiro. Confirma-se a já universalmente revelada ligação entre mortalidade infantil e anos de estudo da mãe, sinal da estreita relação entre educação e saúde, ambos componentes de mensuração do IDH.

No que diz respeito à mortalidade por causas externas, ainda que em posição mais vantajosa que São Paulo e apresentando redução na última década, o Rio de Janeiro tem a segunda maior taxa comparativamente a outras capitais. A violência na cidade e o esgarçamento do tecido social via ações do narcotráfico contribuem para o alto patamar de mortes violentas, relação esta mais bem visualizada quando o indicador é apresentado por bairros, sendo sua presença mais nítida em zonas que concentram favelas que vivenciam a ação do tráfico de drogas.

Por outro lado, a subnotificação de óbitos e nascimentos verificada em novas RAs, em especial no Complexo do Alemão e na Maré, mostra que essas regiões ainda são pouco visíveis nos mecanismos de registro de ocorrências. Sua invisibilidade nos sistemas de informação de saúde dificulta a apreensão dos fenômenos locais e dos processos de saúde vividos pelas comunidades. No município do Rio de Janeiro, ambas as favelas são comumente associadas ao seu bairro de origem (efeito perceptível a partir da compatibilização das RAs de 1991 e 2000). A ausência de dados, da mesma forma, reflete a dificuldade de aproximação com a realidade local dessas favelas cujo acesso e penetração são dificultados pelo poder do narcotráfico.

Quanto à mortalidade por doenças cerebrovasculares, o Rio de Janeiro figura na posição mais elevada entre as capitais pesquisadas. Como citado anteriormente, esse indicador oferece elementos que permitem indagar sobre a possível baixa cobertura e/ou qualidade tanto do controle da doença hipertensiva quando do atendimento de emergência.

Sobre serviços de saúde, foi especialmente reveladora a análise das internações hospitalares para a faixa etária de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos do sexo feminino referentes à gravidez, parto e puerpério. A distribuição das internações, em particular, pode ser compreendida como uma confluência dos indicadores apresentados aqui pela consideração de que nela estão resumidas certas condições sociais e de saúde sob as quais vive o carioca, seja na sua infância (mortalidade infantil, esperança de vida ao nascer), na sua juventude (mortalidade por causas externas, violência, narcotráfico e internações por parto na adolescência) ou na sua maturidade (doenças cerebrovasculares). São traduções sociais do viver na cidade do Rio de Janeiro, que tem forte interface com o uso dos serviços de saúde e a capacidade dos mesmos em

responder a essas necessidades. Ao mesmo tempo, expressam demandas mais amplas, que remetem a formulações de respostas no âmbito das políticas públicas do município. Somados ao IDH, fornecem um panorama rico sobre a saúde do carioca e a qualidade de vida nos bairros da cidade e constituem-se em elementos fundamentais da decisão política.

## Referências Bibliográficas

- BEHM, Hugo. (1980), "Determinantes Económicas y Sociales de la Mortalidad en América Latina". *Revista Cubana de Salud*, vol. 6, pp.1-30.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2003a), Sistema Nacional de Informações de Nascidos Vivos e Sistema Nacional de Mortalidade [11/8/2003]. Disponível na Internet. <<http://www.datasus.gov.br>>.
- \_\_\_\_\_. (2003b), Estimativas da Mortalidade Infantil. [10/8/2003]. Disponível na Internet <<http://www.datasus.gov.br>>.
- \_\_\_\_\_. (2003c), Portaria nº GM 456, de 16 de abril, publicada no DOU de 17 de abril de 2003, seção I.
- CLAVES/ENSP/FIOCRUZ. (2001), "Morbi-Mortalidade por Causas Violentas no Brasil,1999 [11/8/2003]. Disponível na Internet <<http://www.claves.fiocruz.br/Boletim%203.PDF>>.
- GONÇALO-PEREZ, G. e HERRERA-LEON, L. (1990), "Desarrollo Social y Mortalidad Infantil, 1977-1986, Cuba. Un Análisis Regional". *Revista de Saúde Pública*, vol. 24, pp. 186-195.
- GRANT, James. (1992), "Situação Mundial da Infância, 1993", in *Fundo das Nações Unidas para a Infância*. Brasília.
- IBGE -- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (1991), *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, IBGE.
- JORNAL O GLOBO. Suplemento Especial A ERA FHC de 10/1/2003. Documento da web em <<http://www.oglobo.com.br>>.
- LARDELLI, Pablo, BLANCO, J. I., DELGADO-RODRIGUEZ, M., BUENO, A., LUNA, J. D. e GALVEZ, R. (1993), "Influence of Socioeconomic and Health Care Development on Infant and Perinatal Mortality in Spain, 1975-1986". *Journal of Epidemiology and Community Health*, vol. 47, pp. 260-264.
- LEAL, Maria do Carmo e SZWARCOWALD, Célia Landmann. (1996), "Evolução da Mortalidade Neonatal no Estado do Rio de Janeiro de 1979 a 1993: Análise por Tempo de Vida segundo Região de Residência". *Revista de Saúde Pública*, vol. 30, pp. 403-412.
- MONTEIRO, Carlos Augusto. (1982), "Contribuição para o Estudo do Significado do Coeficiente da Mortalidade Infantil no Município de São Paulo, SP (Brasil), nas Três Últimas Décadas (1950-1979)". *Revista de Saúde Pública*, vol. 16, pp. 7-18.
- MURRAY, C. J. L. (1988), "The Infant Mortality Rate, Life Expectancy at Birth and a Linear Index of Mortality as Measures of General Health Status". *International Journal of Epidemiology*, vol. 17, pp. 122-128.
- PAIM, Jairnilson Silva. *et alii*. (1997), "Abordagens Teórico-Conceituais em Estudos de Condições de Vida e Saúde: Algumas Notas para Reflexão e Ação", in R. Barata (org.), *Condições de Vida e Situação de Saúde*. Rio de Janeiro, Abrasco, pp. 7-30.

- PERLMAN, Janice. (2000), "Marginalidade: Do Mito à Realidade nas Favelas do Rio de Janeiro (1969-2002)". *Rio Estudos*, nº 102, Rio de Janeiro. Coleção Estudos da Cidade, Instituto Pereira Passos.
- POLLARD, A. H., YUSUF, F. e POLLARD, G. N. (1974), *Demographic Techniques*. Sidney, Pergamon Press.
- PRO-ADESS. (2003), Desenvolvimento de Metodologia de Avaliação do Desempenho do Sistema de Saúde Brasileiro [10/8/2003]. Disponível na Internet <<http://www.cict.fiocruz.br>>
- PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). (2003), Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Documento web recuperado em 20/6/2003 em <<http://www.undp.org.br/>>.
- RIPSA. (2002), *Indicadores Básicos de Saúde no Brasil: Conceitos e Aplicações/RIPSA*. Brasília, Organização Pan-Americana da Saúde.
- SIMÕES, Celso Cardoso da Silva (1999), "Evolução e Perspectivas da Mortalidade Infantil no Brasil". *Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica*, nº 2. Rio de Janeiro, IBGE.
- SBDCV (Sociedade Brasileira de Doenças Cerebrovasculares). (2002), "Primeiro Consenso Brasileiro para Trombólise no Acidente Vascular Cerebral Isquêmico Agudo". *Arq. Neuropsiquiat*, vol. 60, nº 3-A, pp. 675-680.
- SOUZA, Ednilsa Ramos de e MINAYO, Maria Cecília de Souza. (1999), "O Impacto da Violência Social na Saúde Pública do Brasil: Década de 80", in M. C. S. Minayo, *Os Muitos Brasis: Saúde e População na Década de 80*. São Paulo/Rio de Janeiro. HUCITEC/ABRASCO.
- SZWARCWALD, Célia Landmann, BASTOS, Francisco Inácio, ESTEVES, Maria Ângela Pires et alii. (1999), "Desigualdade de Renda e Situação de Saúde: O Caso do Rio de Janeiro". *Cadernos de Saúde Pública*, vol.15, nº 1, pp. 15-28.
- SZWARCWALD, Célia L., LEAL, Maria do Carmo, ANDRADE, Carla L. T. de e SOUZA JR., Paulo Roberto B. de. (2002), "Estimação da Mortalidade Infantil no Brasil: O que Dizem as Informações sobre Óbitos e Nascimentos do Ministério da Saúde". *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 18, nº 6, pp. 1725-1736.
- VASCONCELLOS, Miguel Murat (1997), *Modelos de Localização e Sistemas de Informações Geográficas na Assistência Materna e Perinatal: uma aplicação no município do Rio de Janeiro*. Tese de D. Sc, Programa de Engenharia Biomédica, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ. <http://www.ensp.fiocruz.br/~miguel/tese>
- YUNES, João. (1983), "Características Sócio-Econômicas da Mortalidade Infantil em São Paulo". *Pediatria*, vol. 5, pp. 162-168.
- ZURRIAGA-LLORENS, O., ALFONSO-SANCHEZ, J. L., SANCHIS-NOGUERA, B., PRADO-DEL-BAÑO, M. J. e CORTINA-GREUS, P. (1990), "Algunos Factores Determinantes de la Mortalidad Infantil en España". *Salud Pública*, vol. 32, pp. 665-672.

# O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Érica Amorim\* e Mauricio Blanco\*\*

## 1. Introdução

O Índice de Desenvolvimento Humano tem como objetivo mensurar as condições de vida de uma população a partir de três dimensões, também denominados IDH temáticos: Educação (IDH-Educação), Renda (IDH-Renda) e Saúde (IDH-Longevidade)<sup>43</sup>. No primeiro incorporam-se dois indicadores: a taxa de alfabetização e a taxa bruta de frequência à escola; o segundo inclui apenas um indicador: a renda *per capita*; o terceiro inclui a esperança de vida ao nascer.

O objetivo central desta seção consiste em descrever e analisar a evolução do IDH durante a década de 1990 para a cidade do Rio de Janeiro, desagregando a análise apenas a um nível - os IDHs temáticos -, e para atingir este objetivo realizamos comparações sob três óticas, utilizando três parâmetros.

Em primeiro lugar, no que diz respeito às comparações, adotamos a perspectiva de comparar o IDH do Rio de Janeiro com o de outras onze capitais do país, todas com uma população superior ao milhão de habitantes. Em segundo lugar, comparamos entre si o IDH das 32 Regiões Administrativas (RAs) do Rio de Janeiro e, para completar, realizamos o mesmo exercício com o IDH dos seus 126 bairros.

Em relação aos parâmetros utilizados procuramos, no primeiro caso, um que irá indicar simplesmente o valor do IDH – que varia entre 0 e 1 – com o objetivo de determinar o grau de desenvolvimento atingido no Rio de Janeiro (as tabelas estão organizadas de acordo com o valor do IDH para o ano de 2000, de forma decrescente).

O segundo parâmetro consiste em encontrar uma forma de situar, por exemplo, o Rio em relação às outras cidades. Para que isso seja possível, elabora-se uma ordenação da classificação que nos permita uma comparação de caráter ordinal<sup>44</sup>.

Finalmente, o terceiro parâmetro nos revela a velocidade da evolução do IDH, utilizando um indicador básico que é a taxa de crescimento dos diversos IDHs.

---

\* Economista  
\*\* Cientista Político

<sup>43</sup> Os autores agradecem a assistência dada por Eduardo Pereira Neto no que diz respeito à produção de tabelas e gráficos utilizados no presente capítulo.

<sup>44</sup> Nas tabelas elaboradas, esta variação na ordenação da classificação está representada por três cores (verde, amarelo e vermelho). A cor verde representa a variação positiva na classificação, a cor amarela corresponde a poucas variações, ao passo que a cor vermelha expressa variações negativas da posição na classificação.

Com base nestas considerações, os três parâmetros utilizados serão: os próprios valores do IDH (para 1991 e 2000); a elaboração de uma classificação tomando como base os valores do IDH, seja dos doze grandes centros urbanos, das RAs ou dos bairros e, por último, as taxas de crescimento dos IDHs.

Cabe ressaltar que uma análise isolada de um dos três parâmetros poderia induzir a erros de interpretação sobre a avaliação do desempenho da cidade. É por esta razão que é necessário levar em consideração os três parâmetros – valor dos índices, a ordenação e a velocidade da evolução dos índices – em conjunto.

## 2. A evolução do IDH do Rio de Janeiro no contexto dos grandes centros urbanos do Brasil

A Tabela 1 sintetiza toda a informação em relação aos valores do IDH, a classificação e as taxas de crescimento para as doze cidades do país com mais de um milhão de habitantes para os anos de 1991 e 2000. Esses grandes centros urbanos são: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Em 1991 o valor do IDH para o Rio de Janeiro era de 0,798, a quinta posição na ordenação das doze cidades. O intervalo dos valores, em 1991, variava entre 0,717 (Fortaleza) e 0,824 (Porto Alegre). Em 2000, o Rio de Janeiro passou a ocupar a quarta posição, com um IDH de 0,842. O intervalo entre o primeiro e o último colocados na classificação das grandes cidades diminuiu em 2000, variando entre 0,774 (Manaus) e 0,865 (Porto Alegre).

**Tabela 1**  
**Evolução do IDH para as doze grandes cidades: 1991 e 2000**

	IDH		Classificação		Variação na classificação	Taxa de crescimento (%)
	1991	2000	1991	2000		
<b>Capitais</b>						
Porto Alegre	0,824	0,865	1	1	0	5,0
Curitiba	0,799	0,856	4	2	2	7,1
Brasília	0,799	0,844	3	3	0	5,6
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>0,798</b>	<b>0,842</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>5,5</b>
São Paulo	0,805	0,841	2	5	-3	4,5
Belo Horizonte	0,791	0,839	6	6	0	6,1
Goiânia	0,778	0,832	7	7	0	6,9
Belém	0,767	0,806	8	8	0	5,1
Salvador	0,751	0,805	9	9	0	7,2
Recife	0,740	0,797	11	10	1	7,7
Fortaleza	0,717	0,786	12	11	1	9,6
Manaus	0,745	0,774	10	12	-2	3,9

Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000.

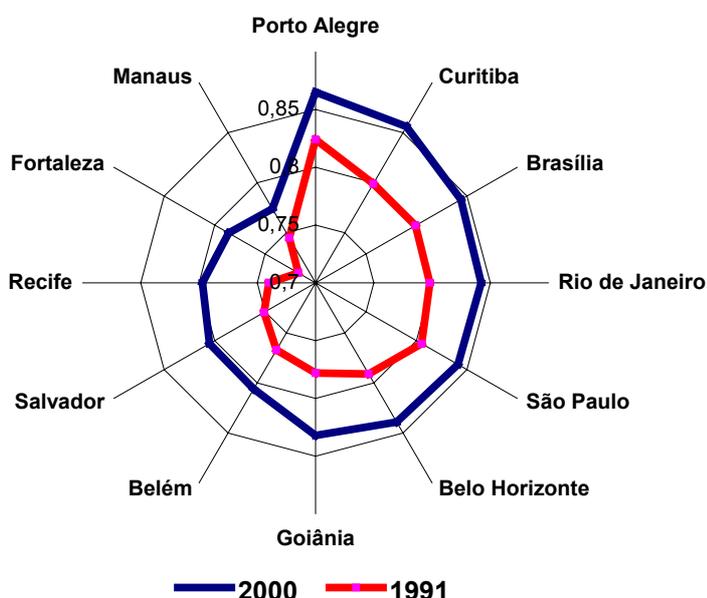
Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

	Variação na classificação de 1 a 3
	Variação na classificação de 0

Com este aumento no valor do IDH, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Rio de Janeiro pôde ser considerada uma cidade com desenvolvimento humano elevado (valor de IDH superior a 0,8). Observando o conjunto de cidades sob análise pode-se observar que, em 1991, apenas duas cidades (Porto Alegre e São Paulo) eram consideradas como possuindo um desenvolvimento humano elevado, ao passo que em 2000 o número de cidades eleva-se para nove, ficando excluídas deste grupo apenas Fortaleza, Recife e Manaus.

O Gráfico 1 mostra a evolução do IDH para as doze cidades analisadas. A linha azul corresponde ao IDH no ano de 2000, e a linha vermelha corresponde ao ano de 1991.

**Gráfico 1**  
**Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano das 12 grandes cidades:**  
**1991 e 2000**



Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000.  
Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

Dois fatos devem ser sublinhados: em primeiro lugar, uma assimetria significativa das cidades de Manaus, Recife e Fortaleza em relação ao centro do eixo em 2000. O resto do grupo possui um IDH bastante homogêneo e elevado: a linha azul – que une todos os pontos do valor do IDH para as doze cidades – praticamente replica uma das linhas do radar formando uma circunferência quase perfeita.

Em segundo lugar, mostra a evolução positiva do IDH para todas as cidades analisadas entre 1991 e 2000 ao observar que a linha vermelha fica mais próxima do centro do que a linha azul em todos os casos.

Quando observamos, na Tabela 1, as taxas de crescimento do IDH entre 1991 e 2000, verifica-se que estas variavam entre 3,9% (Manaus) e 9,6% (Fortaleza). O Rio de

Janeiro obteve uma taxa de crescimento para o período analisado de 5,5%, inferior à média dos municípios, que foi de 6,2%. O fato de Fortaleza e Recife terem as maiores taxas de crescimento do IDH (9,6% e 7,7%, respectivamente) e os menores IDHs em 1991 fizeram com que o intervalo anteriormente mencionado tenha diminuído.

O que houve em relação à classificação das doze cidades no período sob análise? Metade delas (seis cidades) experimentou mudança na sua posição em 2000 em relação a 1991, enquanto as restantes mantiveram a mesma posição. As mudanças se localizaram no início e no final da classificação (ver Tabela 1).

Na parte superior da classificação as alterações deveram-se basicamente ao desempenho de três cidades: São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro. No caso de São Paulo, a cidade perdeu três posições (da segunda para a quinta posição), devido a que São Paulo obteve a segunda pior taxa de crescimento (4,5%). Por outro lado, Curitiba subiu duas posições (de quarto para segundo lugar), pois sua taxa de crescimento foi a quarta mais elevada (7,1%). A taxa de crescimento do Rio de Janeiro (5,5%) foi suficiente para permitir um aumento na sua posição: de quinto para quarto lugar.

As cidades que em 2000 ficaram em posições superiores ao Rio de Janeiro obtiveram taxas superiores, com exceção de Porto Alegre, que apesar da taxa de crescimento de 5% conseguiu manter o primeiro lugar.

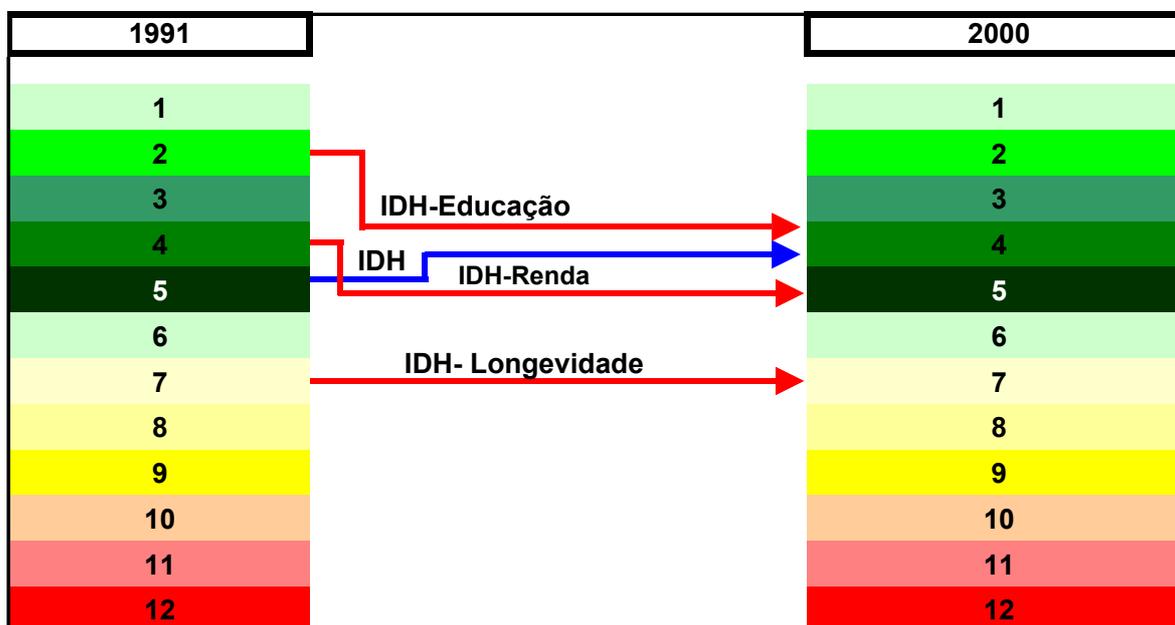
Na parte inferior da classificação as alterações ocorreram em razão do desempenho de três cidades: Manaus, Fortaleza e Recife. Manaus passou a ocupar o último lugar devido à pior taxa de crescimento entre as doze cidades: 3,9%; Fortaleza e Recife ultrapassaram Manaus devido a que ambas obtiveram as melhores taxas de crescimento dentre todas as cidades analisadas, 9,6% e 7,7%, respectivamente.

### **3. A evolução das dimensões de educação, renda e longevidade no IDH dos doze grandes centros urbanos no Brasil**

Na série de Tabelas 2, 3 e 4 apresentamos as mesmas informações contidas na Tabela 1 para os três IDHs que representam as três dimensões mencionadas nos parágrafos introdutórios: o IDH-Educação (Tabela 2), o IDH-Renda (Tabela 3) e o IDH-Longevidade (Tabela 4). Essas tabelas são acompanhadas da série de Gráficos 2-4 que representam a evolução de cada uma das dimensões no período 1991-2000.

Com o objetivo de facilitar a compreensão do leitor, a Figura 1 sintetiza as variações na classificação do Rio de Janeiro no que diz respeito aos quatro IDHs: o IDH (seta azul) e os três IDHs temáticos (setas vermelhas). Segundo a Figura 1, o Rio perdeu posições no caso do IDH-Educação – da segunda para a quarta posição – e do IDH-Renda – da quarta para a quinta posição. No que diz respeito ao IDH-Longevidade, o Rio manteve a mesma posição, o sétimo lugar.

**Figura 1**  
**Variação na classificação do IDH da cidade do Rio de Janeiro em relação às 11 grandes cidades do Brasil: 1991 e 2000**



Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000.  
 Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

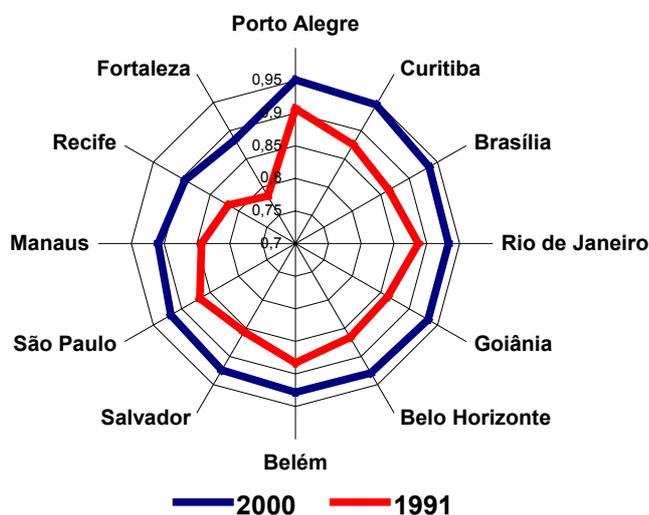
A dimensão Educação foi a que experimentou a maior variação negativa na classificação da cidade do Rio de Janeiro durante o período analisado. Em 1991, o Rio ocupava a segunda posição na classificação, atrás apenas da cidade de Porto Alegre. Em 2000, a cidade perdeu duas posições, passando a ocupar o quarto lugar quando comparada aos onze grandes centros urbanos do país (ver Tabela 2).

Apesar do aumento do IDH-Educação na cidade do Rio de Janeiro de 0,887 (1991) para 0,933 (2000), a taxa de crescimento durante o período analisado foi de apenas 5,2%, a terceira menor taxa de crescimento entre as doze cidades analisadas - somente superior a Porto Alegre (4,9%) e Belém (5,1%) (ver Tabela 2). O Rio de Janeiro obteve uma taxa de crescimento para o período analisado (5,2%) inferior à média dos municípios, que foi de 7,6%.

O Gráfico 2 – que mostra a evolução do IDH-Educação para os anos de 1991 e 2000 – segue o mesmo padrão do Gráfico 1. Existe uma relativa simetria de todas as cidades – com exceção de Fortaleza – em relação ao centro do eixo e, além disso, todas as cidades experimentaram uma melhora em 2000 (linha azul) em relação a 1991 (linha vermelha). A diferença entre estes dois gráficos mencionados consiste no fato de que as distâncias entre a linha vermelha e a linha azul são claramente diferentes no caso das cidades de Fortaleza e Recife no Gráfico 2, enquanto as

distâncias são visivelmente menores em Belém, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

**Gráfico 2**  
**Evolução do IDH-Educação para 12 grandes cidades: 1991 e 2000**



Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000.  
Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

Este fato é confirmado a partir da revisão da variação na classificação e das taxas de crescimento expressas na Tabela 2. Com efeito, das quatro cidades mencionadas no parágrafo anterior, três delas (Belém, São Paulo e Rio de Janeiro) revelam uma perda substantiva de posições na classificação (de terceiro, em 1991, para sétimo, em 2000; de quinto, em 1991, para nono, em 2000; e de segundo, em 1991, para quarto, em 2000, respectivamente).

Na análise das taxas de crescimento encontramos uma forte heterogeneidade, já que estas variam de 4,9% (Porto Alegre) a 12,8% (Fortaleza). Poderíamos pensar que as cidades com maior desenvolvimento educacional sofreram as menores taxas de crescimento. No entanto, este padrão não pode ser confirmado quando encontramos cidades como São Paulo, que apresentou, no ano de 1991, uma colocação intermediária (quinto lugar) e em 2000 experimentou uma queda de quatro posições na classificação e uma baixa taxa de crescimento (5,9%).

Tabela 2

## Evolução do IDH - Educação para os doze grandes cidades: 1991 e 2000

	IDH-Educação		Classificação		Variação na classificação	Taxa de crescimento (%)
	1991	2000	1991	2000		
<b>Capitais</b>						
Porto Alegre	0,907	0,951	1	1	0	4,9
Curitiba	0,875	0,946	4	2	2	8,1
Brasília	0,864	0,935	7	3	4	8,2
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>0,887</b>	<b>0,933</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>-2</b>	<b>5,2</b>
Goiânia	0,862	0,933	8	5	3	8,2
Belo Horizonte	0,866	0,929	6	6	0	7,3
Belém	0,883	0,928	3	7	-4	5,1
Salvador	0,856	0,924	9	8	1	7,9
São Paulo	0,868	0,919	5	9	-4	5,9
Manaus	0,843	0,909	10	10	0	7,8
Recife	0,818	0,894	11	11	0	9,3
Fortaleza	0,784	0,884	12	12	0	12,8

Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000.

Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

	Variação na classificação de 1 a 4
	Variação na classificação de 0
	Variação na classificação de -1 a -4

Finalmente, um fato que merece ser sublinhado diz respeito a que todas as cidades analisadas em 2000 passaram a apresentar um IDH-Educação considerado elevado, sendo que das doze cidades apenas Fortaleza e Recife não conseguiram ultrapassar o limite de 0,9.

Ao analisarmos o IDH-Renda (Tabela 3) tem-se que das doze cidades analisadas em 1991, apenas três (São Paulo, Brasília e Porto Alegre) poderiam ser consideradas com um desenvolvimento humano elevado. Este quadro não se verifica no ano de 2000, quando o número de cidades com desenvolvimento humano elevado passou para sete, agregando-se ao grupo anterior as cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia e Curitiba.

Apesar da melhora no valor do IDH-Renda da cidade do Rio de Janeiro (0,794 em 1991 e 0,840 em 2000), esta cidade experimentou uma variação negativa na ordenação da classificação (de quarto, em 1991, para quinto lugar, em 2000). A taxa de crescimento do Rio de Janeiro durante o período analisado foi de apenas 5,8%. Esta taxa foi superior à média das outras grandes cidades, que atingiu 5,5%. Os maiores responsáveis por puxar a média geral para baixo foram São Paulo, Salvador, Belém e Manaus.

Tabela 3

## Evolução do IDH - Renda para doze grandes cidades: 1991 e 2000

	IDH-Renda		Classificação		Variação na classificação	Taxa de crescimento (%)
	1991	2000	1991	2000		
<b>Capitais</b>						
Porto Alegre	0,818	0,869	2	1	1	6,2
Curitiba	0,793	0,846	5	2	3	6,7
São Paulo	0,822	0,843	1	3	-2	2,6
Brasília	0,801	0,842	3	4	-1	5,1
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>0,794</b>	<b>0,840</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>-1</b>	<b>5,8</b>
Belo Horizonte	0,779	0,828	6	6	0	6,3
Goiânia	0,755	0,813	7	7	0	7,7
Recife	0,727	0,770	8	8	0	5,9
Salvador	0,719	0,746	9	9	0	3,8
Belém	0,708	0,732	11	10	1	3,4
Fortaleza	0,685	0,729	12	11	1	6,4
Manaus	0,712	0,703	10	12	-2	-1,3

Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000.

Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

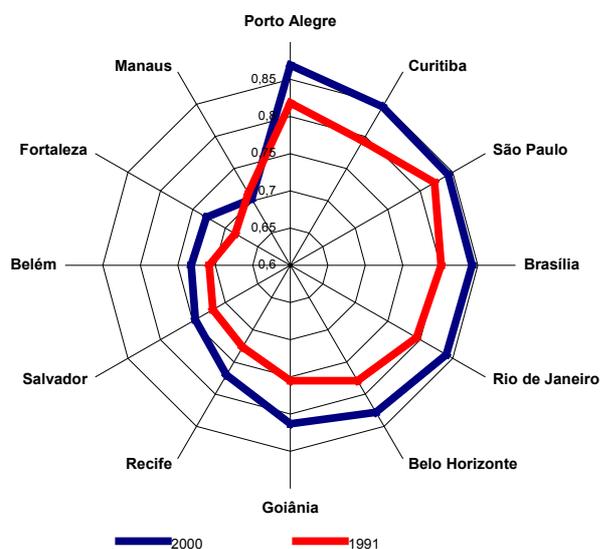
	Variação na classificação de 1 a 3
	Variação na classificação de 0
	Variação na classificação de -1 a -2

Outro fato que merece ser ressaltado diz respeito à perda de posição das cidades de São Paulo, Brasília e Manaus. Nesta última, a perda das posições é produto de uma taxa de crescimento negativa do IDH-Renda (-1,3%), o que em valores absolutos significou a redução do IDH-Renda de 0,712 (1991) para 0,703 (2000). A cidade de São Paulo experimentou a segunda menor taxa de crescimento (2,6%). De outro lado, as maiores taxas de crescimento foram de Goiânia (7,7%), Curitiba (6,7%) e Fortaleza (6,4%). A taxa de crescimento de Curitiba possibilitou uma significativa ascensão em termos da classificação: de quinto para segundo lugar.

Cabe destacar que, em todos os casos, as taxas de crescimento do IDH-Renda podem ser consideradas muito modestas e refletem os sérios problemas de crescimento econômico que o país enfrentou.

Graficamente, é possível observar que mais uma vez a simetria é similar aos gráficos anteriores, com exceção de Manaus e Fortaleza, que provocam um achatamento das curvas azul e vermelha (ver Gráfico 3). Por outro lado, as distâncias (entre as linhas azul e vermelha) em todos os grandes centros urbanos são menores que as dos gráficos apresentados anteriormente, confirmando assim o crescimento modesto do IDH-Renda.

**Gráfico 3**  
**Evolução do IDH-Renda para 12 grandes cidades: 1991 e 2000**



Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000.  
 Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

A análise da Tabela 4 torna possível constatar que no ano de 1991 nenhuma das cidades analisadas apresentou um IDH-Longevidade considerado elevado. Esta realidade não mudou após dez anos, ou seja, em 2000 os doze grandes centros urbanos do Brasil apresentam um desenvolvimento humano classificado como médio na rubrica Saúde.

A cidade do Rio de Janeiro experimentou um aumento no IDH-Longevidade de 0,714 (1991) para 0,754 (2000), mantendo assim a sétima posição nos dois anos de referência. Desta forma, o Rio de Janeiro é ainda uma cidade considerada com um desenvolvimento humano classificado como médio nesta dimensão.

A variação na ordenação da classificação do IDH-Longevidade foi extremamente volátil - nove das doze cidades mudaram de posição e, com isso, apenas três cidades permaneceram constantes (Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Fortaleza). Curitiba é a cidade que assumiu o primeiro lugar em 2000 – em 1991 encontrava-se em terceiro. Belém é o município que mais posições escalou, foi de oitavo, em 1991, para o quinto, em 2000, (ver Tabela 4). Brasília é, dentre as doze cidades analisadas, a que mais sofreu perdas na ordenação da classificação: de segundo, em 1991, para sexto lugar, em 2000, devido a ter obtido a menor taxa de crescimento (3,3%).

A taxa de crescimento do Rio de Janeiro durante o período analisado foi de 5,3%, ligeiramente inferior à média dos doze municípios analisados, que foi de 5,5% (ver Tabela 4). Deve-se destacar o caso de Salvador, que obteve a maior taxa de crescimento (8,7%), seguido por Fortaleza (8,2%).

Tabela 4

Evolução do IDH - Longevidade para doze grandes cidades: 1991 e 2000

	IDH-Longevidade		Classificação		Variação na classificação	Taxa de crescimento (%)
	1991	2000	1991	2000		
<b>Capitais</b>						
Curitiba	0,728	0,776	3	1	2	6,2
Porto Alegre	0,748	0,775	1	2	-1	3,5
São Paulo	0,726	0,761	5	3	2	4,6
Belo Horizonte	0,727	0,759	4	4	0	4,2
Belém	0,710	0,758	8	5	3	6,3
Brasília	0,731	0,756	2	6	-4	3,3
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>0,714</b>	<b>0,754</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>5,3</b>
Goiânia	0,718	0,751	6	8	-2	4,4
Fortaleza	0,683	0,744	9	9	0	8,2
Salvador	0,679	0,744	11	10	1	8,7
Recife	0,676	0,727	12	11	1	7,0
Manaus	0,681	0,711	10	12	-2	4,2

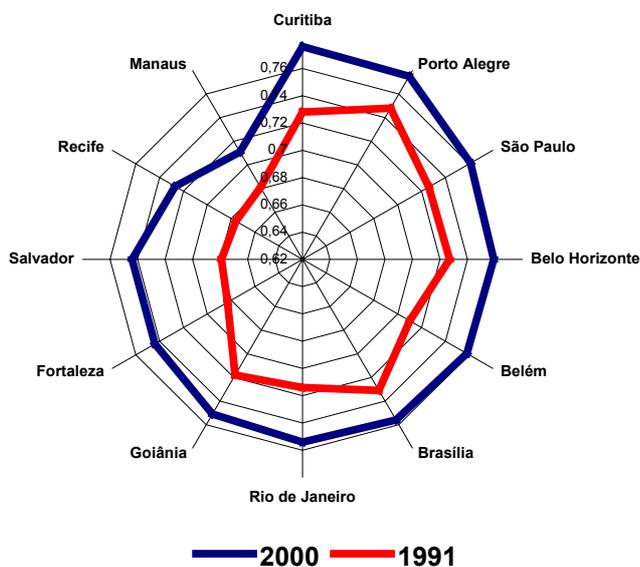
Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000.

Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

	Variação na classificação de 1 a 3
	Variação na classificação de 0
	Variação na classificação de -1 a -4

De acordo com o Gráfico 4, pode-se observar a simetria verificada nos gráficos anteriores para o ano de 2000 (linha azul). Mais uma vez, Manaus e Recife estão mais próximas ao centro do eixo, confirmando, assim, a diferença entre estas duas cidades e as outras dez cidades analisadas. Um fato relevante é que esta configuração simétrica observada no ano de 2000 não é verificada em 1991 (linha vermelha). Com efeito, as diferenças entre as cidades, em 1991, são bem mais expressivas quando comparadas ao ano de 2000.

**Gráfico 4**  
**Evolução do IDH-Longevidade para 12 grandes cidades: 1991 e 2000**



Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000.  
 Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

Como conclusão, pode-se dizer que as cidades com menor IDH-Longevidade em 1991 experimentaram maiores taxas de crescimento do que as cidades com um maior IDH-Longevidade naquele mesmo ano.

Em síntese, a partir da análise das três dimensões que compõem o IDH, pode-se afirmar que se verificam três patamares em ordem decrescente em relação às taxas de crescimento. O primeiro patamar é do IDH-Educação, seguido pelo IDH-Longevidade e, finalmente, IDH-Renda. A cidade do Rio de Janeiro obteve justamente a menor taxa de crescimento no IDH-Educação, provocando assim a queda de duas posições nesta dimensão. A partir deste raciocínio, pode-se dizer também que no IDH-Longevidade – no qual, de forma geral, as doze cidades obtiveram o segundo melhor desempenho – o Rio de Janeiro obteve um desempenho considerado médio quando comparado às três dimensões. Portanto, pode-se concluir que a subida de uma posição no IDH do Rio se deve, em sua maior parte, ao seu desempenho no IDH-Renda.

### **3.1. Determinando o impacto das dimensões de educação, renda e longevidade no IDH dos doze grandes centros urbanos no Brasil**

Uma forma de verificar o impacto das três dimensões no IDH geral para a cidade do Rio de Janeiro consiste em determinar a posição da cidade a partir de uma norma estabelecida. A norma adotada é construída, de forma empírica, tomando-se a média das doze cidades analisadas e estabelecendo uma tendência a partir desta média.

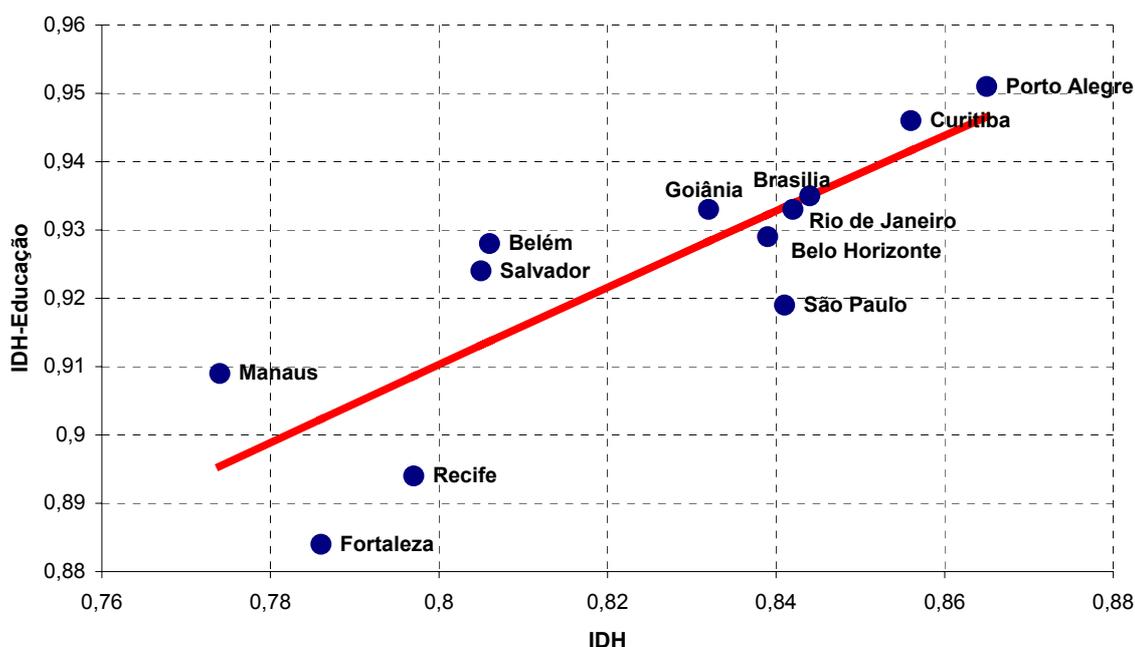
Na série de Gráficos 5-7 expressam-se os resultados do exercício citado no parágrafo anterior. O Gráfico 5 revela a relação entre o IDH-Educação e o IDH sintético para o ano de 2000. Ao longo da linha de tendência (linha vermelha), pode-se observar que a cidade do Rio de Janeiro se encontra na parte superior, o que confirma o fato de que a cidade possui o valor do IDH-Educação e do IDH sintético superior em relação à maior parte das cidades sob análise.

No entanto, segundo a interpretação deste gráfico pode-se verificar que a cidade do Rio de Janeiro está ligeiramente abaixo desta linha, ou seja, com o valor do IDH-Educação de 0,933 – o valor do IDH sintético é de 0,842 – sendo que com este valor do IDH-Educação a cidade deveria estar situada com um valor de IDH sintético um pouco maior ao efetivamente verificado.

Outras cidades, como, por exemplo, Belém, revelam ser mais eficientes no impacto do IDH-Educação em relação ao IDH sintético. Com efeito, para obter o valor do IDH sintético da cidade de Belém (0,806), o IDH-Educação poderia ser menor ao efetivamente verificado (0,928), mostrando assim o forte impacto da dimensão educação no IDH sintético nesta cidade.

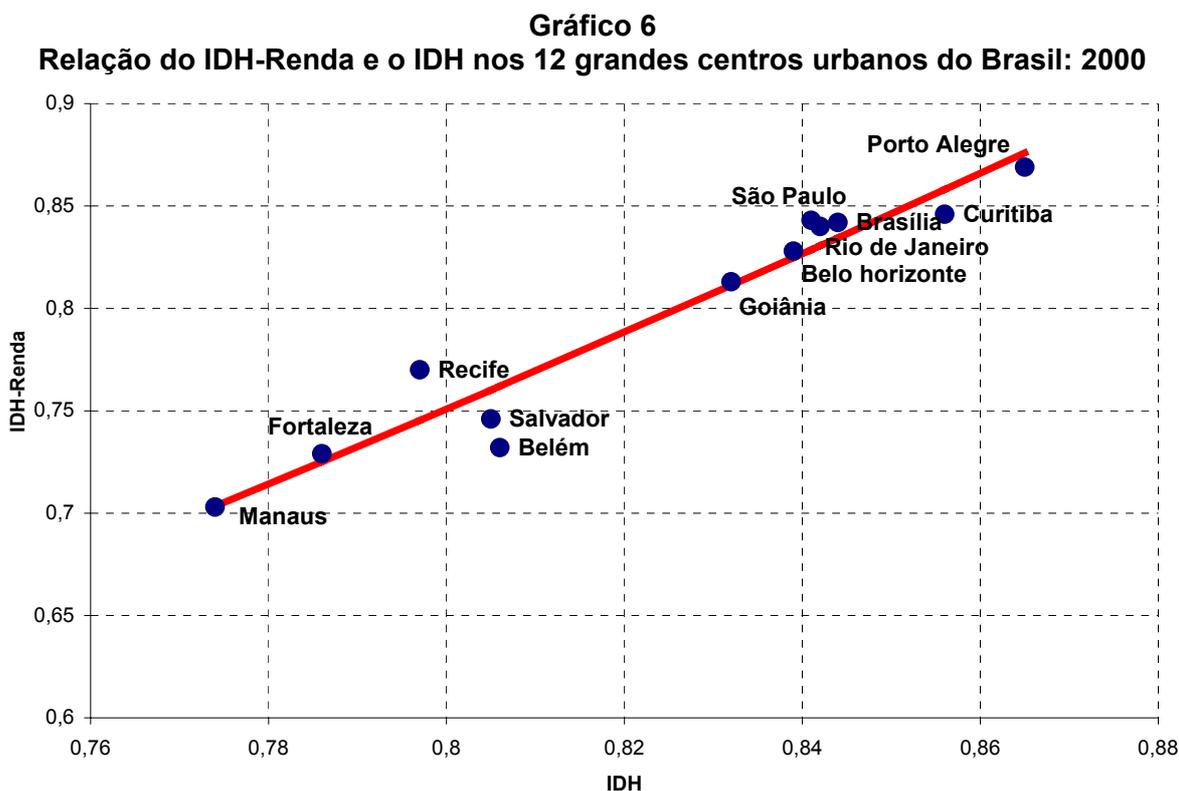
Neste gráfico deve se ressaltar a posição da cidade de São Paulo, que apesar de ter um IDH sintético (0,841) similar ao da cidade do Rio de Janeiro (0,842), possui um IDH-Educação inferior (0,919).

**Gráfico 5**  
**Relação entre o IDH-Educação e o IDH nos 12 grandes centros urbanos do Brasil – 2000**



Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados do Censo Demográfico 2000.  
Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

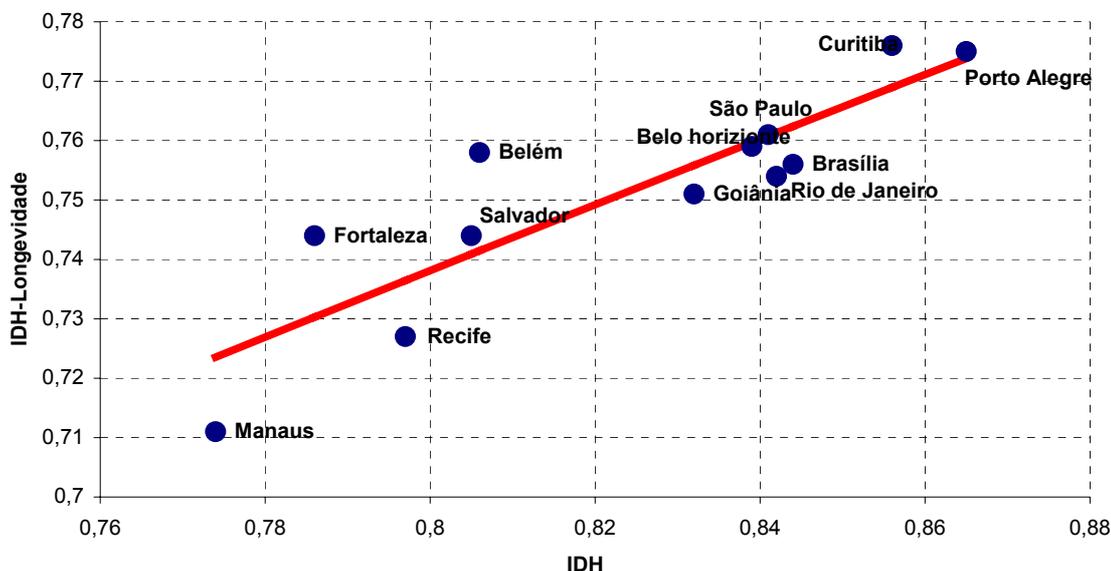
O Gráfico 6 expressa a relação entre o IDH-Renda e o IDH sintético. A posição da cidade do Rio de Janeiro é completamente diferente da verificada no gráfico anterior, já que se situa acima da linha de tendência, mostrando, assim, o impacto significativo desta dimensão no IDH sintético. Somente as cidades de Recife, Brasília e São Paulo mostram um impacto superior do IDH-Renda sobre o IDH sintético quando comparadas à cidade do Rio de Janeiro.



Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados do Censo Demográfico 2000.  
Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

Finalmente, o Gráfico 7 revela a relação entre o IDH-Longevidade e o IDH sintético para as doze cidades analisadas. Mais uma vez, o Rio de Janeiro situa-se abaixo da linha de tendência, já que para este valor de IDH sintético (0,842), a cidade deveria apresentar um valor de IDH-Longevidade superior a 0,76; no entanto, possui um valor efetivo de 0,754.

**Gráfico 7**  
**Relação entre o IDH-Longevidade e IDH nos 12 grandes centros urbanos do Brasil – 2000**



Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados do Censo Demográfico 2000.  
 Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

Como corolário, verificam-se as conclusões da subseção anterior. O Rio de Janeiro, no seu desempenho no ano de 2000, mostra-se abaixo da média das doze cidades analisadas no que diz respeito à educação e à longevidade e, acima da média em relação à renda.

#### **4. A evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nas Regiões Administrativas da Cidade do Rio de Janeiro**

A Tabela 5 mostra a evolução do IDH das 32 Regiões Administrativas da cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1991 e 2000. Na tabela também encontramos informações sobre o ordenamento das Regiões, sua variação e, finalmente, a taxa de crescimento do IDH de cada Região Administrativa.

Em 1991, das 32 Regiões Administrativas, dez possuíam um IDH superior a 0,8 e podiam ser consideradas, segundo o critério do PNUD, de “Desenvolvimento Elevado”: Copacabana, Lagoa, Botafogo, Tijuca, Barra da Tijuca, Vila Isabel, Centro, Santa Teresa, Méier e Ilha do Governador. Neste grupo, somente duas regiões (Botafogo e Lagoa) apresentavam um IDH superior a 0,9. As outras 22 regiões tinham um IDH considerado médio.

Tabela 5

## Evolução do IDH nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro: 1991 e 2000

Região Administrativa	IDH		Classificação		Variação na classificação	Taxa de crescimento (%)
	1991	2000	1991	2000		
Copacabana	0,899	0,956	3	1	2	6,4
Lagoa	0,910	0,951	1	2	-1	4,5
Botafogo	0,902	0,947	2	3	-1	5,1
Tijuca	0,869	0,923	5	4	1	6,2
Barra da Tijuca	0,870	0,918	4	5	-1	5,6
Vila Isabel	0,866	0,916	6	6	0	5,8
Centro	0,825	0,894	7	7	0	8,4
Santa Teresa	0,806	0,868	10	8	2	7,8
Méier	0,816	0,865	8	9	-1	6,0
Ilha do Governador	0,808	0,862	9	10	-1	6,7
Irajá	0,790	0,851	12	11	1	7,7
Jacarepaguá	0,798	0,844	11	12	-1	5,8
Rio Comprido	0,783	0,836	13	13	0	6,8
Madureira	0,772	0,834	17	14	3	8,1
Inhaúma	0,780	0,833	14	15	-1	6,8
Ramos	0,778	0,828	15	16	-1	6,4
Ilha de Paqueta	0,774	0,822	16	17	-1	6,3
São Cristóvão	0,750	0,814	20	18	2	8,5
Realengo	0,754	0,813	18	19	-1	7,8
Penha	0,752	0,805	19	20	-1	7,1
Anchieta	0,750	0,805	21	21	0	7,3
Campo Grande	0,738	0,792	22	22	0	7,4
Bangu	0,734	0,792	23	23	0	7,9
Portuária	0,728	0,775	24	24	0	6,5
Pavuna	0,726	0,767	25	25	0	5,7
Cidade de Deus	0,693	0,754	27	26	1	8,9
Santa Cruz	0,694	0,747	26	27	-1	7,7
Guaratiba	0,683	0,746	28	28	0	9,3
Rocinha	0,678	0,735	29	29	0	8,4
Jacarezinho	0,678	0,731	30	30	0	7,9
Maré	0,666	0,719	31	31	0	7,8
Complexo do Alemão	0,657	0,709	32	32	0	7,9

Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000.

Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

	Variação na classificação de 1 a 3
	Variação na classificação de 0
	Variação na classificação de -1

Em 2000, o grupo considerado com um IDH elevado cresce de forma significativa, de dez para 21 Regiões Administrativas, ou seja, se em 1991 um terço das regiões alcançavam um IDH elevado, em 2000 quase 2/3 alcançaram um IDH superior a 0,8. Por outro lado, o número de regiões com IDH superior a 0,9 triplicou, chegando a seis regiões: além de Botafogo e Lagoa, devem ser acrescentadas as regiões da Barra da Tijuca, Vila Isabel, Tijuca e Copacabana.

Esse aumento do número de regiões com IDH superior a 0,8 incluiu regiões espalhadas por todo o Rio de Janeiro e não permite afirmar a existência de nenhuma tendência ou padrão de desigualdade na evolução do IDH da cidade. Regiões

tradicionais, como Penha, Madureira ou Inhaúma, fazem parte deste grupo, da mesma forma que regiões de recente processo de urbanização, como Jacarepaguá.

Cabe ressaltar que quatro Regiões Administrativas onde se encontram áreas consideradas de favela ou conjuntos de favelas também revelam um forte avanço no que diz respeito aos valores do IDH: o Complexo do Alemão, a Maré, o Jacarezinho e a Rocinha. Nos quatro casos, em 2000, o IDH superou o valor de 0,7.

A conclusão principal é que todas Regiões Administrativas experimentaram uma elevação no IDH em 2000, quando comparadas com 1991. O importante, então, passa a ser a determinação do ritmo desta evolução positiva. Na última coluna encontra-se informação sobre as taxas de crescimento do IDH para os dois anos sob análise. Estas taxas variam entre 4,5% (Lagoa) e 9,3% (Guaratiba). A partir desses valores máximo e mínimo, calculamos uma simples média aritmética que sirva de parâmetro para avaliar o desempenho relativo das Regiões Administrativas. A média obtida é de 7,1%.

Das 32 RAs da cidade, dezessete destas superaram a média da taxa de crescimento de 7,1%. Entre as RAs com taxa de crescimento acima ou igual à média temos: Realengo, Complexo do Alemão, Maré, Jacarezinho, Rocinha, Guaratiba, Bangu, Centro, Cidade de Deus, São Cristóvão, Madureira, Irajá, Santa Teresa, Penha, Anchieta, Campo Grande e Santa Cruz. Mais uma vez, pode-se notar que muitas das Regiões da cidade consideradas “pobres” ou menos desenvolvidas obtiveram um desempenho maior do que a média, tal como o caso das quatro favelas anteriormente mencionadas: Rocinha, Cidade de Deus, Maré e Complexo do Alemão.

O fato de as RAs menos desenvolvidas possuírem taxas de crescimento maiores pode ser considerado até natural: à medida que as localidades atingem patamares superiores é mais difícil obter taxas de crescimento maiores do que localidades com IDH inferiores. Mas nem por isso podemos deixar de afirmar que – em termos das taxas de crescimento do IDH – as regiões menos favorecidas em 1991 obtiveram desempenhos significativos em 2000.

De fato, ao observarmos as posições na classificação, tem-se que as Regiões Administrativas nas áreas afluentes da cidade continuam mantendo a posição de liderança no período analisado. São elas: Copacabana, Lagoa, Botafogo, Tijuca e Barra da Tijuca. Os últimos lugares na classificação são ocupados por Guaratiba, Rocinha, Jacarezinho, Maré e Complexo do Alemão.

Em relação à variação das posições na classificação, tem-se que somente sete Regiões Administrativas experimentaram melhora na posição, das quais merecem destaque Madureira (da 17ª posição, em 1991, para a 14ª, em 2000), Santa Teresa (da décima posição, em 1991, para a oitava, em 2000) e São Cristóvão (da vigésima

posição, em 1991, para 18ª, em 2000), por terem escalado mais de duas posições ao longo dos últimos dez anos. Além disso, a RA de Copacabana merece ser sublinhada já que escalou duas posições e, acima de tudo, em 2000, passou a ocupar o primeiro lugar entre todas as Regiões Administrativas da cidade do Rio de Janeiro.

Por outro lado, as doze RAs que sofreram variação negativa na classificação perderam apenas um posto, ao passo que treze delas apresentaram variação nula na classificação nos últimos dez anos, ou seja, permaneceram na mesma posição.

Um fato que merece ser ressaltado diz respeito às quatro Regiões Administrativas consideradas favelas – segundo a classificação do IBGE. Rocinha, Jacarezinho, Maré e Complexo do Alemão, que apesar de experimentarem elevadas taxas de crescimento (8,4%; 7,9%; 7,8% e 7,9%, respectivamente), permaneceram constantes nos últimos lugares na classificação quando se comparam os anos de 1991 e 2000 (29º, 30º, 31º e 32º, respectivamente).

A Tabela 6 expressa a evolução do IDH-Educação nas 32 Regiões Administrativas que integram o município do Rio de Janeiro. Um primeiro fato relevante em relação a esta tabela consiste em que todas as RAs da cidade, em 2000, possuíam um IDH-Educação elevado, segundo o critério do PNUD. Com efeito, Rocinha, que é a RA com menor IDH-Educação, atinge o valor de 0,818. Em 1991, cinco RAs tinham um IDH-Educação inferior a 0,8: Jacarezinho, Guaratiba, Complexo do Alemão, Maré e Rocinha.

O quadro apreciado nesta dimensão é um tanto quanto diferente daquele observado na tabela anterior. Apenas cinco Regiões Administrativas apresentaram variação nula na classificação, quais sejam: Rocinha, Portuária, Santa Cruz, Bangu e Botafogo, ao passo que treze RAs obtiveram variação negativa na ordenação da classificação, sendo as que mais perderam posições as RAs de Ramos (da 15ª posição, em 1991, para 19ª, em 2000) e de Jacarepaguá (da 12ª posição, em 1991, para a 15ª, em 2000).

Por outro lado, quatorze RAs experimentaram variação positiva na ordenação da classificação, destacando-se, principalmente, as regiões da Barra da Tijuca (da 13ª posição, em 1991, para a oitava, em 2000) e de Santa Teresa (da 14ª, em 1991, para a nona, em 2000), que escalaram cinco posições na classificação.

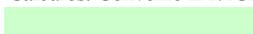
Tabela 6

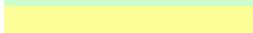
## Evolução do IDH-Educação nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro: 1991 e 2000

Região Administrativa	IDH-Educação		Classificação		Variação na classificação	Taxa de crescimento (%)
	1991	2000	1991	2000		
Botafogo	0,970	0,990	1	1	0	2,1
Copacabana	0,953	0,990	4	2	2	3,9
Lagoa	0,947	0,989	5	3	2	4,4
Tijuca	0,962	0,987	2	4	-2	2,5
Vila Isabel	0,955	0,985	3	5	-2	3,2
Centro	0,908	0,981	7	6	1	8,1
Méier	0,928	0,972	6	7	-1	4,7
Barra da Tijuca	0,891	0,961	13	8	5	7,8
Santa Teresa	0,886	0,954	14	9	5	7,7
Ilha do Governador	0,906	0,947	8	10	-2	4,6
Irajá	0,904	0,945	9	11	-2	4,5
Inhaúma	0,900	0,945	10	12	-2	5,0
Madureira	0,898	0,941	11	13	-2	4,8
Realengo	0,884	0,937	16	14	2	5,9
Jacarepaguá	0,892	0,933	12	15	-3	4,6
Rio Comprido	0,884	0,931	17	16	1	5,4
Anchieta	0,883	0,930	18	17	1	5,3
Campo Grande	0,865	0,922	20	18	2	6,6
Ramos	0,885	0,921	15	19	-4	4,0
Penha	0,879	0,915	19	20	-1	4,1
São Cristóvão	0,853	0,913	23	21	2	7,0
Bangu	0,856	0,913	22	22	0	6,6
Pavuna	0,848	0,901	24	23	1	6,3
Cidade de Deus	0,819	0,894	26	24	2	9,1
Santa Cruz	0,827	0,891	25	25	0	7,7
Jacarezinho	0,794	0,867	29	26	3	9,1
Portuária	0,816	0,867	27	27	0	6,3
Ilha de Paqueta	0,863	0,854	21	28	-7	-1,0
Guaratiba	0,799	0,853	28	29	-1	6,7
Complexo do Alemão	0,746	0,834	31	30	1	11,8
Maré	0,757	0,826	30	31	-1	9,0
Rocinha	0,725	0,818	32	32	0	12,8

Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000.

Cálculos: Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG

 Variação na classificação de 1 a 5

 Variação na classificação de 0

Ao observarmos as posições na classificação, temos que as Regiões Administrativas nas áreas afluentes da cidade continuam mantendo a posição de liderança no período analisado. São elas: Botafogo, Copacabana, Lagoa, Tijuca, e Vila Isabel. Os últimos lugares na classificação são ocupados por Guaratiba, Complexo do Alemão, Maré e Rocinha.

Um fato que merece ser sublinhado diz respeito às favelas (Rocinha, Complexo do Alemão, Maré e Jacarezinho), que experimentaram as maiores taxas de crescimento dentre as 32 Regiões Administrativas analisadas.

Em relação às taxas de crescimento do IDH-Educação, estas oscilam entre 2,1% (Botafogo) e 12,8% (Rocinha)<sup>45</sup>. A partir destes valores máximo e mínimo, calculamos uma média aritmética simples, que sirva de parâmetro para avaliar o desempenho relativo das Regiões Administrativas. A média obtida é de 5,96%. Das 32 RAs, dezesseis superaram esta média, com destaque para Rocinha e Complexo do Alemão.

De acordo com a Tabela 7 – que expressa a evolução do IDH-Renda nas 32 Regiões Administrativas para os anos de 1991 e 2000 – a dispersão dos valores deste IDH para os dois anos analisados é significativamente maior. Em 1991, apenas nove RAs tinham um IDH-Renda considerado elevado, enquanto em 2000 este número experimentou um acréscimo de 33%, isto é, doze RAs foram consideradas com desenvolvimento humano elevado. No primeiro ano analisado (1991), treze RAs apresentavam IDH-Renda inferior a 0,7, enquanto em 2000 este número reduziu-se para oito.

Os primeiros sete lugares permaneceram inalterados ao longo do período, sendo ocupados pelas seguintes RAs: Lagoa, Barra da Tijuca, Copacabana, Botafogo, Tijuca, Vila Isabel e Centro. Um fato que merece ser ressaltado em relação aos sete primeiros lugares diz respeito as RAs que experimentaram troca de posição: Copacabana, da terceira para a primeira posição; Lagoa, da primeira para a segunda; e Barra da Tijuca, da segunda para a terceira posição. As últimas seis posições na ordenação, em 2000, foram ocupadas por Rocinha, Santa Cruz, Cidade de Deus, Maré, Jacarezinho e Complexo do Alemão. Deve-se sublinhar as variações negativas na ordenação da classificação da RA de Cidade de Deus e Portuária, pois ambas perderam três posições.

Nesta dimensão, dezessete das 32 Regiões Administrativas permaneceram constantes em relação à sua posição na classificação. Esta estagnação de posições em relação ao IDH-Renda é o resultado das condições macroeconômicas do país e não de políticas e/ou programas de governos locais. Como pode ser visto no capítulo de Costa Ribeiro, nesta publicação, a estrutura de desigualdade na distribuição de renda manteve-se constante no período.

---

<sup>45</sup> Lembramos que a Ilha de Paquetá não está sendo considerada, em razão de problemas de amostragem em 1991 e 2000.

Tabela 7

## Evolução do IDH-Renda nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro: 1991 e 2000

Região Administrativa	IDH-Renda		Classificação		Variação na classificação	Taxa de crescimento (%)
	1991	2000	1991	2000		
Copacabana	0,964	1,000	3	1	2	3,8
Lagoa	1,000	1,000	1	2	-1	0,0
Barra da Tijuca	0,978	1,000	2	3	-1	2,3
Botafogo	0,948	0,993	4	4	0	4,8
Tijuca	0,894	0,954	5	5	0	6,8
Vila Isabel	0,871	0,927	6	6	0	6,4
Centro	0,809	0,850	7	7	0	5,1
Méier	0,795	0,846	10	8	2	6,4
Ilha do Governador	0,801	0,845	9	9	0	5,5
Santa Teresa	0,805	0,833	8	10	-2	3,5
Jacarepaguá	0,770	0,819	11	11	0	6,4
Rio Comprido	0,758	0,804	12	12	0	6,1
Ilha de Paquetá	0,736	0,795	15	13	2	8,0
Irajá	0,745	0,793	13	14	-1	6,4
Ramos	0,744	0,784	14	15	-1	5,4
Inhaúma	0,725	0,773	16	16	0	6,7
Madureira	0,713	0,768	17	17	0	7,6
São Cristóvão	0,711	0,757	18	18	0	6,4
Penha	0,707	0,755	19	19	0	6,9
Realengo	0,689	0,746	20	20	0	8,2
Anchieta	0,676	0,730	23	21	2	8,0
Campo Grande	0,679	0,727	22	22	0	7,2
Bangu	0,666	0,718	24	23	1	7,7
Portuária	0,685	0,716	21	24	-3	4,4
Pavuna	0,664	0,693	25	25	0	4,4
Guaratiba	0,626	0,684	29	26	3	9,1
Rocinha	0,631	0,673	27	27	0	6,7
Santa Cruz	0,629	0,667	28	28	0	6,1
Cidade de Deus	0,634	0,663	26	29	-3	4,6
Maré	0,616	0,646	31	30	1	4,9
Jacarezinho	0,617	0,638	30	31	-1	3,4
Complexo do Alemão	0,602	0,637	32	32	0	5,8

Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000.

Cálculos: Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG

	Variação na classificação de 1 a 3
	Variação na classificação de 0
	Variação na classificação de -1 a -3

Em relação às taxas de crescimento do IDH-Renda, estas oscilam entre 0% (Lagoa) e Guaratiba (9,1%); a partir destes valores, a média obtida é de 5,8%. Com isso, dezenove das 32 Regiões Administrativas analisadas alcançaram valores iguais ou superiores a esta média. Além de Guaratiba, que experimentou a maior taxa de crescimento no período, Realengo, Anchieta, Bangu, Madureira e Campo Grande obtiveram taxas de crescimento superiores a 7%. As RAs com menores taxas de crescimento são Lagoa, Barra da Tijuca, Jacarezinho, Copacabana e Santa Teresa, todas com taxas de crescimento inferiores a 4%.

A Tabela 8 expressa a evolução do IDH-Longevidade nas 32 Regiões Administrativas do município do Rio de Janeiro para os anos de 1991 e 2000. A partir desta tabela é possível observar que, em 1991, nenhuma das RAs apresentava IDH-Longevidade considerado elevado; já em 2000, nove RAs passaram a ser consideradas com IDH-Longevidade elevado. Adicionalmente, em 1991, quase metade

das Regiões Administrativas (quinze) possuíam IDH-Longevidade inferior a 0,7, enquanto em 2000 apenas quatro RAs ainda apresentavam este valor.

Em 2000, Copacabana, Lagoa, Botafogo, Centro e Vila Isabel ocuparam os primeiros cinco lugares, enquanto Guaratiba, Jacarezinho, Maré, Santa Cruz e Complexo do Alemão ocuparam os cinco últimos.

**Tabela 8**  
**Evolução do IDH - Longevidade nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro:**  
**1991 e 2000**

Região Administrativa	Valores Absolutos		Classificação		Variação na classificação	Taxa de crescimento (%)
	1991	2000	1991	2000		
Copacabana	0,780	0,879	3	1	2	12,7
Lagoa	0,784	0,864	2	2	0	10,2
Botafogo	0,788	0,859	1	3	-2	9,0
Centro	0,758	0,852	5	4	1	12,4
Vila Isabel	0,771	0,836	4	5	-1	8,5
Tijuca	0,751	0,829	6	6	0	10,4
Santa Teresa	0,727	0,818	9	7	2	12,5
Ilha de Paqueta	0,722	0,818	11	8	3	13,2
Irajá	0,721	0,815	12	9	3	13,1
Barra da Tijuca	0,741	0,795	7	10	-3	7,2
Ilha do Governador	0,718	0,794	13	11	2	10,6
Madureira	0,704	0,793	17	12	5	12,7
Inhaúma	0,714	0,780	14	13	1	9,3
Jacarepaguá	0,731	0,780	8	14	-6	6,7
Ramos	0,705	0,778	16	15	1	10,3
Méier	0,723	0,776	10	16	-6	7,3
São Cristóvão	0,687	0,773	20	17	3	12,6
Rio Comprido	0,706	0,773	15	18	-3	9,4
Realengo	0,689	0,756	19	19	0	9,7
Anchieta	0,691	0,754	18	20	-2	9,1
Bangu	0,681	0,747	22	21	1	9,6
Penha	0,670	0,746	25	22	3	11,4
Portuária	0,682	0,743	21	23	-2	9,0
Campo Grande	0,670	0,728	24	24	0	8,8
Rocinha	0,679	0,715	23	25	-2	5,3
Pavuna	0,667	0,707	26	26	0	6,0
Cidade de Deus	0,625	0,706	29	27	2	12,9
Guaratiba	0,623	0,702	30	28	2	12,7
Jacarezinho	0,622	0,688	32	29	3	10,7
Maré	0,626	0,684	27	30	-3	9,3
Santa Cruz	0,625	0,683	28	31	-3	9,3
Complexo do Alemão	0,623	0,656	31	32	-1	5,4

Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000.

Cálculos: Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG

	Variação na classificação de 2 a 5
	Variação na classificação de 1 a -1
	Variação na classificação de -2 a -6

As variações negativas na classificação – em termos da magnitude – são mais significativas que as variações positivas. Com efeito, Jacarepaguá e Méier perderam seis posições, enquanto Maré e Santa Cruz perderam três posições. Outro fato importante é a variação positiva de Madureira (cinco posições), Irajá, São Cristóvão e

Penha (três posições). Com a variação de duas posições na classificação, a Região Administrativa de Copacabana passou a ocupar, em 2000, a primeira posição em termos de IDH-Longevidade.

Em relação às taxas de crescimento, o valor máximo é encontrado em Irajá (13,1%) e o valor mínimo na Rocinha (5,3%). Através dos valores encontrados em todas as RAs faz-se a média em relação às taxas de crescimento e o valor encontrado foi de 9,9%. Com isso, quinze Regiões Administrativas alcançaram um desempenho superior à média e obtiveram também taxas de crescimento compostas por dois dígitos.

Entre as Regiões menos afluentes, cabe destacar as RAs de Cidade de Deus (12,9%), Guaratiba (12,7%) e Jacarezinho (10,7%), que alcançaram elevadas taxas de crescimento no período analisado.

#### **4.1. Determinando o impacto das dimensões de educação, renda e longevidade no IDH das 32 Regiões Administrativas integrantes do município do Rio de Janeiro**

A série de Gráficos 8-10 apresenta a relação entre as dimensões Educação, Renda e Longevidade e o IDH sintético para as 32 Regiões Administrativas do município do Rio de Janeiro no ano de 2000. Mais uma vez, o objetivo central desta parte do capítulo é determinar a contribuição destas dimensões para o IDH.

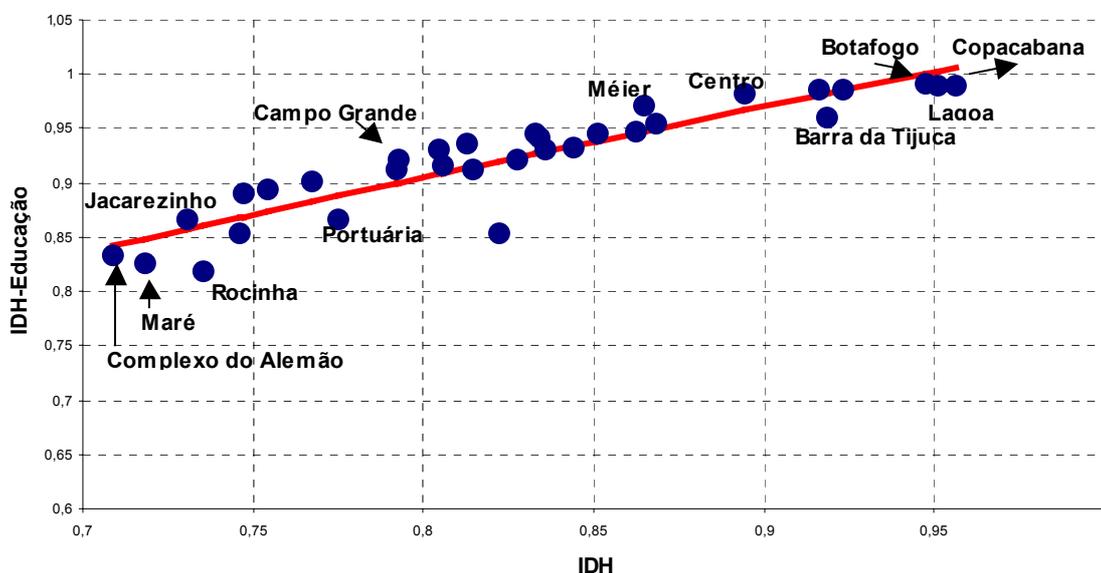
O Gráfico 8 expressa a relação entre o IDH-Educação e o IDH sintético. No extremo superior da linha encontram-se as Regiões Administrativas consideradas mais afluentes da cidade (Botafogo, Lagoa e Copacabana). No extremo inferior temos as RAs consideradas áreas de favela: Rocinha, Maré, Jacarezinho e Complexo do Alemão.

Da análise do Gráfico 8 pode-se afirmar que todas as Regiões Administrativas da cidade encontram-se muito próximas da norma (média). Deve-se ressaltar os casos da Barra da Tijuca e Rocinha que, apesar de se situarem nos extremos opostos ao longo da linha, com esse valor do IDH poderiam ter um valor maior no IDH-Educação. Merecem ser sublinhadas as RAs do Méier e Campo Grande, de acordo com a norma, com os valores do IDH que possuem, estas deveriam ter um valor do IDH-Educação menor ao efetivamente verificado, demonstrando assim a relevância da dimensão Educação.

Um fato importante que também merece destaque diz respeito à existência de um maior número de Regiões Administrativas acima da linha do que abaixo dela. Este

fato mostra que, de uma maneira geral, a maior parte das RAs está sendo eficiente na relação IDH-Educação e IDH sintético.

**Gráfico 8**  
**Relação entre o IDH-Educação e o IDH nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro: 2000**

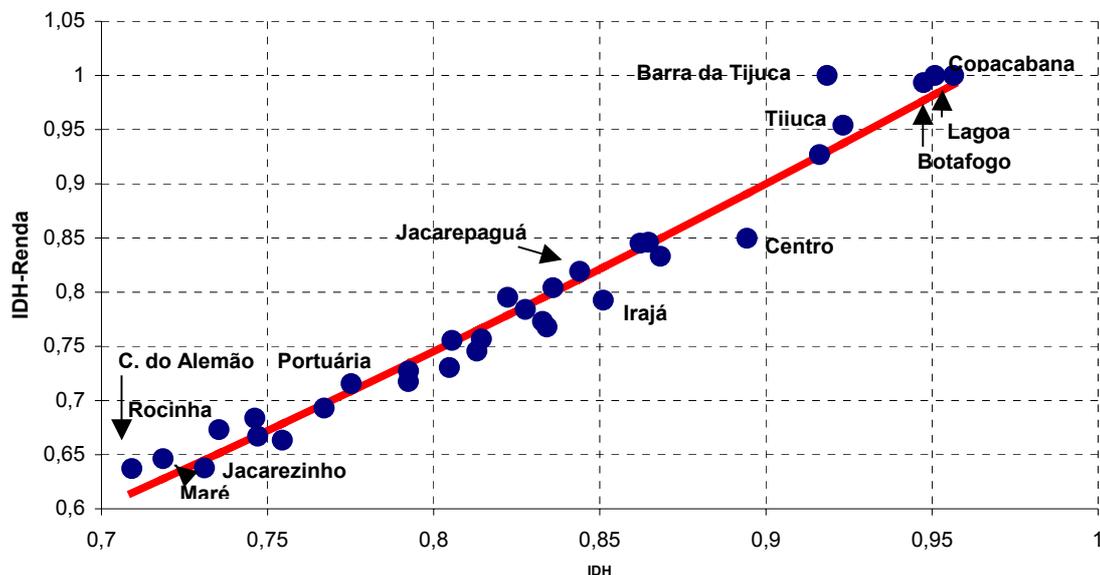


Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados do Censo Demográfico 2000.  
Cálculos: Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG

De acordo com o Gráfico 9, que mostra a relação entre os valores do IDH-Renda e do IDH sintético para as Regiões Administrativas, tem-se que também neste caso as 32 Regiões estão próximas da norma, com exceção da Barra da Tijuca. Nesta, o peso da dimensão renda está superdimensionado em relação ao IDH, já que para este valor do IDH (0,93), deveria ter um IDH-Renda próximo de 0,93, ao passo que o valor efetivo é de 1.

Mais uma vez, no extremo inferior da linha encontram-se o conjunto de áreas denominadas favelas (Complexo do Alemão, Rocinha, Maré e Jacarezinho). A diferença entre os dois últimos gráficos analisados (8 e 9) consiste em que a maior parte das Regiões Administrativas está localizada abaixo da norma.

**Gráfico 9**  
**Relação entre o IDH-Renda e o IDH nas Regiões Administrativas do**  
**Município do Rio de Janeiro –2000**



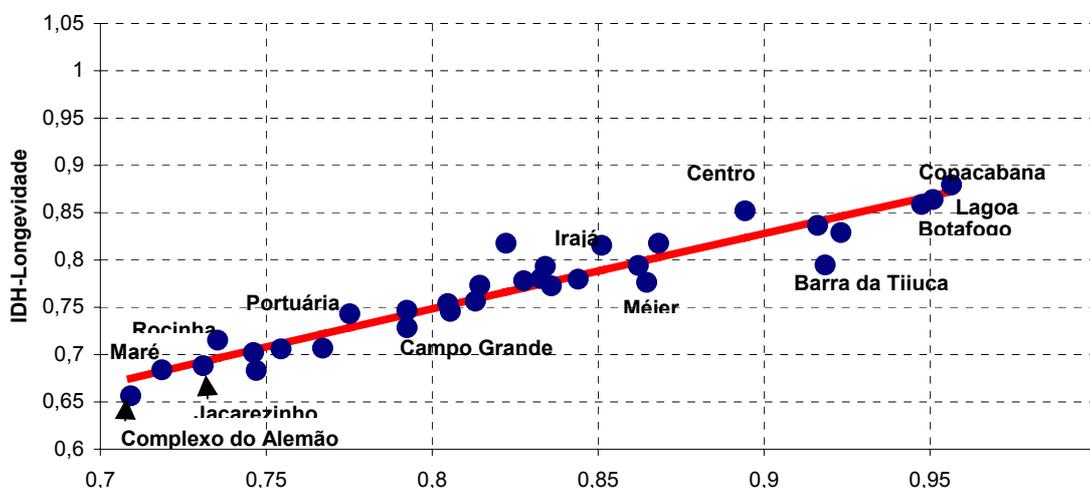
Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados do Censo Demográfico 2000.  
 Cálculos: Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG

O Gráfico 10 revela a relação entre o IDH-Longevidade e o IDH sintético nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro. Conforme foi verificado nos gráficos anteriores, as RAs afluentes da cidade encontram-se na parte superior da linha (norma), ao passo que as consideradas mais pobres estão situadas na parte inferior da norma.

O Gráfico 10 mostra maior dispersão quando comparado ao gráfico anterior. Mais uma vez, conforme foi verificado no Gráfico 8, a RA da Barra da Tijuca, com o valor do IDH (0,923) que a mesma possui, deveria apresentar o valor do IDH-Longevidade de cerca de 0,85; no entanto, o valor efetivo é de 0,795.

De acordo com a análise da série de Gráficos 8-10, pode-se constatar que as Regiões Administrativas que possuem os maiores valores do IDH devem seus valores, principalmente, à enorme contribuição feita pelo IDH-Renda. No entanto, existem alguns matizes muito importantes: a Lagoa e a Barra de Tijuca apresentam um desequilíbrio em relação às dimensões integrantes do IDH. Estas duas RAs encontram-se abaixo da norma nas dimensões Longevidade e Educação. Portanto, devem os seus altos valores do IDH praticamente à renda per capita da população residente nestas Regiões.

**Gráfico 10**  
**Relação entre o IDH-Longevidade e o IDH nas Regiões Administrativas do**  
**Município do Rio de Janeiro: 2000**



Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados do Censo Demográfico 2000.  
 Cálculos: Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG

Botafogo e Copacabana revelam, apesar de apresentarem um IDH ligeiramente menor do que Barra da Tijuca e Lagoa, um equilíbrio maior entre os pesos das três dimensões que compõem o IDH. Com efeito, observando a série de Gráficos 8-10 é possível verificar que Botafogo e Copacabana estão muito próximos da norma em cada um destes gráficos.

No que diz respeito às Regiões Administrativas com baixos valores do IDH (Complexo do Alemão, Maré, Jacarezinho e Rocinha), pode-se verificar que Complexo do Alemão e Maré devem o seu valor essencialmente ao forte peso do IDH-Renda. Em relação ao Complexo do Alemão, constata-se que o IDH-Educação se encontra na média (Gráfico 8), ao passo que no IDH-Renda a mesma situa-se acima da norma (Gráfico 9) e, finalmente, no IDH-Longevidade esta região está localizada abaixo da norma.

A Região Administrativa da Maré encontra-se acima da norma em relação ao IDH-Renda (Gráfico 9), abaixo da norma no IDH-Educação (Gráfico 8) e, finalmente, situa-se na norma no que diz respeito ao IDH-Longevidade (Gráfico 10).

Das três favelas analisadas, a Rocinha mostra um forte desequilíbrio no IDH-Educação, pois se encontra bem abaixo da norma. Por outro lado, nas outras duas dimensões – Longevidade e Renda – esta RA encontra-se localizada acima da norma.

Os parágrafos anteriores demonstram que na cidade do Rio de Janeiro – seja através das Regiões Administrativas com baixo ou alto IDH – existe um peso menor da

educação e um peso maior da renda na composição do IDH. Este fato nos alerta sobre uma possível dissociação entre os níveis de educação e da renda.

## **5. A evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos bairros e grupos de bairros da Cidade do Rio de Janeiro**

Esta subseção tem como objetivo descrever e analisar as principais mudanças ocorridas nos últimos dez anos nos 126 bairros que compõem o município do Rio de Janeiro<sup>46</sup>. Estas análise e descrição serão baseadas nas taxas de crescimento dos índices, assim como nas variações na ordenação da classificação.

De acordo com a Tabela 9 (anexa) – que expressa a evolução do IDH nos bairros que integram o município do Rio de Janeiro para os anos de 1991 e 2000 – em 1991, catorze bairros apresentavam um IDH superior a 0,9, ao passo que em 2000 este número alcançou pouco mais que o dobro (29). No outro extremo, temos que quinze bairros em 1991, possuíam o valor do IDH inferior a 0,7, enquanto em 2000 todos os bairros possuíam IDH superior a 0,7.

Os primeiros oito lugares, em 2000, eram ocupados por Gávea, Leblon, Jardim Guanabara, Ipanema, Lagoa, Flamengo, Humaitá e Joá-Barra da Tijuca; os cinco últimos lugares eram ocupados – neste mesmo ano – por Manguinhos, Maré, Acari-Parque Colúmbia, Costa Barros e Complexo do Alemão.

No que diz respeito à variação na classificação, a cor verde expressa os bairros e grupos de bairros que escalaram de quatro a 31 posições; a cor amarela representa os que variaram de uma perda de 3 posições a um ganho de 3 posições e, finalmente, a cor vermelha representa os que perderam de quatro a 17 posições.

A cor verde representa 34 bairros, isto é, 34 bairros do Rio de Janeiro experimentaram aumento de quatro a 31 posições na sua classificação. Por outro lado, 64 bairros estão representados na cor amarela, e, finalmente, 28 bairros integram a cor vermelha.

Entre os bairros que ganharam mais posições estão Recreio dos Bandeirantes-Grumari (31 posições), Maria da Graça-Del Castilho (24 posições) e Cidade Nova-Praça de Bandeira (quinze posições). Por outro lado, os bairros que mais perderam posição foram Rio Comprido (catorze posições), Pavuna (catorze posições), Tomás Coelho (quinze posições) e Itanhangá (dezessete posições).

---

<sup>46</sup> Trata-se, aqui como nos outros capítulos, de bairros e grupos de bairros, que não coincidem necessariamente com os bairros efetivamente existentes.

Segundo as taxas de crescimento, pode-se afirmar que estas variam de 13,5% (Recreio dos Bandeirantes-Grumari) e 3,3% (Costa Barros e Jardim Botânico). A média das taxas de crescimento foi de 6,9%, sendo que 67 bairros experimentaram uma taxa de crescimento superior ou igual à média. Itanhangá apresentou a terceira pior taxa de crescimento (3,9%), o que resultou na maior perda de posições quando comparado aos bairros analisados.

A Tabela 10 (anexa) apresenta a evolução do IDH-Educação para os anos de 1991 e 2000 – em termos do índice propriamente dito –, a variação na classificação e as taxas de crescimento para os 126 bairros. Em 1991, 56 bairros possuíam um IDH-Educação superior a 0,9, ao passo que em 2000, 99 bairros possuíam este índice acima de 0,9.

Em 2000, os cinco bairros melhor posicionados neste índice eram: Lagoa, Joá-Barra da Tijuca, Flamengo, Humaitá e Glória. Deve-se sublinhar a Lagoa, que em 1991 ocupava o 23º lugar e, em 2000, passou a ocupar o primeiro lugar. No outro extremo encontram-se os bairros pior colocados: Manguinhos, Camorim-Vargem Pequena-Vargem Grande, Complexo do Alemão, Maré e Rocinha.

Ao analisarmos a variação na classificação temos que 37 bairros variaram positivamente 3 posições ou mais (cor verde), ao passo que 35 bairros obtiveram variação estável entre (-2 a 2) posições (cor amarela) e, finalmente, 54 bairros perderam três ou mais posições (cor vermelha).

Entre os bairros que mais posições escalaram, merecem especial destaque Recreio dos Bandeirantes-Grumari (57 posições), Água Santa-Encantado (38 posições), Santa Teresa-Cosme Velho (30 posições), Honório Gurgel e Senador Vasconcelos (24 posições cada um) e Anil (23 posições). O conjunto de bairros Recreio dos Bandeirantes-Grumari, em 1991 ocupava a 118ª posição, ao passo que em 2000 encontra-se dois postos acima do meio da classificação (61ª posição).

Por outro lado, os bairros que mais sofreram decréscimo na variação da classificação foram Tomás Coelho (perda de 40 posições), Penha Circular (perda de 36 posições), Brás de Pina (perda de 26 posições), Rocha Miranda (perda de 24 posições) e Cavalcanti-Engenheiro Leal-Vaz Lobo (perda de 22 posições).

Em relação às taxas de crescimento os valores oscilam entre 18,8% (Recreio do Bandeirantes-Grumari) e 0,5% (Laranjeiras e Méier). A média obtida mediante os valores encontrados dos 126 bairros foi de 5,5%. Deste total, 57 deles encontram-se com valores no IDH-Educação superiores ou iguais à média. Deve-se sublinhar os casos de Rocinha e Complexo do Alemão, que se encontram nos segundo e quinto lugares, respectivamente, em relação às taxas de crescimento.

A Tabela 11 (anexa) apresenta a evolução do IDH-Renda para os anos de 1991 e 2000, em termos do índice, da variação na classificação e das taxas de crescimento para os 126 bairros e grupos de bairros. Em 1991, quinze bairros possuíam um IDH-Renda superior a 0,9, ao passo que, em 2000, 22 bairros estavam acima deste índice.

Os primeiros onze lugares, em relação ao IDH-Renda em 2000, foram ocupados por Lagoa, Joá-Barra da Tijuca, Ipanema, Leblon, Gávea, Flamengo, Humaitá, Laranjeiras, Jardim Botânico, Copacabana e Leme. Todos estes bairros obtiveram valor, neste índice, igual a 1. No lado oposto temos Maré, Jacarezinho, Complexo do Alemão, Costa Barros e Acari-Parque Colúmbia.

No que diz respeito à variação na classificação, a cor verde expressa a variação positiva de duas ou mais posições; a cor amarela mostra a estabilidade dos bairros (-1 a 1 posição) e a cor vermelha revela a perda de posições, com queda de 2 ou mais posições.

No primeiro grupo temos um total de 47 bairros, e os grupos subsequentes (cores amarela e vermelha) são compostos por 38 e 41 bairros, respectivamente. A maior variação positiva na classificação é verificada em Deodoro-Vila Militar-Campo dos Afonsos-Jardim Sulacap (22 posições), seguido de Vila Kosmos (dezesesseis posições) e Vigário Geral (catorze posições). No outro extremo da variação da posição, tem-se que os bairros que mais perderam posições foram: Camorim-Vargem Pequena-Vargem Grande (quarenta posições), Abolição (dezenove posições) e Itanhangá (dezesesseis posições).

Finalmente, as taxas de crescimento do IDH-Renda variam entre 13,5% (Vigário Geral) e -3,9% (Itanhangá). A média obtida das taxas de crescimento dos 126 bairros foi de 5,8%. Dos 126 bairros analisados, 72 apresentam taxas de crescimento superiores ou iguais à média obtida.

Um fato que deve ser ressaltado diz respeito às taxas de crescimento negativas; quatro bairros estavam nesta situação: Itanhangá (-3,9%), Camorim-Vargem Pequena-Vargem Grande (-3,6%), Costa Barros (-1,1%) e Vidigal-São Conrado (-1%).

Neste último conjunto de bairros faz-se evidente a necessidade de separá-los, já que expressam realidades completamente diferentes, distorcendo de forma significativa a elaboração dos dados. É de amplo conhecimento que São Conrado é um dos bairros mais afluentes do município, e esta junção com Vidigal – uma das áreas denominadas favelas – faz com que a realidade de ambos os bairros seja mascarada. Provavelmente, com a separação dos bairros, São Conrado deve ocupar uma posição muito melhor em relação ao IDH-Renda, assim como Vidigal ocuparia uma posição bem inferior à encontrada atualmente.

A Tabela 12 (anexa) apresenta a evolução do IDH-Longevidade para o período sob análise, em termos do valor do índice, da variação na classificação e das taxas de crescimento para os 126 bairros. Em 1991, apenas nove bairros possuíam um IDH-Longevidade considerado elevado, ao passo que em 2000 este número aumentou cerca de seis vezes (51), o que revela uma melhoria significativa nos indicadores de saúde.

Em 2000, os primeiros cinco lugares eram ocupados por Jardim Guanabara (0,924), Gávea (0,924), Leblon (0,908), Ipanema (0,895) e Botafogo (0,888). No outro extremo, temos que os últimos lugares são ocupados por Santa Cruz (0,675), Parada de Lucas (0,672), Complexo do Alemão (0,663), Acari-Parque Colúmbia (0,649), Costa Barros (0,649), e Vista Alegre-Irajá (0,630).

No que diz respeito à variação na classificação, a cor verde expressa a variação positiva de duas ou mais posições; a cor amarela mostra a estabilidade dos bairros (-1 a 1 posição) e a cor vermelha revela a perda de duas posições ou mais.

No primeiro grupo (cor verde), 56 bairros ganharam posições, ao passo que o segundo grupo (cor amarela) é composto por 23 bairros. Finalmente, integram o terceiro grupo (das perdas de posição) 47 bairros.

Os bairros que obtiveram variações positivas mais expressivas na classificação foram: Maria da Graça-Del Castilho (26 posições), Cidade Nova-Praça da Bandeira (25 posições), Jardim Carioca e Marechal Hermes (23 posições) e Abolição (22 posições). No grupo dos bairros que perderam posições, os que sofreram maiores perdas foram: Turiaçú e Jacaré-Rocha-Sampaio (23 posições), Pilares e Madureira (24 posições) e Coelho Neto (27 posições).

Finalmente, em relação às taxas de crescimento, estas variam de 18% (Vista Alegre-Irajá) para 4,9% (Pavuna). A média das taxas de crescimento dos 126 bairros é de 9,8%. A partir desta média, tem-se que 73 bairros encontravam-se com valores de taxas de crescimento maiores ou iguais à média.

Além de Vista Alegre-Irajá, outros bairros ou conjunto de bairros com taxas de crescimento altas eram: Cidade Nova-Praça da Bandeira (15,5%), Marechal Hermes (14,7%), Abolição (14,4%) e Jardim Carioca (14,3%). Os que apresentavam taxas de crescimento muito modestas – além da Pavuna – eram: Coelho Neto (5%), Turiaçú (5,1%), Freguesia e Jacaré - Rocha - Sampaio (5,2%).

## **5.1. Determinando o impacto das dimensões de educação, renda e longevidade no IDH dos 126 bairros e grupos de bairros que integram o município do Rio de Janeiro**

A série de Gráficos 11-13 apresenta a relação, em 2000, entre as dimensões Educação, Renda e Longevidade e o IDH sintético para os 126 bairros que integram o município do Rio de Janeiro. Mais uma vez, o objetivo central desta parte do capítulo é determinar a contribuição destas dimensões para o IDH.

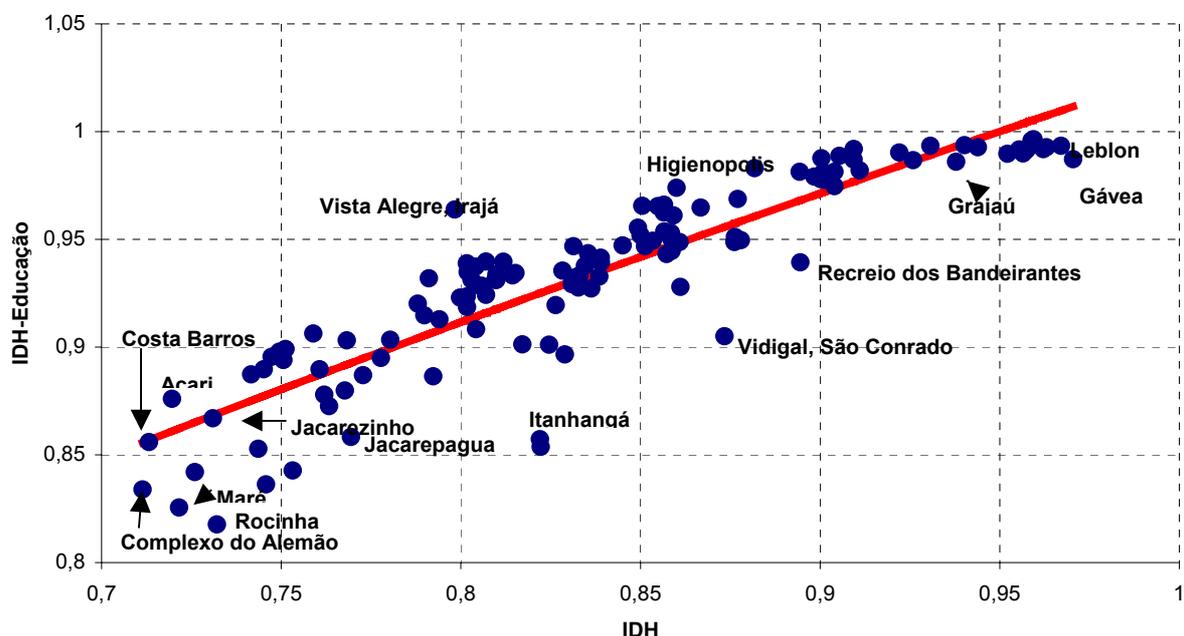
O Gráfico 11 mostra a relação entre o IDH-Educação e o IDH sintético. A partir de sua análise pode-se verificar – como esperado – uma maior dispersão em relação à série de gráficos elaborados para as Regiões Administrativas.

A partir da observação do Gráfico 11 tem-se que a maior parte dos bairros encontra-se posicionada acima da norma. Isto significa que, em geral, existe um peso significativo do IDH-Educação no IDH sintético.

Na parte acima da norma deve-se destacar os bairros: Acari, Vista Alegre-Irajá e Higienópolis entre os que, tendo em vista o valor efetivo do IDH apresentado por cada um deles, deveriam apresentar valores inferiores aos encontrados no que diz respeito ao IDH-Educação. No caso de Vista Alegre-Irajá, o destaque está em que representa o segundo grupo de bairros em que o IDH-Educação apresenta o maior peso.

Na parte inferior da norma, dois conjuntos de bairros (Recreio dos Bandeirantes-Grumari e Vidigal-São Conrado) e um bairro (Itanhangá) apresentam valores de IDH-Educação menores do que os encontrados na norma. Nos três casos, e com estes valores do IDH, eles deveriam possuir o valor IDH-Educação mais elevado. A conclusão anterior é válida também para o conjunto de favelas (Complexo do Alemão, Maré e Rocinha).

**Gráfico 11**  
**Relação entre o IDH-Educação e o IDH nos Bairros ou conjuntos de bairros -IDH do**  
**Município do Rio de Janeiro: 2000**



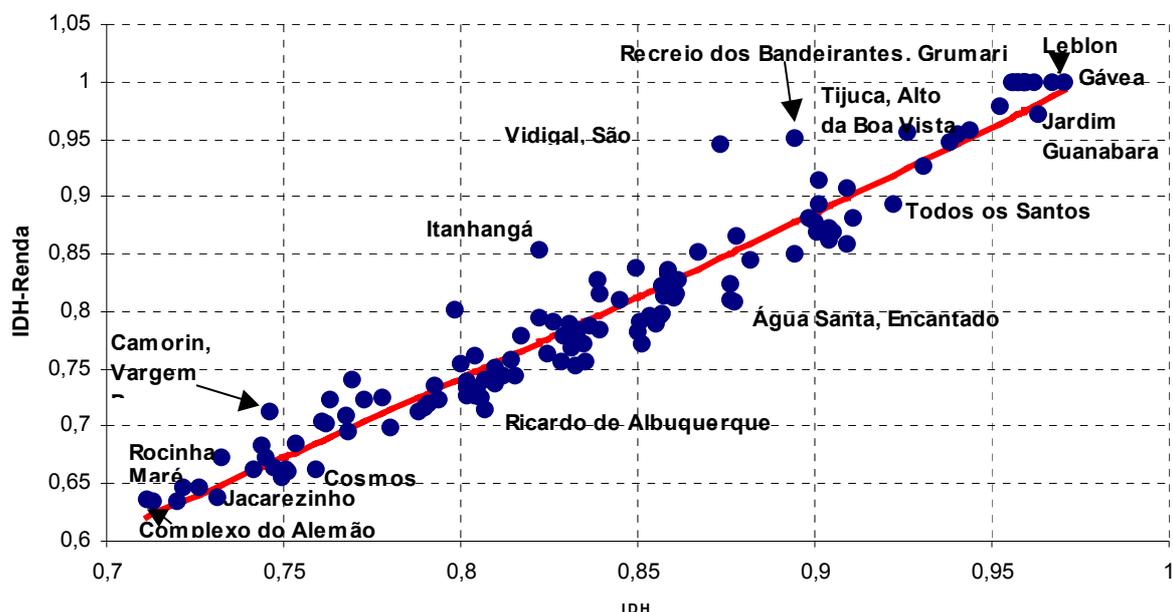
Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados do Censo Demográfico 2000.  
 Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

O Gráfico 12 mostra a relação entre o IDH-Renda e o IDH nos bairros que integram o município do Rio de Janeiro. Um fato relevante refere-se ao menor grau de dispersão dos bairros em relação à norma. De forma contrária ao gráfico anterior, a maior parte dos bairros encontram-se abaixo da norma.

Através da visualização do gráfico é possível observar que existe maior dispersão em relação à norma nos bairros que estão situados acima da linha. Com efeito, Vidigal-São Conrado, Recreio dos Bandeirantes-Grumari e Itanhangá são exemplos da forte dispersão encontrada acima da linha.

Abaixo da linha, a maior distância é verificada em Água Santa-Encantado, ao passo que os outros bairros encontram-se mais próximos da norma.

**Gráfico 12**  
**Relação entre o IDH-Renda e o IDH nos Bairros ou Conjunto de Bairros -IDH do Município do Rio de Janeiro: 2000**



Fonte: Dados básicos: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000.  
 Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

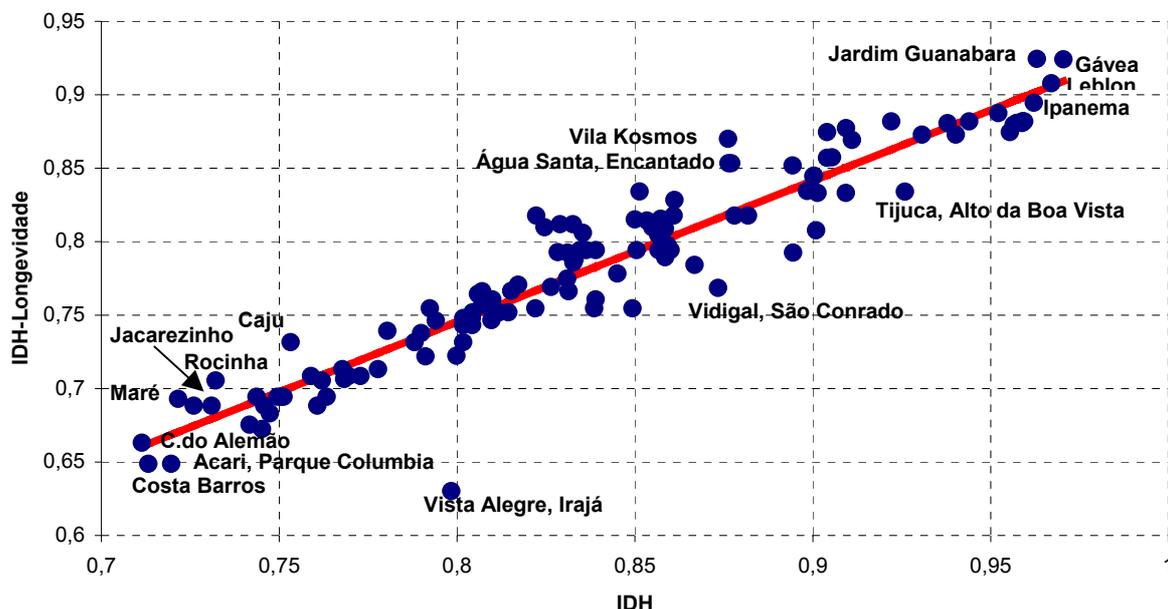
O Gráfico 13 mostra a relação entre o IDH-Longevidade e o IDH nos bairros que integram o município do Rio de Janeiro. Na parte superior da curva deve-se destacar os bairros de Jardim Guanabara e Gávea por serem os únicos que apresentam IDH elevado situados acima da norma; o resto dos bairros como Leblon, Lagoa e Ipanema – apesar de estes últimos quatro possuírem um IDH superior ao obtido por Jardim Guanabara – encontram-se abaixo da norma.

Entre os bairros que estão localizados acima da norma, isto é, possuem um peso maior do IDH-Longevidade no IDH, vale ressaltar Vila Kosmos, Caju e Água Santa-Encantado.

A maior dispersão é encontrada no conjunto de bairros Vista Alegre-Irajá, que se encontra localizado abaixo da linha vermelha. A distância existente entre o ponto que o representa e a norma é maior quando comparada com todos os outros bairros da cidade. Com efeito, para um valor do IDH de 0,798, Vista Alegre-Irajá deveria apresentar, segundo a norma, o valor do IDH-Longevidade de aproximadamente 0,75; no entanto, possui um IDH-Longevidade efetivo de 0,630.

Em síntese, a partir da análise da série de Gráficos 11-13, pode-se concluir que os bairros com IDH elevado encontram-se acima da norma em relação ao IDH-Educação e ao IDH-Renda. Por outro lado, o IDH-Longevidade nestes bairros apresenta um valor baixo.

**Gráfico 13**  
**Relação entre o IDH-Longevidade e o IDH nos Bairros ou conjunto de Bairros -IDH do Município do Rio de Janeiro: 2000**



Fonte: Dados básicos: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000.  
 Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

Os Gráficos 14 e 15 mostram o grau de dispersão do IDH para os bairros da cidade do Rio de Janeiro em 1991 e 2000, respectivamente. O objetivo destes gráficos é averiguar se existe uma tendência de convergência dos valores do IDH para os 126 bairros, e verificar se esta convergência é perversa ou não. Esta perversidade consistiria na verificação da convergência a partir de uma diminuição da média dos valores encontrados para os 126 bairros. Em síntese, a convergência é medida pela comparação das diferenças entre os limites superiores (o maior valor atingido por um bairro ou conjunto de bairros) e os limites inferiores (o menor valor atingido por um bairro ou conjunto de bairros) para os dois anos analisados.

A diferença entre ambos os limites foi de 0,283 (em 1991) e 0,259 (em 2000). Esta redução na diferença revela que a cidade do Rio de Janeiro experimentou um processo de convergência no período sob análise nos seus extremos. **Esta convergência tem um caráter perverso ou não?**

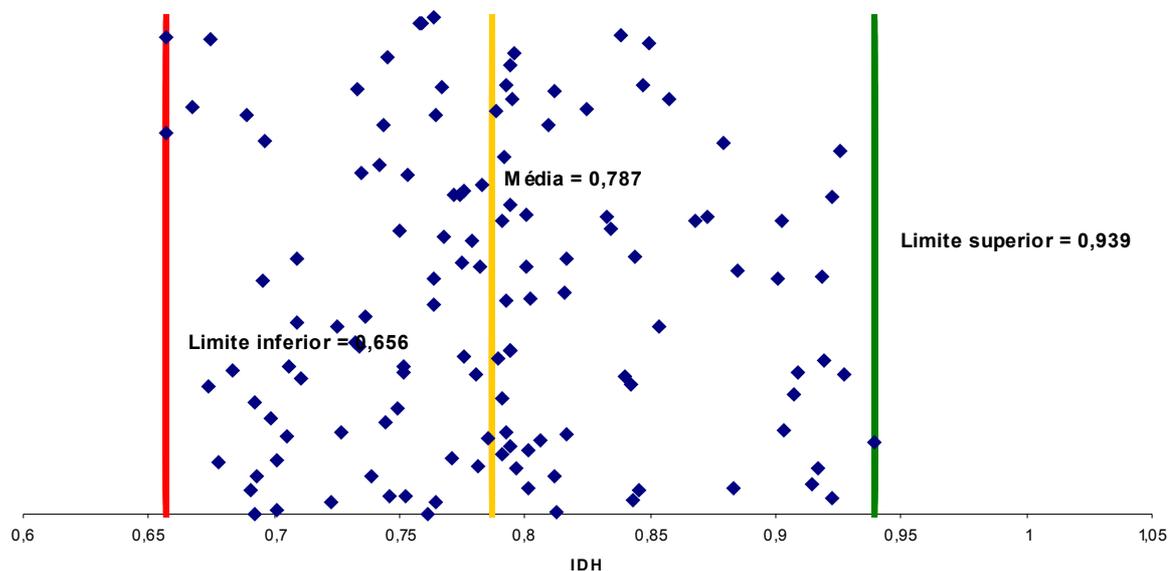
Esta pergunta deve ser respondida a partir de duas questões. A primeira diz respeito à média dos valores em ambos os períodos sob análise. Em 1991, a média era de 0,787, ao passo que em 2000 esta média passou a ser de 0,840. Este primeiro resultado – observado nos Gráficos 14 e 15 – indica que a convergência anteriormente citada não possui um caráter perverso. Esta, porém, é apenas parte da resposta.

A segunda questão diz respeito ao número de bairros que se encontram acima da média entre ambos os períodos. Em 1991, 61 bairros possuíam um valor do IDH superior à média referida antes (0,787), ao passo que em 2000 este número foi reduzido para 57 (média de 0,840). A partir desta segunda questão, poderia se concluir que existiu um caráter perverso na convergência.

Com efeito, a partir da visualização dos dois gráficos pode-se verificar que em 1991 os bairros que se encontravam no meio da área compreendida entre a média e o limite superior (Gráfico 14), em 2000 aproximaram-se de forma expressiva do grupo que estava localizado muito perto no limite superior (Gráfico 15). Este fato pode ser a explicação para o aumento da média.

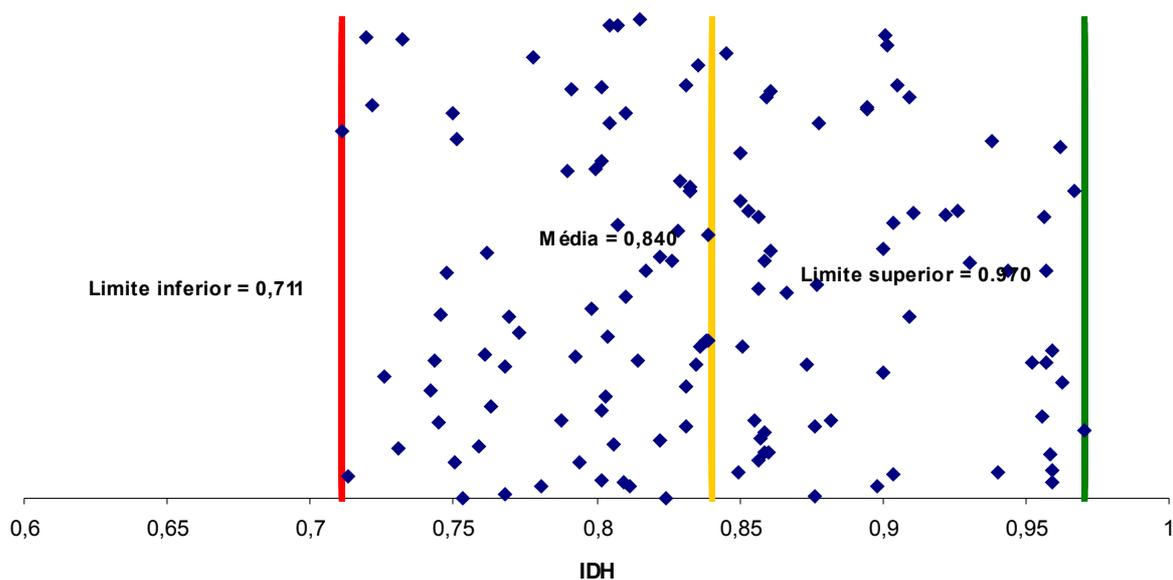
A partir destes dados e das duas questões, pode-se afirmar que não é possível determinar se esta convergência ocorreu de forma perversa ou não. Uma análise sobre a desigualdade entre os bairros e conjunto de bairros mais aprofundada deveria nos dar elementos mais robustos para concluir sobre a perversidade ou não da convergência na cidade do Rio de Janeiro.

**Gráfico 14**  
**Dispersão do Índice de Desenvolvimento Humano para os Bairros ou Conjunto de Bairros -IDH da Cidade do Rio de Janeiro: 1991**



Fonte: Dados básicos: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 1991.  
Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

**Gráfico 15**  
**Dispersão do Índice de Desenvolvimento Humano para os Bairros/ conjunto de bairros da Cidade do Rio de Janeiro - 2000**



Fonte: Dados básicos: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2000.  
Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG.

**Prefeitura do Rio de Janeiro**

*Cesar Maia – Prefeito*

**Instituto Municipal Pereira Passos – IPP**

*Alfredo Sirkis – Presidente*

*Paula Serrano – Chefe de Gabinete*

*Sérgio Besserman Vianna – Diretor de Informações Geográficas*

**Instituto Universitário do Rio de Janeiro –  
Serviços Técnicos e Científicos – IUPERJ-TEC**

*Fabiano Santos – Diretor Executivo*

**Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**

*Glauco Arbix – Presidente*

**Equipe Técnica do Conênio**

*Adalberto Cardoso (IUPERJ-TEC) – Coordenador e Gestor Técnico*

*Fernando Cavallieri (IPP) - Gestor Técnico*

*Luiz Roberto Arueira e Gustavo Lopes (IPP)*

*Daniele Costa e Valéria Ferreira*

**Convênio entre:**

*Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP)*

*Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)*

*Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas do Governo Federal (IPEA)*

**Participação:**

*Fundação João Pinheiro do Governo de Minas Gerais (FJP)*

*Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)*